



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

BRUNA ESTER GOMES YAMASHITA

**PODER MUNICIPAL E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE
LONDRINA (1934-1960): AÇÕES DE UMA "AUTONOMIA
AUTORIZADA".**

ORIENTADOR: PROF. DR. TONY HONOTATO

LONDRINA
2019



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



LONDRINA
2019

BRUNA ESTER GOMES YAMASHITA

**PODER MUNICIPAL E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE
LONDRINA (1934-1960): AÇÕES DE UMA "AUTONOMIA
AUTORIZADA".**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais da Educação

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato

LONDRINA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

GOMES YAMASHITA, BRUNA ESTER .

PODER MUNICIPAL E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE LONDRINA (1934-1960) : AÇÕES DE UMA "AUTONOMIA AUTORIZADA". / BRUNA ESTER GOMES YAMASHITA. - Londrina, 2019.
215 f. : il.

Orientador: TONY HONORATO.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Município Pedagógico - Tese. 2. Autonomia Autorizada - Tese. 3. História da Educação - Tese. 4. Escola - Tese. I. HONORATO, TONY. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

BRUNA ESTER GOMES YAMASHITA

**PODER MUNICIPAL E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE
LONDRINA(1934-1960): AÇÕES DE UMA "AUTONOMIA
AUTORIZADA".**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais da Educação

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato

COMISSÃO EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Tony Honorato
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira
UNIMEP – Piracicaba – SP

Prof^a. Dr^a. Sandra Regina F. de Oliveira
UEL – Londrina – PR

Prof^a. Dr^a. Simone Burioli Ivashita
UEL – Londrina – PR

Londrina, 21 de fevereiro de 2019.

Aos meus
Filhos: Gabriel, João, Isabela
Esposo: Rodrigo
Pais: Marcos e Maria Isabel

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus pelas plenas condições de poder conhecer, vislumbrar e experimentar cada possibilidade que a vida me apresenta.

Num momento em que muito já se modificou em mim e em meus planos, agradeço imensamente ao meu orientador prof. Tony Honorato, sempre firme, atento e que ao longo dos anos demonstrou interesse, cuidado, compromisso e competência nos encaminhamentos para o desenvolvimento de minhas pesquisas e de meu crescimento enquanto pesquisadora, professora e ser humano. Obrigada pela confiança, pelos incentivos, por suas orientações tão preciosas e pela amizade. Por acreditar em mim e pelo respeito demonstrado em sua forma de falar, observar e compartilhar.

À estimada professora Sandra Regina Ferreira de Oliveira, que gentil e profissionalmente me acompanha desde o início do meu trabalho, com observações e contribuições muito significativas para minha evolução profissional e pessoal. Agradeço pelas vivências ocorridas nos desdobramentos da pesquisa e pela confiança, me sinto honrada em dividir tantas experiências.

Ao professor Cesar Romero Amaral Vieira (UNIMEP – Piracicaba – SP), muito preciso e cuidadoso. À professora Simone Burioli Ivashita (UEL- Londrina-PR), que trouxe um olhar fundamental ao texto contribuindo junto contexto ao qual dialogamos. Ambos que juntamente à professora Sandra R. F. Oliveira e meu orientador Tony, teceram observações e pontuações na banca de qualificação e que puderam apurar nossas reflexões para uma contribuição histórica mais sólida e consistente.

À minha família. Especialmente ao meu esposo Rodrigo por seu apoio e cuidado fundamentais e que me trouxeram até aqui, você faz toda diferença. Aos filhos, Gabriel, João e Isabela que demonstraram carinho e compreensão para que tudo fluísse com leveza além de terem dividido seu precioso tempo com os

planejamentos da pesquisa. Aos meus pais por todo apoio em minha trajetória de vida e pelo olhar atento à minha educação, mamãe Maria Isabel, mulher inspiradora, minha riqueza. Aos meus irmãos pelo incentivo e apoio neste período de ausências. Em memória de meu querido irmão André, que perdi ao final deste trabalho e que levarei para sempre nossas conversas únicas e orientadoras.

A todos os professores do programa, pelo cuidado, prontidão e carinho recebido que extrapolaram as formalidades e acolheram-me num momento tão especial. Aos colegas da UEL com quem convivi neste ciclo e que contribuíram nas discussões ao longo dos dias, disciplinas, seminários e conversas.

Ao CECA e à UEL pelo amparo aos desdobramentos da pesquisa que possibilitaram novas experiências que ficarão para sempre estabelecidas.

Aos profissionais dos diversos arquivos da cidade de Londrina: Câmara Municipal, Secretaria de Governo, Secretaria Municipal de Educação, Instituto Estadual de Educação, Arquivo Público Municipal, Biblioteca Pública Municipal, Museu Histórico “Padre Carlos Weiss”, pela gentileza, prontidão e pela acessibilidade para a realização das pesquisas. A atenção de cada um fez toda diferença para a construção deste trabalho. Em especial aos funcionários do protocolo da Câmara Municipal, pelos seis meses de convívio e amizade e à Secretária Maria Tereza Paschoal de Moraes por sua atenção e à disponibilidade ao diálogo nos desdobramentos da pesquisa.

Aos colegas de trabalho que se adequaram às ausências com incentivos, carinho e compreensão.

Ao jornalista José Pedriali, neto do sr. Mario J. Romagnolli, vereador londrinense nas três primeiras legislaturas deste município. Pela gentileza em me receber e presentear com títulos que trazem a biografia e obra de seu avô, um dos sujeitos de nossa pesquisa.

YAMASHITA, Bruna Ester Gomes. **Poder municipal e educação na cidade de Londrina (1934- 1960):** ações de uma "autonomia autorizada". 2019. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Esta dissertação, inserida na área de História da Educação, visou compreender o processo das ações municipais de regulação da educação na localidade de Londrina-PR, entre os anos de 1934 a 1960. Para tal, as fontes históricas principais são documentos da Câmara Municipal e do Poder Executivo da Prefeitura que, somados a outros documentos, nos trouxeram elementos significativos para verificar as ações da municipalidade no contexto de estruturação da organização da cidade que se torna município em 1934 e passa a ser representada por um poder legislativo no ano de 1936. A perspectiva analítica teve como ponto de partida a discussão que Magalhães(2004) propõe sobre Município Pedagógico e o fenômeno do municipalismo, sendo este último o que mais aproxima-se ao contexto de Londrina. A questão fundamental da pesquisa foi sobre o que os atos da Câmara Legislativa de Londrina, em diálogo com as demais legislações locais, representam para analisar as ações municipais em nome da educação e da escola no município de Londrina, diante de uma autonomia compreendida contraditoriamente como "autorizada". Essa formulação observa a corresponsabilidade municipal na relação nacional-local, nos tensionamentos gerados, nas ações políticas e no reflexo ocasionado na estrutura que se constituiu a escola para integrar os sujeitos. Assim tem-se uma história da educação, especificamente da escolarização no município de Londrina, atenta ao processo sociocultural presente no seu *ethos* urbano juntamente com o contexto rural, pouco citado nos documentos oficiais mas que era a realidade predominante das escolas neste período. Como resultado, tem-se o tecido social e político envolvido na promoção da instrução, bem como verifica-se as condições para apresentar uma discussão sobre o fenômeno do municipalismo no qual Londrina promoveu ações regulatórias voltadas à escolarização no seu território, colaborando com a investigação acerca da autonomia municipal.

Palavras-chave: Município Pedagógico. "Autonomia Autorizada". História. Educação. Escola. Londrina.

YAMASHITA, Bruna Ester Gomes. **Municipal government and education in the city of Londrina(1934- 1960):** actions of an "authorized autonomy". 2019. 215f. Dissertation (Masters in Education) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019

ABSTRACT

This dissertation, within the field of History of Education, aimed at understanding the process of municipal actions towards the regulation of Education in the city of Londrina-PR, between the years of 1934 to 1960. To that end, the main historical sources were City Hall and Executive documents that, added to supplementary documents, supplied us with significant elements in order to verify the municipality actions regarding the structuring of the city that emancipated in 1934 and became represented by a Legislative Branch in 1936. The analytical perspective had as its threshold the discussion that Magalhães (2004) proposes on Pedagogical Municipality and the phenomenon of municipalism, the latter being the one that most approximates to the context of the city of Londrina. This research's fundamental question was what the acts of the Legislative House of Londrina, in dialogue with other local legislations, represent to analyze the municipal actions in the name of Education and of Londrina's schools, facing an autonomy contradictorily realized as "authorized". This formulation observes the municipal co-responsibility in the national-local relationship, in generated tensions, in political actions, and in the reflection produced in the structure that constituted the school in order to integrate its subjects. Thus, our findings highlight a history of Education, specifically a history of schooling in the city of Londrina, sensitive to the socio-cultural process present in its urban ethos as well as its rural context, the latter minimally mentioned in official documents however being the reality of most schools in the period. Consequently, as a result, we have determined the social and political fabric involved in the promotion of education, as well as the proper conditions to present a discussion about the municipalism phenomenon through which Londrina promoted regulatory actions regarding schooling in its territory, collaborating with investigations concerning municipal autonomy.

Keywords: Pedagogical Municipality. Authorized Autonomy. History. Education. School. Londrina.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Leis relacionadas à educação e cultura no município de Londrina 1934 a 1960.....	80
GRÁFICO 2: Decretos e Leis gerais e de educação em Londrina de 1934 a 1947.....	117
GRÁFICO 3: Conteúdos dos Decretos e Leis de Educação: 1934 a 1947.....	123
GRÁFICO 4: Iniciativa para a construção de escolas primárias municipais: 1948 a 1960.....	136
GRÁFICO 5 Professores subvencionados pelo município: 1934 a 10/01/1940.....	144
GRÁFICO 6: Ensino Primário Infantil - Classes em funcionamento- 1961.....	184

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Abaixo assinado de Pais moradores do Bairro Jacutinga - 1958	65
IMAGEM 2: Vista Geral de Londrina 1938.....	85
IMAGEM 3: Casa da Criança em fase de acabamento 1953.....	95
IMAGEM 4: Primeira escola de Língua Portuguesa - 1935.....	113
IMAGEM 5: Alunos do professor Luiz Vergés- "escolinha" 1935.....	113
IMAGEM 6: Turma Mista da "escolinha" 1936	113
IMAGEM 7: Magistério Primário Municipal: 1953.....	154
IMAGEM 8: Grupo de professores. Aula de Ciências Naturais:1954.....	155
IMAGEM 9: Professoras assistindo um filme de instrução no Departamento de Ensino da Prefeitura: 1954.....	155
IMAGEM 10: Clubes agrícolas: 1954.....	173
IMAGEM 11: Time de futebol - " Centro de Interesse" da Escola Almirante Barroso: 1954.....	174
IMAGEM 12: Enfermagem- "Centro de Interesse" da Escola Bartolomeu Gusmão. Aluna quando praticava pequeno curativo: 1954.....	175
IMAGEM 13:Trabalhos realizados em uma E.M. da zona rural - 1950.....	176
IMAGEM 14: Museu Escolar - Escola Padre Nóbrega - Década de 1950.....	176
IMAGEM 15: Carta ao Rotary- Pedido de auxílio para a Campanha de alfabetização de adultos 1952.....	180
IMAGEM 16: Apresentação da Resolução do Calendário Escolar Agrícola- Relatório Geral do DEPAS -1956 A 1959.....	182
IMAGEM 17 e 18:Professores executam os primeiros trabalhos de alinhamento e semeadura e realizam a irrigação.....	213
IMAGEM 19:Alunos das escolas Bartolomeu Gusmão e Oswaldo Cruz, após o aprendizado das letras, atendendo os trabalhos hortícolas e de jardinagem (Clubes agrícolas).....	213
IMAGEM 20:Inauguração em 1955 da 76ª escola rural, denominada Felipe dos Santos, localizada no interior do município.....	214
IMAGEM 21 e 22: Casa da criança- Berçário.....	214
IMAGEM 23:Museu montado em uma escola municipal - Década de 1950.....	215
IMAGEM 24:Museu Escolar - Escola Dom Pedro I - Década de 1950.....	215

LISTA DE SIGLAS

ACL	Associação Comercial de Londrina
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEI	Centro de Educação Infantil
CML	Câmara Municipal de Londrina
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CTNP	Companhia de Terras Norte do Parana
DEAS	Departamento de Educação e Assistência Social
DEPAS	Departamento de Educação e Assistência Social
DOPE	Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa
GPT	Grupo Permanente de Teatro
IEEL	Instituto Estadual de Educação de Londrina
ILECE	Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais
INCE	Instituto Nacional do Cinema Educativo
INL	Instituto Nacional do Livro
IPAC	Inventário e Proteção ao Acervo Cultural de Londrina
PL	Projeto De Lei
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido De Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SCAL	Sociedade De Cultura Artística De Londrina
SME	Secretaria Municipal De Educação
UDN	União Democrática Nacional
ULE	União Londrinense Dos Estudantes
ULES	União Londrinense Dos Estudantes Secundaristas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil temporal das deliberações municipais.....	57
Tabela 2: Quadro Demonstrativo de Matrículas: 1949 a 1953.....	62
Tabela 3: População Urbana e Rural de Londrina: 1940 a 1960.....	69
Tabela 4: Movimento Geral da Biblioteca Pública Municipal: 1951 a 1959.....	105
Tabela 5: Movimento Geral da Biblioteca Circulante: 1954 a 1959.....	106
Tabela 6: Obras adquiridas pela Biblioteca Pública Municipal: 1956 a 1959.....	109
Tabela 7: Evolução da Escola Municipal: 1936 a 1960.....	118
Tabela 8: Temas discorridos nos Relatórios do Executivo Municipal: 1948 a 1960.....	138
Tabela 9: Registro de Diplomas - Escola Normal de Londrina.....	147
Tabela 10: Relatórios do Executivo 1953.....	157
Tabela 11: Movimento Geral das Escolas Municipais ano de 1953.....	157
Tabela 12: Relatórios do Executivo- 1954.....	158
Tabela 13: Movimento de alunos em exame-1955.....	158
Tabela 14: Movimento de alunos-1956.....	159
Tabela 15: Movimento de alunos, matrículas e exames- 1957.....	159
Tabela 16: Movimento de alunos-1958.....	160
Tabela 17: "Programas Experimentais": 1953.....	169
Tabela 18: Movimento de matrículas nos cursos de alfabetização de adultos: 1956.....	181
Tabela 19: Legislação Educacional - 1930 a 1960.....	201
Tabela 20: Vereadores eleitos em 1935- Câmara Pioneira- 1936 a 1937.....	202
Tabela 21: Vereadores 1º Legislatura: 1947 a 1950.....	202
Tabela 22: Vereadores 2º Legislatura: 1951 a 1955.....	205
Tabela 23: Vereadores 3º Legislatura: 1956 a 1959.....	208
Tabela 24: Partidos políticos presentes na administração municipal de 1947 a 1959.....	211
Tabela 25: Prefeitos do município de Londrina- 1934 a 1963.....	212
Tabela 26: Escola do parque infantil da Vila Casoni- 1960.....	213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA, POR UM DISCURSO HISTÓRICO.....	25
1.1 Dispositivos legais como fontes históricas: para uma leitura da cidade, dos sujeitos e suas relações.....	27
1.2 Dos arquivos percorridos.....	35
2 MUNICÍPIOS PEDAGÓGICOS E SUAS HISTÓRIAS.....	43
2.1 "Autonomia autorizada": corresponsabilidade dos municípios e a educação escolar	51
2.2 O território pedagógico educador e a realidade no município de Londrina: as vozes e os silêncios da municipalidade	56
3 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PELAS TRAMAS DA CIDADE.....	67
3.1 A educação no movimento da cidade para além da escola.....	83
3.2 A educação cultural para os sujeitos e a Biblioteca Pública Municipal.....	103
4 O AMBIENTE FORMAL ESCOLARIZADOR: AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E A ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO	111
4.1 O professorado.....	140
4.2 Planos, programas e propostas para o ensino.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
BIBLIOGRAFIAS.....	190
ANEXOS	200

Observações: Há incoerências ortográficas em algumas palavras nas citações devido à época em que foram redigidas e que correspondem a outros padrões ortográficos, sendo assim mantivemo-las conforme original. As legendas das imagens foram preservadas conforme original nomeadas nas séries documentais.

Embora soe paradoxal, diria que entre história e ficção a diferença não é grande demais. Ao escrever uma história- porque disso se trata-, o historiador faz um pouco o que faz o romancista: escolhe os fatos e os concatena, vale dizer, encontra relações entre eles em função de conseguir um discurso coerente. O mesmo se exige de um romance. Pode ser mágico, fantástico, ou qualquer coisa, mas até a fantasia e a imaginação mais disparatadas precisam de uma coerência. Um livro de História apresenta algo predeterminado. Os fatos estão ali, e um fato traz como consequência outro, e outro, e outro. Há uma espécie de fatalidade histórica que faz com que as coisas sejam como são e não de outra maneira. Então, ao dirigir os fatos, ao organizá-los, eu diria que o historiador se comporta como um romancista e o romancista como um historiador.

(José Saramago, 1995)

INTRODUÇÃO

O mural de Londrina

*Tudo era silêncio,
Tudo era o nada!
Só a voz da Passarada
Quebrava a monotonia!*

*Era o sertão agreste
Triste e solitário
Exibindo o relicário
De cores e de poesia*

*Se foram aqueles dias
E, com eles o tempo
O povo, que é sedento
De expansão e progresso*

*Invadiu o Paraná
As roxas terras do norte
Na tentativa da sorte,
Na esperança de sucesso!*

*Quero cantar nestes versos
A poesia da floresta
O rataplã da orquestra
Das foices e dos machados
Do serrote e dos martelos...*

*A marcha dos pioneiros
Na trilha dos picadeiros
Semeando povoados!*

*Assim Londrina nasceu
Cresceu e agigantou-se;
Como líder projetou-se
No cenário da nação!*

*Os festejos promovidos
No seu jubileu de prata
Deu início à nova data
De maior evolução!*

*Essa é a Londrina,
Cidade menina
Que empolga e fascina
E mantém-se de pé*

*A chamam criança
Mas tem a pujança
De ser na balança
A maior do café!*

*Londrina bela e magistral cidade,
Princesa jovem soberana e altiva,
Recanto lindo do Brasil tu-há-de
Tornar-se grande porque tu cativas*

*Esse cruzeiro que no céu ilumina,
Braços abertos como a te saudar...
É Deus que vela sobre ti, Londrina:
Abrindo as nuvens prá te abençoar*

*(Mário José Romagnolli)
Vereador em Londrina 1947 a 1955*

Se é pra contarmos uma história narrada pelas ações da municipalidade, iniciamos este trabalho com as palavras poéticas de um dos agentes políticos locais do período investigado. Tais palavras nos convidam a olhar o perfil da localidade de Londrina, por uma visão muito comum e que era posta nas literaturas memorialistas, didáticas e paradidáticas como também em muitos discursos oficiais, propagandistas e de imprensa, nos quais se referiam à bela Londrina, promissora, atraente, soberana e fascinante aqueles que a tomaram como lar e que por ela foram envolvidos. Porém como historiadores da educação, não nos limitamos a este ponto de vista. Uma cidade pela qual traçaremos uma história das ações do poder municipal e das marcas de educação promovidas pelos sujeitos locais, e, por se tratar de Londrina, terra do “Eldorado”, aproximamo-nos do contexto pelas palavras do vereador poeta, contudo o convite se faz para que desde este início de leitura, atentemo-nos a todo conjunto regulamentador e de reocupação do espaço, de avanços, progressos, durezas e escassez no movimento "*Das foices e dos machados, Do serrote e dos martelos...* em meio à "*A marcha dos pioneiros*". Nem "*tudo era silêncio*" e nem "*tudo era o nada*", além da passada, e mesmo não nos aprofundando a tantos contextos, é preciso lembrar que havia os ocupantes deste lugar, os caboclos e indígenas em meio à floresta, muitas vezes desconsiderados. E assim a cidade se fez, ordenou, impôs e também atendeu à vozes maiores ao longo dos anos os quais contaremos uma breve história.

Décadas após tal narrativa poética¹, temos hoje, 2018, nesta Londrina, uma rede municipal de ensino, na qual atuo profissionalmente há 7 anos, e que se configura numa ampla organização para o atendimento de cerca de 40 mil alunos em relação direta com mais de 4 mil professores atuando diariamente nas aproximadas 120 unidades escolares de ensino fundamental I e centros de educação infantil. O interesse por esta pesquisa surgiu pelo desejo de conhecer e refletir sobre como este cenário educacional atual se estabeleceu diante de sua constante transformação histórica regulamentadora das ações municipais e que possibilitou para este local, conquistas e aprimoramentos no atendimento aos seus munícipes pelo direito à escola, tendo hoje qualidade reconhecida.

¹Em leitura das obras do referido autor, Mario J. Romagnolli, observa-se que a poesia fez parte de seu "modo de ver o mundo", como afirma o Neto José Antônio Pedriali em entrevista à imprensa local e nota-se que suas produções aconteceram no decorrer dos anos de sua vida. Esta em questão, estima-se ter sido escrita durante a década de 1960, sem data referida nas coletâneas.

Nossa busca para investigar de que maneira o município empreendeu seu processo de escolarização junto ao processo de urbanização da cidade e reocupação do espaço rural, olhamos atentamente ao processo histórico de seu surgimento enquanto cidade que, conforme Boni(2004), ainda com menos de uma década de existência Londrina se estabelece como um lugar para o encontro de inúmeros povos de diversas etnias, além de brasileiros de várias regiões do país. Em pouco tempo se torna uma frente para o trabalho no campo como também na cidade. Esta migração de brasileiros paulistas e de tantas outras regiões do Brasil, para Londrina em busca de uma oportunidade de trabalho para suas famílias e para a criação de seus filhos, gerou também uma crescente demanda de crianças em idade escolar que se tornaram, a partir daí, sujeitos no processo da institucionalização do ensino.

Objetivamos desvelar por este foco, como Londrina, por meio de seus agentes políticos, sociais e civis, promoveu ações em nome da escolarização. Os caminhos por nós percorridos através da legislação educacional, buscam verificar como os agentes envolvidos nesse processo reconheceram e propuseram o papel da educação local para os cidadãos do município e como se organizaram a respeito."Os sujeitos correspondem a entes descentrados de si, identificados e reconhecidos, participantes numa alteridade" (GONÇALVES NETO & MAGALHÃES, 2009, p.3).

Ao estabelecer este estudo sobre a escolarização na cidade de Londrina, por meio da análise histórica de documentos do poder executivo e legislativo e a relação com as ações dos sujeitos envolvidos, é de interesse investigar as possibilidades de ações próprias voltadas à escolarização local junto ao desenvolvimento da cidade, ou ainda ações educativas do poder local. Através desta leitura de atos e determinações pelos documentos oficiais produzidos por seus agentes, vimos localizando e analisando as medidas, atuações e proposições buscando reconhecer nelas características descentralizadas ou autônomas de alguma forma, para o atendimento em escolas no território de Londrina que visassem o alcance da população em idade escolar nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Sabemos que nossa documentação não dará conta, e nem temos a pretensão, de contar uma história completa da educação na cidade e sua localidade e assumimos as limitações diante do que pode ter priorizado as letras da

regulamentação, e partimos então a narrar pelo que ela possibilita compreender e identificar.

Tratar da legislação, especificamente da legislação educacional, é também um convite a olhar ao que o texto legal traz em seus sentidos de garantias e aplicação dos direitos. É ver nas palavras e determinações, as conquistas sociais e de sua evolução para a elaboração e aplicação da legislação em questão. Por este ponto de vista, observar o cenário londrinense e verificar a constituição do ordenamento local em Londrina no século XX, é também considerar o processo pelo qual se dava a legislação nacional e suas deliberações do macro para o micro.

O contorno legal indica possibilidades e limites de atuação, os direitos, os deveres, proibições, enfim regras. Tudo isto possui enorme impacto no cotidiano das pessoas mesmo que nem sempre elas estejam conscientes de todas as implicações e consequências. (CURY, 2002, p.8)

Abordar a questão da autonomia da gestão local para gerir e legislar sobre sua própria organização de ensino, as discussões, interesses e prioridades que se fizeram presentes no momento da elaboração das primeiras leis municipais, é parte determinante em nossa pesquisa para entender e caracterizar o movimento de escolarização diante da competência dada pelo governo federal e localizar as ações municipais de fato. Os avanços para o desenvolvimento desta pesquisa iniciaram-se fundamentados pelas investigações de Justino Pereira de Magalhães no que se refere à categoria historiográfica *município pedagógico*. Conforme Carvalho e Carvalho (2010, p.2), para Magalhães, nas realidades locais em Portugal, é

[...] provisoriamente entendido o município pedagógico como uma entidade político-administrativa possibilitada, no final do século XIX, pela presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação.

As reflexões trazidas pelo autor em questão analisa a instrução no contexto português em tempos distintos em relação à autonomia, num primeiro momento refere-se a um quadro de autonomia descentralizada para pensar e propor a escola naquela localidade e por continuidade de suas pesquisas também observa

um segundo momento de um contexto da centralidade que o autor discute como um estado educador ou estado nação. No caso londrinense, que muito se assemelha ao segundo momento estudado por Magalhães, estamos cientes de que devemos considerar o contexto unificador brasileiro em meados do século XX e assim olhamos para os agentes políticos municipais atuando em prol da escola cumprindo ações e medidas autorizadas pelo governo federal e investidos de suas competências, efetivando ações e dando respondência necessária às deliberações e planos de organização em matéria de educação e cultura no espaço municipal. Trata-se de reconstituir parte de um processo que envolve uma organização institucional da educação em meio às demandas socioculturais complementares ao movimento de estruturação.

Historiar a educação, muito particularmente no espaço municipal, é reconstituir um processo sociocultural de mediatização, formação e construção que marcou profundamente os destinos e as identidades, nos planos individual, social, institucional, organizacional. Neste processo histórico os municípios foram um agente, um referente, mas também um produto fundamental, como indiciam e testemunham as memórias, a topografia, a documentação arquivística, museológica e patrimonial. (GONÇALVES NETO & MAGALHÃES, 2009, p.6)

Por se tratar de uma pesquisa histórica e cultural das práticas sociais a partir das ações dos municípios e agentes em registros documentais, os estudos buscam dados referentes à escola e ao ensino, presentes nos documentos como relatórios de prefeitos, leis, decretos, atas e entre outros que contribuíram para a caracterização do município como local pensante da organização escolar e, somado à verificação da ação dos agentes envolvidos nesse processo, identificar de que forma organizaram a escola nos diferentes espaços da cidade, zona urbana e zona rural.

O presente estudo também olha para a maneira com que os indivíduos se movimentam junto à cidade e se envolvem com ela. Para dialogar junto à essa proposta e ver os sujeitos como agentes na cidade, nos permitimos observar de que forma no passado, esses indivíduos representaram e pertenceram à cidade. Assim contamos uma história a partir das relações existentes nos enfrentamentos das classes, das subordinações, dominações mediante os

processos de escolarização em caráter legal, político e social que ocorreram na esfera municipal de Londrina.

Pesavento (2007, p.13) observa:

O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.

Escrever uma história da educação, especificamente da escolarização na cidade de Londrina através dos documentos oficiais, é também olhar para o processo sociocultural presente no seu *ethos* urbano, camuflado nas regulamentações e proposições do poder local. No desenvolvimento desta cidade enquanto município, ela formalizou o funcionamento da escola e esse processo se deu por pessoas ativas em seu decorrer. Professores, alunos, comunidade, elites, prefeitos e vereadores pensaram e almejavam a escola, se interessaram por ela de alguma forma e idealizaram uma cidade para viver, trabalhar e se desenvolver. Como operamos com a ação dos sujeitos na localidade dentro da autonomia que lhes é autorizada, notamos a educação acontecer e se realizar pelo contexto do território que acontece.

Na cartografia educacional, o local é mais estruturante que o contexto: é actuante (motivo, referência) e integra a ideação, pois que também ele se transforma nos planos material e simbólico, na interação do sujeito. O local é tempo, é espaço, e no acto educacional pesa na tônica do *ethos* e pela sua plasticidade também no *ethos*.(MAGALHÃES, 2009, p. 02)

Tornou-se imprescindível olhar para as ações da municipalidade para compreendermos a particular estruturação da educação londrinense. O contexto histórico e político certamente trazem um direcionamento para as medidas, mas são as ações dos sujeitos nas suas realidades que saem do plano das ideias e realizam e atuam para e na escola. Tecemos esta história da educação centrada no município de Londrina, também para a preservação da memória de como se configurou a escola, do sentido histórico e humano no processo regulamentador da instrução pública. Cury (2002) dialoga neste sentido ao propor que o ordenamento

regula as relações básicas implicadas na existência social, sejam familiares, econômicas ou políticas. A maneira com que as sociedades solucionam seus conflitos, reagem ou estabelecem condições, resultam das relações delas com o Estado e de como se dará a regulação destas normas, inclusive em um contexto de estruturação física, social, estrutural básica e regulamentadora no caso de Londrina.

Se pensarmos as cidades brasileiras centenárias e suas trajetórias educacionais, podemos considerar Londrina relativamente jovem, em 2019 completará 85 anos. Cidade que teve um crescimento econômico e populacional muito relacionado à produção da cultura agrícola, especialmente a do café, e com a chegada dos colonos necessidades socioculturais foram emergindo. Num cenário de estruturação em movimento, segundo Boni (2004), o seu povoamento crescente foi iniciado em 1928 com a chegada de poloneses, ucranianos, tchecos, russos, alemães, japoneses, seguidos de outras dezenas de imigrantes e migrantes, Londrina passou a ser tecnicamente organizada com a chegada da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em 1929, que então delimitou e comercializou os lotes dando um formato urbano e estruturado. Município instaurado oficialmente em 1934, em 1936 inicia-se a trajetória do poder legislativo londrinense.

Adentrar por essa história da educação por um viés regulamentador da cidade, foi também olhar para esta cidade como lugar onde as coisas aconteciam, porque aconteciam, como e para quem. Notar a instrução também como forma de ação política, focou o nosso olhar para uma pesquisa que observa os movimentos sociais urbanos que almejavam a instrução, que a pensavam e a sistematizavam como normativa.

No que se diz respeito às competências municipais, apresentamos no corpo deste texto como se deram as ações específicas, diretas, indiretas e financeiras para a instrução. Pudemos observar propostas orçamentárias e suas especificidades, medidas de incentivo à implantação e regulamentação do processo de ensino e demais deliberações. As leituras das atas da câmara municipal e da legislação, permitiram localizar tais detalhes executados pelos poderes públicos e que denotaram uma “gestão de educação”, a intenção e preocupação gestora dos poderes municipais para com a necessidade educacional e também cultural das relações sociais, de trabalho e de convívio engendradas pela cidade em

crescimento. Os atos administrativos possibilitaram caracterizar o município de Londrina como um espaço de instrução elaborado pelos seus agentes políticos.

Ao verificar o caráter das competências municipais de poder notamos a sociabilidade que elas permitem. Os sujeitos, grupos, classes, oposições, reúnem anseios para o que podemos observar como uma obra conjunta à concretização do aparato legal e social que regem determinado local.

O local transforma-se em realidade educativa porque constitui quadro de ideação, interação, transformação material, organizacional, simbólica, concretizada nos sujeitos, grupos, instituições e na configuração orgânico-representativa. Enfim, o que verdadeiramente (pre)determina a configuração e a reificação do local educacional são o grau e o sentido de autonomização. (MAGALHAES, 2008, p.02)

Ações e medidas que originaram esforços articulados em esferas locais pelo território nacional no decorrer século XX, sobretudo no período de 1930 a 1960 abordado pela nossa pesquisa, nos fazem refletir que estas realizações para o funcionamento da escola, caracterizam uma forma de autonomia a qual denominamos de "*autonomia autorizada*" e que iremos a explaná-la no decorrer dos capítulos. Notamos assim por observar que no final da década de 1930, o Decreto-Lei Nacional N°1.202 de 8 de abril de 1939, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, dispõe sobre a administração por parte a dos Estados e Municípios e suas condições para exercê-la. No seu Artigo 12, cap. V, é dada a competência ao município para "praticar todos os atos necessários à Administração do Município e sua representação", sendo assim a responsabilidade pela educação é também dos municípios.

Neste sentido, ainda que o local tenha tomado proporções e uma actualidade que não foram esperadas noutras circunstâncias históricas, por razões que ficam a dever-se ao contraponto com o global e a uma reconfiguração das autonomias e das identidades, a historicidade do local educacional é basicamente semântica. O local é portador de uma cultura, plasmada na tradição e no quotidiano, que os indivíduos incorporam através da educação. (MAGALHÃES, 2008, p. 2)

Nessas condições, esse estudo foi orientado e desenvolvido no sentido de buscar compreender o teor das propostas e dos discursos que de certa forma se materializaram no decorrer dos anos, bem como das ações pela educação que a municipalidade londrinense fez uso de sua "*autonomia*", *autorizada* pelo poder

federal e seus dispositivos e relacionamos os aspectos particulares e próprios de suas ações no contexto da cidade e suas intenções, também observado pelo aspecto do fenômeno urbano e de suas transformações, para revelar como o dinamismo dos grupos de representação local agiram politicamente, considerando suas particularidades dentro do que lhes era autorizado.

O município se faz enquanto agente organizador do ensino e formador do sistema de instrução pública, envolto por uma sociedade e seu fenômeno cultural um contexto político regulamentador nas esferas nacional e estadual marcado por tensões políticas como também de necessidades de um povo ansioso por escola num momento em que a cidade e sua cultura se constroem em meio às diversidades étnicas e (i)migracionais que a movimentam em torno do campo agrícola e da urbanização. Assim temos uma investigação que permite notar algumas razões que se fizeram presentes na formatação de deliberações legais vistas de maneira geral como ordenadas e inflexíveis, mas que foram criadas num contexto de relações interpessoais repletas de personalidades, posicionamentos políticos e tensões.

Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos atos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente avaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares. (PESAVENTO, 2007, p. 17)

A trajetória de nossa pesquisa organiza-se em quatro partes além do texto introdutório pelo qual trazemos um panorama geral de toda a dissertação.

No primeiro capítulo traçamos os caminhos percorridos para a construção da narrativa histórica e da formatação do discurso. Trazemos a composição do conjunto de documentos que deram corpo para esta pesquisa. Contemplamos os referenciais teóricos e metodológicos que fundamentaram nosso estudo e fizemos uma descrição dos arquivos percorridos na busca das fontes locais e apresentamos ao final deste, os motivos pelos quais elencamos as discussões do capítulo segundo e terceiro.

No segundo capítulo, argumentamos sobre a temática do municipalismo e apresentamos o que compreendemos como o exercício de uma "*autonomia autorizada*" para efetivar ações que organizaram a escola por uma corresponsabilidade municipal pela educação no contexto nacional e local. Também

dialogamos com as proposições documentais que nos levam à reflexão sobre as vozes e os silêncios da municipalidade para a configuração da escola em Londrina.

No terceiro e quarto capítulos, apresentamos, pela pesquisa das fontes históricas, os caminhos percorridos pela educação londrinense nas tramas da cidade em diálogo com o contexto histórico local e nacional. Nesta etapa é que sistematizamos os esforços municipais para promover a escola, e que, pelos dados coletados, apontamos evidências da aplicabilidade das políticas públicas e do plano nacional de educação para o Brasil e como aconteceu nesta localidade. Também dialogamos sobre a educação além da escola e que se deu nas dimensões informais ao espaço escolar, no sociocomunitário e nos ensejos culturais dos sujeitos e nas propostas dos agentes educativos.

Na última parte discorreremos sobre as considerações finais de nossa pesquisa de mestrado. Ousamos caracterizar uma espécie de autonomia presente nas ações municipais e que possibilitou promover a escola local, desta forma abrimo-nos ao diálogo com futuras e outras pesquisas que discutam o movimento do municipalismo para gerir a escola pública e a educação nos territórios municipais. Concluimos, dentro de nossas possibilidades, que as análises realizadas neste período de pesquisa possibilitarão futuros diálogos e reflexões diante do corpo documental e das dimensões que poderão ser discutidas e alcançadas através de novas investigações.

1 A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA, POR UM DISCURSO HISTÓRICO

“[...] Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.”

(CALVINO, 1990, p. 28)

Que narrativa histórica podemos reconstruir por um passado proposto e observado pelo que priorizou a lei oficial? Que cidades e sujeitos somos capazes de recuperar através dos elementos selecionados, lidos e observados? Há uma cidade e sujeitos escondidos através do tempo e que sendo indagados, nos trazem dimensões jamais observadas e relacionadas a contextos os quais podemos qualificar dentro de nossa perspectiva, distinguindo discursos, identificando ações e direções tomadas. A princípio, os lugares pelos quais pisamos e adentramos em busca das marcas e ações que procurávamos para escrever esta história, eram estranhos e estranhamente reveladores.

A tentativa histórica de apenas recuperar os fatos precisamente como aconteceram apontando o que diretamente lê-se nas fontes, não nos deixa perceber as relações que existiam e que envolveram os fatos encontrados nos documentos. Aproximando-nos de Chartier (2002) e considerando o papel dos indivíduos, sem nos prendermos a uma estrutura pré-definida ou a uma regularidade posta ao relatar os acontecimentos, mas buscando um discurso histórico muito próximo de uma narrativa que valoriza as estratégias, as relações e a ação dos sujeitos no processo.

Sem dúvida, é a história que articula uma fala autorizada sobre o passado, recriando a memória social através de um processo de seleção e exclusões, onde se joga com as valorações da positividade e do rechaço. Há, pois, um componente manifesto de ficcionalidade no discurso histórico. (PESAVENTO, 1998, p. 22)

As marcas encontradas nos arquivos nos transportam a outros tempos em uma mesma cidade e as marcas, que lemos no contexto documental, foram deixadas por indivíduos que almejávamos conhecer e reconhecer neles e pelos rastros de suas proposições e reivindicações, a força de suas ações e a definição de suas passividades. Indivíduos que deste local se tornaram parte, pelo fato de que, foi por esta cidade, o território que se posicionaram política e socialmente, carregados de suas bagagens culturais e de valores pessoais.

A proposta de construir um discurso através da investigação a respeito do município pedagógico, dentro deste recorte histórico/temporal nossa narrativa da pesquisa caminhou em paralelo às discussões que ocorrem na época em questão, no âmbito nacional, bem como perante às ações dos estados, dos municípios e da legislação educacional. Para discorrer sobre inclusão de um território nesta categoria historiográfica, nos atentamos às contrapartidas, esforços complementares e iniciativas próprias de concretizar as propostas nas localidades a fim de garantir a instrução da população em Londrina e como a escola enquanto instituição modificou este local. Tecemos uma narrativa a fim de considerar uma história das relações envolvendo a instituição educativa e o poder municipal "A instituição educativa e o município são historicamente as duas instâncias que converteram o local em lugar educativo" (MAGALHÃES, 2008, p.3).

Verificar o volume de ações que possa nos dar pistas em relação às ações municipais em prol da educação em Londrina, nos guiou por centenas de registros oficiais e por eles buscamos perceber o que cada um priorizou diante do que era possível em cada esfera de administração pública, bem como sobre o que pudemos notar por estes documentos como possíveis defesas e posicionamentos no que se refere à educação e escola. Sendo assim, prosseguimos apresentando os caminhos de nossa pesquisa e posteriormente as categorias que identificamos ter força entre os documentos para contarmos uma história: a educação além da escola, o ambiente formal escolarizador, o professorado e os programas de ensino.

1.1 Dispositivos legais como fontes históricas: uma leitura da cidade, dos sujeitos e suas relações

A atividade de leitura histórica pode permitir interpretações muito diversas. Através dos documentos elencados como fontes somados ao nosso olhar de historiador da educação para com eles, corroboramos com Marrou (1978, p. 62) que observa os documentos como "toda fonte de informação de que o espírito do historiador sabe extrair alguma coisa para o conhecimento do passado humano, considerado sob o ângulo da questão que lhe foi proposta". Nossa proposta para as fontes foi olhar para os dispositivos legais e narrar por eles as ações dos sujeitos no espaço local e de suas relações neste contexto. Chartier (2002) discute que esta questão é possível a partir do momento que o instrumento lido passa a ser utilizado para argumentar a leitura de fatos pretendidos pelo pesquisador.

Quando tratamos de observar o que as fontes de pesquisa representam e que pelo seu conteúdo sintetizam, cabe também notar e resgatar que, por trás da construção do corpo documental e do texto que o forma, há agentes que desempenham determinadas funções e exercem práticas pela construção e relato da realidade em algum momento e contexto histórico documentado. É importante lembrar que no caso de documentos legais sendo fontes de pesquisas históricas, eles nos trazem as prioridades dos sujeitos, pois seus textos de certa forma se tornam regras, metas e caminhos a serem percorridos.

O exercício de documentar acontecimentos no caso das atas da Câmara Municipal de Londrina, foi construído por agentes que de alguma forma expressaram-se, selecionaram experiências e as produziram. As representações, de acordo com Chartier (2002), são notadas como práticas culturais ou modos de pensar e construir a realidade. Exclui-se a neutralidade dos mesmos, pois produzem estratégias e práticas legitimando e/ou justificando um projeto reformador perante os indivíduos.

A periodização histórica investigada por esta dissertação, inicia com as atividades político-administrativas, a partir da instauração do município de Londrina em 1934. Ela se estende às três primeiras legislaturas até 1960, seguindo pela observação de quais medidas regulamentadoras próprias possivelmente surgiram por meio da legislação para que por ela, órgãos internos municipais passassem a se ocupar, agir e planejar a educação em outras esferas menores num

período também marcado por uma intensa estruturação do ensino no âmbito nacional. No caso de Londrina, na década de 1950 o DEPAS (Departamento de Educação e Assistência Social) estruturou ações tornando a área da educação municipal mais complexa.

Cabe destacar que a estruturação da instrução pública desde a Proclamação da República, mais especificamente no início do século XX, embora envolva períodos de tensão política distintos pelos quais passaram os municípios, em especial Londrina, nos traz a questão da participação municipal consolidando-se cada vez mais no que diz respeito a organizar o ensino primário. Delimitar um recorte temporal se fez pelo final da década de 1950 por notarmos que a "autonomia autorizada" pelo governo federal desde as reformas do ensino continuou em movimento para que o ensino primário fosse se estabelecendo e alcançando as áreas mais afastadas e desprovidas de escola, mesmo sendo estes objetivos muito caros como observa Gonçalves Neto e Magalhães (2009), quando se referem aos ensejos de alcance da instrução popular no período republicano e seus ideais.

Mesmo que os projetos educacionais não puderam resolver os problemas educacionais da época, a participação municipal permaneceu necessária aos estados e à União, assim como ainda é. A autonomia municipal se dava para responder e legislar dentro de seus limites. O governo federal não abriu mão dos seus controles e determinações, mas da mesma forma algum nível de escolha aos agentes locais era possibilitado diante do que lhes era permitido

Em se tratando da documentação legal produzida em esfera nacional, a leitura e observações sobre os relatórios locais, as leis municipais do período foram realizadas a fim de refletir sobre de qual maneira e em que contexto os documentos legais do município de Londrina (1934-1960) foram produzidos, se representam a própria legislação macro em vigor ou se são indícios de alguma forma da expressão dos próprios sujeitos envolvidos no campo educativo local. Através dos dispositivos legais que são nossa fonte de investigação, notamos a década de 1950 um momento em que os agentes públicos de Londrina se expressaram de maneira mais volumosa em relação à apresentação de normativas para o desenvolvimento pedagógico do município e assumimos encerrar a análise documental, por termos um volume considerável de documentação e por notar uma

continuidade na possibilidade de ação por uma autonomia municipal autorizada pelos anos seguintes num formato muito semelhante de possibilidades.

Para fundamentar a discussão e análise das fontes selecionadas nesta pesquisa, estabelecemos um trabalho de busca, leitura e interpretação dos meios, dos documentos, bem como das posturas dos integrantes da ação municipal promovidas pelos membros do legislativo, executivo, diretores e funcionários de diversos setores, como também o estabelecimento de relações desta localidade nos variados tempos analisados com o cenário nacional respectivamente relacionado.

Os caminhos da história e escrita da história nos fazem pensar sobre o que exerce o sujeito pesquisador e que representa essa prática, como há também, uma demanda de um refinamento analítico e passos de responsabilidade pelos arquivos percorridos. Em *A Escrita da História*, Certeau (1982) apresenta o historiador como aquele que possui como função de dar voz ao não dito àquilo que um conjunto de recortes e registros em formas variadas, podem juntos configurar num agrupamento de fatos, uma leitura que trará sentido a cada uma das informações ali contidas e que isoladamente não fariam o menor sentido.

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituir-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a “coleção”. [...] Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente.(CERTEAU, 1982, p. 81)

A busca e seleção das fontes para compor este trabalho caminharam neste sentido. Ao selecionar informações nos arquivos, as análises apresentam-se no intuito de verificar se é possível legitimar as ações políticas-administrativas do poder público municipal constituídas como educativas e em favor e defesa da instrução. Uma tarefa complexa e que nos convidou a pensar que para ler a cidade e seu passado, refletimos sobre a reconfiguração temporal discutida por Pesavento (2007, p. 16):

Ligada a esse processo, a própria natureza das fontes se amplia, em leque, oferecendo ao historiador possibilidades cada vez maiores de abordagem. A rigor, dependendo da pergunta dirigida ao passado para recuperar as cidades de um outro tempo, não há limites para a descoberta das marcas de historicidade.

Para descobrir os muitos caminhos que teríamos que trilhar, o referencial teórico pesquisado para fundamentação desta dissertação, apresentou papel fundamental para guiar-nos pelos arquivos da cidade e encontrar os fragmentos para compreender o local educativo no caso de Londrina. Contribuições nos deram Adão e Magalhães (2011); Magalhães (2004; 2009; 2015), Luchese (2009), Carvalho (2010), Faria Filho (1997), Gonçalves Neto e Carvalho (2015), Souza (2015) e Vieira, Nery e Aguiar (2015). Além destas pesquisas desenvolvidas no Brasil e que pensam a promoção da educação no século XIX pela temática do território, buscamos verificar aquelas que se desenvolveram acerca da legislação educacional nos períodos de maior controle federal durante o Estado Novo (NEPONUCENO E GUIMARÃES, 2007; VIEIRA, 2001), bem como as que narram a fase das leis Orgânicas do Ensino a partir de 1942 (CAINELLI, 1997; SCHELBAUER, 2014; 2015). Muitas outras pistas foram descobertas no percurso e no desenvolvimento da própria pesquisa.

Para investigação das fontes documentais que dão corpo à discussão do nosso problema, apoiamo-nos ao que é discutido e observado por Faria Filho (1998) em suas pesquisas em História da Educação e nas quais teve como fonte a legislação do estado de Minas Gerais. Pelas dimensões destacadas pelo autor na constituição das leis, tornamos nosso olhar mais apurado a compreender o processo legislador em Londrina a fim de averiguar sua posição enquanto território de ações educativas pensadas pelos agentes do poder público municipal.

A nossa pesquisa teve por base a legislação como fonte para um estudo da história da escolarização municipal em Londrina. O desafio é o desvelamento de parte das relações interpessoais que envolveram a produção das leis e as práticas exercidas nesse processo, para que assim possamos construir um quadro de como se deu o processo de discussão, proposição, implantação e

organização da escolarização nesta localidade. Em suma, como se deu a representatividade e validação da escolarização no plano municipal.

Como referencial metodológico para orientação do uso das leis oficiais como fonte histórica, tem-se o estudo de Faria Filho (1998). Para o autor, a legislação ultrapassa a formalidade vislumbrada nos textos ordenados legalmente e nos apresenta um panorama de discussões através de tramas que envolvem o seu processo de elaboração e realização.

As leis foram elaboradas em algum momento histórico e construídas pela prática política e social de muitos sujeitos. Elas não foram, seja no poder executivo ou legislativo de uma municipalidade, simplesmente escritas e formalizadas como ordenamentos jurídicos, mas sim constituídas por disputas, ideologias, concepções de mundo, necessidades, desejos e prioridades num dado momento e lugar.

No que diz respeito à potencialidade do uso da legislação, tentamos fugir de um possível trato mecânico, buscando reconhecê-la como prática social, produzida por sujeitos, que deixam revelar seus interesses e desejos, configurando-se como espaço, objeto e objetivo de lutas políticas. Não a tomando apenas como um ordenamento jurídico (sem, no entanto, negligenciar esta sua condição), ou como rol de parágrafos e artigos a serem prontamente e rigorosamente incorporados pelos sujeitos, e ainda, como expressão e imposição do poder ou das classes dominantes, a legislação apresentou-se como rica possibilidade de pesquisa em história da educação, que no nosso caso, volta-se para a temática da educação do corpo na cidade. (FARIA FILHO, 1998, p. 106)

Tratar a legislação como fonte implicou compreendê-la como possibilidade de interpretação da realidade, de concepções políticas, administrativas e educacionais propostas e propagadas pelos sujeitos.

Segundo Faria Filho (1998), a pesquisa da legislação, inicialmente, nos remete a três articulações que dizem respeito ao arquivo não como mero depósito de documentos. Embora saibamos que desenvolver uma pesquisa pela legislação da maneira proposta por Faria Filho seja uma tarefa dispendiosa, conhecer as estratégias de análise de seu trabalho com documentos semelhantes aos nossos, nos apura o olhar e permite um reconhecer de caminhos e

possibilidades de escolhas ao tratar de fontes semelhantes. Vejamos o que o autor propõe:

1) *origem legal das legislações*: reconhecer na legislação selecionada, a partir de que atos ela surgiu, se foram oriundas de uma lei maior em concordância com o estado; se eram própria elaboração do poder político local; se serviam para ordenar, organizar, orientar e se foram reivindicadas ou impostas; dimensionar o quanto a lei estava ou não sendo cumprida ou realizada.

2) *arquivo e suas relações com a lei*: atentar-se como os documentos foram arquivados e por qual motivo os mesmos foram selecionados para serem guardados; identificar quais memórias os responsáveis pelos arquivos elencaram a serem guardadas; sobre quais orientações legais os documentos foram guardados; como se deu a manutenção, conservação e classificação dos mesmos.

3) *relação entre prática de/do arquivo e a prática da pesquisa*: como os arquivos estão organizados, existência de guias/catálogos de fontes, regras de funcionamento dos estabelecimentos, formas de acesso aos fundos de documentos

O autor destaca a pertinência de relacionar as práticas do arquivo com a política de guarda, conservação, organização e acesso. Isso significa dimensionar os poderes de mando e comando sobre a documentação arquivada.

No caso de nossa pesquisa, arquivos da Câmara, Prefeitura e Secretaria de Educação Municipal de Londrina foram visitados, inicialmente, buscamos a permissão do acesso e, posteriormente, passamos a praticar pesquisa. Os primeiros contatos com os arquivos foram certamente determinantes para a composição desta pesquisa, no tópico 1.2, descreveremos algumas experiências nos arquivos.

Em específico sobre a legislação enquanto fonte de pesquisa histórica, há várias dimensões a serem consideradas para deixar de compreender a

lei como expressão e imposição única e isolada socialmente. Conforme Faria Filho (1998), as leis portam as seguintes dimensões:

a) *A lei como ordenamento jurídico*: partindo da premissa que as normas nunca existem isoladamente, trata-se do contexto de normas específicas e, ao mesmo, tempo, relacionadas a outros ordenamentos.

b) *A lei como linguagem*: trata-se da expressão discursiva ancorada numa tradição, costumes e práticas sociais. São importantes os aspectos da linguagem da lei que diz respeito à forma e aos seus sentidos discursivos. Ainda atentar-se aos tipos (regulamentos, decretos, resoluções, portarias, emendas) e ao caráter gráfico.

c) *A lei como prática social*: têm-se a produção e a realização da lei. Observar as propostas de leis discutidas, aprovadas e reprovadas. Atentar-se para os sujeitos envolvidos na produção e execução da legislação. A legislação como prática de ordenação, controle e formalização também pode fomentar outras (novas) práticas sociais que posteriormente fomentarão outras (novas) leis.

d) *A lei como prática ordenadora das relações sociais*: trata-se de duas dimensões – a primeira, caráter histórico e político da legislação; a segunda, versa sobre os sujeitos responsáveis por esta intervenção social em escala local, regional e nacional.

e) *A lei como campo de expressão e construção das relações e lutas sociais*: atentar-se para quais são as disputas sociais e como elas são produzidas em dinâmicas contraditórias típicas das relações sociais que por vezes mascaram as injustiças. Aqui podem ser identificadas as tensões na construção de representações e sentidos sociais, bem como estabelecer e demarcar identidades de grupos, de profissionais diferentes. Cabe também dar ênfase às várias formas de apropriação e de uso da legislação pelos sujeitos no cotidiano.

As dimensões da lei orientaram a nossa pesquisa na medida que pudemos ver que a legislação pode expressar demandas educacionais pautadas por uma organização jurídica, legislativa, executiva e educacional de uma específica localidade municipal. Observar a legislação da maneira como é proposta, sugere uma identificação acerca de quais das dimensões mais nos aproximamos. Nos convida a perceber que a legislação expressa interesses, posicionamentos políticos e disputas de sujeitos e grupos relacionados aos costumes, tradições e culturas situados num tempo e lugar social e evidenciam concretizações ao que está relacionada.

A metodologia recaiu sobre a presença e revelação dos sujeitos e de traços de suas tramas na produção e realização das leis voltadas às questões educativas do município de Londrina. As questões educativas foram tratadas pela dimensão político-administrativa expressa na letra fria da lei, mas que se envolve às relações entre os sujeitos.

Desse modo, observamos que a legislação envolveu os indivíduos e seus grupos espalhados pelos espaços urbanos e rurais de Londrina (1934-1960). A análise da legislação educacional pôde demonstrar a ação municipal em seus atos legislativos e executivos, uma representação da participação popular e como ela se configurou como espaço de expressão e luta social.

A legislação é envolvida por "um emaranhado de práticas e representações que, sem dúvida, uma vez constituídas como objeto de investigações históricas, poderiam muito contribuir para o entendimento do fenômeno educativo em suas várias dimensões" (FARIA FILHO, 1998, p.124)

A pesquisa empreendeu a identificação, seleção, leitura, análise e interpretação de diferentes tipos de documentos: atas da Câmara Municipal, projetos de Lei (aprovados e/ou reprovados), relatórios de comissões legislativas, livros de registro sobre vereadores, relatórios de atos do poder executivo, relatórios dos inspetores e diretores escolares, regulamentos da instrução pública, editais contratação de professores, leis orçamentárias, legislação municipal/estadual/federal, entre outros.

Embora o conjunto documental aparente ser extenso, no primeiro momento, o esforço reuniu o máximo de registros que permitiram sistematizar uma

série documental para uma interpretação do papel do município de Londrina na promoção da escolarização e compreender a significação dos planos para a nação brasileira acontecendo na esfera municipal. Na medida que avançamos na pesquisa, critérios de eleição de fontes centrais para o trabalho foram sendo formulados e desta forma, num segundo momento de leitura e organização das informações, elencamos para uma análise mais atenta, três séries documentais principais: Atas da Câmara Municipal, Livros de leis e Decretos municipais com pareceres e emendas e os Relatórios do Executivo.

1.2 Dos arquivos percorridos

Primeiramente deparamo-nos com um caminho extenso a percorrer, bem como desconhecido. Uma história já existente, porém diante da possibilidade de ser contada por nossas lentes. Lentamente nos focamos nos aspectos por nós considerados relevantes e que teceram parte do que foram os passos percorridos pelo processo de instalação e estruturação educacional desta cidade e do seu espaço habitado. Num primeiro momento, a visita pelos arquivos do município nos possibilitou observar a quantidade de dados e fragmentos que poderíamos reunir para escrever uma trajetória da educação em Londrina. Foram então realizadas visitas e consultas preliminares nos seguintes locais abaixo discriminados, e que neles, a fase de digitalização e seleção iniciou-se e concluiu-se durante o ano de 2017.

Câmara Municipal de Londrina - CML

A busca por informações iniciou-se pelo foco principal desta proposta, a Câmara Municipal de Londrina - CML. Nela encontram-se cerca de 2600 livros encadernados, em muito bom estado de organização e conservação. Os livros e documentos estão organizados em dois espaços.

Um no piso térreo junto ao protocolo da Câmara. Nesta sala os documentos encadernados em capa dura, estão enfileirados por ordem cronológica e em estantes. Estes estão classificados entre: livros de leis nos quais encontram-se

as leis na sua íntegra, contendo: o projeto de lei (PL), as emendas, justificativas e pareceres das comissões; livros de portarias; de resoluções; livros de projetos de lei rejeitados; decretos do legislativo desde 1971, emendas da lei orgânica a partir de 1990; livros de legislatura especial para adaptação da lei orgânica desde 1989; atos da mesa executiva desde 1948; relatórios de atividades da mesa executiva de 1948 até 2016.

No outro espaço, em uma sala do piso superior de restrito acesso, estão dispostos os registros: livros de atas originais desde a câmara pioneira 1936-1937 (manuscritos); projetos de lei arquivados desde 1948; projetos de resolução arquivados desde 1952; projetos de emendas para a lei orgânica desde 1991; pedido de informação desde 2005; requerimentos desde 2005; ofícios recebidos pela presidência desde 2005; livros de fichas de empenho da despesa (1971 a 1977); livros de diários (1971 a 1977); contas de pagamento desde 1997; registro individual de vereadores desde 1948; atas de 1938; câmara mirim 1993-1994; prestação de contas desde 1969; comissões permanentes e especiais desde 1948; comissão processante desde 1979; comissão especial de inquérito desde 1957; denúncia desde 1975; comissão de ética parlamentar desde 2008; documentos do RH desde 1963.

Dentre todos esses documentos encontrados nos arquivos da Câmara Municipal de Londrina, 60 foram consultados e fotografados cuidadosamente por serem considerados pertinentes ao tema de aprofundamento desta proposta investigativa das ações municipais em prol da educação.

Entre os 60 volumes selecionados, os que correspondem às Leis, somam 30 unidades. Nestes livros, é possível observar o projeto de lei como foi apresentado e todos os seus desdobramentos. Em cada projeto de lei, organizam-se as emendas com suas respectivas autorias, o projeto conforme foi sendo modificado, os pareceres das comissões, justificativas bem como o projeto de lei final aprovado.

Há os livros que apresentam as atas das sessões dos vereadores, num total de 15 livros até a década de 1960, o processo de digitalização via fotografia aconteceu na íntegra a fim de garantir uma leitura mais ampla para a compreensão dos debates. Nota-se desde as primeiras atas que correspondem aos anos de 1936 e 1937, da considerada câmara pioneira, textos manuscritos que

relatam posicionamentos em prol da instrução. Após 1937, há uma lacuna de registros oficiais até 1947, um espaço de uma década sem um poder legislativo em atividade em razão do estado autoritário vivido durante a política do Estado Novo. A documentação a partir deste último ano, estão datilografadas. São 15 livros que variam de 150 a 200 páginas cada. A partir de 1947, considerada a primeira legislatura, há um movimento intenso de reuniões em registro de atas e as discussões tomam corpo ao longo das datas. Projetos de lei entram e saem de discussão e posicionamentos político-partidários puderam ser observados nestes momentos bem como a presença de populares.

A pesquisa adentrou também pela análise dos 3 primeiros livros de registros de vereadores referentes às três primeiras legislaturas contendo de 90 a 120 páginas cada um. Por eles, foi possível levantar o perfil dos representantes do poder legislativo de cada época e perceber o quanto essas constituições foram diversas, tanto pelas suas profissões ou ocupações, como também pelas suas origens relacionadas a todas as regiões do Brasil. No quadro individual² de cada vereador pode se encontrar a idade, estado civil, endereço, origem, profissão, partido político, um breve histórico de atuação no município e a que comissão fez parte. Esta documentação vem permitindo a observação das opções partidárias presentes no poder legislativo local, suas atuações, propostas e posicionamentos.

Foram observados também na câmara os livros de projetos de leis rejeitados pela casa, somando 3 volumes. Nestes livros, o volume de projetos rejeitados que se referia à educação resulta num número de 3, isso até a terceira legislatura.

No decorrer desta pesquisa, ainda na Câmara, foram localizados em uma caixa na sala superior e de desconhecimento do atual quadro de funcionários, uma coleção de livros, os relatórios detalhados do executivo. Compreendendo o período de 1948 à 1993, em muito bom estado de conservação e com informações relevantes para esta análise, os relatórios somam um total de 23 volumes, dos quais 6 correspondem ao período investigado. Para compreender e estabelecer um quadro de observação por estes relatórios, os 6 volumes foram fotografados e consultados na íntegra. Apresentados à Câmara no decorrer dos mandatos e por ela arquivados, cada volume contém cerca de 100 a 120 páginas no total. Nos textos do

²Quadro localizado nos Livros de Registros de Vereadores. Arquivo CML.

executivo, podemos visualizar o quadro organizacional e estatístico do município, questões financeiras, organização comercial, tributária, de arrecadação e despesas, de infraestrutura, saneamento, segurança, saúde pública e serviço social bem como do movimento educacional, dispostos em textos, gráficos, tabelas e fotografias. No que se refere à educação, podemos visualizar a oferta de vagas, o número de matrículas, o quadro de professores, a evasão e frequência, o aumento da oferta e até mesmo quadros comparativos da evolução do atendimento, alcance e organização do ensino. Hoje estes relatórios encontram-se no Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss", administrado pela Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Secretaria de Governo do Município de Londrina

Na Secretaria de Governo situada no prédio da prefeitura Municipal de Londrina, encontram-se documentos referentes às súmulas de decretos-lei; súmulas de leis, livros de leis; livros de decretos-lei e livros de portarias relacionados ao poder executivo. São documentos encadernados em capa dura, organizados em um armário que somam 86 volumes, de 1934 até a década de 1980. Após fotografados e verificados por inteiro, os livros de súmulas de decretos e de leis sobre os quais se referiam à educação, os selecionados para busca correspondem a 30% do total disponível. Pela leitura das leis e decretos do executivo, encontram-se um conjunto de propostas, emendas e posicionamentos que permitem uma leitura mais ampla sobre a constituição da proposta de lei como produto final. O que se refere ao período de não legislação pela Câmara Municipal, 1937 a 1947, percebe-se neste arquivo o movimento de criação dos decretos-lei por parte do executivo enquanto organizador do ensino municipal.

Núcleo Regional de Educação de Londrina

A investigação estendeu-se ao Núcleo Regional de Educação. Localizado na cidade de Londrina, representante direta da Secretaria Estadual de Educação (SEED) neste município, a instituição possui um arquivo referente à vida legal das escolas estaduais, um cadastros de todas as instituições nas variadas

modalidades de ensino (privadas, filantrópicas e públicas) a fins de cadastro, lista de escolas cessadas e livros atas que não foram consultados devido ao grande número de documentos elencados e que em outro momento poderão ser pesquisados para complementação de pesquisa em uma análise com focos diferentes.

Secretaria Municipal de Educação - SME

Na Secretaria Municipal de Educação (SME), os documentos estão organizados em dois locais. No prédio da SME, localizam-se documentos referentes à vida legal das escolas de educação infantil e ensino fundamental, urbanas e rurais que atualmente são as localizadas nos distritos, contendo dados como decretos de fundação, termos de funcionamento e pareceres dos órgãos responsáveis. Há também pastas individuais das escolas contendo: informações históricas de cada instituição, mais precisamente informações técnicas como: quantidade de alunos, planta, projeto hidráulico e elétrico, histórico dos patronos, documentos de fundação, legalização e inauguração. O conjunto documental varia de uma pasta para outra.

Em outro arquivo de domínio da SME, localizado no antigo Instituto Brasileiro do Café (IBC), em uma das casas na parte exterior aos barracões, encontram-se milhares de documentos organizados em 6 cômodos repletos de estantes, nas quais estão dispostas centenas de caixas-arquivos contendo documentos internos e pessoais de funcionários, livros de chamada e frequência escolar, relatórios gerais de ensino, documentos e regimentos das diversas modalidades (EJA, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação Integral), deliberações, C.I.s (circulares internas), entre outros.

Em uma das buscas ao arquivo do IBC, foram localizadas mais de 900 fotografias dispostas em 12 álbuns. Elas revelam em imagens, um histórico da organização interna da SME de décadas passadas. Podemos acompanhar por estas, cenas da formação de professores, da organização escolar, da merenda das escolas, da inauguração de instituições, de concursos públicos, campanha de matrículas, posses de diretores e supervisores, ações e comemorações comunitárias, visitas de autoridades entre outras. Correspondem às décadas de 1950 a 1990 e possivelmente possibilitam muitas outras pesquisas analisadas por outros ângulos, pois esboçam um quadro evolutivo da organização da educação no

município de Londrina. Um obstáculo percebido por estas fotografias é a inexistência, em boa parte delas, de uma legenda que as contextualize no tempo e momento representado bem como de seu(s) autor(es). Outro documento fotografado foi o intitulado "Educação de Adultos Supletivo 1952 a 1958" como também um de mesmo nome, mas que se refere a 1959 e que permite a visualização da organização do funcionamento dos cursos supletivos, detalhada minuciosamente pelo inspetor de ensino seguida de portarias municipais e estaduais, documentos de autorização e comunicados grampeados num mesmo conjunto.

Foi também fotografado o documento "Relatório Geral dos anos de 1956 a 1969" que traz uma padronização específica dos documentos municipais, acompanhados do Brasão da PML, os textos são datilografados e apresentam atividades escolares de maneira específica classificadas em: atividades pedagógicas, recreativas, de avaliação, de reuniões, eventos escolares, exames, visitas de inspeção e particularidades de cada escola. Este último documento possibilitou identificar de onde vinham as informações contidas nos relatórios do executivo os quais analisamos. Trata-se este do documento mais antigo localizado nesse arquivo, visto que os funcionários da SME relatam a carência de documentos que antecedem a década de 1960.

As buscas para complementação e verificação do movimento pedagógico para nossa pesquisa neste arquivo, em especial além de garantir informações importantes para o texto da dissertação, gerou desdobramentos de parceria futuras entre esta Universidade e a Secretaria Municipal de Educação, a qual até o presente momento não dispõe de uma organização de arquivo específica para este acervo tão importante à história de nosso município mas que prontamente se mostrou favorável e acessível às parcerias para este trabalho de organização . Os resultados da pesquisa neste arquivo possivelmente darão origem a futuras outras pesquisas visando a preservação do acervo e da história local.

Biblioteca Pública Municipal

Na Biblioteca Pública, encontram-se várias obras didáticas e literárias em relação à história de Londrina. Dispostas em uma sala denominada "Sala Londrina", nota-se uma variada série de informações geográficas, históricas,

étnicas, religiosas, arquitetônicas, fotográficas, didáticas e literárias. Para esta pesquisa, foi fotocopiada a tese “Estudo da evolução do Ensino Municipal de Londrina 1930 a 1970”, de Zenite Terezinha Ribas César (1976), que traz uma análise mais estrutural do cenário educacional londrinense e feitos empréstimos de livros diversos referenciados em nossa pesquisa.

Instituto Estadual de Educação- IEEL

Os arquivos do IEEL, antiga Escola de Professores de Londrina ou ainda Escola Normal, cujo histórico apresentaremos mais adiante, mantém um arquivo muito bem preservado com documentos desde a data de fundação. Apesar de mudanças de endereço, a documentação acompanhou a instituição e está preservada. Buscamos neste arquivo informações complementares a um tópico de nossa pesquisa intitulado "O professorado", a fim de possibilitar mais dados para visualizar o contexto. Neste local, pudemos verificar a existência de pastas individuais dos alunos com seus históricos e demais documentação de matrícula desde 1945. Estas pastas são organizadas em arquivos em formatos de estantes dispostos em trilhos fixados ao chão e a estrutura está muito bem conservada e em funcionamento dos trilhos. Faz-se a observação que os arquivos mais recentes não apresentam condições tão favoráveis como estes em relação à facilidade de consulta e manipulação.

Na secretaria do prédio encontram-se os livros de registros dos diplomas emitidos, os registros das disciplinas ofertadas no currículo, o histórico e entre outras. Por esta visita foi possível visualizar o movimento de formação de professores pela Escola Normal neste período e dar mais solidez à nossa argumentação.

Além dos arquivos físicos visitados e frequentados, temos as possibilidades dos bancos de dados das universidades e plataformas virtuais que oferecem muitos outros caminhos ao pesquisador e por um campo muito vasto para a busca bibliográfica. Os recursos virtuais contribuem consideravelmente para o diálogo com fontes que debatem mesmos problemas ou objetos como também aproximam discussões muito rapidamente devido ao acesso facilitado e dinâmico que essas plataformas possibilitam. Certamente um ganho para a pesquisa, como também uma encruzilhada. Enquanto pesquisadores deparamo-nos com um leque

generoso de possibilidades e muitas vezes, focar no objeto ou desviar-se dele diante de tantos diálogos é algo muito presente nas pesquisas e assim selecionamos dentre as muitas encontradas.

É importante ressaltar que em todos os locais visitados, o acolhimento foi imediato e a disponibilidade em relação aos questionamentos, bem como o acesso aos documentos, foi um diferencial que contribuiu muito para o alcance de consideráveis informações.

Foram esgotadas as leituras e catalogação dos livros de leis, decretos e relatórios do executivo até o limite temporal estabelecido e nossa leitura em relação às atas da CML findou-se até metade da década de 1950 possibilitando um diálogo entre os sujeitos políticos por todo esse período e compreendendo a responsabilidade devida ao contexto nacional e estadual. Após todo esse caminho percorrido entre os arquivos e suas histórias, a leitura das fontes afirmou a relevância das ações dos sujeitos e das relações existentes na elaboração da regulamentação deste município enquanto prática social, como linguagem e também como campo de expressão e construção das relações e lutas.

Foi por estas leituras que pudemos perceber o volume de algumas ações para promover a escola e a cultura local, suas forças e as alternâncias conforme se mostravam na legislação local. Em paralelo e pela compreensão que pudemos ter acerca do cenário educacional brasileiro, das incertezas e das possibilidades de ações municipais em sua forma de autonomia, fazemos postas em discussão no capítulo segundo a corresponsabilidade municipal e seu papel. Posteriormente, apresentamos no desenrolar do terceiro e quarto capítulos mais especificamente, algumas categorias as quais elegemos e que se mostraram com certa força junto aos documentos lidos e que expressam como o município exerceu a "autonomia autorizada" para organizar o ensino e a escola pública. Sendo assim, construímos esta e narrativa histórica visando compreender as marcas de educação deixadas pela municipalidade devido à regulamentação educacional.

2. MUNICÍPIOS PEDAGÓGICOS E SUAS HISTÓRIAS

O significado direto da palavra município nos traz a descrição de uma divisão administrativa de um estado ou ainda uma divisão territorial em um determinado país, distrito ou região, com certa autonomia administrativa, designações e constituído de órgãos político-administrativos próprios. Justino Pereira de Magalhães, historiador da educação e professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, desenvolve uma série de estudos que observam e definem a categoria historiográfica *Município Pedagógico*. Em seus estudos, o autor observa a temática local das ações municipais para pensar a escola quando pesquisa a realidade de Portugal.

A temática do regional e do local, incluindo o local educativo, tem sido objeto de renovação nas historiografias francesa, inglesa, belga, espanhola, entre outras, como temática específica e como transversalidade. O mesmo sucede em Portugal. Partindo da historiografia portuguesa, pode aventar-se que a história da educação por Estados-Nação e por ciclos constitutivos do Estado-Educador tem assentado em cronologias e processos de desenvolvimento que, não obstante integrarem o binómio centro-local, ao não permitirem uma aproximação abrangente e crítica às dinâmicas autonómicas do local e do regional, são redutoras da problemática educacional. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 12)

No projeto que coordena e que propõe pesquisas nesta temática denominado *Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)*, num dos textos com o título *História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*, além de todo conjunto de trabalhos presentes no projeto, podemos notar a combinação do local, do nacional e a transversalidade entre as instâncias. A obra apresenta pontos de apoio para pensar o local através das dimensões de observação: econômica, social, política e cultural envolvidas no processo pedagógico local.

[...] a história dos municípios e das regiões na educação e na cultura envolve um programa investigativo que construa e faça aplicação de uma teoria de conjunto, constituída por modelos e conceitos para descrição, denominação, categorização, explicação da realidade e comunicação científica do conhecimento histórico. Dado tratar-se de um objeto que corresponde a uma pluralidade de unidades observáveis, é necessário inventariar, cartografar, medir, comparar,

nos planos diacrónico, social, geográfico, distintos quadros histórico-pedagógicos que congregam, sob o formato de mapa e com recurso a cálculos estatísticos, informação referente a alfabetização, oferta escolar, públicos e frequência escolar, recursos, estruturas de fomento, administração e controlo. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 18)

Diante destas discussões e em diálogo com os estudos das ações municipais em Portugal e no Brasil, observamos que o papel da municipalidade extrapola o contexto local e dialoga com todas as composições na realidade de um território geográfico diretamente relacionado ao poder político nacional e o que ele propõe. Quando observada a realidade de Portugal no século XIX, traz o autor um processo de regulamentação no contexto local que possibilita caracterizar um determinado território como educativo, que oportuniza condições para a escola e para instrução dos sujeitos através de uma descentralização de poderes. Esta perspectiva nos convida a olhar para além do político-administrativo, de encontrar nos agentes singelos traços de suas atitudes, propostas e inquietações próprias e com significado para configuração da educação local além de refletir sobre a forma de tais atitudes e caracterizar como se dá a possibilidade das propostas e da autonomia para agir.

Com a política de fomento da instrução pública a partir das últimas décadas do século XIX, o município assumiu-se como um território educativo, onde a centralidade e atracção urbana, representada por um conjunto de oficiais e de funções ligadas à administração pública, contabilidade, comércio, construção civil, indústria, transporte, comunicação (electrificação, correios, escritórios, etc.) constituem uma diversificação da estrutura social e da malha, das relações e dos modos de produção, criando um lugar e uma oportunidade explícita e gratificante para aqueles que tiveram acesso e oportunidade de instrução. (MAGALHÃES, 2004, p. 15)

No contexto Brasil, século XX, o município é administrado pela Prefeitura, pela Câmara Municipal e seus agentes políticos, jurídicos, econômicos e socioculturais. Londrina é um município instaurado década de 1930, acompanhou, como nos inspira as palavras de monarca (1997, p. 54), um movimento e "contexto político e cultural simultaneamente modernizador e autoritário", no qual o Estado reforçava seu poder institucional e a escola era pois pensada nacionalmente para as regionalidades tão diversas e longínquas de um grande país. No entanto, o governo

federal não agia sozinho, a ação dos estados e municípios era envolvida nos planos centrais. As reformas estruturais para a instrução da nação teciam-se como emergenciais. Observar a temática local e regional na ação para a educação, nos faz dialogar com os trabalhos dos autores citados anteriormente, sobre como um município pode ser identificado como território pedagógico ou educativo partindo das discussões propostas por Justino Pereira de Magalhães e observando nosso contexto.

Analisar a trajetória do município de Londrina no âmbito educacional diante do cenário histórico brasileiro a que se inseriu, é preciso considerar sua fragilidade, bem como sua ousadia diante da necessidade local para o desenvolvimento e da possibilidade política de praticar a ordenação. Assim, pergunta-se: Como foi o papel do município enquanto gestor para pensar a escola no processo de desenvolvimento da cidade de Londrina? Em quais condições a escola acontecia?

Dentre as primeiras leis e decretos há indícios de organização escolar os quais apresentaremos no decorrer do texto.

Se de um lado a infraestrutura começava a facilitar a vida dos moradores, por outro ainda havia muito o que fazer. Terra sem leis não tinha futuro. Por isso, já no início da década de 30 foram elaborados os primeiros decretos e leis municipais de regulamentação urbana.(BONI, 2009. p.32).

Diante do que consideramos o local como agente representativo para concretizar a escola, o nosso trabalho apresenta possibilidades para compreender o processo de escolarização do ensino em Londrina/PR, entre as décadas de 1930 e 1960, considerando pois o local e as decisões políticas e administrativas que concretizaram e deram significado à escola.

Ainda, o que podemos chamar de Município Pedagógico ou ainda Território Educativo? O campo de pesquisas na área da Educação, especificamente de História da Educação, relacionada aos movimentos locais de ação em prol da escola, vem contribuindo na ampliação do conhecimento acerca dos processos educativos por meio de análises sobre suas ineficiências, avanços e atuações sociopolítico-culturais em diferentes esferas de organização, autônomas amplamente ou “autorizadas”, mas agentes e praticantes em um dado local.

Produzir uma história de ações de escolarização promovidas pelos poderes locais, é observar como se constitui um município ou território educativo enquanto um agente público notando o que observa Magalhães (2004) e abrindo uma discussão sobre como o caso de Londrina se insere no movimento do municipalismo. Consideramos ainda que partimos de tais reflexões a fim de construir nossa análise que se difere das do autor Magalhães pelo contexto e condição política de nosso caso. O sentido projetivo para a nação brasileira no século XX, trazem um ideário que se concretiza de fato pelas ações municipais executadas e permitidas dentro de um controle federal. Contamos pois uma história local observando como se deram as autorizações nacionais para possíveis configurações de territórios educativos neste sentido.

O município pedagógico enquanto unidade de observação:

É uma prática investigativa caracterizada e orientada por uma matriz conceptual e um método relativamente uniformes, bem assim como pela transversalização de informação e de estratégia entre os investigadores. No que se refere à história da educação em Portugal e Brasil, quer as instituições educativas, quer os municípios pedagógicos são estruturantes da história local e são instâncias fundamentais na mediação entre a história local e a história nacional. (GONÇALVES NETO & MAGALHÃES, 2009, p. 02)

No contexto a que se refere, os autores nos chamam a atenção para uma história local em diálogo com as questões históricas nacionais, de se considerar um olhar para o cenário político e cultural da época, das relações de soberania entre as instâncias de poder em esfera nacional e regional, às condições de atuação e autonomia dos poderes locais, bem como as manifestações populares e peculiaridades das realidades territoriais. Em estudos subsequentes e que versam sobre tempos em que os poderes centrais se alteram, a centralidade e descentralidade dos poderes para legislar, é ainda o município uma ferramenta para a organização e aplicação das leis. Magalhães (2011) discute neste caso, e na realidade de Portugal, o que ele chama de Modernidade Educativa que se concretiza com as escolas centrais:

Para a história da educação, o local encontrou no município e na instituição educativa as principais unidades de observação e de desenvolvimento. A historiografia do municipalismo na educação e na cultura é um exercício de conceptualização, demonstração e

narrativa da coerência teórica e da conciliação entre representação, desenvolvimento e instituição. A teorização do municipalismo, cujo quadro de desenvolvimento histórico inclui dimensões políticas, científicas, sociais, culturais, técnicas, desafia a um marco conceitual que integre as ações de público, privado, institucional, humanístico, cívico como vertentes de institucionalização pedagógica e como fatores da organização escolar. A municipalização não foi uma miniaturização do nacional, mas assumiu desenvolvimento próprio. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p.13)

O quadro educacional brasileiro percorreu no decorrer de seu processo histórico momentos distintos no que diz respeito à educação e instrução. Para refletir, observamos de maneira muito generalizada dois momentos especificamente. No primeiro o que corresponde ao século XIX, a ação municipal é marcante na organização da instrução pública e o quanto ela foi capaz de realizar e gerir, diante da ineficiência dos governos provinciais e federal em manter e organizar o ensino pelo país. Por algumas pesquisas apresentadas nas páginas seguintes e que versam sobre este contexto, notamos que a amplitude do território brasileiro agravou ainda mais a desigualdade no atendimento escolar para os brasileiros. Dividir a responsabilidade de organização e gerência do ensino com os municípios foi estrategicamente necessário para atender o público escolar e a liberdade de ação dos poderes municipais eram independentes em suas ações.

No segundo contexto que se refere a esta pesquisa de mestrado, trata-se do século XX no qual como apresentamos, a ideia do "Estado Nação", das propostas unificadoras do ensino para todas as localidades também se executa pelas ações municipais, porém com uma outra forma de autonomia, uma espécie aqui chamada de "autonomia autorizada".

Como ponto de partida ao verificar Magalhães (2004) abordando o Município Pedagógico, o autor nota uma ação e autonomia local para garantir e organizar a instrução pública. Uma análise deve recair para além dos elementos político-administrativos das localidades, isso porque a escolarização é promotora de condições culturais, identitárias e educacionais de uma comunidade, inclusive de seus silêncios e dos fatores motivadores para tais. Já em nosso contexto e observando o fenômeno do municipalismo com o qual mais nos aproximamos, vimos tecendo este estudo das ações municipais e da atuação dos poderes públicos como promotores da organização da escolarização, e, mesmo que em resposta à

uma centralidade, que esboçaremos a frente pelo decorrer do capítulo terceiro o que ocorre no caso de Londrina em período de pleno desenvolvimento do espaço da cidade, do município e dos ideais de nação no contexto nacional aqui se aplicaram.

O intento desenvolvimentista levou a que os municípios, a expensas próprias, extrapolassem a alçada de cumprimento da escolarização obrigatória e universal, criando programas e instituições escolares de sequência e progressão dos estudos e de resposta à formação profissional. O municipalismo alimentou-se de um sentido autônomo, integrativo, identitário, que conciliou urbano e rural, tradição e progresso, o autárquico e o comunitário, o endógeno e o exógeno. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 14)

Os trabalhos acerca de estudos sobre *municipalismo* enquanto um movimento para promover a educação e cultura sistematizam-se da seguinte forma:

- 1) Binómio (tensão recorrente) entre o Local (município/município pedagógico) e o Estado/Nação, ou, por outra terminologia, entre o Centro e a Nação/Estado;
- 2) Quadro de desenvolvimento histórico-político formado pelo estrutural(histórico/geográfico); pelo evolutivo(demografia/urbanismo /progresso); pelo conjuntural representação/reivindicação; consultas/inspeções; planos/mapas; organizações/comissões);
- 3) Sequência processual (semântico-estatutária) que inclui polarização(representação/petição/reivindicação); constituição de um centro local (plano/organização); uma subsidiariedade (participação/ideário/expansão); uma complementaridade (integração como instância orgânico-corporativa); uma alternativa (territorialidade/autonomia). (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 20)

Pesquisas em relação ao cenário brasileiro em condições de maior proximidade à categoria município pedagógico podem ser observadas, mais no primeiro contexto histórico ao qual nos referimos, o do século XIX e início do XX. Gonçalves Neto (2015) traz a discussão do caso mineiro e sua ação regulamentadora. O autor faz uma explanação de textos legais acerca da organização do ensino público em Minas Gerais – Uberabinha, 1822-1930 – e percebe uma preocupação decisiva pela instrução pública deste local. Ele também identifica, já nas quatro primeiras leis da Câmara Municipal de Uberabinha, o unânime conteúdo educação, sua regulamentação e seu plano municipal. Tais

observações caracterizam esta realidade como um território pedagógico e não apenas político-administrativo.

Notar um município enquanto promotor da educação e da cultura local, nos foca o olhar sobre a realidade da escola londrinense, num contexto histórico em que a centralidade de governar e sua força, trazem consigo o controle bem como intuito de equalizar as condições não só de instrução como também de acesso à cultura. A relação município e escola em Londrina no século XX nos permitiu observar a organização da escola primária, predominantemente rural, mas também urbana, seu desenvolvimento e sobre o envolvimento dos agentes promotores, reivindicadores e participativos desta escola. Em Londrina nos primeiros anos de município, eram as escolas étnicas de iniciativa privada de grupos de imigrantes que iniciaram uma história da escola local. As subvenções pelo poder municipal já existiam nos registros oficiais do executivo e a posição da Câmara Municipal registrada em ata, em 27 de julho de 1936, demonstra o reconhecimento de seu interesse pela educação, ao autorizar apoio financeiro a uma dessas escolas: "A Câmara Municipal de Londrina, considerando que é de seu interesse favorecer tanto quanto possível o crescimento da instrução pública [...]"

No contexto da Primeira República no Brasil e do incipiente movimento industrial-urbano, as lideranças promoveram a ideia de que pela educação poder-se-ia remodelar o povo para a política e para o trabalho, logo a falta de instrução era um entrave ao progresso nacional. Contudo, o problema da escolarização para as classes populares, não foi resolvido pelas ações e políticas nacionais por um longo período de tempo.

A preocupação com instrução do povo não foi um problema inaugurado no período republicano, desde do Império legislava-se sobre a causa, mas pouco também se promovia. Gonçalves Neto (2015) destaca que no Império brasileiro a instrução elementar estava a cargo das províncias e assembleias legislativas, e assim, dada situação de heterogeneidade, houve poucos avanços na matéria gerando, inclusive, disparidades entre diferentes localidades. Nesse contexto, alguns municípios passaram a arrogar para si parte do papel da promoção da escolarização.

Luchese (2009) aborda o cenário da administração pública municipal da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do

XX, como determinante para a constituição de uma rede de escolas elementares que por décadas atuaram na disseminação do ensino da leitura, matemática, civismo e catecismo. A pesquisa refere-se às três primeiras colônias italianas do Rio Grande do Sul, ocupadas por imigrantes que deram origem aos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, contextualizando e analisando as ações dos administradores, do legislativo e do executivo em relação à organização da instrução. Percebe-se neste cenário, a presença de inúmeras escolas particulares já subvencionadas pelo governo, no entanto: "Sob as mais diferentes justificativas, as comunidades solicitavam ao intendente a presença da escola elementar pública". (LUCHESE, 2009, p. 83).

Souza (2015), em seu trabalho intitulado *A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910)*, investiga a ação pedagógica do município de Campinas e levanta dados sobre a historiografia da educação do estado de São Paulo. Examina como a legislação estadual normatizou a ação dos municípios em relação à educação e o repasse da responsabilidade para as câmaras trabalharem em nome da escolarização.

Na última década do século XIX, a Câmara Municipal de Campinas representa ações pedagógicas através de seus encaminhamentos. Souza (2015) observa na proposta municipal de ensino, uma postura segura e ativa ao requerer o repasse de verbas para a manutenção das escolas públicas, visando de fato garantir a subvenção para este fim. Por esta colocação, o não atendimento para tal solicitação, verificou-se que a transferência de responsabilidades aos municípios não trazia o peso da transferência financeira cabível para a manutenção do ensino. O estado paulista desejava dividir as responsabilidades com os municípios, no entanto o deslocamento de recursos não era compatível. É possível perceber o jogo político existente entre estado e municípios e a problemática referente à instrução rural também responsabilizada aos municípios na mesma época.

A discussão sobre o município pedagógico nos remete a um olhar atento para quais são as condições políticas e financeiras de um determinado local a ser investigado, bem como a postura da sociedade local, das elites e do poder legislativo diante das ações regulamentadoras e seus respectivos posicionamentos na formação cultural e educacional de sua população. A configuração dos municípios como atuantes em relação ao movimento de estruturação das escolas,

pode revelar um cenário de tensões, propostas e decisões realizadas entre o poder local e o poder central, suas responsabilidades para com a instrução pública, a realidade integrante local e a sua autonomia legal. Gonçalves Neto (2015) destaca o quanto o movimento municipalista é ampliado na década de 1930 e 1940 e permanece por todo século XX, inclusive extrapolando. A atuação dos municípios pela condução do período escolar correspondente no século XXI por ensino fundamental I, é o que esteve diretamente relacionado à educação do povo e desde as décadas citadas foi sendo cada vez mais de ligação direta à responsabilidade municipal.

2.1 "Autonomia autorizada": corresponsabilidade dos municípios e a educação escolar

A história do municipalismo congrega dimensões de autarcia e polarização com dimensões de descentralização e de corresponsabilização do local em planos e desígnios oriundos do poder central. A ação e a participação dos municípios na educação e na cultura fez-se sentir e manifestou-se em três direções: autonomia e autossuficiência; complemento da oferta central; suplemento, desdobramento e multiplicação de centros de dinâmica local. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 19)

Propor uma discussão a partir do termo autonomia, exige um esforço de situarmo-nos acerca de qual pressuposto partimos para utilizar esta definição olhando para uma condição político-administrativa, sendo assim, requer de nós uma breve definição histórica, política e também filosófica para tratar o termo *autonomia*. As dimensões do municipalismo apresentadas por Magalhães, trazem a corresponsabilidade como um de seus braços e vemos que, o exercício para esta prática está consideravelmente envolto por uma espécie de "autonomia autorizada" aos sujeitos locais. Embora soe contraditória a aplicação destes termos lado a lado, compreendemos que autonomia se dá no campo das relações dentro de uma condição de direitos de ação. Segundo MARTINS (2001), a realidade concreta em que as decisões se materializam é envolta por cidadãos que participam da efetivação dessas demandas. Cidadãos que são indivíduos e que possuem uma

certa liberdade de opinião e de expressão mesmo dentro dos limites controladores do estado.

Se olharmos para a dimensão política de autonomia a temos como uma capacidade de criar e aplicar regras e normas sem alguma interferência, sendo assim, no contexto desta pesquisa, cairíamos numa contradição, pois a condição de aplicação das leis se tratam de um contexto centralizador e controlador como vimos discutindo. No entanto, no âmbito filosófico, consideramos uma autonomia ao sujeito e sua ação, a possibilidade de que ele exerça e decida algo, mesmo que delimitado por um poder central. O sujeito local é conhecedor de seu campo de atuação, é capaz pela sua atuação deter alguma liberdade de escolha diante das particularidades que o cercam a fim de manter aplicação.

Dessa forma, este estudo tomou como referência central a autonomia no seu sentido mais amplo, na tentativa de elucidar as complexas relações estabelecidas pelas dimensões que a constituem, individual e social. Estas dimensões podem ser discutidas partindo-se do nível onde a elucidação pode se configurar mais fácil: do desenvolvimento exercício da autonomia individual. (MARTINS, 2001, p.14)

No Brasil do século XIX, por um breve panorama, províncias/estados e o governo federal eram menos centralizadores nas medidas para o ensino primário. Era pois possível notar diferenças entre os estados mais avançados na promoção da educação em seus territórios, e, sendo assim, a ação local foi determinante na condição da instrução pública. Nesta condição, a ação municipal para promover a educação, posta por estudos³, observam a constituição de territórios municipais relativamente autônomos que como gestores, que agiram ativamente na organização do ensino primário não sendo regra nas demais localidades brasileiras. São exemplos de pesquisas os casos dos estados de Minas Gerais e São Paulo que, em alguns de seus municípios foi possível perceber a exposição de medidas, sugestões e propostas de inspetores, secretários estaduais, vereadores e prefeitos que visavam agir para a organização da instrução primária junto aos anseios da República como sendo a escola uma estratégia essencial no projeto civilizador republicano (SOUZA, 2009). Mas a ideologia democrática de

³ Gonçalves Neto (2007); Luchese (2009); Souza (2009); Carvalho (2010); Vieira, Nery e Aguiar (2015).

dividir as responsabilidades com as províncias não demonstrou avanços para a educação.

No entanto, apesar de todo esse “entusiasmo”, a República, em seu início, pouco fez pela instrução popular, em quase nada mudando a estrutura educacional em relação ao tão criticado ensino imperial. Entre outras coisas, porque não se enfrentou o problema central que estava colocado desde o Ato Adicional de 1834 que, ao descentralizar o controle sobre a educação elementar, abriu mão da possibilidade de formação de alguma forma de organização nacional de ensino. O poder transferido às províncias naquele momento e referendado em interpretações posteriores, garantia a estas autonomia, inclusive na condução dos negócios da educação primária. (GONÇALVES NETO & MAGALHÃES, 2009, p.12)

Investigações semelhantes pautam-se nos principais pontos observados pelos autores e identificam muitas particularidades em cada território analisado de acordo com o contexto político-administrativo, problematizando pelo registro de seus documentos, ações descentralizadoras e características autônomas presentes nos projetos educacionais de cada município. No entanto pesquisas analisadas discorrem situações sobre municípios que organizaram suas escolas primárias no período republicano, do final do século XIX ao início do XX.

Nosso trabalho analisa quais as propostas de educação se efetivaram no território de Londrina e de que forma se deu sua organização junto à construção do município de Londrina que é criado no quadro do Movimento da Escola Nova, sendo assim conseqüentemente, subordinado à outras deliberações políticas nacionais bem como de condições administrativas diferentes daquelas investigadas pelos outros trabalhos já existentes no Brasil. Condições de uma autonomia delimitada e autorizada dentro de algumas possibilidades de ação.

O município de Londrina atuou no processo de organização escolar da cidade em seus primeiros anos de fundação diante do movimento urbano e rural em constante transformação, entre as décadas de 1930 e 1960. Magalhães (2001) observa as transformações semelhantes ao caso brasileiro e que ocorreram na realidade de Portugal. Considera as transformações políticas constitutivas do cenário municipal as quais semelhantemente observamos no processo histórico político brasileiro.

A história dos municípios permite combinar mudança e transformação com permanência e institucionalização. Os municípios do Antigo Regime tinham no foral um documento fundante, delimitativo e regulador. Evoluindo, convencionaram usos e costumes, puseram em prática uma escrituração, fortaleceram um estatuto instituinte e projetivo. Na transição liberal, os municípios, detentores de tradição, estatuto e modelo governativo, inspiraram as novas estruturas nacionais.(ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p.18)

Tornou-se então um desafio para a nossa pesquisa desenvolver uma análise no período histórico delimitado entre 1930-1960 e assim, tivemos como ponto de partida observar atentamente as proposições de Gonçalves Neto e Magalhães (2009) e construir nossa discussão diante do quadro que configurou a realidade deste local. Quando os autores discutem a ação municipal e as particularidades do contexto local para efetivar a escola e a instrução de seus sujeitos nota-se que "O município será uma unidade de observação compósita e produto da ideação meta-histórica de município pedagógico" (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p.18). Na realidade de Londrina a descentralização das ações não predominou devido à centralização gerada pelas leis orgânicas do ensino oriundas de um plano para a nação, esta centralização das propostas educacionais para um país tão amplo e diverso contava com as possibilidades de ação em cada território nos variados contextos municipais brasileiros e suas capacidades executoras. Consideram-se também os agentes locais e a real possibilidade de aplicabilidade das leis.

A integridade e a autarcia, como marcas constitutivas do local histórico são resultantes de um ou diferentes processos, ou mesmo ciclos, de autonomização, pelo que não sendo estáticas correspondem, frequentemente a um equilíbrio entre motivações e factores endógenos de sentido identitário, a um lado, e motivações e forças exógenas de assimilação e dominação a outro. No caso dos municípios pedagógicos, como no caso das instituições educativas, o local é a construção histórica resultante de uma dialéctica factorial entre emergência e cedência, tendo esta última frequentemente assumido a natureza de uma descentralização. (GONÇALVES NETO & MAGALHÃES, 2017, p.3)

A partir da década de 1930, o governo federal brasileiro configurou um novo formato para organizar e fomentar a educação nacional e, contar com a ação dos municípios para garantir a escola, também era estrategicamente

necessário, porém de uma maneira amplamente controladora e unificada. Era intento que todos os brasileiros tivessem um ensino regido por diretrizes essenciais e fundamentadas, como vem defender a lei orgânica do ensino primário já na década de 1930. Para termos um panorama das ações nacionais de como se organizou o ensino neste período, partimos da análise das seguintes deliberações.

-BRASIL. Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário.

-BRASIL, Constituição Federal (1934).

-BRASIL. Lei nº 14, de 29 de janeiro de 1935. Modifica a legislação do ensino.

-BRASIL, Constituição Federal (1937).

-BRASIL. lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

-BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP.

-BRASIL. Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de Abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios.

-BRASIL. Decreto-lei nº 2.416, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios.

-BRASIL. Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Institui o fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário.

-BRASIL, Constituição Federal (1946).

-BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

-BRASIL. Decreto-lei n.º 8.535, de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministro da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências.

-BRASIL. Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.

-BRASIL Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 . Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

-BRASIL. Decreto nº38.955 de 27 de março de 1956. Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) , instituída em 1952.

Por este movimento regulamentador, fazer acontecer todas as propostas existentes, era pois um desafio por todo território brasileiro e que se estende, de certa maneira, até a atualidade. Os municípios brasileiros a partir de

então deveriam empreender a aplicabilidade das propostas educacionais somados a uma atuação dos diversos agentes públicos. Vimos nestes agentes o complemento que possivelmente traz um diferencial para o funcionamento e concretização da escola e notamos por esta possibilidade de aplicação para empreender as propostas ao ensino, o exercício de uma "autonomia autorizada" aos municípios que veio garantir a execução e validação de tantas determinações oriundas do movimento das reformas e planos para o ensino da nação.

2.2 O território pedagógico educador e a realidade no município de Londrina: as vozes e os silêncios da municipalidade

No caso e no tempo em que Londrina (1934-1960) ordena legalmente o ensino primário, ela não o faz isoladamente e com a mesma autonomia do século XIX que outros municípios tiveram na realidade brasileira. Para compreender a aplicação dos programas e deliberações, a exploração das leis apresentadas e que compunham o quadro nacional para a atuação do município foi fundamental para compreender de que forma este município atuou e ordenou. Considerando os tempos políticos do cenário brasileiro num contexto geral para a atuação dos poderes públicos em todas as esferas nacional, estadual e municipal, que, após o levantamento e análise de nossa documentação, elaboramos um panorama de como o poder local deliberou legalmente não só pela educação mas em diversos contextos públicos e administrativos.

Tabela 1

PERFIL TEMPORAL DAS DELIBERAÇÕES MUNICIPAIS		
1934 a 1936	1937 a 1947	1948 a 1960 ...
O ordenamento se dava por Decretos do Executivo desde 1934. Com a eleição da câmara Pioneira em 1935, foi em 1936 que os vereadores eleitos atuaram durante um ano de legislatura. Encontra-se neste período além dos Decretos do Executivo, as leis da Câmara Pioneira.	Neste período de 10 anos o município se ordenou por decretos e Decretos-lei do Executivo. As câmaras municipais foram dissolvidas. Não foram localizados registros de leis nos arquivos da CML.	A partir desse momento e com a nova configuração da CML. Os vereadores passaram a legislar junto ao executivo. Há registros dos projetos de lei apresentados pelo executivo e votados na CML.

Tabela elaborada pelos autores

Fonte: Conjunto documental de leis e decretos da CML e Secretaria de Governo.

É possível identificar autonomias e proposições em um contexto político tão controlador e unificador? Pelo que estamos em constante verificação com os estudos que observam o papel do município na promoção da educação, o que observamos são ações com uma espécie de autonomia para executar, dentro de uma limitação, de um controle, mas que agem dentro de especificidades locais muito particulares e cheias de dificuldades de escassez. Quando detectamos um movimento em favor da educação pela documentação, logo percebemos que os atos respondem ao movimento pedagógico nacional e se respondem, atuam, validam e dão sentido ao plano das ideias pedagógicas de um governo. Em Londrina, as propostas enquanto projeto de lei para abertura, criação, denominação ou transferência de escolas, em sua grande maioria, partiram do executivo embora a Câmara respondesse favoravelmente às propostas do executivo e tal eram suas possibilidades na época.

Esta comissão sempre que tem de dar o seu parecer a projeto que cria novas escolas ou faz praseirosamente (SIC), vendo assim que o nosso município tem a maior consideração o ensino primário, base de civilização e conseqüentemente o progresso sempre crescente em marcha do Município de Londrina. A Comissão sente-se perfeitamente a vontade para recomendar ao plenário a aprovação[...] (Parecer da Comissão de Educação anexa ao PL

14/51, 28 de agosto de 1951. Livro de Leis volume 6- Câmara Municipal de Londrina)

Embora o legislativo municipal se manifestasse favorável às proposições do prefeito, de certa forma estavam impossibilitados de propor algumas medidas para a educação da cidade bem como para o município, em algumas situações pois sua atuação praticava-se de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº64/1948). A princípio foi um fato curioso não ter localizado em nossa pesquisa, um número considerável de projetos de lei de autoria do legislativo que estivessem relacionados à escola. O "silêncio da Câmara Municipal" seguia um tanto estranho às nossas lentes, ainda mais quando retomávamos os casos brasileiros dos estados de Minas e São Paulo nos quais seus representantes agiam mais ativamente para fomentar a escola local no final do século XIX e início do XX. Aos poucos compreendemos que grande parte das medidas no caso de Londrina não poderiam ser de sua autoria do legislativo devido à responsabilidade a Lei nº64/1948⁴.

Em análise ao "Livro de Leis Rejeitadas" do arquivo da Câmara Municipal de Londrina, localizamos um único projeto de lei relacionado à educação e que tivesse sido rejeitado, no período de 1948 a 1960. O PL nº 100, ano de 1950, foi apresentado pelo Vereador Manuel Jacinto Correia (PTB) para fins da criação de uma escola primária na Vila Iara. Passou por todas as discussões na Câmara e aprovado sem discursos, segundo as atas. No entanto, quando encaminhado ao executivo foi vetado pelo prefeito.

Com a palavra o senhor Vereador Manuel Jacinto Correia falou a respeito do veto do Executivo Municipal ao projeto de Lei nº100 de sua autoria, dizendo ser dito Projeto aprovado por unanimidade por essa Câmara, e que não são razoáveis os motivos expostos pelo senhor prefeito, especialmente por haver precedentes de criação de Escolas por iniciativa de vereadores, e, que necessitar-se de pedir licença ao Senhor prefeito para legislar sobre o assunto, seria a Câmara abdicar de seus direitos, achando o orador improcedente o veto do Executivo Municipal. Usando a palavra o senhor Vereador Anibal Veloso de Almeida, disse em face das justas razões apresentadas pelo senhor Prefeito, quanto ao veto ao Projeto-de-Lei

⁴ Neste período os vereadores eram de certa forma impossibilitados de ter a iniciativa de leis. De acordo com a Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná:

Art. 51. Compete ao prefeito:

I - ter a iniciativa de leis, sancioná-las, promulgá-las e providenciar a sua publicação;

nº100, a Comissão de Justiça, achou razoável e acatou-o, dizendo mais, que a criação de escolas é da competência privativa do Executivo Municipal, conforme se verifica a Lei Orgânica dos Municípios. Com a palavra o vereador Edgar Távora, disse discordar das razões do veto do Senhor Prefeito e do respeitável parecer da comissão de Justiça, pois, o Projeto Lei nº100 é referente a criação de uma escola na Vila lara, cuja verba para sua criação é a de "Serviço Público em comum com o Estado" e não de "Obras e serviços públicos, o orador disse ainda, julgar que o veto denota de uma má vontade por parte do Executivo Municipal, e que é contrário ao mesmo. Com a palavra o Senhor Vereador Leopoldo Câmara, disse estranhar o veto do Projeto Lei nº100, e que o mesmo não tem base jurídica; que considerando a relevância do serviço prestado à infância da Vila lara, com a criação da escola a que se refere o Projeto Lei nº100, não vê razões que justifiquem o veto, motivo porque é pela sua rejeição. Usando a palavra o senhor Vereador Fulgêncio Ferreira Neves, manifestou-se contrário ao veto e exaltou a grandeza do ensino. Ninguém mais usando a palavra[...] (Ata da sessão de 8 de agosto de 1950. Câmara Municipal de Londrina)

Mesmo com muitos posicionamentos contrários e narrados ao veto do prefeito, o veto foi aprovado por 5 votos a 3. Diante de todas as considerações acerca da escola bem como das necessidades sentidas pela população da Vila lara, as quais ficam subentendidas pela proposição, identificamos por este veto a manifestação de soberania e não o prevailecimento da necessidade da população. Quando olhamos para a legislação citada para justificar o veto, a Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº64/1948), identifica-se:

Art. 25. Compete à Câmara, com a sanção do prefeito, legislar sobre:
III - serviços de utilidade pública; [...]

Art. 26. A iniciativa das leis, salvo os casos expressos de competência privativa, cabe a qualquer vereador, às Comissões da Câmara e ao prefeito.

Parágrafo único. Compete privativamente ao prefeito a iniciativa das leis referentes ao funcionalismo público e a viação e obras públicas.

Como foi citado pelo Vereador Edgar Távora, a verba para a construção e criação da escola não era verba de obras públicas e sim de serviços públicos em comum com o estado. Pela leitura da referida lei, compreendemos a defesa ao Projeto Lei nº 100 e não ao veto. No entanto, somado ao estranhamento de alguns vereadores que se posicionaram e sem alguma justificativa legal ou coerente registrada pelas atas, o veto aconteceu. As disputas de poder se

evidenciam neste momento e o não prevalecimento da garantia dos direitos é posta pelas vias da política. Os tensionamentos entre as esferas do poder local, a corresponsabilidade e as ações políticas geram reflexos nas estruturas que surgiriam para amparar o ensino.

Neste momento os municípios respondiam a várias determinações estaduais e nacionais as quais faziam parte das políticas que visavam estruturar o ensino no Brasil bem como a administração dos estados e municípios. Apesar do episódio narrado, a partir dos anos de 1952 e 1953 o ensino primário local ganha adequações às práticas pedagógicas no território municipal as quais estavam previstas na Lei Orgânica do Ensino Primário.

O clima de liberdade e de livre expressão do pensamento, que sucede com o fim da ditadura Vargas, acabou por favorecer uma reforma do ensino primário mais adequada à realidade brasileira e aos anseios dos educadores, porque resgatou boa parte das idéias pedagógicas presentes no "Manifesto dos Pioneiros". (PALMA FILHO, 2010, p. 14)

Ainda que na mesma Lei ocorresse pelo "Art. 12. O ensino primário obedecerá a programas mínimos e a diretrizes essenciais, fundamentados em estudos de caráter objetivo, que realizem os órgãos técnicos do Ministério da Educação e Saúde", fazemos destaque para o Capítulo II: Dos sistemas de ensino primário.

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, formarão, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, um só sistema escolar, com a devida unidade de organização e direção.

Art. 25. Providenciarão os Estados, os Territórios e o Distrito Federal no sentido da mais perfeita organização do respectivo sistema de ensino primário, atendidos os seguintes pontos:

- a) planejamento dos serviços de ensino, em cada ano, de tal modo que a rede escolar primária satisfaça às necessidades de todos os núcleos da população;
- b) organização, para cumprimento progressivo, de um plano de construções e aparelhamento escolar;
- c) preparo do professorado e do pessoal de administração segundo as necessidades do número das unidades escolares e de sua distribuição geográfica;
- d) organização da carreira do professorado, em que se estabeleçam níveis progressivos de condigna remuneração;
- e) organização de órgãos técnicos centrais, para direção, orientação e fiscalização das atividades do ensino;

- f) organização dos serviços de assistência aos escolares;
- g) execução das normas de obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar;
- h) organização das instituições complementares da escola;
- i) coordenação das atividades dos órgãos referidos no item e com os órgãos próprios do Ministério da Educação e Saúde, para mais perfeita articulação dos sistemas regionais, e crescente aperfeiçoamento técnico pedagógico.

Art. 26. O sistema de ensino primário, em cada Estado e no Distrito Federal, terá legislação própria, em que se atendam aos princípios do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Os sistemas dos Territórios terão regulamento expedido pelo Ministro da Educação e Saúde. (Decreto-Lei nº8529 de 2 de Janeiro de 1946).

Se havia alguma autonomia para adequar as condições do ensino primário no território local, trazemos para discussões as medidas que foram efetivadas para a educação no município em suas áreas centrais, suburbana e zona rural, onde estavam a maioria das escolas municipais. Se olharmos pelas atas, notamos que ainda no ano de 1953, os vereadores sentiam-se de mãos atadas em relação a legislar sobre escola, no entanto na maioria das vezes seus pareceres eram favoráveis, mesmo que breves. A efetivação das "necessidades do número das unidades escolares e de sua distribuição geográfica" pôde não ter sido tão explorada para efetivar-se como esperado. Em apresentação na Câmara de Vereadores em 1953 usou a palavra o vereador Dimas de Barros. O vereador se posiciona a favor e expressa-se por achar justa a indicação do Vereador Mario Romagnolli, que propõe a criação de uma escola municipal no bairro Aeroporto, local que se acha bastante distante de qualquer outro estabelecimento escolar, e ainda ressalta o vereador que a criação de uma escola proposta, muito beneficiará a população escolar naquele bairro.

[...]com a palavra o senhor vereador Aristeu Santos Ribas, disse que é certo que a indicação 24/53, em virtude do prédio que é preciso ser construído para nele funcionar uma escola, está ligada a assuntos da comissão de Viação, e continuando disse ser lamentável que a Lei Orgânica dos municípios proíba ao legislativo a apresentação de projetos da natureza em debate, dando tal direito privativamente ao executivo, e prossequindo disse o orador da necessidade de se tomar a iniciativa junto a todos os municípios para que se consiga a reforma da Lei Orgânica, com o fim de poderem as Câmaras legislar sobre assuntos da natureza do debatido[...] (Ata da sessão do dia 15 de maio de 1953. Câmara Municipal de Londrina)

A escola em questão foi posteriormente criada no Bairro do Aeroporto em março do ano seguinte, mas por projeto de lei do executivo. A municipalidade em consonância com a legislação estadual e nacional, vinha realizando ações para que as escolas funcionassem e a frequência dos alunos fosse mantida.

Tabela 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA				
QUADRO DEMONSTRATIVO DA MATRÍCULA				
Quinquênio 1949/1953				
Anos	Matrícula Inicial	Matrícula Final	Frequência	%Promoção
1949	3598	2212	2051	-
1950	3572	2307	2132	-
1951	3640	2678	2362	-
1952	3150	2774	2215	57,10
1953	3487	2808	2910	78,96

Reprodução da tabela apresentada em relatório do prefeito Milton Ribeiro Menezes.
 Fonte: Relatórios do Executivo, Volume 2- 1952 a 1954 - Câmara Municipal de Londrina.

Mesmo que o número de matrículas aumentasse, era comum encontrar nos textos dos documentos, evidências da falta de escola⁵. Nota-se que em todos os anos analisados, o discurso trazido nos documentos que retratam tal escassez do acesso à instrução, se repetia e quase com as mesmas palavras.

Senhor presidente tenho a honra de encaminhar a deliberação de ser grande e legislativo incluso projeto de lei que cuida da criação de uma escola municipal no patrimônio de Guaravera Distrito de Tamarana era próspero povoado que se situa a margem da estrada Londrina-Eldorado consta já com cerca de 100 casas e na circunvizinhança inúmeras propriedades rurais estão sendo cultivadas provocando adensamento da população naquela região. Impõe-se pois que de o município a indispensável assistência no setor do ensino primário que já vem sendo reclamada pelos habitantes daquela localidade[...].(Exposição Justificativa do executivo ao PL 26/1953 - Lei nº 197).

⁵ Os Censos Demográficos, a população de adolescentes e adultos analfabetos alcançava 59% (13,2milhões) em 1940; 53% (15,2 milhões) em 1950; 39% (18,8 milhões) em 1960 e 33% (17,9 milhões) em 1970. (CHAGAS apud PALMA FILHO, 2010, p.14)

[...]O incluso projeto de lei que hora se encaminha a apreciação desse Egrégio legislativo, visa a criação de mais duas escolas de ensino elementar localizada ambas na zona rural do município, em pontos equidistantes de apreciáveis núcleos populacionais os quais vinham aguardando por esse inestimável benefício[...] (Exposição Justificativa do executivo ao PL 2/54 - Lei nº 223)

[...]Referida escola que será localizada em terreno do Asilo São Vicente para envio para que um grande número de crianças em idade escolar, residente no Asilo e adjacências, tenham oportunidade de receber instrução sem se locomoverem até o centro da cidade[...]. (Exposição Justificativa do executivo ao PL 31/54 - Leinº 240)

Submeto a consideração dessa Colenda Casa o incluso Projeto de Lei que visa a criação de mais duas escolas de ensino elementar, ambas localizadas no interior do município, em pontos diferentes, onde seus habitantes de há muito aguardam as providências do poder público municipal nesse sentido[...]. (Exposição Justificativa do executivo ao PL 14/55 -Lei nº 273)

Em meio às manifestações que expressam a insuficiência da escola, os números relacionados à exclusão de crianças em idade escolar também são expostas nos documentos. Um exemplo disso pudemos notar com a criação de uma escola primária localizada no distrito de Tamarana, através da Lei nº276(1955). Pela documentação anexa ao PL desta Lei, o executivo municipal na pessoa do Prefeito Milton Ribeiro de Menezes, traz em sua exposição de motivos, a existência da reivindicação de pais que reclamam a instalação de uma escola e, pela sua fala nota-se a presença de 50 nomes de crianças que ali estão escritas como forma de expressão do apelo das famílias locais bem como da comprovação no número de alunos em potencial para uma escola primária.

Em 1956, a reivindicação popular por escola mais uma vez é localizada e de maneira muito expressiva. Havia em funcionamento junto ao Albergue Noturno da Vila Nova, filiado à Federação Espírita do Paraná, uma escola que atendia cerca de 253 crianças. No entanto, a instituição não tinha mais condições de manter a escola e, junto aos pais das crianças em idade escolar daquela localidade, foi apresentado à Câmara um abaixo-assinado com pouco mais de 600 assinaturas destes pais, denotando o clamor pela criação da escola por meios legais e garantindo assim a subvenção a manutenção pelo poder público.

Pelas palavras do prefeito, podemos observar as condições do atendimento e alcance do ensino primário na cidade.

Como é notório são insuficientes os estabelecimentos de ensino primário em nossa cidade, para comportar quantos pretendem receber instrução daquele grau.

Anualmente, a época da admissão, milhares de crianças são recusadas pelos grupos escolares, por não comportarem maior número de matrículas.

Nos bairros o fato se acentua, o que tem ensejado a que a iniciativa particular procure suprir a deficiência. Entre esses esforços no sentido de propiciar a instrução primária à infância de Londrina, se destaca a da direção do Albergue noturno, situado na Vila Nova[...]. (Exposição Justificativa ao PL 36/56 - Prefeito Milton Ribeiro de Menezes).

A representação em prol da escola firmava-se entre a sociedade civil, evidenciando as necessidades com os dados e números de crianças sem vagas, e a política, que admitia em seu discurso a importância do atendimento escolar, da criação de escolas, mas que não demonstrava uma defesa nos discursos voluntários e propostos na rotina do legislativo. Uma inquietação considerável por parte dos representantes na Câmara, não é localizada pelos registros oficiais de atas, pareceres e projetos de lei, apenas textos formais de uma fala muito próxima às prioridades dos discursos nacionais. Em 1958, o quadro de manifestação popular diante da insuficiência de escola continua. Desta vez, trata-se das crianças residentes em pontos equidistantes da zona rural como narra o Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho quando apresenta o PL nº 5/1958, para a criação de três escolas no município: uma na Gleba Guaravera - Fazenda Três Bocas; uma no Distrito de São Luis- Gleba Três Bocas - Água do Luciano e outra no Patrimônio Igreja, distrito de Tamarana. Na documentação anexa à esta Lei, localizamos uma indicação de um vereador, o Sr. Angelo Sávio, que traz junto à indicação uma solicitação de moradores do bairro Jacutinga, os quais, por vias de abaixo-assinado, reclamam a reabertura da escola "Ana Nery", fechada há dois anos. Reforçam que a locomoção até a nova sede bem como a acomodação ou vagas, impossibilitam as crianças de iniciarem nas primeiras letras.

Imagem 1

Abaixo-assinado de pais moradores do bairro Jacutinga (1958)

14

João Ruzson 3 filhos
Yosef Caldeira 3 de filhos
Atílio Jacopini 1 filho
Joaquim Galvão 3 filhos
Manuel de Freitas Rocha 1 filho
João de Freitas Rocha 2 "
Augusto Batilana 3 "
Estefano Grechuk 3 "
João Marques 3 "
Antonio Punceto 1 filho
Sebastião Barai 1 "
Afonso Giomercio 3 filho
Carlos Casaris 1 filho
Clizem Casaris 1 filho
Luiz Ruzson 2 filhos
Joaquim Emiliano 2 alunos
Afonso Fernandes 1 aluno
Guilberto Benedito Vaz. 2 f
Francisco de Francisco 1
Adriano Pentecoste 4 Filhos
Joaquim Espírito 3
Sebastião Sebastião. aluno 3
João Dean 1. Alun.
Francisco Alencar 3 Alunos

Fonte: Livro de Leis Volume 22- 1957 a 1958 - Câmara Municipal de Londrina

As vozes pela escola cobravam uma ação municipal dos seus representantes para garantir o atendimento às crianças. Com o intuito de ver a escola e a educação formal e cultural em Londrina, concretizada por ações da municipalidade, apresentamos pelos capítulos 3 e 4, as categorias localizadas em nossa pesquisa com volumes significativos e, pelos quais discorreremos a fim de compor e evidenciar as ações da municipalidade e as marcas de educação na cidade, pelas instituições educativas e como elas puderam ser encontradas nos documentos de maneira geral. São elas: *A educação no movimento da cidade para além da escola*; *A educação cultural para os sujeitos e a Biblioteca Pública*

Municipal; O ambiente formal escolarizador: as instituições escolares sua estrutura e funcionamento; O professorado e por fim, Os planos, programas e propostas para a escola.

Apresentamos a escola e o processo pelo qual ela se ressignificou, organizou, desequilibrou e assentou elementos básicos para o seu funcionamento, mas que, da maneira como foi, se fez parte do processo que a consolida na atualidade como escola pública municipal. As tentativas dos setores ligados à educação neste período, seus registros, suas propostas, certamente sustentaram hipóteses, estratégias e avanços que são parte da evolução do processo escolarizador e é um fragmento da História da Educação de Londrina, a história que contamos por nossas lentes.

3 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PELAS TRAMAS DA CIDADE

A educação veicula e produz a cultura, ou seja, as práticas culturais só são possíveis devido à possibilidade humana de se educar.

(FORQUIN, 1993, p. 125)

Ao propor este capítulo para mostrar os caminhos da educação pelas tramas da cidade, lembramos de que maneira foi possível traçar alguns desses caminhos. Nossa leitura focou nas fontes que pudessem nos evidenciar as ações da municipalidade, pela legislação e pela mobilização dos sujeitos dentro das possibilidades autorizadas pela centralidade do governo federal. A educação configurada neste território, resultou em muitas práticas aos sujeitos locais que foram educados, seja pelo ambiente formal da escola ou pelo movimento da cidade. Nestes cenários, a capacidade humana de se educar valida-se no plano da cidade e no contexto do municipalismo para agir e executar propostas.

Quando falamos em *cidade* e *município*, pelo campo da história, notamos conceitos distintos e que muitas vezes, encontram-se analisados e percorridos em pesquisas e abordagens relacionadas a assuntos divergentes em suas temáticas. No entanto, em nossa pesquisa utilizamos ambas as palavras no sentido de tecer uma narrativa que considera o que a formação de Londrina cidade pode agir enquanto município regulamentador, considerando todo seu território urbano e rural, as relações que estes espaços tiveram uns com os outros, pensando e regulamentando este cenário político, social e educador dos seus indivíduos numa estrutura local que inclui a composição dos espaços geográficos, sociais e políticos.

Para uma teoria de conjunto é assim necessário equacionar o município como centro-local educativo e como instituinte. O local educativo é portador de individualidade e ideação autárquicas, enquanto parte de um sistema e segmento da estrutura orgânica e administrativa mais ampla, regional, nacional ou mesmo transnacional. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p.18)

Por esta junção posta para dialogar e observar o espaço e território local e o processo educativo, observamos a priori uma Londrina que enquanto cidade é um município que nas primeiras décadas de existência, possui uma população rural superior à urbana e que em alguns anos subsequentes à década de 1950, consideravelmente, pode-se dizer equivalente em habitantes em ambas as zonas territoriais. Nesse processo de convívio e reocupação do espaço, o ambiente urbano e rural e suas representatividades estabelecem uma relação de interdependência um com o outro na medida em que se tornam necessários uns para os outros e ambos tornam-se educativos cerceando condutas e modos de vida. A possibilidade de ação e autonomia legal para que o município agisse pela cidade gera situações muito particulares na execução dos dispositivos de regulamentação e organização dos espaços.

O modo de vida urbano criava cada vez mais condições de cidade com ares do dito progresso e civilidade, ao mesmo tempo, o campo se fortalecia e tornava foco por ser mantido em pleno funcionamento para o equilíbrio da ordem por todo município. Segundo Capelo (2013, p. 88), “O entrecruzamento entre rural e o urbano pressupõe a ocorrência de um processo desagregador, que é simultaneamente constituidor de um outro universo sociocultural”.

Observemos a tabela que nos apoia a visualizar o contexto do município:

Tabela 3

ANOS	POPULAÇÃO URBANA E RURAL Londrina 1940 a 1953		
	Zona urbana e Suburbana	Restante do Município	Total
1940	10 531	64 765	72296
1941	13 000	82 000	95 000
1942	15 000	85 000	100 000
1943	18 000	92 000	110 000
1944	21 000	31 000	52 000 ^b
1945	22 500	33 000	55 500
1946	25 000	36 000	61 000
1947	29 000	38 000	67 000
1948	33 000	25 000	58 000
1949	35 000	27 000	62 000
1950	39 000	33 144	72 444
1951	42 000	35 000	78 000
1952	45 000	38 000	83 000
1953	48 000	42 000	90 000

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Guia Geral de Londrina. Edição Especial 1954. Secretaria de Planejamento.

Não contemplamos na tabela acima o quadro populacional dos anos anteriores, mas sabemos que em 1934, ano de fundação do município, a população de Londrina não ultrapassava 2.000mil habitantes, segundo documentos da Secretaria de Planejamento. Os primeiros moradores reocupavam de certa forma um espaço cercado de mata, rodeado de verde, com ruas abertas no facão, derrubadas, e assim uma pequena cidade em formação.

Londrina em 1934, vinha ainda surgindo no horizonte magnífico desta banda desconhecida do Paraná. Não se passava de um núcleo na formação da cidade com casas de construção primitiva, em pequeno número, com uma população flutuante que não se harmonizava, pelo seu número, bastante volumoso, com o número

⁶A diminuição em alguns anos foi justamente devido ao desmembramento do Município, que ficou reduzido, em 1948, a 2.358 km². Dos 23.562 que possuía em 1944, perdeu Londrina com a nova Divisão territorial 20.690 quilômetros quadrados.

exíguo das habitações situadas nas ruas e praças, traçadas nas pranchetas dos engenheiros da Companhia de Terras Norte do Paraná. (COUTINHO, 1959, p. 15)

Numa cidade nova, seus sujeitos em processo de reocupação do lugar, eram (i)migrantes repletos de planos para agir num cenário então acolhido por eles e que nele, a responsabilidade de promoção de normas, condutas e regulamentações, agregava um sentido de responsabilidade e participação nesse processo do espaço municipal em ocupação, diante da denominação política de município. O movimento cidadão efervescia na construção de um modo de vida do londrinense, que pudesse se ordenar, garantir os direitos e que também suprisse suas necessidades de cidadão que orientassem, planejassem e representassem sua população de maneira geral. A relação dos poderes administrativos para com os sujeitos pertencentes à população atendia aos poucos os desejos de melhorias, mas ao mesmo tempo tais desejos eram direitos ainda não alcançados ou garantidos.

Esses migrantes, portadores de ideias, valores e tradições de seus lugares de origem, ao chegarem em Londrina, iniciaram um processo de redefinição, não apenas do modo de viver, mas também a reelaboração de suas identidades, isto é, da noção anterior de pertencimento que lhes permitia reconhecer as suas semelhanças, bem como suas diferenças. (CESÁRIO, 1996,p.62)

Realizar a leitura desses indivíduos e a ocupação do espaço enquanto cidade a fim de observar a educação neste movimento, não se torna uma tarefa fácil. Embora a palavra *educação* nos remeta à ideia de escola, consideramos o movimento da cidade e todo seu espaço, o que extrapola o caráter formalizador da instituição escolar, um ambiente de saberes, de interações. Para nós, considerar também os documentos de regulamentação do local municipal, nos possibilita perceber, seja pelas atas da Câmara Municipal de Londrina, pelos pareceres das comissões, das justificativas aos projetos de leis apresentados, dos relatórios do executivo e livros de leis, uma visualização do cenário de uma cidade em transformação, em atividade crescente e com mesclas de origens, culturas e ideais.

Os arquivos e seus acervos permitem um saborear de sensações a serem experimentadas, são histórias guardadas e que caminharam em complemento de leituras didáticas, memorialistas, fotográficas e biográficas que nos permitiram confrontar maneiras de expor o mesmo contexto e cenário nos diversos

tempos históricos. Esses escritos nos colocaram diante de discussões e problemas relevantes a outros tempos, não menos ou mais importantes, mas de certa forma necessários para a constituição de uma sociedade em crescimento identitário, cultural, econômico e político, que vai além da letra fria da lei, como expressa Faria Filho (1998).

Pela leitura realizada das atas referentes à primeira década de administração pública, nota-se a luta pelo atendimento das necessidades básicas de estruturação do cenário urbano e rural na constituição da cidade de Londrina desde a instauração do município em 1934. Através desta documentação lida e com um olhar atento ao que a administração local e seus representantes pensaram e agiram em prol da educação e dos munícipes, é possível perceber já nos primeiros anos, atos voltados para profissionalização docente, oferta de escola e de condições estruturais de acesso à mesma.

Em 1934, a população londrinense estava entre 1.000 e 2.000 habitantes, de acordo com Coutinho (1959)⁷ e suas narrativas memorialistas escritas há aproximadamente 70 anos. O jornalista nesta época, tinha um cenário a observar de uma cidade com um tempo de existência consideravelmente recente e de lembranças muito vivas nos registros da cidade e na memória das pessoas que contribuíram como fontes orais. No ano desta narrativa em questão, o autor observa que Londrina vinha surgindo no horizonte dessa parte desconhecida do Paraná, um pequeno conjunto de casas em construção primitiva e seus habitantes ainda desarmoniosos. Os traçados urbanos ainda eram singelos diante do que viria se tornar enquanto cidade, porém a atuação da administração pública traz desde o princípio, um movimento de ordenamento pelas garantias básicas e dos cuidados com a população em meio a essa estruturação, o olhar para a educação escolar se encontra como fato incluso nas primeiras medidas administrativas tomadas. Tudo era uma necessidade. A autonomia para agir legalmente levava em conta tais particularidades e necessidades do contexto.

Londrina torna-se município através do Decreto Estadual nº2519 de 03 de dezembro de 1934, assinado pelo interventor de estado Manuel Ribas. Teve

⁷ Em 1959, ano da celebração do Jubileu de Prata da cidade de Londrina, Humberto Puiggari Coutinho, escreveu o Livro "LONDRINA 25 ANOS DE SUA HISTÓRIA", em comemoração ao Jubileu, ocasião muito festiva na cidade. Puiggari testemunhou a instalação do município e foi editor do primeiro Jornal da cidade, o Paraná Norte.

sua instalação no dia 10 de dezembro do mesmo ano, e nas palavras enaltecidas de Coutinho (1959, p. p. 8), "erguia-se em cidade, aquela capitalzinha do setentrião paranaense".

Diante de muitos anseios, se fazia a cidade de Londrina e suas necessidades para o desenvolvimento num território que já havia surgido por iniciativas comerciais para o povoamento de suas terras. Num imaginário positivo, terras promissoras e cheias de oportunidades! Esse era o convite apresentado aos que aqui chegavam a se instalar. Conforme apresenta Arias Neto (2008)⁸, o discurso do progresso em relação à Londrina era muito convincente e funcionou. O que antes era de certa forma gerenciado e organizado pela CTNP, companhia inglesa que comercializou, loteou e agiu na ocupação do espaço do Norte do Paraná, passaria a ser cargo dos novos londrinenses que aqui faziam morada. O progresso da ocupação das terras do Norte do Paraná, trouxe mais e mais sujeitos a constituírem suas relações sociais e políticas a serem cada vez mais pontuais onde a escassez e a precariedade eram constantes.

A partir de suas trajetórias, das novas experiências e práticas sociais é que as identidades de origem serão reconstruídas, incorporando o imaginário da cidade criado pela CTNP e pelos primeiros que aí chegaram.

Com o desenvolvimento de Londrina, uma nova heterogeneidade se soma à anterior, a organização em camadas sociais acompanhadas da construção de vários espaços menores dentro da cidade: o centro, as vilas, os patrimônios e, mais tarde, os bairros, os jardins, os conjuntos habitacionais. (CESÁRIO, 1996,p.63)

Em conformidade com a Constituição Federal de 1934, foi o executivo recém-eleito respondente na garantia da educação, orientada pelo governo federal, logo nos dois primeiros anos de administração. Nesse início, o poder executivo deliberava através de ações independentes da existência de uma

⁸O trabalho de José Miguel Arias Neto (2008), intitulado *Pioneirismo: discurso político e identidade regional*, o autor, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina é baseado em fontes orais e objetivou investigar os alcances e limites das representações do progresso no âmbito da sociedade local e regional em Londrina. (síntese apresentada pelo autor). Por esta leitura é possível perceber as marcas das experiências pessoais que cidadãos comuns das classes baixas bem como dos políticos e outros de posições sociais elevadas, os quais juntos fizeram parte do processo de desenvolvimento da cidade. Com pontos de vistas diferentes, os sonhos passados de cada entrevistado e suas conclusões do que foi vivido, nos apresenta faces da edificação de Londrina, de quem ela representou ou esqueceu em determinados momentos.

câmara municipal, porém em concordância com o governo federal. Com o prefeito, Joaquim Vicente de Castro, nomeado pelo interventor Manoel Ribas e então gestor, o município já esboça em suas despesas correntes, pelo decreto de nº2 de mesmo mês da criação do município, no caso a subvenção para dois professores bem como material de expediente para duas escolas, Escola do Heimtal e de Nova Dantzig. Em 1935, dos recursos destinados ao ensino, há subvenções para docentes, em número de 3 professores, bem como recursos para materiais escolares.

Mesmo que a administração política passasse a ser formalizada no âmbito local em 1934, os habitantes de Londrina, dentre eles migrantes e imigrantes diversos, já se organizavam enquanto comunidade, mesmo que pequena, mas possuidora de organização própria como também de escola. O trabalho realizado pelo IPAC (Inventário e Proteção ao Acervo Cultural de Londrina) também nos apresenta uma reconstrução coletiva dos grupos locais de imigrantes e suas ações políticas e sociais. Nele pudemos observar o depoimento o Sr. Jorge Strass, imigrante alemão e pertencente à família que chegou a Londrina ainda na década de 1920. Ele relata: "A preocupação dos alemães era a de construir uma escola, pois eles vieram de uma região onde era obrigatório estudar [...]" (IPAC, 1993, p.23).

Com a primeira Câmara de Vereadores, eleita em setembro de 1935, o poder legislativo da Câmara Pioneira, assim denominada, passou a atuar em 1936. A formação inicial constituiu-se por eleições realizadas em todo o estado, para prefeitos e vereadores. De acordo com a primeira ata dessa Câmara do dia 14 de fevereiro de 1936, a Câmara Municipal de Londrina, Comarca de Jataí, 33ª Zona Eleitoral, foi composta por seis comissões: Comissão de Legislação formada pelos vereadores Honório Martins Ribeiro e Dr. João Figueiredo, Comissão de Finanças representada pelos vereadores Dr. Jacintho Antenor Cardoso, Seraphim de Almeida; Comissão de Higiene Pública com os vereadores Dr. Jacintho Antenor Cardoso, Dr. João Figueiredo; Comissão de Redação formada pelos vereadores Luiz Estrella e Dr. Jacintho Antenor Cardoso; Comissão de Concessão de Privilégios com os vereadores Dr. Jacintho Antenor Cardoso e Seraphim de Almeida e Comissão de Política Interna com os senhores vereadores Luiz Estrella e Seraphim de Almeida. Sem apresentar nesse primeiro momento uma específica comissão de educação, as comissões puderam representar os interesses da escola nesse momento e

localizamos vestígios de defesa pela instrução na cidade, por seus representantes legais, assim como pelos populares.

Através do levantamento de dispositivos legais realizado no Livro de Registro de Leis de 1936 e 1937, volume I, a Câmara Pioneira aprovou 38 leis para a organização inicial do município no período de um ano. Por estas, percebe-se de um modo geral, uma preocupação com a organização urbana e rural, sua infraestrutura, higiene, segurança e saúde pública, sendo que, das 38 leis aprovadas, 7 se referiam à educação municipal. A atuação pública municipal neste momento aplica o que Magalhães (2008) se refere à representatividade e validade. Neste momento o projeto educativo nacional se insere no ideário de um projeto educativo e o município age enquanto organizador. Seja pelo convênio Nacional do Ensino Primário de 1930 ou pela Constituição de 1934 e 1937, o território municipal era pois um agente que validava ações para a educação dos brasileiros. Assim observa-se pela Câmara Pioneira.

Enquanto a cidade pede urgências de infraestrutura, transporte e saúde pública, as quais são presença nos debates da casa legislativa, a preocupação com a educação também é posta. Em 04 de março de 1936 é apresentado à Câmara Municipal de Londrina o Projeto Resolução nº5 que prevê uma subvenção ao primeiro Gymnasio que se quer fundar nesta cidade. Aprovado definitivamente em 07 de março do mesmo ano. Por esta, se faz presente logo na primeira sessão ordinária do poder legislativo local que, em apoio ao executivo, posiciona-se de maneira favorável à escola.

A Câmara Municipal de Londrina, considerando que é de seu dever favorecer tanto quanto possível o crescimento da instrução pública; considerando que os munícipes residentes em Bratislava⁹ se sentem da falta de uma escola primária para seus filhos; considerando que grande tem sido os seus esforços para a construção de um edifício para a escola, resolve: Art.1º Fica o prefeito municipal autorizado a conceder a Sociedade Grupo Escolar Bratislava a importância de 1.500 (um conto e quinhentos mil reis). Art. 2º O prédio para a escola deverá ser coberto com telhas. Revogando-se os dispositivos em contrário, sala das sessões, 23 de julho de 1936. (ass.) Dr. Jacinto Antenor Cardoso. (LONDRINA, Livro ATA, p. 31,volume 1, 1936)

⁹A colônia Bratislava foi constituída na década de 1930. Era composta por mais ou menos, 40 famílias de origem eslovaca, 13 portuguesas, 11 italianas, 6 alemãs 4 húngaras, 2 espanholas e 6 brasileiras.(CAPELO, 2001, p.191)

A construção das relações em meio à estruturação do espaço urbano, cria também desejos numa população que fará a cidade, que é nela ser integrante e que quer ser parte de seus projetos e progresso. Assim como os representantes eleitos ocupam-se em representar o povo para dar-lhe condições de direitos validando seus direitos, ao mesmo tempo o espaço ocupado e em transformação, torna-se educador e formador de seus habitantes à medida que regulamenta, ordena e fiscaliza os processos de ordenamento e civilidade.

Ações do legislativo que de certa forma educam para uma saúde pública, um ordenamento do espaço, uma mobilidade e transporte, iluminação e telefonia, evidentes nos debates da Câmara, caminham junto ao clamor pela escola que já se faz presente tanto por reivindicação popular como também por parte de representação da classe de professores, ainda muito tímida em número de representantes.

Há registros de atas de sessões da Câmara Pioneira, no período de 06 de fevereiro a 14 de setembro de 1936, pouco menos de um ano. Este legislativo atuou até 1937, no entanto não há atas em arquivos após setembro de 1936, mas pelo que localizamos, observam-se suas ações através dos livros de leis e pareceres da época. Os registros em atas das sessões da Câmara voltam a aparecer em arquivo da CML, a partir de 12 de dezembro de 1947, notada assim uma lacuna de 10 anos sem registros de atas, por nós localizados.

No período de 1937 a 1947, em que as câmaras foram dissolvidas¹⁰, é possível perceber um constante movimento regulamentador exercido pelo poder executivo municipal, notado por nós, através da leitura dos livros de atos do executivo, Leis e Decretos e observamos por este movimento um projeto de nação refletido para este território. Tal poder agia legalmente fazendo uso de sua autonomia e estabelecendo regulamentações para a reocupação do espaço físico, social e econômico de seus municípios, regulamentações que dariam à cidade traços de civilidade de acordo com as determinações nacionais para que se fizesse, isso

¹⁰ Em 1937, em clima de disputa eleitoral, o presidente Getúlio Vargas, com o pretexto de que o comunismo ameaçava o país, deu o golpe a 10 de novembro. Diante do fato, o governo outorgou uma Constituição redigida por Francisco Campos, inspirada no fascismo. A nova Carta extinguiu o parlamento, as assembleias estaduais e as câmaras municipais e possibilitou a intervenção nos governos estaduais e a suspensão das liberdades civis; enfim, estabeleceu a ditadura pela instituição do Estado Novo. (NEPOMUCENO E GUIMARÃES, 2007. p.11)

em conformidade ao Decreto-Lei nº1 202 de 8 de abril de 1939, que dispõe sobre a administração dos estados e municípios:

Art. 12. Compete ao Prefeito:

I - expedir decretos-leis nas matérias da competência do Município;
II - expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Município;

III - organizar o projeto de orçamento do Município, e sancioná-lo depois de revisto pelo Interventor, ou Governador, que o remeterá ao Departamento Administrativo para os efeitos do art. 17, letra b;

IV - nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários municipais, e impor-lhes penas disciplinares, respeitando o disposto na Constituição e nas leis;

V - praticar todos os atos necessários à administração do Município e à sua representação.

Art. 13. O Departamento Administrativo será constituído de 4 a 10 membros, brasileiros natos, maiores de 25 anos, nomeados pelo Presidente da República.

Nessas deliberações, verificamos relações diretas com a escola e a educação do povo. Considerando o período de intervenção, 1937 a 1947, indaga-se: as proposições atendiam o perfil da comunidade londrinense dessa época em que a maioria das crianças e jovens estava trabalhando e apenas uma pequena parte frequentava escola? Que adequações às suas particularidades poderiam ser pensadas?

Como a região estava em incipiente processo de colonização e a atividade econômica mais forte era a agricultura, as famílias que vinham “tentar a vida” eram relativamente jovens e numerosas. Era comum um casal entre 30 e 40 anos de idade ter cinco, sete ou até mesmo dez filhos.(BONI, 2009, p.53)

Através de decretos e leis coletados nos arquivos da Secretaria de Governo do Município de Londrina, lê-se que os dois primeiros prefeitos, Joaquim Vicente de Castro e Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids, propuseram medidas para atender a escola dando corpo a ela. Se observarmos os registros de decretos num período que compreende os 10 primeiros anos do município, foram executados um total de 586 decretos, sendo 210 relacionados direta ou indiretamente à educação e escola, entre eles estão: atos de criação de escolas, contratação e nomeações de professores, subvenção para instituições, financiamento,

transferências e outras adequações necessárias para o atendimento e funcionamento escolar. Possivelmente eram essas as adequações pensadas para estabelecer-se um atendimento às necessidades por escola.

Após o tempo de intervenção estadual e controle federal devido ao Estado Novo, em 1947, quando as eleições trouxeram à cena uma nova administração pública, Londrina volta a ter representatividade legislativa. Um grupo formado por 15 vereadores representava uma cidade já com cerca de 67 mil habitantes¹¹. Nessa administração, o prefeito eleito Hugo Cabral instalou um considerável número de escolas junto à denominada primeira legislatura no município de Londrina (1947-1951).

Em 1947, existiam 28 escolas primárias municipais, mas, praticamente, funcionando só havia 25, com 38 professores e 1402 alunos matriculados; atualmente, excluindo 2 escolas que passaram para Cambé, em consequência do desmembramento do município, esses números se elevam a 33 escolas com 50 professores e, o que é digno de nota, 2058 alunos matriculados, havendo por consequência um expressivo aumento de 47% sobre o total matriculado no exercício anterior. De acordo com as leis, 6,8 e 10 do corrente exercício, que autorizam a criação de mais 15 escolas, acham-se em estudo para a devida instalação, mais 8 escolas, perfazendo assim o total autorizado de 41 unidades escolares. (Livro de Relatórios do Executivo, 30 abr., 1948. Volume 1, p. 6)

É possível perceber pelo poder legislativo eleito, pelo processo democrático de 1947, uma atuação e discurso para a positivação do direito à escola, bem como das demais necessidades urbanas. Mais uma vez a validação transformativa do local, corroborando com Magalhães (2008), se representa pelo poder público nas tramas da cidade. Observamos esta atuação como por exemplo no parecer dado pela Comissão de Educação em relação ao Projeto de Lei nº 3/ Lei nº 6 da considerada primeira legislatura. Pode se verificar, na localidade de Londrina que logo nas primeiras propostas da Câmara Municipal e nas que seguem nas próximas décadas, um discurso muito semelhante ao deste parecer, o movimento de organização da escola esteve presente nos debates políticos e posicionamentos do

¹¹ Em arquivos da Secretaria de Planejamento do Município de Londrina, encontram-se materiais que tratam de literatura de memória e de Guias Municipais que esboçam o perfil demográfico, econômico e social da cidade. Um deles "Guia Geral de Londrina- 1954- Indicador Histórico e Comercial", localizamos dados demográficos apontados por nosso texto. Esse guia foi de publicação anual pela Empresa Propagandista do Norte do Paraná.

legislativo de maneira concordante ao Plano de Educação Nacional do qual falaremos mais à frente.

A finalidade precípua do projeto em causa é a criação de uma escola primária, que deverá situar-se na Vila Brasil, florescente setor população de suburbana desta cidade.

A criação da escola é questão de quanto mais, pois, como sabemos a educação é o problema máximo de nossa nacionalidade.

Logo assim, toda vez que se reclama do poder público a instalação de uma nova escola, notadamente do poder público a instalação de uma nova escola, notadamente do curso primário, consequência do surgimento de novos núcleos populacionais, não se deve dificultar a sua efetivação. Pelo contrário pensamos nós, deve ser o poder público acudir pressuroso pedido dessa natureza agir de modo diverso seria verdadeiramente impatriótico importando mesmo índice visto a grande é nobilitante campanha em que por todos os Recantos do país governa o povo empenham-se com o ânimo e resolução elogiáveis visando combater o analfabetismo.

Com isso parece-nos que está justificado o objetivo do projeto em referência.

A comissão especial de Educação, depois de bem estudá-lo, como também é vista das possibilidades financeiras com que pode contar a Municipalidade de Londrina, acha perfeitamente plausível a cogitação, pelo que é pela sua aprovação e conversão em lei. (Londrina, 31 de Janeiro de 1948. A comissão).

A conjuntura na qual se inclui o movimento educador pela ação municipal neste tempo histórico, possibilita aos municípios agir e governar dentro de possibilidades reguladoras maiores. As regulamentações nesse período, a partir de 1948, seguiam de acordo com a Lei nº 64 de 21 de fevereiro de 1948, a Lei Orgânica dos Municípios, nas quais entre as determinações, ficam expressas as competências cabíveis à Câmara Municipal, ao Prefeito e das intervenções do Estado. Em seu artigo 24 e 25 respectivamente, notamos:

Art. 24. Compete privativamente à Câmara:

- I - legislar sobre posturas, expedindo o respectivo código e alterando-o;
- II - fixar os subsídios do prefeito, obedecidos os limites estabelecidos no art. 50;
- III - tomar contas do prefeito e representar contra seus atos;
- IV - solicitar a intervenção do Estado, nos casos previstos na Constituição Federal;

V - solicitar informações ao prefeito, sobre assunto referente à administração municipal;

VI - organizar sua Secretaria e votar seu Regimento Interno, no qual, além de outras matérias, serão regulados;

Art. 25. Compete à Câmara, com a sanção do prefeito, legislar sobre:

I - impostos, taxas e rendas, e sua arrecadação;

II - patrimônio municipal;

III - serviços de utilidade pública;

IV - serviços de assistência social;

V - receita e despêsa públicas;

VI - crédito público.

Por um panorama mais amplo da realidade londrinense, apresentamos a seguir a escola e a educação através de números e em volume, diante do que chamamos de movimento regulamentador. Trazer os conteúdos gerais da legislação durante o recorte observado, aponta previamente a legitimação de uma necessidade e condição nacional para legislar, com o que de fato aqui acontecia: *criação de escolas e orçamento* para executar as deliberações. Pelo gráfico observamos quedas 644 leis sancionadas entre 1934 e 1960, lemos todas e selecionamos 161 que se referem direta ou indiretamente à educação. Ressaltamos que *cultura* inclui-se nas leis selecionadas pois em grande parte dos tópicos, "EDUCAÇÃO E CULTURA" são apresentadas juntos e consideramos ambas para compreender o perfil da Educação neste município. Faz-se nota que a somatória neste gráfico ultrapassa as 161, somando então 167, pois há leis que se enquadram em mais de uma das categoria elencadas.

Gráfico 1: Leis relacionadas à educação e cultura –
Município de Londrina (1934-1960)

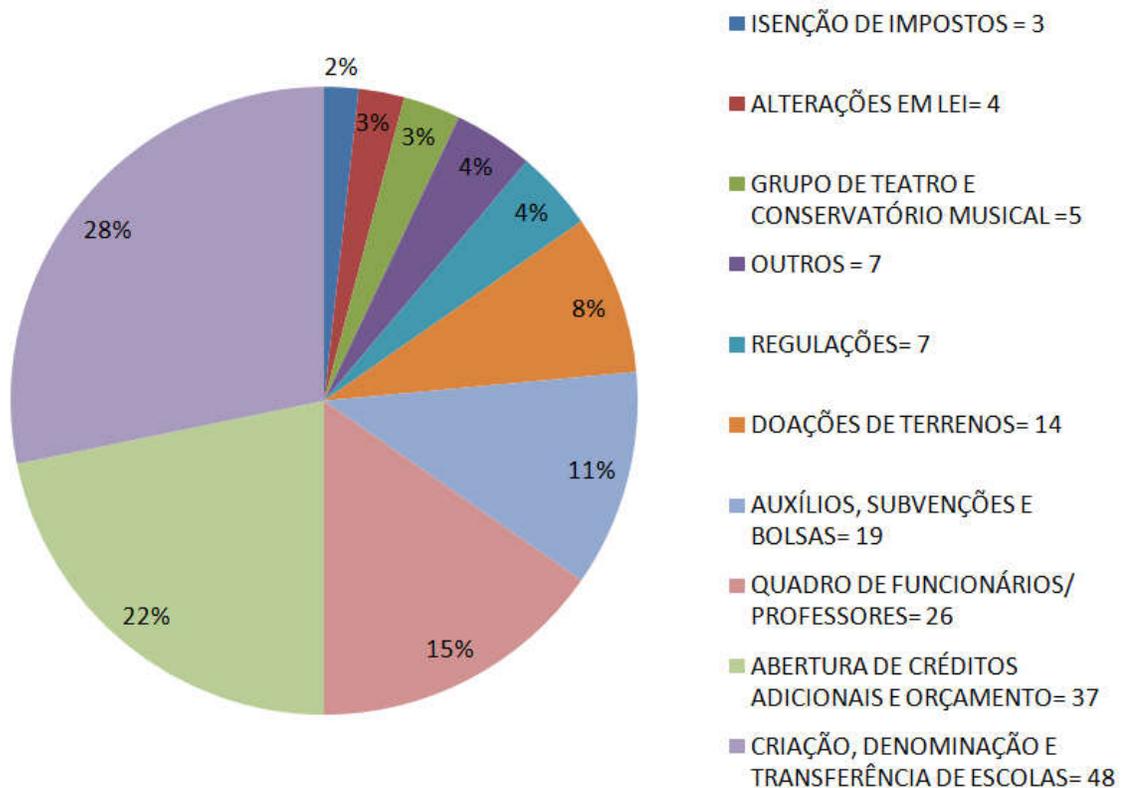


Gráfico elaborado pelos autores.

Fonte: Livros de Decretos e Leis, 1934 a 1960. Secretaria de governo e Câmara Municipal

Os posicionamentos da Comissão de Educação nos projetos de leis que trazemos para discussão, demonstram através dos textos dos pareceres, que o poder legislativo reconhece seu papel de socorro e representatividade diante do clamor do povo e suas necessidades, no caso a escola enquanto instituição. Observar como de fato a CML discursava e legislava pela escola vai ficando cada vez mais aparente a cada apresentação e aprovação de projetos de lei que a CML discute ao aprovar as proposições dos prefeitos. O movimento legal em favor da escola acontecia no município, já os debates pelas causas escolares e pela criança na Câmara Municipal, não demonstravam-se tão forte. Em alguns momentos podemos até mesmo observar que o legislativo pouco se pronunciou de maneira defensiva pela escola de fato. Um exemplo disso é quando em 1950, pela ocorrência da Campanha Nacional da Criança, os municípios arrecadaram dinheiro para a criança pobre nas diversas regiões do Brasil. Por esta ocasião, desdobramentos aconteceram pela aplicação do dinheiro arrecadado no município, como por exemplo

a construção da Casa da Criança inaugurada em 1954, em Londrina. Um dos vereadores, Ulisses Xavier da Silva (PR), defende a não competência da CML para legislar sobre a aplicação da verba:

O senhor Ulisses Xavier da Silva, disse achar que a Câmara Municipal não tem competência para legislar sobre a aplicação da importância arrecadada sob os auspícios da Campanha da Criança, porquanto esse dinheiro não pertence ao município e sim à Campanha Nacional da Criança [...]. (Ata da sessão do dia 08 de maio de 1950.)

Entre outros silêncios que discutiremos à frente, a configuração da escola apresentou-se pouco abordada nos registros das atas de maneira geral. Nota-se pelo gráfico de leis apresentado anteriormente que o movimento educacional aconteceu mas que foi respondente às leis maiores e não muito peculiares. No entanto, as ações municipais para executar tais leis deliberações denotam a parte concreta dos planos nacionais.

Identificar iniciativas de sujeitos locais pela educação a fim de ser um território pedagógico neste cenário, tornou-se uma investigação além da Câmara e suas iniciativas. O fato de observarmos a presença da escola na legislação no município de Londrina, independente da iniciativa, vem validando o espaço como compreendendo a escola e a educação. Mesmo que os discursos muitas vezes apresentem-se semelhantes entre as respondências da Câmara e apareçam com mais força nas exposições justificativas do prefeito e seus relatórios como nos pareceres das comissões, ambos estão anexos às Leis e PLs apresentados, representam a educação pela cidade e a concretizam neste local.

A conquista dos direitos dos cidadãos de Londrina nesse período, demonstra estabelecer-se por relações sociais e políticas, revelando novas possibilidades de se firmarem outras tantas relações de interdependência entre as classes. A população e a municipalidade constituem uma configuração promotora de estruturas sociais que funcionam, geram laços, se controlam e se dependem para funcionar. Os indivíduos nesse contexto passam a interiorizar um autocontrole através do controle social, que então se dá pela regulamentação da cidade enquanto município, meio social e o que ele prioriza. Todo processo que envolve as decisões políticas para estruturar, organizar e orientar o espaço entre os sujeitos, traz uma educação que extrapola o que propõe o espaço escolar.

É possível perceber na possibilidade da ação dos sujeitos, um sentido de pertencimento ao espaço local e à cidade em razão do direito da constituição do espaço escolar em organização. Estabelecem-se pois as relações culturais que passariam com mais força a serem experimentadas em locais propícios e pensados para este fim, a escola. Com condições mais adequadas através de reclames populares ou de uma organização consequente do processo de crescimento urbano e atendimento à população, o espaço escolar foi ganhando corpo no espaço social do município, ainda que muito insuficiente.

Caracterizando essa relação de pertencimento, a interdependência entre os sujeitos nos espaços da cidade e do campo, podemos apresentar como o que encontramos junto às leis de criação de escolas, artigos que autorizam o executivo a construção de escolas em espaço ou terreno doados para a construção das mesmas, sendo as doações feitas pelos proprietários de terras, agricultores e até mesmo por empresas como a Empresa Elétrica de Londrina S/A no ano de 1955, visando garantir a permanência das famílias no meio rural, a produção agrícola e assim também constitui-se um auxílio ao poder público pela garantia da escola.

Assim a ação dos agentes locais, políticos e administrativos, incumbidos de executar as deliberações federais em resposta ao "Plano Nacional de Educação", nos guia para uma análise sobre como Londrina caracterizou-se dentro de um perfil para um território educativo e em conformidade com o momento de centralização das políticas educacionais em âmbito federal. Podemos notar a participação da sociedade local na constituição da escola pelos diversos indivíduos neste espaço. Diante do contexto formador da população local e até mesmo se analisarmos o perfil dos vereadores das legislaturas deste período exposto, nas tabelas 19 a 22¹², notamos que não há a presença de um profissional da educação, um professor entre os vereadores. Isso não deveria ser um fator determinante para a defesa da escola, mas o montante das discussões ocorridas na CML neste momento, décadas de 1940 e 1950, que relacionam-se muito mais às afinidades de suas profissões como a urbanização, infraestrutura, questões jurídicas, de segurança, comerciais, arrecadação fiscal e tributária, todas certamente de caráter emergente e necessários à população.

¹² Ver anexos p. 201-205.

Então por que os debates não foram tão presentes quando se referia à escola? Não podemos julgar o valor que os indivíduos davam à escola, se era mais ou menos relevante até mesmo porque a construção de um ideário pedagógico e cultural entre os indivíduos neste tempo estava sendo posto de uma forma centralizadora das ideias para uma nação. Notamos que a educação durante estas décadas para a cidade de Londrina pode ser considerada muito mais do que a institucional escolar, como também ocorre no processo do investimento das condições para se estabelecerem as relações com o outro e com o espaço.

3.1 A educação no movimento da cidade e para além da escola

A cidade educava de que maneira e para quê? Que tipos de educação percebemos na documentação consultada? Como se cruzam as fontes e que educação prioriza cada uma delas? Responder a tantas questões se torna para nós, um desafio instigante diante de tantas páginas percorridas e escritas em formatos distintos. Documentos evidenciam a concretização de atos e medidas. Em uma cidade em situação inicial de estruturação territorial de caráter progressista, lemos por seus documentos fatos que são evidenciados, outros sublimados e alguns outros muito relevantes às autoridades responsáveis por dar a esse lugar do Brasil, traços de civilidade.

O contexto educador no desenvolver inicial da cidade, ainda com relances de fazenda, não se dava somente na escola, ainda tímida, mas também nos modos e condicionamentos dos comportamentos urbanos. Ambas as configurações, seja da educação escolar ou da educação pelo espaço em ocupação, eram apresentadas e colocadas em pauta nas discussões da Câmara por seus representantes políticos. Diante do que, tais discussões e o que essas medidas tomadas priorizaram, nos resta olhar sobre quais condições esses sujeitos possuíam para se educar pela cidade e para pertencerem a ela. É possível perceber o que importava aos agentes que legislavam, bem como à grande camada da população? Era necessário fazer-se homens, mulheres e ser crianças, envolvidos nos planos e orientações que davam impulso ao espaço, fazê-lo, preservá-lo, dele tirar seu sustento, além de muito nele influenciar-se por toda 'bagagem' trazida de suas culturas e costumes carregados por suas origens. Sujeito influenciando sujeito,

cultura influenciando cultura e esse movimento certamente originava nos indivíduos locais um novo olhar, um desequilíbrio e posturas se faziam pelo convívio em comunidade.

Num esforço para visualizar o contexto de como se influenciou o comportamento e a educação do londrinense, fizemos algumas observações sobre fatores presentes na constituição dos rumos que tomaram nossa população e o processo de habitação de Londrina. Sendo assim, para contribuir e estabelecer um panorama da transformação do entorno dos sujeitos de Londrina, além dos documentos e produções acadêmicas, o diálogo com algumas obras de memória, fotográficas e bibliográficas possibilitaram percepções que contribuem, mesmo que em sua limitação, para uma tentativa de compreender muitas das decisões e medidas tomadas pelos agentes públicos, extraindo delas o que consideramos ter de melhor.

Ao olharmos para o cenário nos primeiros anos de ordenamento, estamos falando de uma cidade que ainda apresenta-se praticamente uma fazenda, mas que não poderia deixar de ser vista como cidade, pois seus traços já estão dados desde a colonização feita pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e suas obras de serviços em caráter coletivo devido à comercialização das terras e lotes.

As casas se multiplicaram. De 1931 para 1932, houve um crescimento percentual significativo de mais de 2000%. Mas os números absolutos ainda eram modestos: sete casas em 1931 e cerca de 150 em 1932. No final de 1933 eram cerca de 400 casas. Nesse ano, os dados se invertem: em termos percentuais, o aumento é menor que no ano anterior, mas em número absolutos, o crescimento é espantoso. Em apenas três anos, Londrina era um povoado com 400 casas e mais de mil habitantes. (BONI, 2004, p.74)

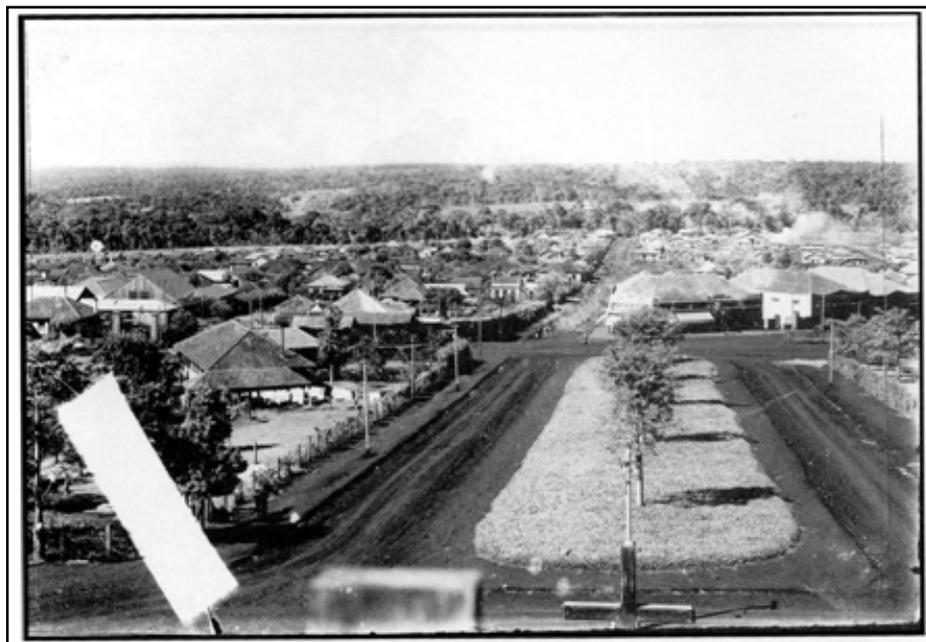
Conforme Boni (2004), esses habitantes da nova cidade logo se viram inquietos naquele núcleo urbano em que atividades sociais, distrações e cenas de convívio coordenadas, logo se tornam necessárias para que as relações fluam além do estrutural. Igrejas, centros sociais, festividades e lugares públicos de lazer eram garantias de bem estar tão importantes quanto as de infraestrutura que visassem o conforto dos habitantes.

Olhar para o centro de Londrina em finais da década de 1930

possibilita imaginar as possibilidades do espaço narrado em transformação de espaço para um lugar de pessoas.

Imagem 2

Vista geral de Londrina, tomada do alto da Igreja Matriz em 1938.¹³



Fonte: (Maria Juliani de Arruda, 2002. Obra Bibliográfica escrita pela filha de José Juliani).

Logo na primeira década de povoamento e de município instaurado, era preciso dar a Londrina uma base político-administrativa que pudesse ocupar-se da regulamentação da cidade e que também viesse a ser compatível ao ideário propagado pelos meios publicitários da época, além de intensificar as ações para a estruturação diante do caos da falta de estrutura com que se deparou o local pelo contexto do crescimento demográfico. Podemos perceber as ações com alguns exemplos. Entre os primeiros decretos municipais, selecionamos para evidenciar:

Decreto 4 de 1935: Nomeia cidadão Nicodemos Pereira de Souza, para o cargo de fiscal de Hygiene da Prefeitura.

Decreto 7 de 1935: Nomeia o cidadão Joviano Rodrigues, para o cargo de guarda municipal.

Decreto 8 de 1935: Dispõe sobre a concessão de carteira de condutor de veículos.

¹³Em primeiro plano a Alameda Manoel Ribas, na sequência a Rua Santa Catarina que terminava a dois quarteirões, na rua Duque de Caxias.

Decreto 9 de 1935: Dispõe sobre os serviços de alinhamentos, nivelamentos, construções, reconstruções e demolições de prédios nas zonas urbana e suburbanas.

Decreto 10 de 1935: Dispõe sobre a taxa de melhoramentos públicos.

Decreto 12 de 1935: Dispõe sobre o funcionamento do comércio, da indústria e das profissões no município.

Decreto 13 de 1935: Dispõe sobre os cemitérios do município.

Decreto 14 de 1935: Dispõe sobre matadouros e açougues.

Decreto 18 de 1935: Dispõe sobre a limpeza das ruas da cidade.

(Livro de Decretos 1934/1935/1937 a 1939 Volume 1 Secretaria de Governo do município de Londrina)

Por esta curta amostra de algumas ações do executivo no ano de 1935, percebe-se notas de ordem e progresso em caráter de evidência. Condições de cidadania, regulação e civilização constituem nas pessoas envolvidas posturas e condicionamentos que se tornarão parte de suas rotinas, limitadoras de seus hábitos e muitas vezes imperceptivelmente inculcadas. Nota-se uma cidade enquanto experiência educativa com o papel de civilizar hábitos e progressos nos seus moradores.

Para Elias (1994), em *O processo civilizador*, fatores pelos quais as influências sofridas pelos homens ao longo dos tempos na configuração da civilização permitem com que os próprios homens sejam modelados pelos comportamentos e imposições de outros. Em uma de suas definições, o autor apresenta: "civilização descreve um processo ou, pelo menos seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para a frente" (ELIAS, 1994, p.24).

Em Londrina, seguiram-se muitas outras ações semelhantes que refletiam o ideário do progresso paralelamente junto à ordem sendo estabelecida nos primeiros anos de município, e assim, alcançava todas as áreas habitadas de seu território. Segundo Arias Neto (2008), havia um transbordamento do traçado inicial da cidade. O povo precisava sobretudo de ordenamento legal estruturante, de posicionamento e representação política para medidas urgentes a fim de dar-lhes condições mínimas de se estabelecerem, progredirem e civilizar-se. Havia em curso uma prosperidade em Londrina e nos demais núcleos urbanos que se formaram na

região Norte do Paraná.

A municipalidade londrinense tinha muito trabalho pela frente e a demanda aumentava descontroladamente. Observa-se que nesse primeiro momento a comunidade local sofria pela ausência das condições básicas de saúde, não pensadas previamente pela proposta de ocupação territorial de colonização pelos ingleses em seu plano comercial e que foi surgindo, junto da necessidade emergencial do povo.

O intuito na ocupação do Norte do Paraná, possivelmente era sobretudo voltado para a colonização e comércio de terras férteis e promissoras de exploração e ocupação territorial. Joffily (1985) discute esse início da ocupação de Londrina, através de informações documentais e de arquivos de imprensa que se relacionam à evolução e ocupação territorial do Norte do Paraná. Estreitando seu debate em relação a Londrina e sua relação com a colonização inglesa, nos mostra como Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTP) exerceu a manipulação do capital financeiro e sua relação com o estado paranaense para a exploração do território. Os fins constatados pelo autor é de uma relação puramente comercial muito mais densa do que a propagada nos livros didáticos locais sobre a história local.

Uma ocupação territorial no Norte do Paraná, com fins comerciais não compatíveis a uma proposta de povoamento que fosse acolhedora ao povo, veio a ocasionar conseqüentemente, no decorrer dos tempos, carências oriundas da escassez de estrutura que pensasse em seu bem-estar, para a acomodação dos novos habitantes que como vimos, chegavam sem parar. A chegada dos (i)migrantes que em Londrina se instalaram, a necessidade de atendê-los e dar condições de dignidade e condicionamento de suas ações diversas, se fazia necessário para que se pudesse educar no espaço urbano para exercer a cidadania. Pois, como colocam Faria Filho e Veiga (1997, p. 204), “a produção de um novo sujeito urbano é parte das inúmeras utopias da modernidade onde se elabora entre outras, a dimensão educativa da cidade e a perspectiva urbanizadora da escola”.

O cuidado com os interesses pessoais locais passou a ser exercido com maior regularidade, a partir da representação política eleita pelos próprios habitantes desse novo lugar por meados da década de 1930. Foi então que pela Câmara e pelo executivo na esfera municipal, passou-se a pensar nas condições de

desenvolvimento voltadas ao indivíduo local, medidas de organização que de certa forma direcionavam ações nos sujeitos de que nesse local eram necessárias certas condições para a realização de atividades profissionais e de convivência, como também de instrução.

Já no primeiro semestre de 1936, estabelecia-se na Câmara de vereadores, o poder legislativo. Em 1936, reunia-se em sessões que eram realizadas em várias reuniões e que ocorriam às dezesseis horas, hora regimental. A primeira sessão ordinária desta Câmara foi dividida em 12 reuniões ocorridas entre 06 de fevereiro a 09 de março de 1936, assim demarcadas num único livro de atas referente a este ano. Nessas ocasiões, os interesses eram o regimento interno, discussões sobre as necessidades urgentes da cidade sobre sua infraestrutura, condições de transporte, mobilidade e saúde pública era o que estava em pauta.

Conforme explicita a ata da sétima reunião da primeira sessão ordinária da Câmara, em 4 de março de 1936, ficava estipulado desde então o registro obrigatório de engenheiros, construtores, arquitetos, agrimensores e construtores de obras.

[...] Pelo Sr. Luiz Estrela, foi apresentado o projecto nº 4 da autoria do mesmo vereador: " Resolução nº 4= Art.1º Fica instituído no município o registro obrigatório de engenheiros, construtores e architectos, agrimesores e construtores de obras. Art.2º. Nenhum serviço municipal será confiado a profissional que não tenha obtido o respectivo registro. Art.3º Para o registro terá o profissional em engenharia de qualquer ramo ou agrimensor ou construtor de obras, de apresentar um requerimento á Prefeitura, ... com os necessários documentos de habilitação e de estar quites com a fazenda do Estado e a do município. Art. 4º O prefeito municipal julgará o valor das provas de habilitação e , sendo satisfatória, mandará se faça o registro requerido. Art. 5º A secretaria da Prefeitura não encaminhará nenhum requerimento de construção de prédio ou edificio, cuja planta não traga a assinatura de profissional registrado. Art.6º As construções no perímetro urbano e suburbano é, bem assim nas sedes dos distritos de paz ou cidades consideradas em formação, somente poderão ser executadas por construtor de obras devidamente registrado[...]. (Ata da 7º reunião da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de Londrina. 04 de março de 1936)

Sendo esta a resolução de nº 4 aprovada junto à Câmara, o processo da construção civil promissor, estava a partir daí, promovendo múltiplas

implicações aos sujeitos envolvidos nesta atividade profissional. O cadastro junto à Prefeitura, os registros, a situação legal com a Fazenda do Estado e a do Município, incutiam nos sujeitos comportamentos e relações com a cidade, que direcionariam suas ações, tensionariam condutas e reordenariam as relações de trabalho gerando um aprimoramento das ações profissionais, formadora e educadora dos indivíduos no espaço urbano.

Para executar as exigências acima citadas entre outras que estariam por vir, os indivíduos necessitariam de no mínimo alguma instrução para ter condições de trabalho, faz então a cidade uma escola para seus sujeitos. Por este aspecto, a construção de Londrina foi também a construção de novas formas de trabalho, novas formas de relações, de necessidades e de educação para as relações sociais, culturais e profissionais em ascensão.

Só a visão de uma grande cidade onde sem nada querer aprender, alguém se instrui a todo instante, onde para se conhecer mil coisas novas, basta caminhar na rua de olhos bem abertos, essa visão, essa cidade, sabe, é uma escola. (MICHELET apud FARIA FILHO & VEIGA, 1997, p.203)

Neste aglomerado de pessoas, o modo de produção agrícola, as diferentes relações de trabalho constituídas por vias racionais e condicionantes, trazem nesse cenário a reorientação das pessoas que nele se encontram e transitam. Assim seguem os caminhos da cidade, escola dos seus sujeitos. Quando observamos como um exemplo a abertura de edital para empresas telefônicas concorrerem e posteriormente se instalarem na região, as condições de modernidade, a ideia de progresso certamente gerou tensões e reorientou a população do município de Londrina, orientou caminhos, alimentou sonhos e fez gerar interesses nos cidadãos, os quais são inenarráveis por nossa escrita.

Nessa primeira década de administração política, desenvolvemos nossa discussão através da leitura documental realizada e respaldada em decretos do executivo e alguns meses de discussões em atas da câmara pioneira mediante as resoluções aprovadas. São por estas que observamos como a cidade foi também educadora de seus sujeitos e se colocou diante deles por seu processo de urbanização. Até mesmo no período de intevenção e ainda pela automicidade de algumas deliberações, os condicionamentos pela regulamentação municipal,

provocaram nas pessoas reações diversas que extrapolam submissões políticas. Saber das condições para se viver e organizar numa cidade, norteia não somente passos como também gera planejamentos, criticidade e oportunidade de escolhas. Escolhas para o trabalho, lazer, distrações como também de condutas e hábitos.

Neste sentido, notamos os sujeitos apurando seus comportamentos em seus devidos lugares numa sociedade local em organização. Através da administração política, a atuação de grupos fortalecidos agrega à ela, condições de um grupo mais organizado a partir do momento que pensa, planeja, ordena e executa ações para alocar sujeitos nos seus espaços e comportamentos, como um eixo de poder que por uma força, impulsiona os setores em seus devidos lugares.

Ao ler a regulamentação de Londrina durante o Estado Novo e o que ela prioriza, nossa pesquisa caminhou pelos atos do Executivo Municipal, visto que neste período não havia uma representação pela Câmara por um período de 10 anos. Por eles, observa-se uma constituição da regulação e do comportamento do sujeito na cidade. Fiscalizações diversas sendo decretadas e estabelecidas. Em sua maioria eram elas de medidas sanitárias, de infraestrutura, de conduta, de segurança que refletem no comportamento e no modo de viver o homem neste local. Cria-se também para este sujeito, algumas condições de acesso à cultura e dá possibilidades de um contato com um mundo civilizado, muito familiar às rotinas de muitos migrantes que vieram e ainda não tinham encontrado no lugar possibilidades semelhantes às de suas origens.

Como um esforço de aproximação com o mundo civilizado, o acesso à leitura foi algo que também se implementou neste local relacionando-se com o processo de culturalizar os sujeitos. Sendo assim, indo ao encontro com os objetivos previstos no Decreto-lei Federal nº 95 de 21/12/1937 que instituiu o órgão denominado Instituto Nacional do Livro (INL), se dá em Londrina pelo mandato do Prefeito João Ferrario Lopes, no ano de 1940, o Decreto Municipal nº78 de 25/09/1940, que, em seu Art. 1º, cria a Biblioteca Pública Municipal. Mesmo sem conseguir atingir todo público, traços de culturalização implementavam-se no espaço londrinense. No entanto, mais uma vez as implementações locais se davam como respingos da centralização das políticas nacionais. À frente faremos uma apresentação mais ampla do que a Biblioteca Municipal promoveu na cidade e para a educação dos indivíduos.

Outros incentivos à implementação cultural toma forma surgindo no contexto da regulamentação política. O movimento de desenvolvimento, traz à política condições de moldar os indivíduos pertencentes à cidade de acordo com os interesses de organizar o contexto urbano e suburbano. O contexto da vida social e cultural é pensado, seja pelo interesse de culturalizar os sujeitos na cidade ou ainda de dar a eles um patamar mais elevado que seja mais próximo do que se vive nos grandes centros e outros lugares de onde vieram seus idealizadores.

As formas educativas enquanto tecidas na cidade, nas experiências urbanas, nos confrontos entre os diferentes sujeitos sociais, na “politização da rotina” de seus moradores, precipita nas elites a preocupação em assegurar o diferenciado acesso à propriedade ao mesmo tempo que quer incorporar os “dependentes material e culturalmente” ao seu projeto de cidade e sociedade. (FARIA FILHO E VEIGA, 1997, p.213)

Caminhando junto à legislação nacional, o município agia para também promover condições para o fomento das atividades assistenciais e culturais. Alguns pontos do Decreto-Lei nº52 de 19/07/1943, durante a administração do prefeito de Londrina Major Miguel Blasi, fazemos destaque pela tentativa de visualizar os passos que o município deu em relação à educação além escola, para sua população:

CAPÍTULO I

Das formas de subvenção

Art. 1º O município prestará sua cooperação financeira às entidades privadas, assistenciais ou culturais, quer mediante a concessão de subvenção fixa anual, para auxiliar a realização de seus objetivos normais, quer de subvenção extraordinária, para ocorrer a serviços de natureza especial ou temporária, também executadas pelas mesmas entidades

§1º Consideram-se instituições assistenciais aquelas que se destinam a exercer o serviço social, tais como as de:

- a) assistência social sanitária;
- b) amparo a maternidade;
- c) assistência à saúde da criança;
- d) assistência a quaisquer espécie de doentes;
- e) assistência aos necessitados e desvalidos;
- f) assistência à velhice e a invalidez
- g) amparo a toda sorte de trabalhadores, intelectuais e manuais;
- h) prestação de outras modalidades de serviço social;

§2º Consideram-se instituições culturais aquelas que se propõe à realidade de qualquer atividade concernente ao desenvolvimento da cultura, tais como as de:

- a) produção filosófica, científica e literária;
- b) cultivo de artes
- c) conservação do patrimônio cultural;
- d) intercâmbio intelectual;
- e) difusão cultural;
- f) propaganda ou campanha em favor das...cas...¹⁴ou humanitárias;
- g) organização da juventude;
- h) educação física;
- i) educação cívica;
- j) recreação; (Livro de decretos volume 3. Secretaria de Governo.1943)

Com a leitura de outros decretos, observamos que a administração continuou possibilitando condições para que as subvenções fossem mantidas, as quais eram carregadas de condições e pré-requisitos de moral e boa conduta dos responsáveis pela manutenção e direção das instituições subvencionadas. Isso se torna claro no processo de concessão e pagamentos das subvenções e das condições as quais eram impostas para que houvesse funcionamento. Esse perfil administrativo segue pelos anos seguintes desta década, e sinais de estruturação com aspectos de cuidados com a população e sobretudo com a cidade propagada pela imprensa comercial, são lidos nos documentos e nas condições impostas aos estabelecimentos de ensino. Independentemente das intenções, a estruturação do cenário londrinense ganhava funcionamento.

Uma cidade que em 1946 regula espetáculos teatrais (Decreto lei municipal nº 52), doa um terreno ao Grêmio Litero Recreativo Londrinense (Decreto lei municipal nº13), pensa uma cidade além do administrativo que versa para a estruturação física básica e de sobrevivência. O que nestes agentes favoreceu o pensar e o olhar para algumas dessas ações, possivelmente os aproxima de suas heranças de origens nas quais se identificam e buscam resgatar semelhanças e construindo assim novos cenários de convivência social. Percebem-se ações que vão promovendo mais e mais figurações humanas que vão sendo desenhadas pelos lugares ocupados pelas pessoas nos quais elas vão se relacionando e de certa forma se estruturam socialmente por eles.

¹⁴ Ilegível esta parte da frase na documentação original.

Não pudemos localizar muitos debates no período do Estado Novo diante do que já discutimos. Nossa pesquisa não encontrou livros de Atas da municipalidade, nas esferas da Secretaria de Governo ou da Câmara Municipal, sendo assim nossas análises seguiram pelos livros de decretos acompanhando a leitura da legislação nacional.

Ano após ano, medidas administrativas e passos políticos foram tomando corpo pela cidade. Nas reuniões da Câmara novamente constituída, já em finais da década de 1940, registros lidos nas atas nos possibilitam problematizar algumas tensões que de certa forma já induziam os sujeitos da época ao que remetia determinados poderes num cenário urbano. Em 1949, em registro de ata o Vereador Newton Leopoldo Câmara (PTB- Partido Trabalhista Brasileiro), membro da Comissão de Educação, Recreio e Assistência Social, tem a palavra para declarar que se procura realizar em Londrina um *Congresso Pro Paz e Cultura*. Havia ocorrido pelas redondezas do Norte do Paraná, situações de arbitrariedade policial que levaram à morte, uma mulher e criança. Algumas representações na CML buscavam se manifestar em caráter perfeitamente legal e para protestar contra qualquer arbitrariedade policial semelhante. No entanto, a proposição nº17, que tinha o fim de proibir a manifestação dos representantes políticos e que era de origem da representação policial, foi apresentada a fim de coibir o movimento em favor da paz. Aristeu dos Santos Ribas, vereador pelo PSP (Partido Social Progressista), leu a circular da Chefia de Polícia recomendando às autoridades municipais a proibição do Congresso de Paz. Por 6 votos a 5, constou-se a rejeição da proposição 17. No dia seguinte uma circular da polícia chega à Câmara proibindo de vez a realização do Congresso de Paz e Cultura.

Nessa ocasião há tensão nas relações entre os agentes políticos, civis e militares. Percebe-se na experiência da manifestação política e popular, a possibilidade de estabelecimento de novas relações com a cidade, no que diz respeito à conquista dos direitos de manifestar-se e de posicionar-se e exercer a cidadania que por esta vez, foi vencido e negado, afirmando interesses de uma postura rígida, soberana e controladora.

Prosseguem-se pela Câmara nos anos de sua primeira legislatura (1947 a 1950) discussões que evidenciam os problemas emergentes da cidade no cenário urbano como também rural, no qual ficam evidentes assuntos de urgência

no contexto da época, relacionados à água, telefonia, energia elétrica, canalização pluvial, obras públicas, impostos e taxas, recolhimento de lixo, epidemias na lavoura de café, saúde pública e epidemias, segurança pública, ordem e entre outros. O espaço em movimento possibilitava a efervescência de ordenamentos para educar em muitos sentidos.

Neste sentido, a *urbs* instalada, e nela os novos habitantes, distribuindo-se diferentemente, produziram símbolos concretos na nova *civitas*, buscando nesse esforço homogeneizar as práticas heterogêneas da fixação material e cultural de seus sujeitos. São vários os empreendimentos para constituir os marcos simbólicos que denotassem o progresso das mentes e instituissem a civilidade; (VEIGA, 1994, p. 323)

Ir além da escola para verificar os atendimentos que de certa forma foram educadores na cidade, faz perceber como a municipalidade aplicava campanhas nacionais em seu contexto para definir novos rumos para seus sujeitos. Em 1950, é posto em discussão o PL nº 91 que diz respeito à Campanha Nacional da Infância. Tal discussão, trata-se de uma arrecadação de dinheiro para a criança pobre. Consta em ata do dia 08 de maio do mesmo ano, que a grande maioria dos contribuintes da campanha opinou expressadamente que a importância arrecadada pelo município, fosse aplicada em Londrina. Por estas discussões que foram longas na casa, as tensões e tomadas de partido vão se estabelecendo no desenvolver das políticas públicas como foi o caso. Neste mesmo dia é expresso que a quantia doada pela família Junqueira, Cr\$50.000,00, seria destinada para a construção de uma maternidade e creche, logo que o PL nº 91 fosse aprovado. E pelos anos seguintes, a obra da Casa da Criança¹⁵, foi concluída subvencionada com verbas das Campanha e doações de particulares.

¹⁵A Casa da Criança apresentava em seu projeto, 4 pavimentos com uma área útil de 1320 metros quadrados. Findada a construção em Dezembro de 1954, este Local atendia crianças em serviços de saúde como: raio x, otorrino, atendimento dentário e médico inclusive de atendimento de pré-natal para as mães além de atendimento em creche e escola maternal.

Imagem 3

Casa da criança em fase de acabamento - 1953



Fonte- Relatório do executivo. Volume 2. Câmara Municipal de Londrina

São inúmeras as formas educadoras no contexto urbano e ao mesmo tempo contraditórias. A diferença social e cultural entre os habitantes de Londrina não deixou de existir durante estes anos. A cultura cafeeira trouxe muitas riquezas, hábitos e prazeres que não eram comuns à grande parte da população mas que de certa forma gerava nos indivíduos influências em seus hábitos, costumes e modos de vida e comportamento. É possível localizar solicitações que expressam prioridades nos debates dos representantes da CML como por exemplo, em 14 de novembro de 1950, o Vereador Josino Alves da Rocha Loures (PR- Partido Republicano), membro da Comissão de Educação e como orador na sessão, expressa-se:

[...] lembrou-se de trazer a debate um assunto de importância capital, o problema cultural. Em Londrina temos vários órgãos de imprensa, Rádio Emissora, Clubes recreativos e literários e uma revista, como é a "Pioneira" do Sr. Benedito Barbosa Pupo, que por sua feição material e especialmente por sua parte intelectual, eleva Londrina e se destaca mesmo nos grandes centros intelectuais do país. Prosseguindo o orador fala da necessidade de ser entregue ao público Londrinense uma biblioteca que lhe possa ser útil, por isso que, a existente é desconhecida de grande parte do público. Que é preciso que se dê a Londrina uma biblioteca a altura cultural de nossa cidade [...]. (Ata da Sessão do dia 14 de novembro de 1950. Livro de Atas Volume 3)

Mais uma vez os estabelecimentos ou centros de acesso à cultura chegam à cidade, junto da 'bagagem' daqueles que nela se estabelecem. Os interesses políticos no atendimento das solicitações possivelmente caminham juntos dos projetos que seguem continuamente apresentados à CML nos anos seguintes.

Pouco mais tarde, em 1951, identificamos indícios de valorização das relações entre os sujeitos que já faziam parte da formação escolar no espaço que a cidade os ofereceu, ao longo dos anos iniciais do município de Londrina. No cenário do progresso e em meio à *urbs*, a classe estudantil crescia, se instrua nessa cidade. Pelas suas leis, regras e condições estabelecidas, de certa forma criou força e representatividade no espaço local enquanto estudantes. Neste mesmo ano, em exposição justificativa ao PL nº 07/1951, do Prefeito Hugo Cabral para doação do terreno à casa do Estudante, ele expressa-se:

Tenho a honra de encaminhar a essa ilustrada Câmara de vereadores o projeto de lei anexo, que estou certo merecerá a melhor acolhida por parter e V. Excia. e dos seus nobres pares. Ninguém ignora já ser a Londrina de nossos dias um grande centro educacional. Eleva-se a uns 6.000 o número de estudantes, que em nosso município, frequentam cursos primários, secundários especializados. O potencial econômico, a posição geográfica e a densidade demográfica, que cada vez mais se acentua, desta região desigualável, em futuro próximo haverão de transformar Londrina no segundo centro universitário do Paraná. Nestas condições, não poderia o Governo Municipal, cuja função essencial deve ser a de zelar pelo bem-estar presente e futuro do povo, deixar de construir através dos meios e das medidas ao seu alcance, para que, em tempo oportuno, venha nossa cidade a possuir, a exemplo de tantas outras, uma casa destinada a ser o lar dos estudantes e o centro de irradiação cultural das gerações futuras de nossa terra. Em vista do que acima ficou exposto, aguardo a sabia decisão dessa respeitável câmara. Atenciosamente, Prefeito Hugo Cabral. (Exposição Justificativa do Prefeito Hugo Cabral ao PL 07/51, 10 de maio de 1951)

Em discussão na Câmara, os vereadores se posicionavam favoráveis, mas sem muitas palavras. A administração política nessa época era composta por representantes políticos de diversas classes e profissões. Como vinham de várias partes do Brasil, certamente traziam experiências de vida e convívio social que possivelmente influenciavam em suas ideias e posicionamentos na cidade por eles administrada. A fixação dos novos hábitos sociais e culturais

efervescia entre as demandas sociais da cidade. As relações entre os grupos sociais também se constituíam pelo desenvolvimento legal, e o que ele possibilita aos que serão atendidos e aos que participam do atendimento. E as ações se relacionavam ao longo das proposições do executivo e legislativo:

Tenho a honra de encaminhar a essa ilustrada Câmara de Vereadores o projeto de lei anexo, que estou certo merecerá a melhor acolhida por parte de vossa excelência e dos seus nobres pares.

É do conhecimento de todos o extraordinário desenvolvimento econômico desta cidade e desta zona. Não menos conhecido é o fenômeno muito peculiar às regiões novas, como a nossa, cujas populações e encontram, via de regra, inteiramente absorvidas por preocupações de ordem econômica e financeira, que geralmente se verifica de ficarem estagnada ou amortecidos por algum tempo as atividades e coisas ações culturais do povo.

Entendemos, entretanto, que este estado de coisas já começa a sofrer grande modificação, pois se observa de uns tempos a esta parte grande curiosidade cultural em nosso corpo principalmente no que concerne à mocidade londrinense. Nestas condições, julgamos oportuno garantir desejar um local onde as futuras administrações possam construir um edifício para nele funcionar um teatro o auditório e a biblioteca pública municipal, que de certo exercerão, futuramente, grande influência no desenvolvimento científico, literário e artístico de nossa população.

Em vista do que acima ficou exposto, aguardo a aprovação do projeto para as devidas providências. (Exposição Justificativa do Prefeito Hugo Cabral ao PL 05/51. Destina-se um terreno para construção de um teatro e biblioteca municipal)

O desenvolvimento econômico de Londrina ocasionou e impulsionou experiências na cidade que direcionavam modos de vida. O convite para o *Eldorado*¹⁶ tinha em mãos proporcionar projetos para os sujeitos que provocariam mudanças em seus pontos de vista, sonhos, opiniões e hábitos e que poderiam esses projetos ter intenções pedagógicas até mesmo na organização do espaço urbano. Tem-se por um exemplo a Lei nº 187 de 1953, a qual autoriza o executivo municipal a criar uma autarquia para construção, administração e exploração do estádio municipal, tendo um de seus fins o incentivo à cultura, esporte e arte. O

¹⁶ A região norte do Paraná, passou por um processo de redefinição sócioeconômica e político-ideológica entre os anos de 1937 e 1945. Como produto de transformações locais, nacionais e internacionais, emerge uma nova representação da sociedade regional: o eldorado cafeeiro. (ARIAS NETO, 2008, p. 83)

desenvolvimento do local gerava ações para promover não só a infraestrutura organizada mas também elementos modernizadores variados.

Esse desenvolvimento acelerado e desordenado provocou uma gama variada de questões que os grupos dominantes locais e estaduais procuraram resolver ao longo da década. No plano estadual tratava-se, como já vimos, de ordenar e disciplinar o povoamento a nível rural e urbano. Ou seja: em última instância, no discurso do regionalismo cooperativo de Bento Munhoz da Rocha, a questão primordial era criar condições de fixar o homem no campo ou na cidade, a partir de diretrizes formuladas com o intuito de promover o desenvolvimento e modernização do Paraná. A nível local, os problemas se traduziam na criação dos mecanismos necessários a esse ordenamento. (ARIAS NETO, 2008, p. 146)

O poder legislativo no primeiro momento de atuação a partir de 1947, reunia-se em média de 64 a 75 sessões durante o ano, conforme balanço discutido em 27 de maio de 1952 e que, por proposta e votação, passou a reunir-se em 1952 em 95 reuniões/sessões anuais. Neste mesmo ano algo que predominou nos debates das atas da CML, foi a discussão do plano urbanístico da cidade devido aos grandes entraves oriundos do aumento populacional abordados anteriormente e em consonância ao processo de modernização do Estado. Tais discussões aconteceram durante todo esse ano nas sessões da Câmara. Dentre tantas medidas, ocorriam inúmeras críticas narradas: ao Governo de Getúlio Vargas e suas promessas não cumpridas; ao elevado custo de vida em Londrina; ao desmatamento desenfreado no Estado do Paraná; à venda de lotes ilegais na cidade; à falta de luz elétrica; à linguagem do Jornal Folha de Londrina quando se refere à CML em caráter crítico demais; à desordem no trânsito; à concessão de carteiras de motoristas e estacionamentos inadequados de veículos; à venda de pornografia nas bancas; às leis brasileiras, etc..

Eram muitos os problemas apontados pela Câmara e que espantosamente criavam força no espaço local cobrando planos e ações com intenções educadoras que extrapolavam a escola e tomavam mais uma vez um perfil civilizatório. De certa forma agregavam os projetos, sentidos de moral e conduta mas que também pediam uma educação escolarizada que cada vez mais pudesse proporcionar valores nos sujeitos e que os inserissem no lugar em que

estavam ocupando, dando-os condições de bem-estar, valorização social, de inserção no mercado de trabalho.

Pela seleção de alguns documentos a seguir, podemos notar como o ordenamento permitiu a inserção dos indivíduos no seu meio. Tomamos a Lei nº 203 (PL 33) de 1953. Ela autoriza o executivo municipal a receber em doação da Imobiliária Ipiranga, um parque infantil e seus pertences, situados no Jardim Shangrilá. O parque era frequentado pelas crianças moradoras na Vila Agari, Monteiro, Vitória e Judith, circunvizinhança ao loteamento como meio de recreio e entretenimento. Ter condições de lazer e distração para as crianças as inseriam e geravam um olhar para elas na cidade e em suas atividades.

A inserção e mobilidade dos sujeitos produz planos de sonhar e imaginar possibilidades para os próprios sujeitos, isso pelas oportunidades geradas pelo contexto social vivido. Uma outra proposta ocorreu em 1954, quando o executivo municipal sancionou a lei de autoria do Vereador Ivan Luz, a qual possibilitaria ao estudante londrinense ter 50% do preço da passagem reduzida nos coletivos urbanos. A condição de estar inserido no contexto da escola com matrícula efetiva, possibilitava aos sujeitos privilégios em forma de direitos para locomover-se na cidade e lhe deu a partir de então, uma mobilidade favorável em relação aos que não estavam inseridos no contexto da escola num período em que o transporte coletivo era uma alternativa valorosa para locomoção.

Eram também postas entre as leis, medidas financeiras enquadradas como orçamento, despesas e receitas. Entre tantas as despesas fixadas em orçamento para o Município, selecionamos observar em 1955 a construção e manutenção de parques infantis, as subvenções à Sociedade de Cultura Artística de Londrina (SCAL) e ao Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, que estavam previstas em orçamento e assim legitimando os discursos do executivo de que o acesso e contato do povo londrinense às iniciativas culturais e de lazer deveriam ser fomentadas. Mais uma vez notamos uma respondência a um plano nacional de modernização do estado e do país, não só pelas propostas educacionais como também da própria constituição. A lei municipal nº256 PL 41/1954 que prevê as despesas acima citadas, menciona tais garantias que

concordam com os artigos 32, 62 e 73 da Constituição Federal (1946) e com o Decreto lei federal nº 2416.¹⁷

Através destas práticas de garantias, nota-se abertura de possibilidades educadoras que marcariam o setor artístico, cultural e social de Londrina, além de influenciar pessoas de determinados grupos sociais e lugar na cidade. Encontramos aí um favorecimento de ações em espaços específicos na cidade e sua localização como territórios de acesso a outras sensações. Em destaque, observamos a Sociedade de Cultura Artística de Londrina (SCAL) que teve atividades desenvolvidas no ano de 1954 e suas realizações alcançaram parte da população urbana da cidade, a qual teve contato com cenas culturais que já eram vivenciadas pelas grandes cidades brasileiras.

Anexo à lei nº290 (PL 30/1955), que orça a receita e fixa a despesa do município de Londrina para o exercício de 1956,a SCAL envia um longo relatório de 6 páginas datilografadas, a respeito de suas atividades de fevereiro de 1954 a fevereiro de 1955. De acordo com o relatório, as apresentações aconteciam no teatro do Grupo Escolar “Hugo Simas”. Na primeira temporada artística da SCAL, realizada em 1954:

[...] organizou nove excelentes recitais assim distribuídos: ballet, canto, conjunto coral, violino, piano e declamação, nos quais participaram consagrados artistas nacionais e estrangeiros, conforme passaremos a referir:

I RECITAL- Inaugural- Ballet, canto e conjunto coral- participantes: Laura Moret (bailarina); Luciana Bertolli (soprano); Nino Gaioni (piano) e conjunto Coral da Escola Normal de Londrina.

Programa: Chopin, Donaudy, Ravel, Gluck, Nevin, Delibes, Rossini, Saint-saens, Giordano, Tosti, Sibelius e Gounod.

Data: 23/05/1954.

II RECITAL - Extraordinário - os mesmos artistas e programa do primeiro recital.

III RECITAL - Em Cambé - os mesmos artistas e mais o violinista Arnaldo Apostoli- o mesmo programa do primeiro recital, acrescido de uma pequena parte para violino.

IV RECITAL -Violino - Participantes: Arnaldo Apostoli e maestro Nino Gaioni (piano).

Programa: Vivaldi, Pugnani, Kreisler, Brahms, Paganini, Eloch, De Falla, Dvorak, Valle e Sarazate.

¹⁷Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios.

Data: 19/06/1954

V RECITAL - Piano - Participantes: Magdalena Tagliaferro

Programa: Mozart, Bach, Chopin, Debussy, Fauré, Monpou, Saint Saens e Villa Lobos.

Data: 10/09/1954

VIRECITAL -Violino - Participantes: Fernando H. e Ruth Iemos (piano)

Programa: Desplance, Corelli, Paganini, Schubert, Sanmartini, Valle, Debussy e Kreisler

Data 30/10/1954

VII RECITAL - Declamação - Participantes: Helena de Magalhães Castro.

Programa: Ademar Tavares, Cassiano Ricardo, Ramon de Campoazor, Eugéne Manuel, Maria Eugênia Celso, Rabindranath Fagore, Edmond Rostand, Martins Fontes e Guilherme de Almeida.

data: 1/12/1954

VIII RECITAL - Canto e Ballet - Festividades Comemorativas ao 20º aniversário de Londrina. Participantes: Iya e Lubemaciuk - cantores Ucranianos - e conjunto de ballet infantil do Conservatório Musical de Londrina.

Programa: Pergolesi, Mozart, Schubert, Mattei, Roger, Neponuceno, Mignone, Lessenko, Gallet, Henrique Sttzenko, Artenovakei, Puccini, Giléia, Donizette Carlos Gomes.

IXRECITAL -Participantes: Maria Regina Luponi (pianista de 10 anos de idade)

programa: Mozart, Bach, Bethoven, Dinorá de Carvalho, Villa Lobos, Daquini, San Sebastian, Lavallé e Debussy.

data: 06/01/1955. [...]

[...] Assim temos, neste resumo de atividades e de comentários, que Sociedade de Cultura Artística de Londrina "não tem poupado esforços para dar a Londrina um ambiente de arte a altura do seu progresso" e que seus concertos por ela organizados e patrocinados mereceram por parte dos seus sócios e do público, os mais entusiásticos aplausos. (Livro de Leis- 1955-1956 - Volume 14 - CML.)

A relação cidade, educação e civilização, que o projeto urbano inspira, evidencia a inserção cultural defendida nos discursos da municipalidade como também o refinamento de posturas. A mobilização para esta garantia à sociedade londrinense, ganha espaço e notoriedade em meio a todo movimento urbanizador e em transformação que acompanha a cidade, as marcas de uma ação particular a esta realidade e promovidas pela autonomia municipal amparada por possibilidades de ordenar assim se fazia por este viés. O refinamento das condutas talvez não alcançasse a todos os sujeitos do município através da inserção cultural

devido às diferenças de classes e dos acessos aos espaços públicos. No conjunto da sociedade, o grupo que era favorecido ao contato com os ares de metrópole através de apresentações culturais, caminhava em paralelo à outra parte da sociedade que ouvia falar dos eventos, das apresentações, das peças mas que ao mesmo tempo, tanto carecia de condições básicas na consolidação dos seus direitos como os de infraestrutura nas vilas e o de ir e vir com segurança. Um distanciamento desses grupos sociais acontecia mais uma vez. Uns se percebem mais civilizados por estarem servidos pela cultura e outros menos por não terem nem mesmo o mínimo para sua qualidade de vida.

No que diz respeito ao direito de circulação e mobilidade que envolve a segurança do povo londrinense, destacamos o projeto de uma passagem em desnível sob os trilhos da Rede Viária Paraná Santa Catarina - RVPSC, que separa um e outro lado da cidade, consta em ata da CML:

Até o presente momento não foi apresentado à Câmara nenhum plano, projeto ou orçamento da referida obra. Todavia, de modo oficioso, em caráter particular, nos foi apresentado um "estudo" ou ante-projeto de uma passagem em desnível para veículos e pedestres, sob os mencionados trilhos[...] A solução que se apresenta não é a que melhor atende aos interesses do povo, já porque envolve despesa de milhões de cruzeiros, já porque não atenderá as necessidades da população residente na zona norte da cidade, constituindo assim um deserviço à comunidade. (Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Londrina, 19 de novembro de 1954)

Quando Magalhães(2006) observa a realidade de Portugal para verificar a construção histórica de um município pedagógico, ele faz observação exploratória para que verifiquemos o que ocorre nos planos regulamentadores do cenário urbano e das condições que ele dava aos sujeitos. A arquitetura da cidade e seu plano de mobilidade limita ou encoraja o sujeito a ser pertencente a ela como também pertencer a escola nesta mesma realidade. Deve ser inclusivo em todos os sentidos e o ordenamento num contexto da cidade se dá para atender variados interesses, sejam os de primeira necessidade como os que acarretam demais atendimentos aos cidadãos.

Os agentes públicos continuaram a defender a promoção da cultura e atividades educacionais do município. Com as palavras "estimular por todos os

meios as atividades educativas e culturais", relatórios e exposições justificativas se somavam nos arquivos da municipalidade:

1956 - A Administração procurou sempre estimular por todos os meios as atividades educativas e culturais do município. Assim vem contribuindo para a realização de recitais de arte e conferências, bem como enriquecendo as estantes da Biblioteca Pública com inúmeras e valiosas coleções de livros. (Relatórios do Executivo. Volume 3- Câmara Municipal de Londrina.)

Na construção do sujeito londrinense, na cidade ou na escola em desenvolvimento, concordamos de que esse espaço segrega, condiciona, instrui e também reúne de diversas maneiras os indivíduos. Pelo menos nos discursos o plano era para todos e de certa forma o intuito é para todos, mas o resultado pode ser diverso e extremo. Que caminhos dão aos sujeitos para que eles se conheçam, se eduquem nesse processo? "Nessa mesma perspectiva, a mesma cidade que segrega, deve ter o poder de homogeneizar e incorporar, educando" (FARIA FILHO, 1997, p. 215)

3.2 Uma educação cultural para os sujeitos e a Biblioteca Pública Municipal

O processo modernizador para a educação do povo brasileiro junto ao século XX, gerou uma disseminação ideológica de uma educação para a nação. Uma crença no poder regenerador da educação pela implantação dos sistemas escolares, das propostas pedagógicas estendendo a responsabilidade de ação junto aos municípios, trouxe também uma identidade cultural para os sujeitos. A formação de um ideal modernizador da escola, conforme Adão e Magalhães (2011), polarizou a oferta educativa e cultural, desta forma as ideias de governo, asseguravam planos, propostas e programas que fomentassem essa modernização, culturalização do povo e acesso às ciências, à leitura e à cultura de maneira geral. O movimento do progresso pela estruturação da cidade gera também a sociabilidade do indivíduo no meio em que se insere e pelo qual é atendido pelas ações de seus administradores públicos. Assegurar o desenvolvimento do sujeito neste período é dar a ele também condições para que se enquadre ao processo e ideais educativos para todo o país.

Variando com os períodos históricos e com os quadros políticos, a influência municipalista foi acentuada ou mesmo determinante nos planos geográfico, demográfico, cultural, para a evolução sociocultural em geral e, muito particularmente, junto de determinados públicos. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 13)

Em resposta às políticas centrais, a Biblioteca Municipal veio acontecer no município de Londrina através da criação do INL (Instituto Nacional do Livro—criado em 1937), fazendo parte do conjunto das reformas do ensino da década de 1940, também conhecida como Reforma “Capanema”. Criada em 1940, a Biblioteca Pública, foi posteriormente inaugurada em ato legal, em 4 de dezembro de 1951. Foi instalada em edifício da própria municipalidade e funcionava naquele ano, todos os dias úteis das 9h às 11h30, das 13h30 às 17h e das 19h às 22h. Ano após ano as aquisições de livros iam sendo feitas abrangendo autores e assuntos diversos e sendo palco de realizações que promoviam a cultura e a educação de seus sujeitos através deste espaço.

A ideologia do acervo, em que o Estado demonstrava sua concepção de biblioteca guardiã da cultura, era de divulgar as idéias e autores escolhidos pelo governo, para formar hábitos “adequados” na população, segundo o padrão de um grupo de intelectuais ligados ao Instituto. (PAIVA, 2008, p. 34)

Ter uma Biblioteca Municipal somaria ao contexto da cidade em progresso e que pudesse cada vez mais alcançar seus cidadãos. As singularidades do local educativo se expressam aqui também pelo espaço formal de leitura e cultura através da biblioteca, como uma forma de evolução pela educação ofertada ao povo. No início do ano de 1951, o Prefeito Hugo Cabral expressa-se em correspondência enviada à CML e anexa ao PL nº 5/1951, que posteriormente efetivou-se pela Lei nº 109, o teor de sua posição em relação à conquista deste espaço. A dinamicidade da transformação do município de Londrina, pedia medidas legais, planos, projetos à altura de seu crescimento, o município por sua vez sentia a aplicação das ações do governo federal. Mais uma vez observamos em Paiva (2008, p. 30), “A extensão da política do livro às bibliotecas públicas visava a criação de um sistema nacional de bibliotecas, para coordenar e promover a modernização dos serviços bibliotecários”. A autora observa que primeiramente a função da biblioteca

pública era a de guarda da cultura nacional oficial e em segundo plano ter funções educacionais relacionadas também ao lazer e à cultura.

Reorganizar as estruturas do ensino e muitos dos mecanismos para fortalecer as aprendizagens e a formação cultural do sujeito, eram pois maneiras de oferecer a eles condições de apropriar-se do que era conveniente aos interesses do governo e em grande maioria das vezes imperceptível às massas que usufruíam dos mecanismos ofertados com roupagem de trazer cultura e conhecimento. O conhecimento através da leitura possibilitada pela escola. Mesmo que escolhidos por alguém ou por um plano de governo, eram estes mecanismos que davam de certa forma condições aos sujeitos de se educarem em interação com específica cultura, com a modernidade trazida pela leitura e os saberes do mundo letrado.

O espaço de leitura acontecendo na cidade de Londrina, marcava pois a efetivação do caráter da política nacional do período. Pelos relatórios do executivo local, notamos a prestação de contas que era feita no que se refere ao número de participantes destes espaços, demonstrando assim o funcionamento deste órgão no território municipal. Uma boa parcela da população usufruía deste espaço e por nossos documentos não pudemos precisar quem eram esses leitores, mas em números a crescente era constante e considerável.

Tabela 4

MOVIMENTO GERAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL PÚBLICA: 1951 A 1959									
	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
FREQUÊNCIA / LEITORES	-	209	875	1052	4460	-	6020	6743	7149
TÍTULOS CONSULTADOS (livros, boletins, revistas)	1709	1963	5042	5847	6734	-	5762	7489	7780

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo, 1951. Volume 1- Câmara Municipal de Londrina

Assim a estrutura sistematizada para alcançar a população prosseguiu a consolidar-se. A fim de que a cultura do livro se estendesse aos leitores em formação presentes nas escolas municipais de todo o território, criou o poder público municipal, anexa à Biblioteca Pública, uma secção denominada "Biblioteca Circulante", através do Decreto nº 27 de 15 de Março de 1954. Ela tinha a finalidade de selecionar e promover o empréstimo de livros aos leitores que nela

se inscrevessem previamente. Era intuito difundir entre os alunos das escolas o interesse pelo conhecimento e o hábito de leitura e que favorecessem o campo escolar e as apropriações para o processo de escolarização. Alguns dados demonstram o movimento deste espaço que agregava muito à escola.

Tabela 5

MOVIMENTO GERAL DA BIBLIOTECA CIRCULANTE: 1954 a 1959						
	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Leitores	1052	-	1259	3798	-	-
Inscritos	-	-	-	-	1411	1613
Empréstimos	560	-	-	-	6406	4901

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo. Volumes 2 a 5- Câmara Municipal de Londrina

Na Biblioteca Municipal também aconteciam atividades educativas e culturais do município como recitais de arte e conferências. Pela evolução das circunstâncias histórico educativas, o espaço da biblioteca vinha ocorrer como um *suplemento pedagógico e cultural* das populações. Segundo Magalhães (2004), faz-se por este espaço a inclusão de novos públicos e novas necessidades gerados pelos ideais do governo central e assim, o que o autor chama de *município corporativo*, realiza a articulação dos serviços prestados à população e promove inúmeras ações para envolver os indivíduos locais.

Em 1956, este órgão organizou a I Maratona Artística e Intelectual, entre alunos dos diversos educandários da cidade, conferindo vários prêmios aos que mais se destacaram. Os prêmios eram oferecidos por particulares. Eram variados os eventos promovidos por este espaço.

Nas festas do 22º aniversário do Município, promoveu a Biblioteca o I Salão de Arte Fotográfica, a que compareceram com trabalhos fotográficos amadores e profissionais de vários pontos do país. Foram expostas 436 fotografias sobre assuntos ou temas diversos. A exposição foi visitada por mais de 8 mil pessoas. (Relatórios do Executivo, 1956. Volume 4- Câmara Municipal de Londrina)

Além de ser espaço formal de leitura e de promover ocasiões de convívio cultural e de fomentar tais ações entre os sujeitos, a ideia de culturalizar os indivíduos passava pelo espaço da biblioteca e mais uma vez evidencia a validação do ideário pedagógico. Notamos este intento quando olhamos para os eventos

promovidos pelo espaço da biblioteca, nestas ocasiões os encontros entre os sujeitos de outras localidades e cidades possibilitavam aos locais o convívio com diferentes hábitos e experiências profissionais ligados à cultura e que envolviam o cidadão local e traziam novas reflexões e interferências culturais. A cidade materializa também pelo espaço da Biblioteca, a formação cultural dos indivíduos.

Promovida pela Biblioteca Pública Municipal, realizou-se entre os dias 20 e 28 de junho a I Semana do Livro em Londrina, com que se procurou fazer eco local de certame semelhante ao efetuado no Rio de Janeiro e em outras Capitais.

Constantes palestras radiofônicas, sessões solenes e reuniões, todas alusivas ao livro, além de uma exposição central instalada na rua Maranhão nº53, a I Semana do Livro em Londrina, contou com a colaboração de livrarias locais e editoras do País.

Na mesma oportunidade, funcionou na praça Willie Davids a "Feira do Livro", também de iniciativa da Biblioteca Municipal.

Durante o certame, foram doados à biblioteca assinaturas de revistas e numerosos livros, dentre eles: Cultura moderna, fábulas de La Fontaine, Cultura Histórica do Brasil, Sherlock Holmes, Um Estadista da República, A Lei do Triunfo, memórias de um médico, Summa-Artes e outros. (Relatórios do Executivo, 1957. Volume 4- Câmara Municipal de Londrina)

Na ocasião da I Feira do Livro, compareceram 26 bibliotecas, 9 editoras nacionais expondo suas obras e teve participação de aproximadamente 3.550 pessoas. A relação escola, cidade, economia e cultura também passa pelo espaço do livro, pelo espaço da leitura, no caso a biblioteca municipal. Frequentar a biblioteca pública promovia a inclusão do sujeito que tornou-se alfabetizado e ao mesmo tempo segregava aquele que por algum motivo não conseguiu incluir-se ao mundo das letras e palavras. Essa realidade traz a cidade para pensar sua cultura, fomenta uma outra forma de economia e possibilidade de mercado para o público intelectualizado, mas também alimenta a diferença social entre os mundos sociais numa mesma cidade.

O interesse das ações da Biblioteca era também promover a leitura no meio rural através da biblioteca circulante e estas ações continuaram acontecendo no decorrer da década de 1950 assim como as campanhas, exposições e eventos. Podemos listar alguns que aconteceram no decorrer dos anos seguintes, demonstrando a permanência do fomento à inserção cultural dos sujeitos:

- II Semana do Livro- 1958
- "Exposição Central de Livros"1958
- Campanha efetuada para aquisição de fundos para o 6º Acampamento Regional de Escoteiros do Paraná- 1958
- Exposição Fotográfica, concorrendo 1 Salão Nacional e 3 Internacionais de Fotografias. 1958
- II Salão de Arte Fotográfica-1959
- III Semana do Livro-1959
- I Exposição Filalética-1959
- IV Semana da Criança que constou uma maratona intelectual, promovida entre os alunos dos cursos primários de Londrina- 1959¹⁸

A leitura e o conhecimento através do livro alcançava cada vez mais leitores e para eles era disponibilizado material selecionado e escolhido por agentes administrativos vinculados à municipalidade. Mesmo sem mão de obra especializada, mas em processo de estruturação, o poder local organizava as demandas oriundas dos planos de governo garantindo o funcionamento e alcance dos recursos didáticos envolvidos na oferta da leitura para o povo. As demandas chegavam aos locais municipais e organizados pela administração local, o acesso era estabelecido e organizado.

[...]o INL não dispunha, e não promoveu as condições para dispor, de um pessoal especializado para implantar tais propostas. As estratégias subseqüentes continuaram centradas na seleção e distribuição de obras para as bibliotecas, e no trabalho cooperativo entre o INL e as prefeituras. (PAIVA, 2008, p. 34)

Os tipos de leitura e quais conteúdos literários os leitores londrinenses tinham acesso, são possíveis de ilustração a partir do quadro abaixo elaborado com as obras adquiridas nos exercícios em questão e que foram apresentadas à CML através dos relatórios do executivo. As aquisições no entanto eram de acordo com as escolhas do governo e conforme Paiva (2008), "adequados" à população.

¹⁸Relatórios do Executivo, volumes 4,5 e 6 (1957 a 1960). Câmara Municipal de Londrina.

Tabela 6

OBRAS ADQUIRIDAS PELA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL: 1956 a 1959	
1956	1-História Universal, de Césare Cantu, em 32 volumes. 2-História das Américas, de Ricardo Levene, em 8 volumes 3-Julio Verne, em 40 volumes 4- Dicionário de Educação, de E. M. Campagne, em 3 volumes
1957	1-História das américas 6 volumes 2-Atlas internacional, Larousse 3-Anatomy, volume 1 4-Obras de ingenieros, 7 volumes 5-Dicionário etimológico, 2 volumes
1958	1- Coleção "Horas Preciosas da Infância" 2-Coleção "Histórias de Portugal" 3-Coleção "Ficção Histórica" 4-Coleção " Reino Infantil" 5-Coleção "Saber Atual" 6- Coleção "Carimbo de ouro" 7-Coleção "Histórias Maravilhosas" 8- Coleção "Guerra e paz" (Tolstoi) 9- Compêndio da Biologia 10- História geral do Brasil "Varnhagem - Vols. Vi e VII 11-Geografia Universal "Coleção Completa" 12- Agricultura e pecuária moderna " Coleção completa" 13-Tesouro Juvenil " Coleção completa" 14- Obras Pedagógicas"Teobaldo M. Santos" 15-Obras Filosóficas "Wil Durant" 16- Enciclopédia do contabilista 17-Sermões "Padre Vieira"
1959	1-Estantes e pensamentos- coleção 2-Código Penal- volumes 3-Os vinte melhores livros de seleções(volumes) 4-Biblioteca de seleções- volumes 5-História da civilização- Volumes 6-Filosofia de Bertrand Russell - coleção 7-Enciclopédico de Direito- volumes 8-Romances de Peres Escrich, Xavier Montepin e outros 9-Enciclopédia Ilustrada, etc.

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo Volumes 3 a 5 - Câmara Municipal de Londrina

O ano de 1959 foi muito comemorado em Londrina devido ao Jubileu de Prata do município. Foi até mesmo instituída pelo Executivo uma Comissão Especial afim de realizar solenidades e festividades por esta comemoração. A Comissão era composta por órgão deliberativo e executivo formados por autoridades, presidentes de entidades de classes, desportivas e recreativas, diretores de estabelecimentos de ensino entre outros. Os eventos citados acima referentes ao ano de 1959, foram organizados em comemoração ao Jubileu. Os

estabelecimentos de ensino estavam envolvidos nas festividades, o que provavelmente interferiria na rotina escolar para promover os preparativos e de certa forma os incorporavam ao ensino naquele período. Destaca-se por eles a Maratona Intelectual que foi promovida entre os alunos dos cursos primários de Londrina. Ocorreu durante a IV Semana da Criança, realizada pela biblioteca.

A possibilidade de escolha dos agentes locais para organizar a rotina, os eventos, o calendário e as atividades relacionadas a um contexto específico local nos permite localizar aqui uma margem para as personalidades do município diante de sua "autonomia autorizada" para organizar e gerir o ensino. Mesmo dentro de uma submissão para legislar e fazer funcionar a escola junto ao estado e à União, é a atuação dos agentes e seu planejamento que dão um significado de pertencimento para os sujeitos junto aos acontecimentos que envolvem a escola neste período exemplificado.

Pelo espaço da biblioteca municipal, as experiências sociais e suas expressões culturais envolviam a escola pública e de certa forma eram incorporadas ao sistema de ensino das escolas, um local de pessoas, de aprendizagem, de seleção entre os sujeitos frequentadores, como também de inserção social e cultural. A intenção de trazer cultura ao povo londrinense estava presente na biblioteca e nas ações culturais como um todo. Tornar Londrina civilizada, dar condições de conhecimento aos sujeitos também dava a ela um *status* de progresso e de um lugar favorável ao crescimento do indivíduo e de todo seu entorno econômico e social. Esse intento se fazia presente nos discursos políticos e por todas as deliberações.

O processo regulamentador educou os seus sujeitos de alguma forma e esse movimento conduziu a transformação da cidade, do município e de sua evolução ao longo dos anos. Assegurar um braço para a efetivação da escolarização municipal é possível de ser vista no papel da biblioteca pública. Este município empreendeu neste período, as estratégias educacionais e culturais que passaram e se fortaleceram pelo espaço formal da leitura e pelo que vimos, da cultura, do social e do progresso. Pensando pelo campo específico da Educação e Cultura, a municipalidade qualificou este espaço para agregar condições de cultura e de conhecimento ao londrinense.

4 O AMBIENTE FORMAL ESCOLARIZADOR: AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

(Rubem Alves)

Pensar a educação que passou pelo chão da escola londrinense desde a constituição da municipalidade, responsável em pensar por ela institucionalmente, nos faz olhar para os homens, mulheres e crianças que direta ou indiretamente na escola estiveram. Uma população que vinda para Londrina, carregava consigo o sonho junto à 'bagagem' e suas expectativas na nova terra, terra de cablocos como também de indígenas e que também passara a ser de um misto de etnias. Pessoas que se encaixavam na escola e que nela deveriam ser bem-vindas e acolhidas, mesmo que muitas excluídas por um motivo ou outro, porém já se fazia no texto da Constituição Federal de 1934, Art 149 – "A educação é direito de todos". Também por esta regulamentação nacional, indagamos à nossa realidade, como o município de Londrina assegurou aos seus, o ensino junto às demais esferas político-administrativas com as quais deliberava?

Art 148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do paiz, bem como prestar assistencia ao trabalhador intellectual.

Art 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcional-a a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no paiz, de modo que possibilite efficientes factores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espirito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (Art 149, Constituição Federal de 1934.)

Aos poucos e com a estruturação do município e suas demandas, as crianças iam sendo inseridas na escola. Contudo, para qual educação? Em tempos em que o Brasil concentrava grande parte de sua população na área rural, em Londrina na década de 1930 e 1940, tal realidade era praticamente predominante, a cidade ainda tomava forma de urbanicidade e a população que tinha, pouco tinha do quesito escola e educação, o povo muito necessitava em relação a atendimentos e políticas públicas em geral. Por este contexto é que neste capítulo, nosso olhar volta-se para a educação escolar e indagamos, que escolas eram essas e onde elas estavam? O que era previsto para elas pela regulação municipal no processo que os poderes operavam?

A educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é então uma atividade humana participe da totalidade da organização social. Essa relação exige que se a considere como historicamente determinada por um modo de produção dominante, em nosso caso o capitalismo. (CURY, 2000, p.13)

As primeiras escolas londrinenses se instalaram junto às colônias de estrangeiros que aqui se distribuíam e aglomeravam-se entre seus pares, a língua própria, também era um fator de aproximação e reunião dos grupos. Boni (2004) discute o contexto das escolas étnicas em Londrina e apresenta a Escola Alemã de 1931 e a Escola Japonesa de 1933, além da escola polonesa e a dos eslovacos. As culturas desses povos incluíam as práticas escolares como "espécies de aparatos civilizatórios e modernizantes" (CAPELO, 2001). Quando olhamos para

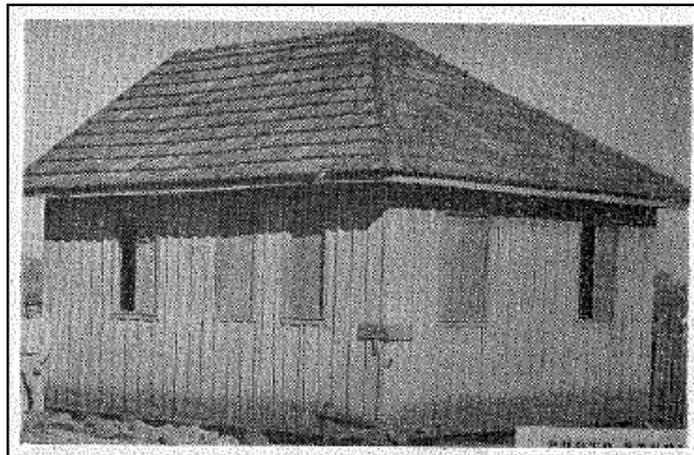
os dados demográficos da tabela 1¹⁹, notamos que nos primeiros anos da década de 1930, a população ainda era pequena mas o número de crianças atendidas nas escolas existentes mesmo assim era insuficiente e a educação escolar, basicamente exercida nas colônias, estava muito relacionada à cultura dos imigrantes.

[...] elas tinham em comum o fato de serem iniciativas comunitárias que supriam a ausência do poder público no campo educacional. Ao mesmo tempo, almejavam transmitir as tradições étnicoculturais através do ensino em língua de origem. (CAPELO,2001, p. 191)

Com apoio da CTNP em 1934, é criada a primeira escola em língua portuguesa nos territórios da cidade de Londrina, "a escolinha". De acordo com Boni(2004), ela foi instalada num pequeno salão cedido pela Companhia. Com apenas uma sala de aula e em atendimento de turmas matutinas, vespertinas e noturnas, a escola atendia às crianças e não se sabe ao certo o número desses alunos. Podemos estimar abaixo pelas fotografias.

Imagem 4

Primeira escola de língua portuguesa. Uma sala de 10m²-1934



Fonte:Norte do Paraná "Terra abençoada" - Secretaria de Planejamento (1949, p. 22)

¹⁹Página 66/67

Imagem 5

Alunos do professor Luiz Vergés Dutra -1935

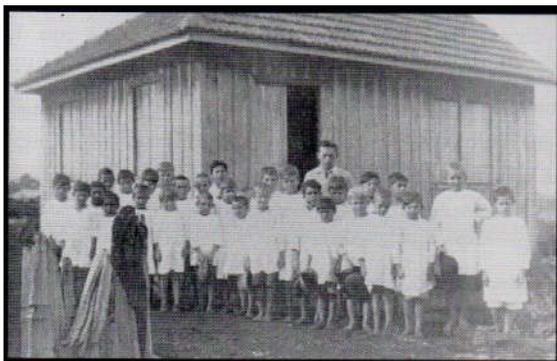


Imagem 6

Turma mista de meninos e meninas - 1936
Professora Mercedes Martins Madureira



Fonte: Norte do Paraná "Terra abençoada" - Secretaria de Planejamento (1949, p. 22)

Desde o momento em que o cenário urbano foi se estabelecendo, como também pelo movimento do ordenamento legal da cidade de Londrina, é notado em meios aos documentos lidos, a ação para estruturação da escola num contexto de atender as demandas para a população estar inserida e manter-se na escola pra atuarem em sociedade. Lembremos que neste contexto, as subvenções para as escolas eram ainda para as de iniciativa dos colonos e o município por sua vez, exercia desta forma sua participação, através da subvenção. Este movimento de prover e subvencionar a educação escolar local, se estende pelos anos correntes do município, por ações do poder municipal, por demandas locais e determinações de caráter nacional como assim expressam os artigos 148 e 149 da Constituição Federal de 1934, citados no início deste tópico.

Num contexto em que a cidade se edifica, seus integrantes consequentemente se condicionam ao que ela propõe. A escola e o ensino que passam por este espaço, acontecem também para contribuir com um sistema mais amplo e que envolve as condições sociais dos indivíduos inseridos num contexto econômico de sociedade e de nação. Como discute Adão e Magalhães (2011, p.108), e que podemos pensar ao Brasil/Londrina, "O município apresenta-se como elemento orgânico de uma estrutura administrativa central". A cidade/município não se estabelece e estrutura sozinha independentemente, há um movimento estruturador bem como o campo social, cultural e pedagógico caminham junto ao movimento e se configura.

Nos primeiros decretos desde 1934 do município de Londrina, considerações de subvenção a professores atuantes nas escolas já existentes eram

evidentes, mesmo que ainda fossem particulares/ étnicas. Foram estas escolas que iniciaram uma história escolar da cidade e passaram a contar com recursos da municipalidade. O poder público por sua vez, não poderia estar fora desta escola. Destacamos que os indivíduos que ela frequentavam eram agora "londrinenses" e neste território, se incluíam no grupo de sujeitos sociais assistidos pelas políticas em questão e que de certa forma atuavam nos diversos setores profissionais da cidade em pouco tempo. Nas fontes do Executivo, são localizadas a Escola do Heimtal, Nova Dantzig e Bratislava, subvencionadas pelo poder público mesmo que ainda não planejadas e criadas por ele. Uma cidade na qual seus agentes políticos não haviam proposto condições de escola até então, poderiam dentro de suas possibilidades de ação, dar aos indivíduos condições para estarem na escola, permanecerem e irem além dela, isso gradativamente. Observemos como a escola aparecia nos documentos legais até o momento:

Receita para 1935

Despesas:

Cap III: Serviços públicos de interesse comum com o Estado

1º Instrução Pública

a) Subvenção para 3 professores: 1 para Heimtal, 1 para Rolândia e 1 para Nova Dantzig

b) Material Escolar

c) Cota de conformidade com o disposto ART 156 da Constituição Estadual. (Decreto do Executivo Nº 23A.12/06/1935 - Prefeito Rosalino Fernandes)

Na legislação dos dois primeiros anos que o município administrou, se vê que este território administrativo simplesmente atendia às suas solicitações e urgências a fim de manter o que existia e funcionava naquele momento, as escolas étnicas acima citadas. Quando dialogamos com a reflexão proposta acerca do Município Pedagógico, neste contexto identificar um potencial de um municipalismo pedagógico pela autonomia local já não é mais pensada como se fazia no século XIX. Os municípios neste tempo não sustentam a autonomia para planejar o ensino de sua localidade, mas o convite é reconhecer algumas ações municipais que validem as propostas das administrações federal e estadual, sendo assim localizamos estas medidas acontecendo dentro das possibilidades previstas para o contexto de acordo com o que previa a Lei maior que versava sobre a Educação, no caso:

Constituição Federal de 1934

Art 152. Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na fôrma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e suggerir ao Governo as medidas que julgar necessarias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiaes.

Constituição Federal de 1937

Art 5.º "Compete privativamente á União: XIV - traçar as directrizes da educação nacional;

Olhar para Londrina em diálogo com o que refletimos acerca de um *município pedagógico* no caso brasileiro, nos remete a todo momento às discussões dos casos portugueses em que pela evolução histórica e de mudanças nas políticas de governo centrais, faz com que olhemos às ações deste plano regional londrinense, para que possamos admitir um municipalismo num contexto de autarquia. De fato, era um momento em que o Governo Federal pretendia um Plano Nacional de Educação e muitas medidas centralizadoras/unificadoras para organizar o ensino nacional foram tomadas desde o início dos anos 1930, quando Getúlio Vargas, como chefe do governo provisório apresentou seu plano de reconstrução nacional, no qual um dos dezessete pontos elencados por ele, noitem 3 dizia:

[...] difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados; para ambas finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas" (GHIRALDELLI JR., 1991, p. 25-26).

A difusão intensiva do ensino centralizava as propostas e autorizava ações aos territórios para efetivar este alcance. O ideal pedagógico debatido na década de 1930 pelos escolanovistas²⁰, ainda não alcançava em prática a realidade escolar e pedagógica para o interior do país como no caso de Londrina, e os interesses não pedagógicos, de pensar a cidade em estrutura como um todo, eram muito presentes e fortes. A demanda por escola na área rural e a necessidade da permanência do homem e sua família no campo, fariam garantir a produtividade da

²⁰Considera-se escolanovista um grupo de intelectuais brasileiros que participavam do Movimento da Escola Nova e que ativamente estava inserido nas discussões acerca da "Renovação da Educação" nacional na década de 1930.

lavoura e a escola se enquadra nesse momento como mecanismo de fixação das famílias em determinado local que viesse a existir uma "escolinha". O reforço do sentido capitalista no movimento de escolarização, pode então ser percebido neste momento. Nesse sentido, Capelo (2013) discute a emergência das escolas rurais visando garantir a qualidade de vida no meio rural e por fim, sua permanência no campo e a produtividade agrícola.

De acordo com o que estamos analisando e propondo para perceber a educação escolar na cidade, a força transformadora que envolve o processo de urbanização e o impulso de modificar o cidadão cultural e materialmente, notamos pela escola essa possibilidade e pretendemos agora apontar o que de específico podemos destacar em relação à educação escolar e que foi observada na legislação vigente da época. A fim de que possamos dialogar com este desafio historiográfico e verificar a força das ações da municipalidade, note a seguir, um panorama sobre o que a escola movimentou e que encontramos evidente nas fontes oficiais num período de pouco mais que a primeira década de administração pública:

Gráfico 2 : Decretos e Leis municipais de 1934 à 1947

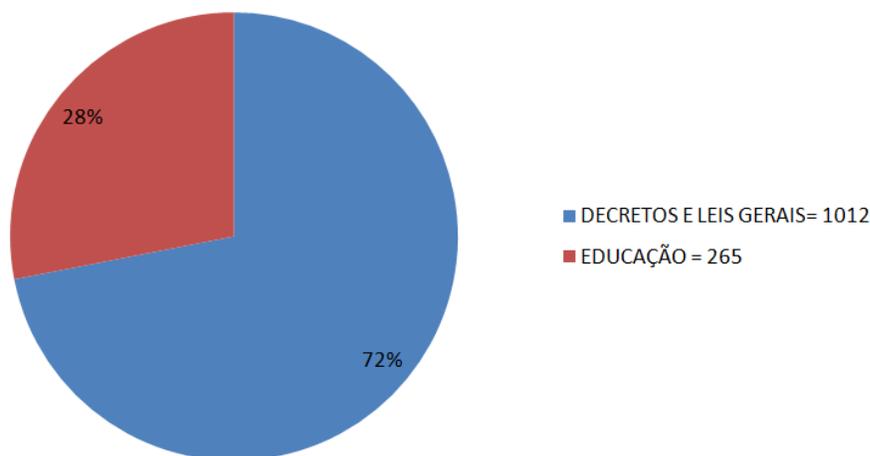


Gráfico elaborado pelos autores

Fonte: Livros de Decretos e livros de leis referenciados nesta pesquisa

Em Londrina, como também em outras cidades brasileiras, a ordenação em fase estrutural possibilita também a escola ser notada enquanto parte que impulsiona a engrenagem junto ao funcionamento da cidade e a produção de um homem novo. Pelo gráfico 2 observa-se a escola presente em meio à estruturação do espaço do município envolto nas possibilidades da cidade. Criam-se expectativas onde pouco se tem, de que soluções e condições de acesso, também à

escola, viriam junto aos atendimentos e medidas garantidas por um discurso acolhedor da municipalidade.

O tema educação na documentação oficial de Londrina, aparece apresentado por várias denominações. Notamos que no decorrer dessas primeiras décadas de administração, seja denominada: "*serviços públicos em comum com o estado*", "*instrução*", "*ensino primário*", "*educação e cultura*" e por fim "*educação pública*" já em 1960, o conjunto para funcionar a escola e a educação foi agregando ao longo dos anos e das regulamentações mecanismos que contribuíam com seu funcionamento. Seriam eles os recursos que tinha a escola para acontecer, funcionar e atender no município como: apoios metodológicos, programas, formações, atividades diferenciadas e eventos que envolviam a escola local. As transformações foram acontecendo, sejam em resposta às demandas do plano pedagógico nacional, sejam pelas medidas dos responsáveis locais pelas deliberações em geral.

Para observarmos o movimento da escola neste município elaboramos a tabela a seguir para perceber por um panorama histórico, sobre como a escola municipal se movimentou durante os anos observados, podendo assim refletir um pouco sobre essa evolução.

Tabela 7

EVOLUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE LONDRINA:1936 - 1960			
ANO	Nº DE ESCOLAS MUNICIPAIS EM FUNCIONAMENTO	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS ²¹
1936	-	4	-
1937	2	8	-
1938	2	10	-
1939	12	-	-
1940	-	20	-
1941	16	24	-
1942	-	50	-
1943	-	50	-
1944	-	25	-
1945	21	36	-

²¹Ressaltamos que os alunos matriculados nem sempre concluíam o ano. Nos anexos específicos de relatórios dos prefeitos, é possível notar o número de alunos promovidos e desistentes nos anos correspondentes.

1946	27	35	-
1947	28	28	1402
1948	40	59	2304
1949	41	67	2212
1950	48	70	2493
1951	51	70	2739
1952	60	73	2774
1953	63	79	3535
1954	67	75	3895
1955	74	80	3940
1956	84	104	4618
1957	83	106	4788
1958	78	106	5805
1959	86	165	5515
1960	90	136	5028

Tabela elaborada pelos autores.

Fontes:Dados retirados dos relatórios dos prefeitos (1948 a 1960);Decretos do Executivo (1934 a 1947) e Leis municipais(1947 a 1960).

Era a escola uma instituição que aos poucos ia permitindo a integração dos sujeitos às aptidões educativas e às ações de inserção social como a leitura, conhecimento cultural, matemático e até mesmo técnico como abordaremos à frente. Quem tinha acesso à escola queria mantê-la e, quem não tinha, pedia por ela. Desde as primeiras reuniões da municipalidade na Câmara, reivindicações são localizadas em favor da escola. Em discussão na Câmara Pioneira, ocorreu a apresentação do Projeto nº16/1936 que dá auxílios ao Grupo Escolar Bratislava. Seguido do PL, encontra-se parecer favorável sobre o mesmo, assinado por Jacinto Antenor Cardoso, que em suas palavras expressa o reconhecimento da realidade da escola bem como a função desta casa. Aprovado por unanimidade em primeira discussão. Observamos esta como a primeira reivindicação junto à CML representada por populares.

A câmara Municipal de Londrina, considerando que é de seu interesse favorecer tanto quanto possível o crescimento da instrução pública, considerando que os munícipes residentes em Bratislava se "*sentem*"(palavra não muito legível) da falta de uma escola primária para seus filhos; Considerando que grande tem sido os seus esforços para a construção de um edifício para a escola, resolve conceder o recurso para a escola. (Ata da 2ª reunião da 3ª sessão extraordinária, 23 de julho de 1936- Câmara Pioneira)

Como observa Faria Filho (1997, p. 215), "escola e cidade interagem, num processo de mútua influência no qual o lugar da escola, definido no espaço da cidade enquanto prática de apropriação específica do/no urbano, vai definindo também o lugar específico da cidade no espaço da escola". Pela escola se institui o cidadão que tomará seu espaço na cidade para além da escola. No entanto o indivíduo já está pela escola, de certa forma, ocupando seu espaço no movimento ordenador do urbano e do civilizado contexto que o direciona. A escola passa, ou pelo menos pretende, a oferecer níveis de instrução de acordo com o que a proposta nacional apresenta.

Para demonstrar uma tentativa do intento de que por vias da escola a cidade pudesse oferecer níveis para a formação profissional do sujeito no caso de Londrina, narramos um fato curioso pelo qual localizamos o ato que viria promover a instalação do primeiro ginásio escolar em Londrina já na década de 1930. No decorrer da pesquisa, observamos a ausência da Lei nº5, nos livros de leis em ambos os arquivos, o da Câmara e o da Secretaria de Governo. Fato que nos chamou atenção, pois pudemos observar pela leitura cronológica das leis e pelo texto da Lei nº 25 de 1936, percebemos ser a lei nº 5, desaparecida em questão, a primeira lei apresentada e proposta que fosse relacionada à educação e discutida na Câmara Pioneira, porém, não sabíamos de seu conteúdo. Após a digitalização da documentação de pesquisa, leis, decretos e atas, ainda não havia informação alguma entre os funcionários da CML que pudesse dizer o motivo da não localização da lei nos livros, nem mesmo no livro de súmulas onde ela está identificada. Iniciamos a leitura das atas manuscritas e por elas, pudemos localizar o conteúdo da referida lei e notamos em seu texto um destaque em relação à uma proposta esboçada para a escola naquele contexto:

Resolução nº5" de 13/04/1936

Art.1º Fica o poder executivo autorizado a subvencionar com 6 contos de reis anuais, o primeiro Gymnasio que se fundar nesta cidade.

Art.2º A subvenção só poderá ser paga quando iniciar-se o funcionamento lectivo e satisfaça o estabelecimento ao requisito de higiene, conforto e idoneidade profissional, directiva e didática, exigidas para a instrução secundária em toda União.

Art.3º Para habilitar-se a este favor, é indispensável que o candidato tenha mais de 6mezes de residência no município e conceito que lhe acredite a idoneidade pessoal.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário- Sala das sessões, 3 de março de 1936- (a) Dr. Jacinto Antenor Cardoso- (a) Dr. João Figueiredo. (Ata da 7º reunião da 1º sessão ordinária do dia 04 de março de 1936)

Mas por que era importante ter um "Gymnasio" na cidade naquele momento? Era preciso ofertar aos estudantes condições de ir além da escola primária a qual era unicamente oferecida nas escolas da cidade. Fazemos destaque que em 1931, pelo Decreto-lei Federal nº 19.890 e posterior pelo Decreto nº 21.241 de 1932, ambos de disposição da organização do ensino secundário nacional, destacamos que neste momento no Brasil, o ensino secundário oficial de referência que discorriam ambos os decretos citados, era o do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. As demais localidades que organizassem as instalações e funcionamento do ensino secundário, para terem reconhecimento de sua oficialidade, passariam por várias inspeções. A ideia de *decisão pedagógica e progresso*, abordada por Adão e Magalhães (2011), é identificada nesta ocasião pela ação a fim de instalar um ginásio na cidade em fase de seu pleno desenvolvimento. Um complexo histórico discutido pelo autor e que envolve a perspectiva regional, a integração nacional e as reais possibilidades de um determinado local. Uma proposta um tanto ousada para Londrina naquele momento em que ainda o ensino primário se organizava e pouco era assistido pela municipalidade.

A força disciplinadora da Reforma Francisco Campos se evidencia, por exemplo, pelas exigências relativas às instalações dos estabelecimentos de ensino secundário para fins do "reconhecimento oficial...

Conforme determinava o artigo 51 do decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, os estabelecimentos de ensino que pretendessem solicitar o reconhecimento oficial deveriam "Dispor de edifício, instalações e material didático, de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública". (ABREU, 2010, p.294, 295)

Contudo, o cenário local era de insuficiência em relação à escola primária. Na capital do Estado do Paraná, foi em 1935 que Curitiba teve seu primeiro ginásio (ABREU, 2010). Talvez o fato do discurso promissor, agregado a Londrina, o contexto do "Eldorado" relacionado à Terra da Promissão, ter um ginásio nesta

localidade agregaria ainda mais força ao conjunto da civilidade almejada. No entanto o básico da instrução pública, ainda compunha um cenário um tanto carente.

A falta de escolas em Londrina estava se tornando insustentável para as autoridades, tamanha a pressão da população que, já contribuinte de impostos reivindicava educação para seus filhos, pois até então, o que existia era pouco e paliativo...O ensino público de Londrina era reduzido à escolinha. (BONI, 2004, p. 194)

As escolas existentes eram supervisionadas por um inspetor municipal de ensino. Figura esta, lida nas leis do final da década de 1930. O inspetor era subvencionado pelos orçamentos da prefeitura conforme é disposto pela Lei nº34 de 1937 e Decreto nº6 e 21 de 1938. As instituições também seguiam um determinado *Regulamento de ensino*²², lido como condição de funcionamento para o recebimento das subvenções públicas municipais. Pela Lei nº36 de 24 de setembro de 1937, o Prefeito Willie F. B. Davids era autorizado a subvencionar verbas mensais para a Escola Teuto-brasileira da Associação Escolar da Nova Dantzig. Em seu texto identificamos que a escola fica então sujeita à fiscalização e ao Regulamento que regem as demais escolas do município e que, se o contrário acontecesse, a subvenção estaria suspensa. Não foi localizada ata desta lei no conjunto do livro lido referente a esse ano, nem mesmo o conteúdo deste regulamento citado em outras deliberações.

A estruturação escolar de Londrina se expressava de forma diversificada em meio ao volume de tantas outras medidas administrativas no movimento dos papéis de caráter legal, diretos e ordenados para a estruturação local. Do período de instauração do município, ao fim do Estado Novo (1934-1947), tem-se então o início da nova configuração do poder legislativo municipal, pudemos organizar as medidas políticas educacionais através dos textos dos dispositivos e apresentamos no gráfico a seguir:

²² Documento citado em várias deliberações, porém não localizado por esta pesquisa.

Gráfico 3: Conteúdos dos Decretos e Leis de Educação - 1934 a 1947

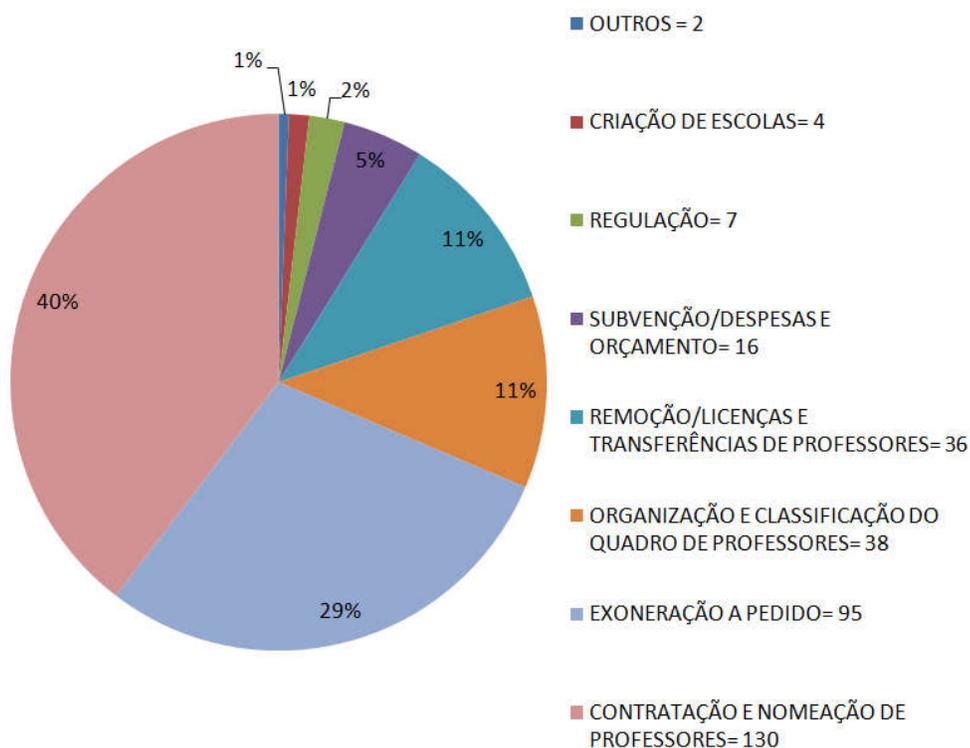


Gráfico elaborado pelos autores

Fonte dos dados: Livros de decretos, decretos-lei da Secretaria de Governo do Município de Londrina.

Municipalizadas em 1938 pelo Decreto nº13 de 12 de março de 1938, a escola alemã do Heimtal e a escola de Rolândia passam a ser inteiramente vinculadas ao município e à Inspetoria Estadual de Ensino. Pelos anos correntes, as escolas municipais foram sendo criadas em concordância com o Art.1º do Decreto Estadual nº 7779 de dezembro de 1938. Na administração do Prefeito Willie Davids, seu substituto, o Prefeito Adriano Mariano Gomes assina o Decreto municipal nº 25 em 20 de janeiro de 1939. Por este ato são criadas 10 escolas municipais para ensino primário.No artigo segundo, é observado que essas escolas seriam instaladas nas zonas rurais e povoados distantes e especialmente em núcleos de colonização estrangeiras, como consta no livro de decretos, volume 1.

Em 1940, de acordo com dados do cadastro de estabelecimentos rurais do Paraná (IBGE, 1941) havia em Londrina 21.819 trabalhadores rurais. Desses, 13.235 eram mulheres e menores, sendo que os homens adultos somavam 8.584. Nessas condições, a

escolarização de crianças ficava em planos bastante secundários, diante da intensidade com que se utilizava a mão-de-obra infantil na cafeicultura. Isso não significava que os trabalhadores rurais desvalorizassem a escola, ao contrário, a escola representava, para eles, a possibilidade de apropriação dos saberes necessários à integração com o mundo urbano. (CAPELO, 2001, p.193)

Nos anos de 1940 a 1944, não encontramos registros de criação de escolas pela legislação municipal, que na época estabelecia-se por decretos municipais de acordo com o Decreto-lei Federal nº1202 que dispõe sobre a administração dos Estados e Municípios no Brasil. Segundo o artigo 12, era de competência do prefeito expedir decretos-leis, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do município, mas tudo sempre com revisões do governador/interventor. Arias Neto (2008) aponta que nesse período houve um crescente controle da interventoria do Estado, mas possibilidades da ação municipal era mantida e uma espécie de autonomia para agir dentro da autorização estadual era necessária para garantir o funcionamento e o atendimento às estruturas existentes. A partir de 1940, o município foi governado por nove prefeitos, todos nomeados pelo interventor e de confiança do governo do estado.

Podemos notar que a criação de escolas voltou a acontecer em 1945 e 1946, somando 9 escolas criadas no período de um ano. Ao mesmo tempo, as subvenções às instituições privadas continuaram acontecendo. Até então, as escolas de outras iniciativas e subvencionadas pelo município eram: Instituto “Mãe de Deus” (fundado em 1936), Ginásio Londrinense (fundado em 1939) e Escola de Comércio de Londrina (sem registros localizados de sua fundação). Prosseguindo pelas deliberações destes anos, ainda em 1945, há um ato de denominação das escolas municipais já existentes. Os nomes dados a elas estavam relacionados às afinidades políticas, culturais e literárias.

Art.1º As Escolas Municipais existentes presentemente neste Município, passam a ter as seguintes denominações:

- 1- GABRIEL MARTINS: Tamarana
- 2- SANTOS DUMONT: Fazenda Brugim
- 3- JOSÉ PATROCINIO: Vila Nova
- 4- OLAVO BILAC: São Domingos
- 5- JULIA VANDERLEI: São Luiz
- 6- PADRE ANCHIETA: Patrimônio Heimtal

- 7- EMILIANO PERNETA: Vila Casoni
 - 8- MUNHOZ DA ROCHA: Corrego do Pampa
 - 9- JOAQUIM NABUCO: Km 7
 - 10- BARÃO DO RIO BRANCO: Colônia Warta
 - 11- GENERAL CARNEIRO: Gleba Cambé
 - 12- ANA NERI: Jacutinga
 - 12- TIRADENTES: Lindoia
 - 13- GENERAL OZORIO: Londrina (noturna)
 - 14- RUI BARBOSA: Pae-quere
 - 15- D.PEDRO I:Sta. Antonieta
 - 16- PRINCESA IZABEL: Espírito Santo
 - 17- FELIPE CAMARÃO:Limoeiro
 - 18- ANTONIO REBOLÇAS: Km 9
 - 19- DOM PEDRO II:Faz. Primavera
 - 20-PADRE NOBREGA: Jacutinga (Decreto-lei nº7603/07/1945.
- Volume 3 - Pref. José Munhoz de Mello)

Emancipar seus indivíduos pela representação da escola junto ao processo urbano, como considera Veiga (1994), nos convida a olhar de que maneira o espaço escolar londrinense, os cidadãos, crianças e adultos, aos poucos iam sendo investidos de novos hábitos por estarem inseridos numa escola cada vez mais sistematizada. Uma certa intelectualidade era então possibilitada pelo ambiente da escola e de tudo que ele poderia proporcionar aos que tinham acesso a ela. No entanto os que nela estavam inseridos, em sua maioria no meio rural, poderiam adquirir condições de extrapolar os limites da escolinha primária e incluir-se nos modos de vida da cidade e também o inverso? Esta escola possibilitava aos alunos condições básicas de escolarização e ensino das primeiras letras. Talvez pudessem alçar voos e ter possibilidades de instruir-se para pensar um futuro diferente do que elas conheciam como das práticas interioranas, agrícolas e rurais, nas quais a maioria da população vivia e se ocupava com atividades no campo. Eram dois contextos no território municipal e uma mesma escola para atender suas crianças, um cenário influenciando o outro, na economia, nas relações e nos anseios.

A dinâmica social revela as tensões existentes entre dois mundos que se entrecruzam e , no entanto, contêm especificidades próprias: o universo cultural urbano, que se (im)põe como homogêneo, e o mundo rural. Ao contrário de abordagens que dicotomizam o rural e o urbano como opostos, procura-se demonstrar que essas duas realidades são historicamente irreduzíveis a si mesmas, porque se entrecruzam, formando um complexo tecido sociocultural que não pode ser entendido a partir de reduções simplificadoras. Trata-se de

uma totalidade composta por influências recíprocas historicamente construídas. (CAPELO, 2001, p. 87)

Neste universo, as manifestações em favor da escola, rural ou urbana, tanto quanto efetivadas pela Câmara Municipal logo após o período de intervenção em 1947, ainda eram muito tímidas ou pelo menos pouco narradas pelas atas das sessões. O papel do municipalismo na construção do sistema educativo local caminhava sendo basicamente em resposta ao que competia ao executivo: criar escolas e mantê-las em funcionamento. Discursos estratégicos para o sistema educativo nos debates do legislativo não predominavam.

Para localizarmos o assunto educação ou escola nos livros de atas da Câmara foi preciso fazer uma leitura de todas as leis municipais acompanhadas de seus projetos de Leis e seus respectivos números de identificação, por nós identificados na pesquisa. Esta leitura e identificação dos números sequenciais, bem como de sua tabulação, foi necessária pois, nos textos das sessões da Câmara, quem os datilografava citava apenas o número do Projeto de Lei (PL) em discussão, e na grande maioria das vezes, não se referia ao conteúdo do PL nem mesmo ao número da Lei quando aprovada, dificultando ainda mais a localização dos assuntos de nosso interesse em termos de objeto de pesquisa. Observemos abaixo um formato dos textos das atas no episódio da votação ao PL nº 55 o qual se refere à criação de uma escola primária no Apucarantina, escola que teve suas despesas pagas pela Empresa Elétrica de Londrina S/A, localizada no Bairro Apucarantina, distrito de Tamarana, localidade ainda desprovida de escola.

Anunciada a primeira discussão do Projeto-de-Lei nº55, ninguém fez uso da palavra. Em votação, foi o Projeto-de-Lei nº55, aprovado, artigo por artigo, em primeiro turno. Ressaltando ainda algum tempo, declarou o Senhor Presidente poderem os senhores vereadores fazer uso da palavra, na forma regimental. Ninguém tendo falado, passou-se para o período das EXPLICAÇÕES PESSOAIS - [...]. (Ata do dia 07 de fevereiro de 1949.)

No caso da escola acima e criada pelo PL nº 55, se refere à Lei nº 43/1949 e somente pudemos estabelecer as relações dos Projetos de Lei aos seus respectivos números de Leis, pelas leituras complementares em outras fontes. Como nossa pesquisa foi além dos livros de atas da Câmara, encontramos nos livros de

leis muitas informações acerca das escolas e atividades educacionais envolvidas nos projetos de leis que pela casa legislativa passaram para discussão. Nos livros de leis, estão localizados os projetos de lei na forma como eram apresentados pelo prefeito, os textos das emendas quando existiam, os pareceres das comissões, ofícios, exposições justificativas, abaixo-assinados, correspondências, entre outros os quais nos possibilitam perceber as representações, seja da municipalidade bem como da população quando se manifestava. Anexa ao PL nº 55, acompanha a exposição *Justificativa do Prefeito* a qual nos permite visualizar o contexto daquela escola citada no Apucarantina:

O prefeito do município vem submeter a consideração da câmara Municipal o incluso projeto de lei, dispondo sobre a criação de uma escola primária, denominada "JULIO MESQUITA" na Usina do Apucarantina.

Quanto à necessidade da referida escola naquela parte do município vem esclarecer que se trata de uma localidade completamente desprovida de escola, cuja instalação depende apenas da aprovação deste ato, não sendo necessárias despesas para a construção do prédio que ocorrerá por conta da empresa Elétrica de Londrina S/A.

As despesas que terá o Município cifram-se apenas em prover o cargo da professora a fazer as necessárias instalações.

Com a referida escola, presta-se também a homenagem justa e merecida a um dos mais eminentes jornalistas do país, ao qual em campanhas memoráveis, ele soube servir com dignidade este país.

Em vista do exposto, aguardo que essa Egregia Câmara dará ao mencionado projeto a sua indispensável aprovação para que o mesmo se converta em lei.

Edifício da prefeitura municipal de Londrina, aos 4 de fevereiro de 1949. Hugo Cabral. Prefeito Municipal. (Exposição Justificativa. PL nº55. Volume 3. Câmara Municipal de Londrina)

Identificar assuntos sobre a escola, educação e a cultura londrinense pela leitura das demais sessões, exigiu o exercício de um mapeamento que realizamos nos livros das leis de 1934 a 1960 e seus anexos explicativos e detalhados. Uma leitura isolada das atas não permitiria a verificação do quantitativo e qualitativo dos assuntos debatidos ou colocados em pauta sobre o que nos interesse nessa pesquisa: *Educação, Escola e Cultura*. Assim como Adão e Magalhães (2011), buscamos observar pela documentação legal analisada de que maneira se deu a evolução da rede escolar pública, bem como o panorama cultural que simultaneamente se construía neste território educativo. Desta forma para

compor o campo de nossa compreensão sobre educação, escola e cultura, ler as atas, tão somente, seria muito difícil identificar os temas pois em grande parte não estavam explícitos e percebemos que diretamente nas sessões pouco se dizia quando os projetos de leis eram sobre escola, salvo algumas considerações também muito breves:

Em discussão única foram aprovadas as seguintes indicações: a de número 18, subscrita pelo vereador Raymundo Durães, que sugere a criação de mais uma escola na Warta, indicando outras providências em benefício do ensino naquele povoado, (Ata do dia 04 de março de 1948.)

E é por estas leituras que percebemos a situação e o quadro de atendimento da escola no decorrer dos anos. A escola para todos ainda parecia uma utopia neste período e a falta dela estava presente nos discursos de seus representantes, com muito mais frequência nos anexos dos livros de leis do que nas atas. Em exposição justificativa ao PL nº10²³ apresentada à CML, evidenciamos a urgência da escola pedida pelo "avultado número de alunos que a reclamam", exposta fala, pelo discurso do Prefeito Hugo Cabral, em 1948, em exposição justificativa. Segundo ele, a falta dessa providência estava impedido a melhor difusão do ensino. Em apelo, o Sr. Prefeito continua:

[...] Com as do projeto, elevar-se a 42 o número de escolas pertencentes ao município, as quais, ainda que insuficientes para a tender às exigências do ensino, poderão prestar relevantes serviços, mormente se , ao lado de melhores instalações, criados forem mais 20 cargos de professores que facultem uma distribuição mais equitativa abrangendo todo o território do município como projeta fazer outro ato, assim que seja votada a lei orçamentária [...] Edifício da prefeitura municipal de Londrina, aos 30 de janeiro 1948. . Hugo Cabral. Prefeito Municipal. (PL10 apresentado em 23 de fevereiro de 1948 - Lei nº 8, dispõe sobre a criação de quatorze escolas primárias no Município, que serão localizadas nos bairros mais povoados)

A autonomização municipal neste período revela-se pela maneira com que as autoridades locais executam ações para pensar a escola de Londrina. Desta maneira, algumas outras considerações para o atendimento nas escolas aos poucos vão sendo localizadas e algumas considerações que revelam as

²⁴Dá origem à Lei nº8. PL que cria 14 escolas no município- 1948

necessidades da escola na década de 1940 são narradas pelas atas indicando um posicionamento e olhar para a escola, neste caso, a urbana.

EM EXPOSIÇÕES PESSOAIS: Usou a palavra o Vereador Manoel Jacinto sobre o excesso de velocidade com que o tráfego de veículos da firma Mortari na Vila Casoni. Solicita ainda Providências sobre o estado de subnutrição e falou sobre o assunto o vereador Mário Romagnolli encaminhando ao executivo uma indicação para a criação da sopa da criança nos estabelecimentos de ensino da cidade [...]. (Ata da sessão do dia 01 de abril de 1948.)

O espaço escolar londrinense, sua expansão e legitimação da garantia do direito à escola, acontecia por atos do executivo municipal que ao longo dos meses e anos durante os mandatos analisados, foram também legalizando situações de escolas que já estavam em funcionamento por iniciativas particulares, de entidades e outros, porém sem regulamentação. Condição esta que seguimos encontrando pelos anos analisados na documentação deste município, como é um exemplo o caso abordado pelo Prefeito no ano de 1948. Mesmo as escolas que já existiam não apresentavam plenas condições e que fossem favoráveis para um ambiente escolar.

Ao assumir a chefia do Executivo Municipal, encontrei funcionando devidamente legalizadas, 25 escolas municipais, quase todas na zona rural. Funcionavam mais de 5 que não haviam sido criadas por lei, situação que logo corrigi por meios de leis específicas[...]. (Relatórios do Executivo, 11 de novembro de 1948. Volume 1- Câmara Municipal de Londrina)

Mesmo em meio às condições não tão favoráveis para a escola, as instituições escolares, da maneira como eram, possibilitavam aos sujeitos uma organização de seus saberes. Olhar para os que nela estão, nos faz perceber também uma organização dos privilégios e exclusões além das relações de trabalho e de prioridades sociais que a escola estava se configurando. A condição de ter escolas, também gera tensão entre a necessidade do trabalho e o desejo da educação pela escola para os filhos. O ambiente da escola estava se consolidando neste território e são pelas relações lidas nos documentos legais, que adentramos nas relações presentes na luta pelas conquistas de avanços para a escola e para a cidade.

A escolarização de crianças ficava em planos bastante secundários, face à intensidade com que se utilizava da mão de obra infantil na cafeicultura. Mas isso não significava que os trabalhadores rurais não valorizassem a educação escolar[...] Nesse contexto, a escola era importante e valorizada como forma de distinção social, mas não se equiparava às possibilidades mais imediatas postas pelo trabalho nos cafezais. Portanto, a participação das crianças e mulheres nas lavouras de café era necessária e indispensável.(CAPELO, 2001, p. 32)

Lembremos que as medidas e políticas educacionais do período eram centralizadoras e sendo assim seus objetivos também. "Uma escolarização nacional teria de assentar numa cultura nacional e cumprir uma regulamentação nacional" (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p.6). Assim como no caso português, o período de uma integração administrativa entre os governos, também no caso brasileiro, a integração acontecia e os estados e municípios buscavam assegurar o funcionamento, permanência e condições em geral visando atingir o plano para uma alfabetização massiva para nação brasileira. Localizamos medidas que assim se enquadravam. Vejamos a mensagem apresentada pelo Governador Moyses Lupion à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956, como cita:

A expansão das Escolas Rurais teve avanço também nos Governos de Moisés (1947-1951 e 1956 a 61), embora com concepção diferentes daquela que marcou a expansão na década de 30. Finalidade da Escola Rural Primária entre os da escola primária e "despertar, nos alunos das escolas situadas nas zonas rurais, o gosto pelo cultivo da terra e os recursos que tornam a lavoura mais produtiva a fim de combater a miséria e a ignorância, através dos clubes agrícolas, fixando o homem do campo ao solo, e combatendo o êxodo rural." (SCHELBAUER, 2013, p. 13)

A maioria das escolas londrinenses era rural, assim como sua população. O texto do Governador do Estado também se refere à escola primária como um todo e esta escola, da maneira com que foi se instalando para atender as crianças em idade escolar, não atendia às condições básicas para os alunos que a frequentavam.

Nos debates e discursos da CML, localizamos defesas pelas condições de escola, pelas falas dos vereadores Manoel Jacinto Correia (PTB) e

Otávio Marque Siqueira (PSP). O primeiro refere-se ao estado de abandono que se encontrava o Grupo Escolar da Vila Casoni. Expõe as urgências para providências em relação ao prédio. A escola não tinha cerca e os alunos estavam expostos à invasão de animais, além disso o vereador expôs que nem mesmo abastecimento de água a escola tinha. Estes reclames aconteceram no primeiro mês e na 6ª sessão ordinária da primeira legislatura após o período do Estado Novo. Na sequência o Sr. Otávio Siqueira expõe outra necessidade:

[...] para se referir ao perigo a que se acham expostos alunos que frequentam o Grupo Escolar em que funcionam o Ginásio Estadual e a Escola de Professores, os quais para terem acesso ao referido educandário, são obrigados a passar entre vagões da estrada de ferro com grande perigo de vida pelo que encarece urgência de se construir uma passagem subterrânea que ofereça segurança a população do bairro e aos referidos alunos [...]. (Ata da 6ª sessão ordinária realizada em 19 de janeiro de 1948. Livro de Atas volume 2-CML)

Não há um apoio explícito aos reclames acima e ambas as discussões não são consideradas objetos da sessão, pelo menos nos registros dos textos não se localizam continuidades às exposições dos vereadores. As exposições são postas e nenhuma outra fala, medida ou posicionamento são tomados nesta discussão. De maneira geral, as discussões diretamente ligadas à escola, são muito breves pelos arquivos das atas do poder legislativo mas assim se fazem presente representando o movimento da escola e sua existência. O contexto dos posicionamentos são mais detalhados nos pareceres das comissões que os senhores vereadores representavam, como por exemplo o parecer da Comissão de Educação em relação ao PL nº 3 / Lei nº 6 que cria uma escola na Vila Brasil.

[...]a finalidade precípua do projeto em causa é a criação de uma escola primária, que deverá situar-se na Vila Brasil, florescente setor da população suburbana desta cidade. A criação da escola é questão de quanto mais, pois, como sabemos, a educação é o problema máximo de nossa nacionalidade. Logo assim, toda vez que se reclama do poder público a instalação de uma nova escola, notadamente do curso primário, consequência do surgimento de novos núcleos populacionais, não se deve dificultar a sua efetivação. Pelo contrário, pensamos nós, deve o poder público acudir, pressuroso, pedido dessa natureza. Agir de modo diverso seria até

verdadeiramente impatriótico, importando mesmo em disserviço a grande e nobilitante campanha em que, por todos os recantos do paiz, governo e povo, empenham-se com ânimo e resolução elogiáveis, visando combater o analfabetismo. Com isso, parece-nos que está justificado o objetivo do projeto em referência. A comissão especial de Educação, depois de bem estudá-lo, como também a vista das possibilidades financeiras com que pode contar a Municipalidade de Londrina, acha perfeitamente plausível a cogitação pelo que é para sua aprovação e conversão em lei. Londrina, 31 de janeiro de 1948. A comissão: Renato Cunha, presidente. (Parecer da Comissão de Educação em relação ao PL nº 3 / Lei nº 6- Livro de leis volume 1- 1948- CML).

A escola era reclamada por uma parcela da sociedade civil e política e ia se constituindo aos poucos. Torna-se evidente pelo parecer exposto acima o atento e a materialização da participação municipalista no plano nacional de uma educação para o povo brasileiro. Notar a escola acontecer por deliberações estaduais e nacionais permitia que ela fosse levada sem muita autonomia de caráter independente de uma localidade, mas a representatividade política local, pelo que se pode ler pelos documentos gera pela sua ação o que denominamos de "autonomia autorizada" a qual vai se materializando pelos registros oficiais deste município.

A educação na cidade passa a construir uma determinada cultura em seus cidadãos e ter setores ou órgãos de representatividade administrativa em funcionamento, favoreciam a abrangência do que a educação poderia realizar e alcançar nas variadas áreas do território municipal como estratégias ou projetos específicos para a escola. Para compreendermos melhor como era a escola de que estamos falando e como suas categorias se organizavam neste período, é preciso observar como ela foi pensada pela Lei Orgânica do Ensino Primário, ainda no ano de 1946.

CAPÍTULO III

DOS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIMÁRIO

Art. 27. Os estabelecimentos de ensino primário serão caracterizados por designações especiais, segundo ministrem um ou mais cursos, e sejam mantidos pelos poderes públicos ou por particulares.

Art. 28. Serão assim designados os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos:

I. Escola isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.

II. Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores.

III. Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.

IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.

Art. 29. As escolas isoladas e escolas reunidas ministrarão somente o curso elementar; os grupos escolares poderão ministrar o curso elementar e o curso complementar; as escolas supletivas ministrarão apenas o curso supletivo.

Art. 30. Os estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares, terão as seguintes designações, independentemente do número de seus alunos e docentes:

I. Curso elementar (C.E.), quando apenas ministre o curso elementar.

II. Curso primário (C.P.), quando ministre o curso elementar e o curso complementar.

III. Curso supletivo (C.S.), quando mantenha o curso supletivo.

(Decreto-lei Nacional nº 8529 de 2 de Janeiro de 1946.)

Muitas eram as delegações oriundas da administração nacional, a integração administrativa por este novo contexto corporativo do estado, no caso do Brasil século XX, constitui-se nos territórios municipais a ação para validação das ideias. Uma definição da rede escolar em cada localidade se faz possível por uma organização pedagógica local, que de um jeito ou de outro, ideal ou não, se configura e se faz respondendo à legislação nacional. Tem-se a escola como um lugar determinado e que teoricamente, planos se organizam para atender às demandas de alunos e professores e nessa perspectiva observamos a criação do Departamento de Educação e Assistência Social (DEPAS) no município de Londrina.

A criação do Departamento de Educação Pública e Assistência Social coincidiu com a política de nacionalização. Desde então, toda a sorte de mecanismos próprios do centralismo burocrático foram desenvolvidos no sentido de assegurar a concretização de uma educação nacional. (CAPELO, 2001, p. 195)

Em 5 de fevereiro de 1948, entra em discussão o PL nº 48 que cria o DEPAS. Como um órgão específico para pensar a escola, no entanto não encontra-se em registros nas atas, nada além da citação de criação, que se relacionasse a esse ato ou que trouxesse indícios de qualquer discussão ou debate acerca do projeto. Não se pode dimensionar o quanto os vereadores se envolveram neste ato e o que pensavam a respeito. Em 17 de fevereiro, observa-se: "Em discussão única

e votação, foi a redação do Projeto de lei nº 48, aprovado sem que ninguém tivesse feito uso da palavra" (Ata da sessão do dia 17 de fevereiro de 1949). Encontramos um relato do executivo no que se refere a este ato:

A-fim-de dar maior expansão ao ensino primário e melhor cuidar da educação do povo, bem como prestar aos necessitados, principalmente à maternidade e à infância, maior auxílio, resolvemos transformar a Inspetoria de Ensino em Departamento de Educação e Assistência Social, o qual superintenderá:

- a) Ensino Primário
- b) Biblioteca Municipal (a ser criada)
- c) Banda de música municipal
- d) Assistência Social (Relatórios do Executivo, 11 de novembro de 1948. Volume 1- Câmara Municipal de Londrina)

Um Departamento de Educação sugere a possibilidade da ideia de um pensar educativo na cidade, sendo assim, nos chama a observar que medidas a partir de então podem ter dado condições e possibilidades aos sujeitos de experimentarem estratégias pensadas para o seu desenvolvimento pela escola. Mais indivíduos específicos para atuar, mais deliberações como também mais possibilidades de olhares às particularidades para exercer a autonomia que lhes era autorizada em suas ações. Seguimos assim procurando esboçar o que os agentes políticos e administrativos pensaram ou planejaram para o desenvolvimento intelectual dos cidadãos de Londrina, bem como de identificar se produziram ou reproduziram condições de agir no contexto urbano, rural e de todo seu território.

A cidade e a escola não constituem apenas respostas a essa necessidade, ambas vão se formando e se instituindo, como parte dessa cultura. Com isso, queremos enfatizar que a história da escola e a dos projetos pedagógicos, não podem ser separados do redimensionamento cultural maior da sociedade enquanto relações de mercado, da realização da propriedade e das individualidades. (VEIGA, 1994, p.328)

A criação do DEPAS possibilitou um movimento consideravelmente maior pela escola e fomento de atividades culturais entre os londrinenses. Com um diretor educacional, um setor de ensino, uma Biblioteca e Banda Municipal e também um setor de Assistência Social, muitos outros agentes se ocupavam para constituir a escola e sustentá-la. O executivo ao responder pela escola com o apoio do legislativo municipal na aprovação de seus projetos, resolvia a escola dentro do

tópico: "*Serviços públicos em comum com o Estado*". E, em 1950, notamos que o ensino primário como pertencente ao grupo desses serviços públicos, não estava sendo suficiente no alcance nem na frequência das crianças na escola. Logo o planejamento por parte do Departamento estaria sendo fomentada e passaria a executar programas os quais observaremos a frente.

[...] compreendendo que a instrução é o problema nacional de maior relevância, conforme já afirmamos em nosso relatório anterior, tudo temos feito no sentido de difundir o ensino primário em nosso município, no que temos contado com o decisivo apoio do Legislativo municipal [...]

Os dados estatísticos acima fornecidos demonstram ter sido reduzida a frequência média em relação ao número de alunos matriculados. A explicação é simples: durante as colheitas, principalmente as de café e de feijão, costumam os pais retirarem seus filhos das escolas para que estes auxiliem naqueles trabalhos agrícolas. Quase inútil tem sido o esforço do nosso Departamento de Educação e Assistência social objetivando evitar nociva prática. Há ainda outra justificativa para a baixa frequência média a que nos referimos: a grande mobilidade da população rural desta região, principalmente em zonas de plena fase de desbravamento, como acontece, por exemplo com a parte sul do nosso município.

Com referência ao número reduzido de alunos promovidos, três são as causas a apontar: 1º as já mencionadas para justificar a baixa frequência média; 2º várias escolas foram construídas e inauguradas durante o segundo trimestre do ano, não tendo sido possível em poucos meses apenas, a execução de um programa de ensino que requer naturalmente, um espaço de tempo regulamentar integral; 3º falta de professores substitutos para o preenchimento automático das vagas verificadas pela ausência ocasional ou definitiva de professores fixos, (mudança, doença, etc.). (Relatórios do Executivo, 1950 Volume 1- Câmara Municipal de Londrina)

A fim de amenizar o problema apontado no 3º item do relatório do executivo, propôs à Câmara projetos de lei que criassem cargos de professores substitutos e Lei nº57 e atendeu parte dessa necessidade. Continuou o poder público a ampliar o ensino primário dentro de seus recursos orçamentários pelos anos subseqüentes. É localizada uma ação do legislativo que indica uma representatividade à escola e ao professor.

Fazendo o uso da palavra o Senhor Verador Fulgêncio Ferreira Neves, referiu-se ao edifício do 3º Grupo Escolar construído em

Londrina, dizendo ser uma obra que honra a que teve sua iniciativa, e que virá preencher a grande lacuna de insuficiência de grupos escolares, favorecendo a população escolar. Disse ainda o orador, ser imprescindível, a construção de uma estrada e ponte que de acesso a alunos professores que das Vilas Brasil e Nova e de todo o leste da cidade, se dirijam ao novo Grupo Escolar construído na margem da estrada do antigo campo de aviação[...]. (Ata da sessão do dia 16 de maio de 1951)

Contudo realizar a tarefa de garantir escolas à população, não aconteceu apenas por iniciativa pública. Muitas das escolas criadas foram construídas por proprietários de terras que buscavam manter os trabalhadores rurais nas proximidades do campo. Por uma sondagem nas leis²⁴ de *criação*, *abertura* ou *transferência* de escolas de 1948 a 1960, selecionamos as de *criação* e elaboramos o gráfico abaixo²⁵:

Gráfico 4: Iniciativa para a construção das escolas primárias no município: 1948 a 1960

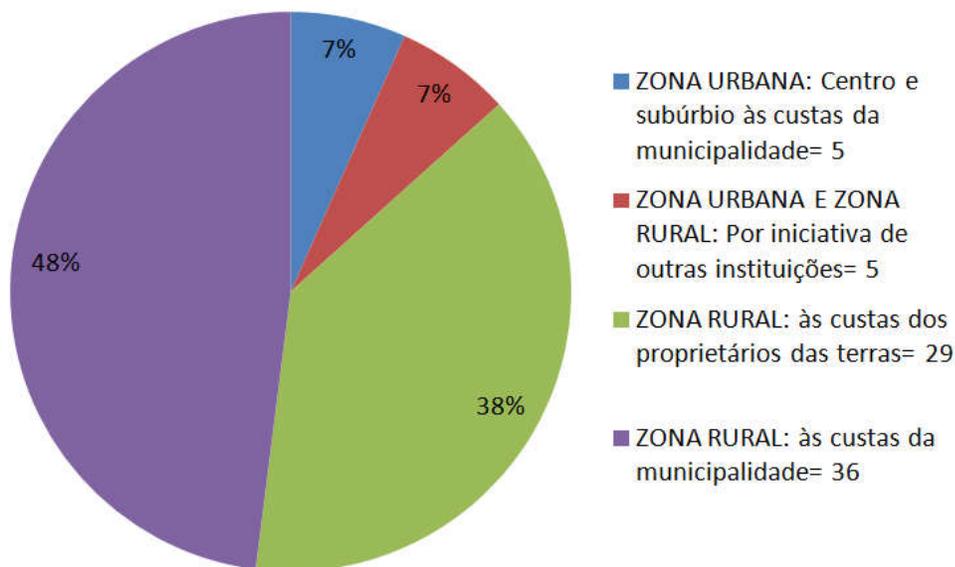


Gráfico elaborado pelos autores

Fonte: Livros de leis da Câmara Municipal, Volumes 1 a 32

²⁴O número de escolas que correspondem ao mesmo período, excede as do gráfico acima pois para esta análise, selecionamos apenas as leis de *criação de escolas*, consideremos que há outras leis que promoviam a existência das escolas primárias.

²⁵As instituições que ficaram a cargo de construir escolas na parte vermelha do gráfico em número de 5 são: Jóquey Club de Londrina, Albergue Noturno Nina Rodrigues, Asilo São Vicente de Paula, Empresa Elétrica Londrina S/A, Posto Agropecuário de Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

A participação da sociedade como um todo na efetivação do espaço escolar, pode-se ser lida pela exposição justificativa do Prefeito Hugo Cabral, o qual particularmente se responsabiliza pela construção de uma escola em sua propriedade, pois além de prefeito na ocasião, o sr. Hugo Cabral era também um fazendeiro local.

Quanto à escola "Faria Brito" cumpre-me informar aos ilustres vereadores que a mesma será localizada em minha propriedade, cujo prédio, será por mim construído, de acordo com o tipo padrão adotado pela Municipalidade, não acarretando nenhum ônus aos cofres do município.

Em vista do exposto, aguardo aprovação do projeto para as providências devida. (Correspondência anexa ao PL 14/1951. Lei nº120).

As escolas em funcionamento foram se ampliando nos anos seguintes. Desde a última citada acima no ano de 1951 que somavam 51 escolas em funcionamento, nota-se que nos próximos aproximados 10 anos este número estendeu-se para 90 no ano de 1960. Alguns exemplos:

LEI Nº 159/52: Cria a escola primária Humberto de Campos

LEI Nº178/53: Cria duas escolas primárias municipais

LEI Nº 222/54: Dispões sobre a criação de duas escolas primárias municipais

LEI Nº273/55: Cria duas escolas primárias

PL 36/56: Cria uma escola primária

LEI Nº417/58: Cria três escolas

LEI Nº 492/59:Cria cinco escolas primárias

LEI Nº 538/60: Cria a escola municipal Heitor Vila Lobos

Os discursos localizados pelos documentos os quais extrapolavam as atas da Câmara, continuaram por este período sendo mais expositivos em detalhes que nos possibilitou uma melhor visualização desta escola local. A fim de seguir compreendendo o perfil das escolas, fazemos menção ao dado de que a escola primária londrinense até o primeiro ano da década de 1960, prevalecia em sua grande maioria no meio rural. Essa informação é localizada pelo discurso do relatório do Prefeito Milton Ribeiro, já no ano de 1960 notando então como este cenário prevaleceu por todo período analisado por nossa pesquisa: "Ao encerrar-se

o trimestre, achavam-se em funcionamento 90 escolas com 162 classes, destas 144 na zona rural."

A estrutura e a direção político-pedagógica da escola não parecem ser fatores decisivos do interesse ou desinteresse da população rural pela educação, pois a questão está diretamente relacionada às circunstâncias históricas globais e específicas, isto é, ao tipo de trabalho que predomina em determinado momento e ao modo como a sociedade global se organiza. (CAPELO, 2013, p. 151)

Se já no início da década de 1960 a realidade escolar ainda era em sua maioria rural, notamos então pelos dados de nossas fontes, um panorama sobre o que aconteceu no decorrer desses anos no período que a municipalidade passou a ter um Departamento específico para a educação pública e que por ele efetivaram-se ações voltadas ao ensino primário das quais muitas delas específicas ao meio rural. A administração municipal e sua atuação deveria responder em prol da alfabetização e as circunstâncias estavam cerceadas pelo contexto rural.

Por uma análise completa dos relatórios do executivo, elaboramos um quadro que demonstra os tópicos que foram narrados nos relatórios do executivo apresentados à Câmara Municipal a cada ano de serviço. Os temas percorridos por eles caminham também de acordo com as deliberações estaduais e federais. Na tabela abaixo apresentamos os temas que constaram textos explicativos a partir do ano de surgimento legal e então narrados pelos documentos.

Tabela 8

TEMAS DE EDUCAÇÃO NOS RELATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL: 1948 A 1960													
TEMA/ ANO	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
ENSINO PRIMÁRIO	x												
CURSO DE FÉRIAS								x	x				
BIBLIOTECA PÚBLICA	criada por decreto em 1940 e inaugurada em 1951			x									
BIBLIOTECA INFANTIL CIRCULANTE							x		x				
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	x												
EDUCAÇÃO DE ADULTOS					x								

desenvolviam, aplicavam ou executavam ações em prol do ensino municipal se consolidou e criou força nos anos finais da década de 1950 e posteriormente este movimento continuou pelas mãos dos agentes municipais. A escola a partir daí percebe-se se ajustar cada vez mais às estruturas próprias de questões educativas e assim observando, nosso recorte para esta pesquisa se finda neste período, pois notamos que nos próximos anos a organização e definições estruturais possivelmente criaram ainda mais soluções para elaboração e profissionalização para a educação.

4.1 O professorado

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

O melhor professor nem sempre é o de mais saber, é sim aquele que, modesto, tem a faculdade de transferir.

(Cora Coralina)

Os saberes extrapolam os programas das escolas, universidades e centros de formação. Acreditamos que a maneira de transmitir o saber está vinculada ao agente pedagógico no contexto da escola. Destacamos o professor em interação com o aluno, uma figura responsável por mediar o conhecimento teórico, prático e suas concepções ao mundo vivido e social de seu contexto e realidade. Olhando de maneira histórica, o sujeito professor no Brasil passou por períodos diversos em relação às condições de formação, atuação, reconhecimento e remuneração, fatores os quais direcionavam sua vida pessoal, social, profissional e intelectual. Assim, é neste tópico que discutimos as condições do professor que exercia o magistério nas escolas municipais de Londrina no período eleito por nossa dissertação.

Quando Londrina ainda estava derrubando suas matas e seus primeiros passos se dando no contexto dos anos de 1930, tem-se um período no qual acontecimentos educacionais tiveram repercussão considerável em termos de regulação e estruturação do ensino. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário e o Convênio Nacional

de Ensino Primário em 1930, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova de 1932, a Constituição Federal de 1934, entre outros. No entanto, muitos dos municípios não tinham ainda condições estruturais para tal exercício como era o caso de Londrina.

A escola como fator de cidadania e meio de progresso haveria de ter uma materialidade, uma economia, uma orgânica, uma escrituração próprias. Ajustar a rede escolar às estruturas tradicionais era benéfico da experiência, mas era enredá-la nas indefinições estruturais. A participação cívica forçava à alfabetização massiva. A profissionalização e a normalização docente introduziam uma legitimidade educativa e uma administração pedagógica que implicavam soluções. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 6)

Era preciso agir no movimento da legalização municipal como um todo, considerando todas as estruturas que envolviam o espaço, e a escola aliava, acontecendo e movimentando-se. As condições da época no território local ocorreram conforme os sujeitos locais e de acordo com sua organização muito peculiar. A instituição pública, o poder municipal e seus agentes ao se organizarem neste fluxo, vinham por iniciar seus trabalhos, começar a agir politicamente e regulamentar segundo um plano de estado dentro de suas competências e possibilidades.

O poder público se valia dos profissionais que atuavam nas suas instituições para que tais determinações fossem efetivadas. Não era uma ação voluntária destes sujeitos, e sim regulamentada pelo Estado. (FARIA, 2010, p. 139)

No que corresponde aos professores, notamos expresso pelo segundo decreto após a instauração do município em 1934 que as despesas do município incluem a subvenção para dois professores de escolas que ainda eram de iniciativa de imigrantes. Efetivava e validava-se assim a participação do município para com o professor naquele momento histórico, político e administrativo como vemos na documentação.

CAPÍTULO II

Da Despesa

3º EDUCAÇÃO E CULTURA

a) Pessoal:

1 Professor para a escola de Heimtal, a 150\$ por mês 1.800\$000

1 Professor para a escola de Nova-Danzig, a 150\$ por mês

1.800\$000

b) Material:

Expediente das escolas de Heimtal e Nova Danzig 140\$000.
(Decreto nº2 de 31 de dezembro de 1934. Livro de Decretos volume 1. Secretaria de Governo Municipal. Londrina.)

No caso do Paraná, as condições colocadas ao ensino esbarravam-se com algumas dificuldades próprias ao contexto histórico e social das localidades. Formar professores, construir prédios escolares e fornecer materiais necessários, eram desafios à administração local diante do processo estrutural vivenciado. Nos anos de 1934 e 1935, dos 32 decretos municipais, os 3 que se relacionavam à escola, resumiam-se em subvencionar 3 professores e adquirir materiais escolares.

A "escolinha" de língua portuguesa já mencionada em capítulo anterior, não foi localizada nos decretos da época tendo assim sua história e dos professores que nela atuaram sublimada pelos documentos legais do executivo e não há indícios, por nós localizados, que nos permitam falar sobre ela por essas fontes documentais, além das breves narrativas já tecidas bem como expostas nas imagens 4, 5 e 6.²⁷

Para reger o ensino primário de suas escolas, o município utilizava-se de nomeações por meio de decretos. No segundo ano de administração, a primeira nomeação de uma professora foi para reger a escola de Nova Dantzig. Essa mesma professora foi a que protagonizou a reivindicação por escola na Câmara Municipal, a professora pedia para Nova Dantzig apoio dos agentes políticos da Câmara Pioneira em 1936.

O expediente constou um ofício da professora Izaura Ferreira Neves de Nova Dantzig pedindo auxílio para pagamento de aluguel do prédio para escola... A Câmara deliberou também, sobre o requerimento da professora Izaura Neves que se oficiasse ao Prefeito, considerando o auxílio pedido, pela verba já existente, para pagamento de aluguel e limpeza do prédio para escola[...]. (Ata da décima reunião da terceira sessão ordinária da Câmara Municipal Londrina. 14 de setembro de 1936)

Não há textos além do acima citado que revele outro posicionamento dos vereadores neste período. Lembremos que neste momento a Câmara não possuía ainda uma comissão específica denominada "Comissão de Educação" e

²⁷Página 114 e 115.

entre os seus agentes não havia algum que exercesse a profissão de professor, segundo as atas e documentos do legislativo analisados. Após esta sessão na qual a professora Izaura se fez presente, o presidente João Wanderley encerra o primeiro livro de atas, e por um período de dez anos, não há nos arquivos da CML quaisquer atas de reuniões ou sessões.

Na documentação encontrada na Secretaria de Governo, identificamos nomeações de professores. A validade para o exercício docente compreendia o período de um ano. As relações iam se estabelecendo entre os professores e o poder público, e se dava também pelos projetos de regulamentar o urbano e as relações profissionais, como a do professor.

O trabalho do professor era acompanhado pela Inspetoria de Ensino Estadual, conforme se localiza nos decretos da época.

Art 1º Administração Local

Subordina o professorado municipal diretamente ao prefeito sob a fiscalização da Inspetoria de Ensino Estadual neste Município

Art 4º os vencimentos anuais do professorado será de 1.800

(Decreto nº21 de 16 de junho de 1938. Pref. Willie F B. Davids, Livro de decretos volume 1. Sec. de Governo - Londrina)

Para amparar a atuação ainda recente do professor local em Londrina, lê-se que esta atuação é subordinada as condições de um regulamento estadual, pelo Decreto-lei nº 5988 de 15/12/1937 da Interventoria Federal do Estado. As escolas e os professores deveriam funcionar de acordo com as exigências de inspeção, para também garantirem as subvenções municipais para seu funcionamento.

As normas e condições, como as que observamos voltadas à atuação do professor, podem-se pois considerar que nestas práticas há os saberes dos sujeitos professores, bem como há os saberes institucionalizados que, neste momento passam a atuar juntamente incorporando à cidade e dando a ela forma elaborada e urbana. Segundo Pesavento (2007, p. 19), “os saberes se cruzam e se defrontam, ao tomar a cidade como objeto de preocupação, de elaboração de conceitos e execução de práticas”.

O professor nesse contexto torna-se figura pensada e sujeito, sendo parte das letras da lei, da elaboração das propostas, mas que vai muito além disso, pois sua condição social se modifica e cria novas condutas. Nesse momento no

Brasil, a formação de professores é fomentada pelo contexto da escola normal e dos institutos de educação. Em Londrina as contrataçõesseguiam junto ao crescimento das escolas. Observemos por um período de 1934 a 1940:

Gráfico 5: Professores subvencionados pelo município. 1934 a 10/07/1940

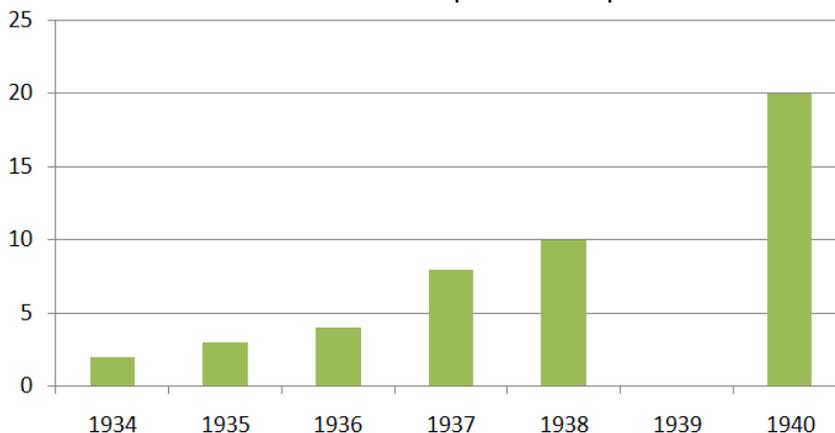


Gráfico elaborado pelos autores

Obs.: Sobre 1939, não há registros nos documentos analisados por esta pesquisa

Podemos observar o volume de deliberações que se relacionavam à condição docente. Dentre exonerações, transferências, nomeações e contratações, fazemos destaque ao Decreto nº122 de 19/12/1943 no qual identificamos uma forma de promoção para o cargo de professor, nove anos após o início da legislação municipal. Decreto que classifica o quadro de funcionários, condiciona professores a cargos de primeira e segunda classe.

ENSINO PRIMÁRIO

1ª Classe

Escola da Vila Casoni- Profª GUIOMAR MARTINS BRUDER

Escola da Vila Nova - Profª MARIA POMIM

Escola da Vila Nova -Profª CÉLIA GONZALES VICENTE

Escola Noturna de Londrina - Profª EUNICE GUSMÃO

Escola Noturna de Londrina - Profª ENI SOARES

Escola Quilômetro sete- Profª APARECIDA GOUVEIA DE SÁ

Escola Quilômetro sete -Profª MARIA GARCIA

Escola Cambé - Profª OLÍVIA CÂNDEO

Escola Cambé - Profª ISABEL DA FONSECA

Escola Fazenda Brugin - Profª ELSA RAMOS

Escola Campo de Aviação - Profª LÉA TAVEIRA

Escola Campo de Aviação - Profª ADALGIZA HENRIQUE MENEGUEL

Escola Ribeirão Vermelho - Prof.ªROSA BELMONT VARGAS

Escola Limoeiro - Prof. SERVINO ALVES TEIXEIRA
Escola Lindoia - Profª MARIA JOSÉ CASARIM
2ª Classe
Escola Limoeiro - Profª YAOLANDA TRADALI
Escola Lindóia - Profª MARIA CARVALHO E SILVA
Escola Colônia Warta - Profª WANDA MARTINS TAVEIRA
Escola Colônia Warta - Profª HELENA BORGES
Escola Heimtal- Profª BENVINDA FERNANDES
Escola Heimtal - Profª MARIA BEGIATO
Escola Quilômetro Nove- Prof. ELSA CVALETI
Escola Quilômetro Nove -Prof. MANOEL JACINTO ROCHA
Escola Gleba Jacutinga- Profª JÚLIA DANCS
Escola São Roque- Prof. JOÃO ESPÍRITO SANTO. (Decreto Municipal nº122, 1944. Livro de Decretos Volume 3. Secretaria de Governo- Londrina).

O processo de formação do sistema de ensino brasileiro refletindo por todo seu território, contou com a estruturação das propostas de governo ao longo da história, seja para atribuir tarefas, supervisionar, inspecionar, regulamentar ou simplesmente subvencionar e assegurar o ensino. Podemos localizar nesta evolução e processo, o agente professor inserido nas regulações e medidas. Um exemplo disso, notamos que no ano de 1944, os registros nos decretos municipais não utilizam mais o termo "contratação" para professores e sim "nomeação". A partir desse ano passam a ser cargos permanentes e não mais anuais como nas contratações em anos anteriores. Pelo Decreto nº 2 de 5/01/1944 pela administração do Prefeito Aquiles Pimpão Ferreira, notamos as diferenças salariais de professores promovidos:

Estabelece o quadro de funcionários
Art1º SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE COMUM COM O ESTADO
ENSINO PRIMÁRIO:
15 Professores de 1º classe a Cr\$2.400,00 cada
10 Professores de 2º classe a Cr\$ 2.160,00 cada. (Decreto-lei nº2 de 05/01/1944. Livro de Decretos Volume 3. Secretaria de Governo- Londrina.)

Nesse mesmo ano, o Decreto-lei nº95 de 25/03/1944 do Prefeito Aquiles Pimpão Ferreira (livro vol. 3), aprova a escala padrão de vencimentos para o pessoal do quadro permanente (A até Z no quadro geral). No que diz respeito ao cargo de professor, permite classificação de A até D com os valores mensais em cruzeiros: A= 1.600,00; B=1.500,00; C=1.400,00; D= 1.300,00. Algumas outras

medidas de incentivo ao professorado foram sendo encontradas pelos registros oficiais, como a Lei que se refere ao código tributário do município.

CAPÍTULO II

Das Isenções

Art. 57º - São isentos do imposto de indústria e profissões:

b) os que exercem o magistério e os diretores dos estabelecimentos de instrução. (Lei nº42 de 1948. Livro de Leis volume 2 - Câmara Municipal de Londrina.)

O professor responsabilizado pela formação do povo também deveria ser capacitado. No que diz respeito à formação do professorado em Londrina, foi no ano de 1945, por iniciativa do Governo do Estado, que a "Escola de Professores de Londrina" iniciou seus trabalhos. Criada pelo decreto estadual nº 209 de 17 de fevereiro de 1944, assinado pelo Interventor de Estado, o Exmo. Sr. Manoel Ribas, a escola funcionava seguindo o Regulamento das Escolas de Professores do Paraná de 1938.

REGULAMENTO DAS ESCOLAS DE PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1.º As Escólas de Professores têm por fim:

a) formar professores primários; b) promover investigações e estudos relativos a assuntos de educação; c) auxiliar o trabalho de constante aperfeiçoamento cultural do magistério publico do Estado.

Art. 2º _ O curso da Escola de Professores é feito em dois anos sendo as matérias ali ensinadas em quatro secções, durando cada uma um semestre, distribuídas da seguinte fôrma.

1ª Secção: (1º semestre)

Psicologia geral e infantil; Pedagogia geral; Metodologia e Pratica de ensino; História da educação.

2ª Secção:

Metodologia e Pratica do Ensino; Biologia aplicada á Educação; Puericultura; Higiene escolar.

3ª Secção:

Metodologia e pratica do Ensino; Sociologia Geral; Sociologia Educacional.

4ª Secção:

Metodologia e Pratica do Ensino; Desenho, modelagem e caligrafia; Trabalhos manuais; Musica e canto orfeônico.

Aulas:

Noções fundamentais de agronomia; Educação Física; Educação Domestica.

Art. 3º Em todas as cadeiras inclusive as de Educação Domestica e Noções fundamentais de agronomia, haverá duas aulas por semana, com excepção da de Metodologia e Pratica do Ensino, cujas aulas serão diárias. Haverá, outro sim, diariamente, trinta minutos de educação física para todas as secções. (Decreto Estadual nº 6597 de 16 de março de 1938. Paraná).

Criada em 1944, era denominada Escola de Professores de Londrina e funcionava no Grupo escolar “Hugo Simas”. Em 1947, ela passou a ser chamada de Escola Normal Secundária de Londrina, funcionava junto ao Ginásio Estadual de Londrina, à rua São Salvador. Início da década de 1950 passou a fixar-se anexa ao 4º Grupo Escolar situado à Rua Higienópolis, atual Colégio Estadual José de Anchieta. Em 1958 foi então denominada Escola Normal Secundária “Euclides da Cunha”. Teve sua instalação em sede na rua Brasil onde também funcionava um Grupo escolar. A instituição como é hoje denominada Instituto Estadual de Educação de Londrina (IEEL), foi assim criada em 1963 passando a ter essa denominação legal apenas em 1969.

Para ilustrar o movimento de alunos da Escola Normal, organizamos alguns dados conforme tabela abaixo:

Tabela 9

REGISTRO DE DIPLOMAS ESCOLA NORMAL DE LONDRINA 1946 A 1962	
ANO	Nº DE DIPLOMAS EXPEDIDOS
1946 a 1953	98
1953	7
1954	27
1955	70
1956	22
1957	39
1958	41
1959	37
1960	35
1961	32
1962	15

Tabela elaborada pelos autores

Fonte: IEEL - Registro de Diplomas - 1946 a 1966

Não pudemos precisar onde atuavam os professores diplomados por esta instituição. Alguns nomes entre os diplomas aparecem na documentação de

contratação da Prefeitura de Londrina. No Grupo Escolar “Hugo Simas”, localizado na zona urbana da cidade, a realidade do corpo docente é retratada, por Faria (2010), como satisfatória, visto que a realidade desta escola se enquadrava na área central da cidade, um prédio de estrutura imponente para a época e sendo muito procurado em épocas de matrícula pelas famílias locais mesmo que cerca de 50% não conseguissem ser atendido. Segundo a autora, mesmo em momentos em que eram escassos profissionais com uma titulação específica, o GE “Hugo Simas” apresentava um expressivo número de normalistas. Ter um quadro de profissionais qualificados tornava-se também um modelo para as demais escolas. Nesta instituição, especificamente, havia um reconhecimento societário por nela atuar.

Desde a concepção do GE “Hugo Simas”, as normalistas representaram a maioria das professoras desta instituição. Já em 1939, 42,8% do professorado tinha formação na escola normal. Nas décadas de 1940 e 1950, manteve praticamente o mesmo percentual. Em 1961, num total de 80 professoras, 72 eram normalistas, ou seja, o equivalente a 90%. (FARIA, 2010, p. 80)

Referente aos anos de 1940, não localizamos em documentos oficiais, ações legais do município que promovessem a formação de professores ou aperfeiçoamento. As instituições formadoras de professores aumentaram na década de 1950, como por exemplo o Colégio “Mãe de Deus” que passou a ofertar o curso normal, mas por iniciativa privada. Os atos municipais deste período se referem aos dados já apresentados através dos gráficos anteriores. Garantir a eficiência do sistema educacional idealizado pela Escola Nova, ainda era tarefa árdua, também no que se referia à formação de professores.

Conforme exposto acima, a realidade de Londrina enquanto cidade no cenário brasileiro e paranaense, contou com uma escola normal em meados da década de 1940 e devemos lembrar que até este momento, o movimento de professores em atuação já existia e configurava-se pelo território londrinense.

No estado do Paraná, até o início da década de 1950, havia apenas as Escolas Normais de Curitiba (1876), a de Paranaguá (1921) e a de Ponta Grossa (1921) e Escolas Complementares Normais, em Guarapuava (1926), em Jacarezinho (1943) e outra em Londrina (1944).(SBARDELOTTO & DALAROSA, 2011, p. 3)

Dentre as deliberações municipais, algumas propostas apresentadas, aparentam ser uma tentativa de manter este professor no cargo por mais tempo. Compreendemos assim quando notamos o volume de exonerações a pedido dos professores até 1947, também observada no gráfico 2²⁸. Dos 338 decretos referindo-se à educação, a segunda maior parcela (95), é a de exonerações a pedido por parte dos professores. Sendo assim, percebe-se que a rotatividade no quadro era aparentemente grande. Segundo exposição justificativa do Prefeito Hugo Cabral ao PL nº 18 de 1948 que modifica o quadro de pessoal do ensino primário ascendendo a 80 o número de professores e criando 53 cargos, também coloca todos os professores em categoria mais elevada, o prefeito diz que cargos melhores padronizados e seriam imprescindíveis para a maior eficiência do ensino ministrado nas escolas municipais e que se ajustavam perfeitamente na Lei orçamentária.

Com o projeto de lei anexo, visa esta municipalidade obter a necessária autorização para, a custa da extinção de 33 cargos de professores padrão D e E, criar 53 outros de categoria mais elevada, de que tem urgente necessidade para atender às exigências do ensino, dentro das possibilidades orçamentárias...

Examinando agora a matéria orçamentária à luz da legislação a que está adstrita a criação de cargos do funcionalismo municipal, entre os quais se incluem os de professores, verifiquei haver necessidade de completa remodelação do seu quadro, ..., sobre imprescindíveis para a maior eficiência do ensino ministrado nas escolas municipais, se ajustam perfeitamente ao plano estabelecido na referida lei Orçamentária[...]. (Exposição Justificativa anexa ao PL nº 18/48. Livro de leis volume 1. Câmara Municipal de Londrina.)

Em 25 de maio de 1950, leu-se em sessão o PL nº 103 que reestruturava o quadro de funcionários da prefeitura de Londrina além de dar outras providências. Nota-se satisfação por parte dos vereadores por se tratar de um aumento nos vencimentos dos professores visto que a vida em Londrina era então considerada muito cara.

Usando a palavra o vereador Edgar Távora, disse de sua satisfação pela apresentação do PL 103, em o qual são aumentados os vencimentos do professorado... Usando a palavra o vereador Manoel Jacinto Correia, disse que quando a comissão de finanças estudou o projeto de lei nº 103, notou os mesmos vencimentos consignados a professores, e que a comissão solicitou ao Executivo Municipal

²⁸ Ver Página 118.

aumento de vencimentos do professorado, o que foi atendido pelo senhor[...]. (Ata da sessão do dia 25 de maio de 1950. Câmara Municipal de Londrina)

O Prefeito Hugo Cabral anteriormente em Exposição Justificativa anexa ao PL, expõe detalhadamente o aumento dos custos de vida apresentando vários aspectos que sofreram alta de custos e que tudo em Londrina também sofrerá aumento de preços no contexto que se vivia o Brasil naquela época²⁹. Em parte de seu discurso o prefeito argumenta que:

Em Londrina qualquer outro indivíduo, mesmo inculto, mas de vivacidade, tem sempre a oportunidade para ganhar muitíssimo mais que qualquer funcionário público municipal e sem o esforço despendido por este. Se o funcionalismo não for colocado em melhores bases econômicas, ao abrigo das pungentes necessidades de quem trabalha sem a recompensa adequada e tendo de movimentar-se em ambiente que a posição social de cada um reclama, chegaríamos a ponto de estabelecer, na municipalidade, pelo menos uma seleção no sentido inverso. Os melhores e mais habilitados elementos seriam desviados, pelas melhores ofertas de vencimentos e garantias, para outras funções fora do funcionalismo público, assim somente, teríamos bons funcionários em caráter transitório. Pref. Hugo Cabral. Londrina, 19 de maio de 1950. (Exposição Justificativa do prefeito anexa ao PL103. Livro de leis volume 5. CML)

Regulamentar e organizar a carreira do professor não era um atributo de iniciativa autônoma do município, este por sua vez respondia à Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946. Por ela a municipalidade respondia no que diz respeito ao professor:

CAPÍTULO II - DOS SISTEMAS DE ENSINO PRIMÁRIO

Art.24. Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, formarão em cada Estado, em cada Território e no Distrito federal, um só sistema escolar, com a devida unidade de organização e direção.

²⁹ "O índice pelo qual se poderá calcular o encarecimento de vida no país, ou seja a melhor fonte oficial, de fácil verificação, está nos orçamentos gerais da república que, nos anos de 1949 e 1950, acusam déficit de Cr.\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros). E a afirmativa de que a carestia continuará, está no ante-projeto do orçamento para 1951, onde a previsão do déficit figura em Cr.\$1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros). Segundo esses dados e o que observa, é que o aumento de preços progredirá em escala ascendente, principalmente, em Londrina, onde o custo de vida é elevadíssimo". (Exposição Justificativa do Prefeito Hugo Cabral para o PLnº102 que trata dos vencimentos para os funcionários públicos inclusive o professor)

Art. 25. Providenciarão os Estados, os Territórios e o Distrito Federal no sentido da mais perfeita organização do respectivo sistema de ensino primário, atendidos os seguintes pontos:

c) preparo do professorado e do pessoal de administração segundo as necessidades do número das unidades escolares e de sua distribuição geográfica;

d) organização da carreira do professorado, em que se estabeleçam níveis progressivos de condigna remuneração. (Decreto-lei nº 8529, de 2 de Janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.)

Pelos primeiros anos da legislatura pós Estado Novo, pouco se falava em professor nos registros das atas do legislativo municipal. Quando havia citações, não se pode dizer com precisão do que se tratavam as colocações pois se apresentavam no seguinte formato:

Ofício circular nº2/49 da Câmara Municipal de Ibaiti; Ofício da Associação dos Professores de Londrina; (Ata da Sessão do dia 4 de maio de 1950.)

Projeto de Lei nº70, de iniciativa do Executivo Municipal, criando 4 cargos de professores substitutos; (Ata da Sessão do dia 11 de agosto de 1950.)

O senhor vereador Renato Cunha requereu que se faça consignar em ata, um voto de regozijo pela presença nesta cidade dos senhores Professores Flávio Suplicy de Lacerda, Joaquim Matos Barreto, Loureiro Fernandes e Pereira Macedo, da Universidade do Paraná que aqui realizaram diversas conferências concorrendo para a elevação do nível cultural desta região, dando-se conhecimento a Reitoria da Universidade do Paraná, da decisão da casa. (Ata da Sessão do dia 17 de novembro de 1950.)

Sabemos que após a publicação da Lei Estadual nº170/1948³⁰, o ensino municipal se insere num contexto de organização estadual para mover o ensino público do estado. Há por esta deliberação, uma subordinação do professor às orientações e acompanhamentos junto à Secretaria de Educação e Cultura. O sistema escolar público estadual é por esta lei, de competência do Departamento de Educação, que por sua vez é assistido pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Nesta mesma lei, em seu artigo 16 que versa sobre o Conselho de Educação e Cultura, aponta em sua constituição um membro professor representante do ensino primário. São alguns dados da movimentação da carreira

³⁰ Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura. 14 de Dezembro de 1948. Neste contexto a Secretaria em questão é a Estadual.

do professor que em justificativas o executivo apresentava um texto muito comum:
"dá-se para atender as exigências do ensino primário".

-LEI 181PL 8/1953 que Cria cargos no Departamento de Educação e Assistência Social de conformidade com a escala padrão aprovada pela lei n °118 de 1951

8 professores padrão A e 3 professores padrão B

Art 2º extingue cargos 1 fiscal padrão I, 5 professores padrão C e 3 professores substitutos padrão E.

-LEI N°207 1953-Reestrutura o quadro de funcionários da Prefeitura de Londrina também referente: 63 professores padrão A, 23 professores padrão B e 23 padrão C; diretor padrão P; Inspetor de ensino padrão J; 1 bibliotecário padrão G e 1 datilógrafo padrão C. (Livros de Leis volumes 8 e 9. CML)

Em eventuais sessões, localizamos narrativas mais pontuais sobre a educação. Em uma delas há defesa pelo ensino primário que se apresenta posta com uma crítica ao funcionamento de uma escola normal do município. A fala é protagonizada pelo Vereador Manoel Jacinto Correia (PTB). Seu discurso ocorre num contexto que a escassez de estrutura da educação, inclusive de ter um local adequado para a formação dos professores, se tornou um problema para o ensino primário.

Manoel Jacinto Correia, a respeito de informações levadas a seu conhecimento sobre a diminuição do número de alunos a serem matriculados em um dos grupos escolares desta cidade, que segundo tais informações a diminuição de matrículas é motivada, por que neste ano funcionaram em dito grupo escolar, uma escola normal. Que tal fato vem prejudicar as crianças, julgando injustificável a limitação de matrícula para o curso primário[...]. (Ata da Sessão do dia 13 de Fevereiro de 1950)

A Escola Normal de Londrina funcionava anexa ao Grupo Escolar “Hugo Simas”, pela fala do Vereador Manoel Jacinto Correia, as condições físicas e de espaço não favoreciam o cumprimento da lei para aplicação de suas intenções pedagógicas para a prática do ensino, bem como da formação docente.

Com o Departamento de Educação do município em funcionamento, o aperfeiçoamento do professor municipal, indicava um movimento ganhando força e representatividade junto ao órgão Municipal de Educação. Até o ano de 1952, não foi localizados nos relatórios do executivo apresentados à CML, dados que ilustrassem o movimento de formação de professores vinculados ao DEPAS

especificamente e por iniciativa deste departamento. De acordo com Faria (2010) alguns documentos do G.E. “Hugo Simas” apontam que nesta instituição ocorriam cursos destinados às professoras e que inclusive algumas fizeram estágio no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais em Curitiba, cerca de 5 professoras. Os momentos formativos nesta instituição se davam também por aulas modelos, nas quais se aprendia fazendo.

A configuração do Grupo Escolar favorecia a troca entre os professores como argumenta Faria (2010), já nas escolas isoladas da zona rural, estratégias eram necessárias para garantir a reflexão acerca da prática escolar a fim de que as informações e instruções chegassem aos professores. Possivelmente devido aos estímulos gerados pela Campanha Nacional de Educação Rural com seus programas propostos, este fomento tenha refletido no volume um tanto maior de iniciativas e/ou medidas, encontradas nos registros de documentos a partir de 1953. Desde então, há informações mais precisas de como esse processo de formação e orientação dos professores por conta do DEPAS se organizou pela cidade refletindo no município. Observamos que também o volume de registros nos relatórios se dava até mesmo como forma de prestar contas de que o atendimento ao decreto estava sendo firmado e executado neste território.

A equipe pedagógica da prefeitura, pelo levantamento realizado nos relatórios do DOPE - Divisão de Orientação Pedagógica e Educativa - procurava atenuar o problema da não habilitação do pessoal contratado, com intensivos cursos de treinamento, além de uma grande vigilância realizada através das inspeções, como já citamos anteriormente. (CAINELLI, 1994, p. 88)

Tal organização e orientação pedagógica ganhou espaço nos relatórios enviados anualmente para a Câmara, e eram denominados *Reuniões Pedagógicas*, notamos assim denominada esta sessão como foi localizada nos registros documentais a partir de 1953. Por sua vez a Câmara não tecia observações sobre as atividades do Departamento de Educação, pelo menos via os registros das atas analisadas. Já pelos textos do executivo, lemos:

O Departamento de Educação e Assistência Social, por sua vez, proporcionou ao professorado primário 10 reuniões pedagógicas, que tiveram o objetivo de orientar, aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos de seus componentes.[...]

No decorrer do ano letivo de 1953, procedeu-se a revisão das

diretrizes que vinham orientando o ensino primário nas escolas rurais do município, pela adoção de métodos e programas aconselhados pela técnica pedagógica, tendo em vista as condições especiais do ambiente rural [...].

Terceiro trimestre: Pelo Departamento de Educação e Assistência Social, foram realizadas 4 palestras pedagógicas e exibidos vários filmes educativos em 20 escolas. (Relatórios do Executivo, 1953. Volumes 1 e 2- Câmara Municipal de Londrina)

Imagem 7

Magistério Primário Municipal que esteve em plenas atividades durante o ano de 1953

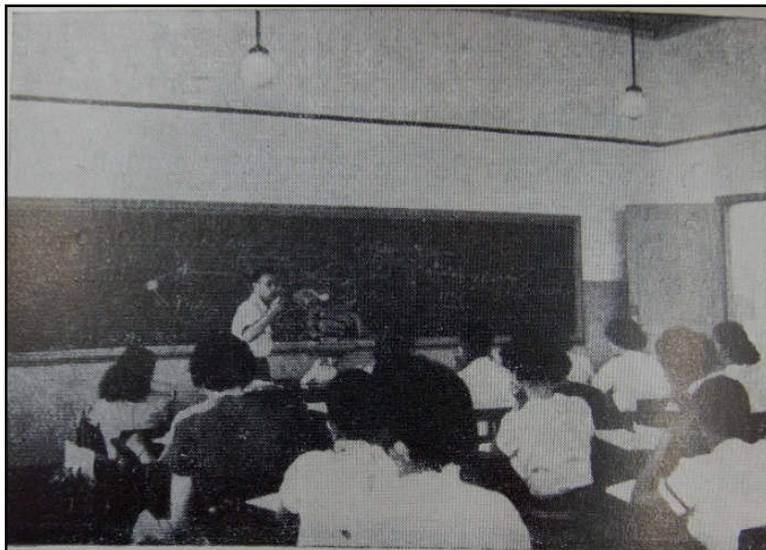


Fonte: Relatórios do Executivo Volumes 1 e 2- 1948 a 1954 - CML

Os encontros de professores municipais para formação e assim uma unificação dos conteúdos bem como os acompanhamentos, ficaram cada vez mais evidentes nos registros de nossas fontes nos anos seguintes. As reuniões pedagógicas aconteciam regularmente e "o aperfeiçoamento do material didático e a atualização dos conhecimentos do magistério municipal também não foi descurado nesse período letivo", como considera a fala do executivo municipal de 1954. Sabe-se pelos relatórios que as reuniões de 1954 a 1960, eram mensais e promovidas pelo DEPAS. Os professores eram convidados. Para estes, eram ministradas aulas modelos que tratavam do programa adotado. A parte burocrática de movimento de alunos, livros de chamada, acompanhamento das atividades dos alunos e entre outros eram também verificados nesses encontros e de responsabilidade do professor.

Imagem 8

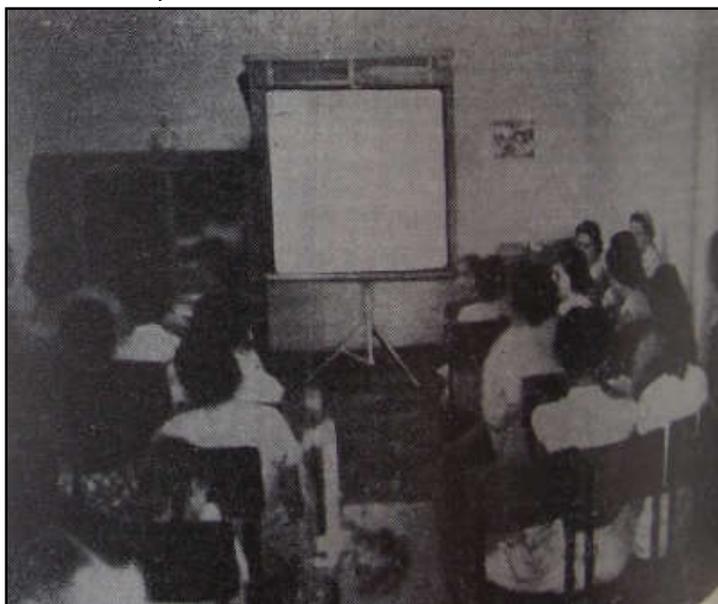
Grupo de professores - Aula de ciências naturais 1954- Curso supletivo de aperfeiçoamento



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

Imagem 9

Professoras assistindo um filme instrutivo no Departamento de Ensino da Prefeitura 1954



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

Na explanação das fontes além das Atas da CML, foi possível observar um detalhamento de como se davam as formações para professores municipais na década de 1950, e destacamos:

O Departamento de Educação, com a cooperação de professores da Fundação e Assistência ao Trabalhador Rural, de Curitiba, promoveu um curso de férias, entre os dias 15 a 30 de janeiro.

Esse curso ministrado a cerca de 50 professores, funcionou regularmente no Horto Municipal, Grupo Escolar Hugo Simas e no próprio DEPAS, constando aulas práticas, teóricas e projeções de filmes sobre horticultura, higiene, enfermagem e associativismo[...] (Relatórios do Executivo, 1955. Volume. 3- Câmara Municipal de Londrina)

Durante os cursos e formações de professores, o acompanhamento da participação e movimento dos alunos, além dos mensários era acompanhada pelo Departamento. Os dados levantados nesses encontros eram todos registrados em relatórios do Departamento de Educação e posteriormente apresentados ao executivo municipal. As decisões deste Departamento eram também uma forma de alcançar os professores que se situavam nas escolas distantes das diversas fazendas do município como também garantir uma certa equidade entre o professorado de pouca formação.

A forma de apresentar relatórios e utilizar da participação dos agentes envolvidos no processo educativo, possibilita verificar a responsabilidade executora e administrativa das instituições, repartições e órgãos administrativos. Mesmo que em contextos diferentes em alguns aspectos históricos e políticos, esta forma de colaboração administrativa pela verificação de dados e envio de informações valida naquela e nesta realidade a ação municipal em prol da escola e seu desenvolvimento e expressa a autonomia nas ações destes agentes para organizar, avaliar, verificar e promover ações para as realidades relatadas e refletidas nos relatórios trazidas pelos olhares dos professores que atuavam diretamente nas classes por todo território municipal.

Essa política ficou mais vigorosa nos anos 1950, quando observa toda sorte de minuciosas instruções nas circulares. As exigências eram muito bem definida por meio de Cartas Circulares entregues mensalmente para todos os professores. Nas reuniões mensais do DEPAS, os professores recebiam os salários e instruções, bem como deveriam apresentar os mensários, resumos dos semanários, resultados das sabinas mensais, livros de chamada devidamente preenchidos e as estatísticas. (CAPELO, 2013, p. 50)

Na realidade de Londrina, podemos observar como se dava esse controle e acompanhamento, através dos quadros que elaboramos abaixo utilizando

os dados enviados pelos professores ao DEPAS, bem como dados recolhidos durante as inspeções e visitas nas escolas. Esses dados são localizados nos relatórios do executivo municipal e a cada ano eram trazidos em forma de texto para apresentação na CM. Parte das informações conseguimos coletar nos relatórios do DEPAS datados a partir de 1956.

Tabela 10

RELATÓRIOS DO EXECUTIVO 1953- Prefeito Milton Ribeiro de Menezes				
TRIMESTRE		1º	2º	3º
ESCOLAS CRIADAS		2	-	2
ESCOLAS CONSTRUÍDAS		1	2	2
ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO		-	59	63
ALUNOS MATRICULADOS		3394	3274	3535
CLASSE EM FUNCIONAMENTO		81	81	88
PROFESSORES		73	74	79
EDUCAÇÃO DE ADULTOS	Nº DE CURSOS	-	7 (5 NA SEDE MUNICIPAL E 2 RURAIS)	260
	ALUNOS MATRICULADOS		7 (5 NA SEDE MUNICIPAL E 2 RURAIS)	297

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo Volume 2 - 1952 a 1954.

Tabela 11

MOVIMENTO GERAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - ANO DE 1953											
62 escolas	MATRÍCULA INICIAL			MATRÍCULA FINAL			FREQUÊNCIA MÉDIA			PROMOÇÃO	PORCENTAGEM DE PROMOÇÃO
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL		
SOMA	1888	1599	3487	1600	1384	2984	1490	1318	2808	1283	78,96%
Observação que consta junto aos dados: A percentagem de promoção foi calculada sobre o número de alunos submetidos a exame.											

Tabela elaborada pelos autores

Fonte: livro de Relatórios do Executivo Volume 2.

Tabela 12

RELATÓRIOS DO EXECUTIVO -1954 - PREFEITO MILTON RIBEIRO DE MENEZES				
	ANUAL	1ºTRIM	2º TRIM	3ºTRIM
ESCOLAS CONSTRUIDAS	5	2	2	-
ESCOLAS CRIADAS	-	2	2	3
ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO	76	62	66	67
ALUNOS MATRICULADOS	3162	3162	3673	3895
ALUNOS ELIMINADOS DURANTE O ANO	1926	-	-	-
ALUNOS QUE TERMINARAM	3060	-	-	-
ALUNOS SUBMETIDOS A EXAMES	2668	-	-	-
ALUNOS REPROVADOS	348	-	-	-
ALUNOS APROVADOS	1759	-	--	-
% DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS QUE ENTRARAM EM EXAMES	66	-	-	-
CLASSES EM FUNCINAMENTO	76	79	90	86
PROFESSORES	76	72	78	75
EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS				
N ° DE CURSOS INSTALADOS Foram eliminados durante o ano 133 alunos	6 (5 NA ZONA URBANA E 1 NA RURAL)	-	-	-
ALUNOS MATRICULADOS	416	-	-	-

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Volume 2 - 1952 a 1954

Tabela 13

MOVIMENTO DE ALUNOS EM EXAME-1955	
SÉRIE	ALUNOS MATRICULADOS
1º ano B	823
1º ano C	800
2º ano B	637
3º ano B	398
4º ano B	10
TOTAL	2668

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo Volume 3 - 1955 a 1956

Tabela 14

MOVIMENTO DE ALUNOS 1956	
ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO	75
ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO	3714
ALUNOS MATRICULADOS NO DECORRER DO ANO	1613
ALUNOS ELIMINADOS NO DECORRER DO ANO	1786
ALUNOS QUE TERMINARAM O ANO	3141
ALUNOS SUBMETIDOS A EXAMES	2830
ALUNOS QUE NÃO COMPARECERAM A EXAMES	311
ALUNOS REPROVADOS	838
ALUNOS APROVADOS	2008
% DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS QUE ENTRARAM EM EXAMES	70%
ALUNOS APROVADOS	
1º ANO	1161
2º ANO	466
3º ANO	291
4º ANO	75
ALFABETIZADOS	15
TOTAL	2008
Cumpra esclarecer que, pela primeira vez, o município entregou certificados de conclusão, fazendo-o a 68 alunos que terminaram o curso primário.	

Tabela elaborada pelos autores

Fonte: Relatórios do Executivo Volume 3 - 1955 a 1956

Tabela 15

MOVIMENTO DE ALUNOS, MATRÍCULAS E EXAMES - 1957			
ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO:			83
ALUNOS MATRICULADOS NO INÍCIO DO ANO			4665
ALUNOS MATRICULADOS DURANTE O ANO			2327
ALUNOS ELIMINADOS NO DECORRER DO ANO			-
ALUNOS QUE TERMINARAM O ANO			4004
ALUNOS SUBMETIDOS A EXAMES			3094
ALUNOS QUE NÃO COMPARECERAM A EXAMES			910
ALUNOS REPROVADOS			1085
ALUNOS APROVADOS			2009
% DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS QUE SE SUBMETERAM A EXAMES			64,93
ALUNOS POR SÉRIE	MATRICULADOS	APROVADOS EM EXAMES	APROVADOS NOS EXAMES FINAIS
1º ANO	2681	1027	1082

2º ANO	761	499	754
3º ANO	425	266	323
4º ANO	137	77	140
TOTAL	4004	2009	2299
Observações: A melhoria no índice de aprovação deve-se em grande parte aos resultados da aplicação da portaria nº446/56, que ajustou nas escolas da municipalidade o ano escolar ao ano agrícola observado no norte do Paraná.			

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo Volume 4 - 1957

Tabela 16

MOVIMENTO DE ALUNOS 1958		
ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO	80	
INICIARAM O ANO LETIVO	4836	
MATRICULADOS DURANTE O ANO LETIVO	969	
TOTAL DE MATRICULADOS NO EXERCÍCIO	5805	
ALUNOS QUE TERMINARAM O ANO	4153	
ALUNOS SUBMETIDOS A EXAMES	3367	
ALUNOS QUE NÃO COMPARECERAM A EXAMES	786	
ALUNOS REPROVADOS	1127	
ALUNOS APROVADOS	2240	
OS ALUNOS QUE TERMINARAM O ANO LETIVO ESTAVAM MATRICULADOS NAS SEGUINTE SÉRIES:		
ALUNOS POR SÉRIE	MATRICULADOS E QUE TERMINARAM O ANO	SUBMETIDOS A EXAMES
1º ANO	2127	1396
2º ANO	1005	987
3º ANO	766	726
4º ANO	253	258
TOTAL	4153	3367
Observações: Dos alunos pertencentes ao 4º ano, o Departamento de Educação Pública e Assistência social conferiu certificado de conclusão do curso primário, a 204, que lograram êxito, nos exames finais. Os exames finais, como em 1957, nas 132 classes, foram efetuados pelo sistema de testes, com permanente assistência da banca examinadora, previamente preparada e composta de 13 professores e 2 inspetores.		

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo Volume 5 - 1958

As tabelas apresentadas demonstram parte do controle do trabalho do professor e dos resultados obtidos em cada período, da mesma forma,

evidenciam a colaboração administraviva executada pelo agente professor através das informações coletadas e que vinham de certa forma dar consistência para futuras ações no contexto macro para o micro e fundamentar as medidas e planos subsequentes que estavam sendo cada vez mais propostos pelo governo federal. Eram os próprios professores que repassavam as informações acima descritas e por meio delas era observada sua prática bem como as cobranças em relação a rendimentos estavam postas através dos dados declarados. Não havia serviço de secretaria nas escolas, eram escolinhas de apenas uma sala de aula e o professor dava conta de ensinar, prestar informações para o controle e estatísticas entre outras demandas de organização.

Capelo (2013) nos apresenta uma visualização da tensão e da prática do controle vivenciado pelo professor. O cumprimento das demandas da escola por parte do professor, também lhe rendiam elogios de acordo com o índice de aprovação de suas turmas, organização do ambiente escolar, bem como do capricho no preenchimento dos documentos que solicitavam os mais variados dados como podemos observar acima. Esses elogios eram registrados nas circulares entregues a eles nas reuniões junto à conferência das informações conforme organizamos nas tabelas. O professor era um agente que contribuía e atuava junto ao DEPAS, mas que necessitava de apoio pedagógico e orientações devido às condições de sua formação. Neste período e em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Primário, o aperfeiçoamento técnico do professorado era promovido no território municipal, para professores de todas as localidades do município. Com este perfil carente de formação, o professorado do município passou a ser orientado pelo Centro de Pesquisas Educacionais. De acordo com relatórios do executivo de 1956, os centros foram criados especialmente para orientar professores. Por eles eram expedidas instruções, promovidos estudos de métodos modernos e completos para aplicação nas aulas das diversas escolas municipais.

Art. 2º. Para a execução dos seus serviços a Secretaria de Educação e Cultura manterá os seguintes órgãos:

V - Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais;

Parágrafo único. Assistirá a Secretaria de Educação e Cultura, como órgão cooperador, o Conselho de Educação e Cultura.

Art. 4º. Ao Departamento de Educação compete a administração do sistema escolar público estadual e a fiscalização do sistema escolar particular, no que êste estiver subordinado á legislação estadual.

Art. 6º. Ao Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais compete planejar programas de ensino, sistemas de verificação do rendimento escolar, realizar estudos referentes aos prédios e equipamentos escolares, bem como executar os serviços de verificação de obrigatoriedade de matrícula e frequência, do registro de professores e de orientação educacional, documentado os resultados obtidos. (Lei nº170 de 14 de dezembro de 1948. Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura.)

O professorado estava cada vez mais aproximando-se de uma linguagem unificada para a execução de saberes e práticas escolares, porém cada vez mais, um molde chegava em suas mãos pronto para aplicação. As formações eram ministradas pelos professores da Escola Normal, e circulantes contendo as matérias a serem ministradas no mês, eram distribuídas a eles. Percebe-se neste conjunto de ações que faziam parte das campanhas nacionais, a presença de "Programas" que vinham no sentido de aperfeiçoar a ação do professor nas classes distribuídas pelo território municipal.

PROGRAMAS

Ao Centro de Pesquisa Educacionais coube a tarefa de organizar periodicamente os planos de aulas com os respectivos exercícios, conforme determina o novo programa adotado. Esses programas, mimeografados, são distribuídos aos professores municipais, para que fossem ministrados aos alunos.

A análise de nossos documentos considera o que observa Faria Filho (1997), ou seja, os documentos trazem significados e apontam estratégias políticas pelas quais se constroem representações e significados sociais para uma localidade. Em circunstâncias de tensão e para fins de intervenção em meio aos grupos da sociedade, tem-se também a escola como um mecanismo de controle mas com uma certa forma de autorização para as ações através dos sujeitos desde que relatassem a realidade exercida para garantir o controle. Desta forma, as inspeções escolares que ocorriam nas escolas municipais (públicas) e nas mantidas pelo município (de iniciativa privada), vinham trazer a garantia da aplicação das propostas do Estado, carregadas dos valores que refletiam os interesses do poder político estadual e federal. Não se trata de uma simples verificação de dados e estatística. É através desta documentação que verificamos o registro de como se davam as inspeções nas instituições no território municipal:

INSPEÇÕES ESCOLARES

Em 1958, pelo corpo de inspetores do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, foram realizadas 226 inspeções em estabelecimentos de ensino do Município, oportunidade em que eram examinados cuidadosamente os materiais escolares, inclusive livros e boletins, grau de aproveitamento dos alunos e aplicação de programas vigente.

Pelo corpo de inspetores municipais, foram realizadas durante o ano aproximadamente 400 inspeções em estabelecimentos de ensino mantidos pela prefeitura, oportunidade em que eram examinados os materiais escolares, inclusive os livros e boletins, e verificado por arguições, o grau de aproveitamento da classe e a aplicação do programa estabelecido[...]. (Relatórios do Executivo, 1958.Volume 5-Câmara Municipal de Londrina)

Neste contexto, o professor municipal é um agente que vem executando seu papel diante das relações estabelecidas com a comunidade. Esse professor atuante nas escolas municipais deste período, continuou a ser acompanhado em seu trabalho e atuação na sala de aula ao longo da década de 1950. Sua formação ainda era insuficiente e, tal condição denominada "leiga" pelos relatórios do Departamento, perdurou até a próxima década. A prática docente aplicada através das relações com o aluno, eram pois pensadas e pré-elaboradas por setores políticos-administrativos superiores a fim de suprir as lacunas da formação do professor. Observemos o relato que expõe parte dos objetivos das orientações aos professores:

Esta orientação foi feita oralmente, em conjunto por ocasião das reuniões pedagógicas mensais, individualmente, a cada professor, quando houvesse necessidade ou solicitações por parte dos mesmos, no D.E.P.A.S., ou nas próprias escolas. Foi dada também por escrito, mimeografada, com exposição de toda matéria a ser dada em cada mês, bem como orientação didática. Foram ainda organizados e mimeografados no departamento pequenas apostilhas contendo a matéria dos programas de História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais e Geometria, que foram distribuídas aos alunos das classes do 2º, 3º e 4º ano. Dedicou o Departamento a sua maior atenção para esse importante serviço, visto o professorado ser em sua maioria, constituído por pessoal leigo.(Relatório do DEPAS - 1961-1962).

Não se trata simplesmente de ensinar as primeiras letras aos

alunos, ou informar dados ao Departamento e cumprir os planos e orientações didáticas, ocorre nesse sentido uma transmissão de valores que, ora construídos pela história de vida do professor, pelo grau de sua instrução e formação profissional ou ainda pela força de intenções político-pedagógicas das instruções recebidas, e o que possivelmente acaba prevalecendo e refletindo na população, são as ideologias do estado político através do que ele condiciona aos agentes e sujeitos.

4.2 Planos, programas e propostas para o ensino

[...] por meio do CENTRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS do Departamento de Educação, órgão esse que procura o mais possível estar sempre em dia com os métodos modernos de educação e cultura, afim de que o ENSINO MUNICIPAL DE LONDRINA possa figurar entre as instituições educacionais de maior relevo de nossa Pátria. (Relatório DEPAS, 1959, p.2)

Quando Adão e Magalhães (2011) nos trazem a reflexão sobre a ação da municipalidade para validar a escola num determinado território, localizamos pelo trecho do relatório acima, um exemplo de como as ações destes agentes locais, investidos de suas possibilidades e autorizados pela legislação macro vigente, estavam esforçados para um alcance exitoso para o ensino local. Assumimos este um motivo sólido para o fim de nosso recorte temporal para esta pesquisa, reconhecendo no final desta década de 1950 e início da década de 1960, um período em que se vê a configuração mais densa de uma "junta governativa", como consideram nossos documentos, e que por Magalhães pode ser chamado de "entidades constitutivas do Estado-Nação".

As propostas para a escola municipal londrinense foram tomando forma ao longo dos anos de estruturação. Foi acompanhada pela Inspeção Municipal de Ensino até 1948, vinculada ao Estado do Paraná. A partir deste mesmo ano com a criação do DEPAS, também subordinado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, tem-se um órgão local com uma configuração de agentes para fazer a escola funcionar, neste momento, a figura do inspetor de ensino, municipal ou estadual, pode ser lida dos relatórios. Em relação às propostas para a escola pensadas por programas, observamos em aplicação nas unidades em

funcionamento, os *programas para as escolas isoladas* do Estado, utilizados até início da década de 1950. Devemos considerar que neste contexto, observar a cena da escola insuficiente é fato explícito pelas nossas fontes como já apontamos alguns anteriormente.

Nos diversos arquivos do município, notamos que os tópicos que cerceavam a escola pública local eram: métodos, programas, reuniões e orientações pedagógicas. Para uma leitura e análise sobre os programas e métodos nas escolas municipais, detivemo-nos aos relatórios do executivo e aos documentos do DEPAS no arquivo da Secretaria Municipal de Educação. Estas informações mais específicas não puderam ser localizadas em leis, decretos ou atas da Câmara pois somente por elas não poderíamos perceber o que acontecia nas escolas, seu planejamento e decisões pedagógicas da municipalidade. Ressaltamos que esta análise se refere ao que trazem os registros de nossas séries documentais os quais dizem respeito ao político e administrativo. Não tivemos acesso a diários de classes de professores para uma análise e averiguação do resultado final das práticas com os alunos, mas os lemos pelo que se faz possível, através dos relatórios. Para complementar, trazemos análises de Cainelli (1994) e Cesar (1976), as quais tiveram acesso a relatos de professores documentados.

A modificação do quadro referente à organização dos programas para a escola em Londrina, antes os das *escolas Isoladas de 1949* e depois os *experimentais de 1953*, configuram-se numa nova organização e uma primeira tentativa de renovação didático-pedagógica. A partir dos programas experimentais que a administração da Educação pelo DEPAS³¹, é notada num maior movimento. Esta movimentação de programas para a escola não dizem respeito a uma proposta específica e peculiar de planos locais ou dos agentes pedagógicos, mas a uma atuação municipal para com a escola que vem resultar de medidas que faziam parte das políticas de planos nacionais para alcançar as escolas primárias do município e que eram garantidos e organizadas pelos estados através de programas ou currículos mínimos para as escolas. É no município que se tem uma materialização da política educacional no contexto local. A execução de tais medidas para as escolas deste município, demonstram condições de caracterizar uma atuação

³¹ Podemos observar o movimento pela tabela "6, p.109.

pedagógica desta entidade administrativa na qualidade de uma governabilidade local para promover a instrução.

No decorrer do ano letivo de 1953, procedeu-se a revisão das diretrizes que vinham orientando o ensino primário nas escolas rurais do município, pela adoção de métodos e programas aconselhados pela técnica pedagógica, tendo em vista as condições especiais do ambiente rural.

Como consequência foram instituídos, em conexão com o ensino das letras, os cursos de horticultura, de jardinagem, de defesa da terra contra a erosão, de trabalhos manuais, cursos esses preconizados pela escola típica rural.

Foram ainda organizadas em todas as escolas municipais, visando despertar nos alunos o espírito de iniciativa e cooperação, caixas escolares e clubes sociais-esportivos[...]. (Relatórios do Executivo, 1953. Volume 2- Câmara Municipal de Londrina.)

Em relação à assistência recebida pelas escolas existentes no município e narradas pelos relatórios a partir de 1953, é preciso atentarmos à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) ocorrida entre 1952 e 1963. As políticas e planos nacionais adentravam em campo no território municipal. A força das instruções e delimitações das ações na escola ficaram cada vez mais orientadas e pré-determinadas e técnicas. Segundo Cesar (1976), os programas experimentais vinculados a esta campanha mostravam um avanço didático para a prática do professor.

Art. 4º A CNER atuará em todo Território Nacional diretamente ou através de Acordos e convênios com órgãos de serviço público, federal ou municipal, e entidades de direito público ou privado. (Decreto nº 38.955, de 27 de Março de 1956, instituída campanha em 1952.)

No entanto devemos levar em consideração o que Cainelli (1994) apresenta ao dialogar sobre a Campanha Nacional de Educação Rural. A autora observa o teor das aplicações da CNER e o que aconteceu em Londrina e em suas escolas. Ela nos apresenta relatos de professores e suas práticas em aulas que demonstram o quanto o novo padrão de comportamento imposto ao homem do campo pelo que era proposto, tomava forma na sala de aula. Mesmo que ilustrasse logo pelo título, a CNER como uma proposta para a escola rural e voltada para o rural, orientava propostas que aproximassem o agricultor da modernidade. Era

através desta escola que se alcançava o homem do campo levando até ele ideais a serem desenvolvidos. Uma educação rural para civilizar o homem do campo e em resumo eram professores urbanos tratando de assuntos da realidade do campo e mesmo com menos conhecimento prático do trabalho agrícola, aproximava-se da vivência dos seus alunos, atribuindo denominações científicas tentando socializar o sujeito rural, desenvolvendo o cooperativismo pelos clubes agrícolas em forma de propostas extraclasse e que promoviam o convívio entre as famílias. Aproximá-los da modernidade mas fomentar a permanência no campo.

Ainda expõe Cainelli (1994), que havia uma igualdade dos planejamentos na zona rural e urbana e isso se justificava pelas possibilidades de transferências de alunos de uma localidade a outra (campo e cidade), e caso os programas fossem diferenciados, os alunos seriam prejudicados.

A escola rural ao fazer o papel de núcleo irradiador de propostas que procuravam criar novos padrões de comportamento e atitudes para o homem do campo, evidenciava sua importância neste processo. Começou-se então a questionar-se o papel da escola rural, sua estrutura, seus programas de ensino.

Mesmo servindo como elo mediador entre a zona urbana e a zona rural, a escola da roça não ganha estrutura própria não tendo programas de ensino específicos para a zona rural.

A escola rural na década de 50 permanece uma escola urbana, que utiliza os mesmos conteúdos ministrados nas escolas da cidade.

(CAINELLI, 1994, p. 90)

Mais uma vez percebemos que os agentes administrativos e pedagógicos, designados a aplicar as determinações da CNER, eram os que atuavam junto aos professores nas escolas para acompanhar suas atividades. Já os agentes políticos do legislativo expressavam-se favoráveis pelos pareceres aos projetos de lei, contudo, a CML em relação ao movimento de Educação Rural, além das indicações para abertura de escolas, pouco se expressava, posicionava ou indicava como necessidade, quando comparamos às outras demandas narradas pelas atas. Eram então os agentes do DEPAS e o pessoal técnico que ficaram a cargo de executar as deliberações da Campanha. Tais agentes eram recrutados entre os portadores de certificados dos cursos ofertados pela própria Campanha ou equivalentes como cita o artigo 9º do Decreto nº 38.955, que dispõe sobre a CNER. Tecer esta teorização de um local pedagógico na localidade de Londrina, faz-

nos observar também esta dimensão de representatividade diante de uma organização da educação para a cidade de Londrina.

A teorização do local inclui descrição, representação e composição, como há dimensões de sustentabilidade e progresso, designadamente a população, a economia, o urbanismo, a rede de acessos, a organização do poder, o orçamento. A consistência do local apresenta-se dependente do grau de integração, identidade, participação e mobilização dos sujeitos. (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 18)

Pelas atas da Câmara permanecem as curtas manifestações do legislativo municipal, nas ocasiões em que as medidas pela escola primária eram apresentadas. A frase "*Ninguém fez uso da palavra*" era muito lida nas aprovações dos Projetos de Lei sobre a escola. Da mesma forma, notamos que o responsável por encaminhar e materializar a legislação de propostas para a instrução, que era a cargo do executivo local, estava acontecendo como competia pela determinação da lei orgânica dos municípios. Algumas manifestações do legislativo ocorriam timidamente, como por exemplo na sessão de 13 de abril de 1953 "Em discussão à indicação 13/1953, usou a palavra o senhor Vereador Josué Jorge que após tecer comentários em torno da deficiência do ensino primário em Londrina, defende a aprovação da indicação em debate". A indicação foi aprovada sem que ninguém mais fizesse uso da palavra. Não foi possível saber com precisão o conteúdo da indicação, pois nem sempre as indicações constam nos livros de leis e outros documentos, mas subentende-se que se tratava do ensino primário.

Embora esse perfil discreto e silencioso encontrado nas atas da CML no que se refere à escola viesse perdurando pelos anos de legislatura, o movimento em prol da escolarização prosseguiu construindo aos poucos sua identidade. Os avanços eram defendidos pelos textos do executivo. Estes registros demonstram uma afirmativa de que o município atuava na garantia das suas demandas e que vinha cumprindo seu papel diante das exigências e deliberações federais. Um exemplo de um texto comum seria: "O movimento do ensino primário, no decorrer do ano letivo de 1954, apresentou resultados animadores, contribuindo para tanto, a nova orientação pedagógica introduzida neste setor" (Relatórios do Executivo, 1954. Volume 2- Câmara Municipal de Londrina). Narrativas semelhantes podem ser localizadas com frequência em documentos oficiais, como nos relatórios.

A referida orientação pedagógica do município, passou a organizar alguns programas relacionados à CNER, bem como às determinações estaduais.

A primeira tentativa de renovação didático-pedagógica dos programas de ensino ocorreu em 1953, através do decreto Estadual no. 9060 de 1953, que aprovou os "Programas experimentais para escola isoladas do Estado". (CAINELLI, 1994, p. 87)

As propostas de renovação didático-pedagógicas, também narradas por Cainelli (1994), ganham espaço considerável nos relatórios do executivo e para tais esboçaremos breves descrições a seguir. Em complemento para nossa compreensão e a fim de exemplificar a aplicabilidade dos programas no município de Londrina e sobre o que versavam, apresentamos a tabela que demonstra a distribuição dos conteúdos disciplinares dos "Programas Experimentais " a partir de 1953.

Tabela 17

"PROGRAMAS EXPERIMENTAIS" – 1953		
1 ° ANO / DISCIPLINAS	2 ° ANO / DISCIPLINAS	3 ° ANO / DISCIPLINAS
Português	Português	Português
Linguagem escrita	Aritmética	Caligrafia
Caligrafia	Geometria	Aritmética
Aritmética	Educação Cívica, Moral e Social	Geometria
Desenho	Desenho	Desenho
Geografia	Geografia	Geografia
História da Pátria	História da Pátria	História da Pátria
Educação Cívica, Moral e Social	Ciências físicas, naturais e agricultura	Educação Cívica, Moral e Social
Ciências físicas e naturais	Instrumentos agrícolas e seus empregos	Ciências físicas, naturais e agricultura
Higiene	Higiene	Higiene
Trabalhos manuais	Trabalhos manuais	Trabalhos manuais
Canto	Canto	Canto
Educação Cívica	Educação Física	Educação Física

Tabela elaborada por Cesar (1976).

Fonte: Cainelli (1994, p.93).

Seguindo pela documentação, os dados em relação ao programa são apresentados como favoráveis. É considerado pela municipalidade que as renovações e programas são mais aconselhados que os anteriores pela sua técnica pedagógica. O esforço para fundamentar e formar professores a fim de ministrar as disciplinas apresentadas acima, eram visíveis pelas ações do DEPAS através das reuniões pedagógicas a partir de então. O quadro de professores leigos atuando nas regiões de escolas rurais era o que predominava e as formações eram fundamentais, pois também como aborda Cainelli (1994), as condições precárias de trabalho na zona rural para os professores, não atraía os mestres habilitados pelo curso normal que acabavam por atuar no magistério estadual. Apesar deste cenário as avaliações sobre a técnica pedagógica em evolução era fomentada e seu movimento registrado e apresentado em dados e relatórios

O programa experimental das escolas estaduais, aplicado nas nossas, vem apresentando inúmeras vantagens sobre anteriormente adotado, eis que se adapta de maneira mais conveniente à mentalidade infantil, facilitando, além disso a instalação de maior número de classes do quarto ano primário em nossas escolas, favorecendo sobremaneira aos moradores do interior do município. (Relatórios do Executivo, 1958. Volume 5- Câmara Municipal de Londrina)

Pelos conteúdos disciplinares que correspondiam ao programa, podemos visualizar a escola em funcionamento e evolução. Podemos perceber pelas disciplinas dos programas, o contexto das atividades com os alunos, bem como de que maneira era orientado o professorado nos encontros mensais. Como recursos para o funcionamento das atividades na escola, o DEPAS e seus professores se serviam de alguns instrumentos voltados a complementar o aprendizado tanto de professores como de alunos, em algumas ocasiões até de pais.

Cinema educativo rural

Em 1953, o DEPAS realizou a aquisição de um moderno aparelho sonoro para a época, a fins de projeção cinematográfica. Com esta aquisição, o Departamento considerou-se aparelhado para realizar nas escolas municipais, para seus alunos e suas famílias, a projeção de programas educativos e culturais.

O Cinema Educativo de Londrina, mais uma vez se inseria nos planos pedagógicos nacionais. Corresponhia às ações do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), criado em 1936 pela Lei nº 378³², durante o governo Getúlio Vargas e com apoio do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema³³. O Instituto surgiu por inspiração do professor Roquette-Pinto. Era pois um auxílio na transmissão dos conteúdos. Como apresenta Galvão (2004, p. 40), "O cinema parecia ser o antídoto para amenizar algumas mazelas da educação".

Nos primeiros anos de atividade do INCE a produção de filmes pelo próprio órgão foi bastante volumosa, e de acordo com Galvão (2004), após a saída de Roquette-Pinto, em 1947, a produção caiu consideravelmente, mas as produções realizadas até então continuavam circulando pelas escolas brasileiras. Havia também a circulação de filmes estrangeiros. O movimento do Cinema Educativo já acontecia em todo país desde sua criação em 1937. Para a escola um recurso novo e provocador de reações imensuráveis por nossas lentes, naqueles que faziam parte do contexto escolar no período que chegou a Londrina.

A chegada do filme no ambiente escolar foi uma encantadora novidade: momento de transição da linguagem estática para a linguagem em movimento, mudança de sinais que propiciou reflexões profundas no modelo pedagógico do falar-ditar do mestre, que vinha sendo implementado desde os primórdios da educação. O uso do filme na prática educacional provocou transformações no ensino baseado, até então, em imagens estáticas. A linguagem imagética disponível antes era somente através de livros, fotografias, gravuras e pinturas, que permitiam, dessa maneira, que o aluno conhecesse as diferentes culturas do país e do mundo. (CARVALHAU, 2008, p.22)

O Cinema Educativo, também conhecido como Fimoteca, era pois um recurso moderno que estaria posto para complementar assimilações aos conteúdos da escola de Londrina. Tal estratégia, tomando como referência Adão e Magalhães (2011), pode ser entendida como algo que cumpria um plano de desenvolvimento nacional. Logo no início da atuação da Fimoteca local, ela foi dotada de 130 pequenas peças instrutivas. Novos filmes eram recebidos de várias instituições culturais sediadas no país e no exterior. No decorrer do primeiro ano de atividades, foram realizados na zona rural 20 programas cinematográficos,

³²Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

³³Ministro da Educação no Brasil de 1934 a 1945.

focalizando, principalmente assuntos de interesses locais. Em 1954, o Departamento de Educação e Assistência Social, realizou a exibição dos filmes em 12 escolas rurais, filme educativo, fornecido pela Cia Shell.

A projeção de filmes instrutivos, realizada pela Prefeitura, vem constituindo excelente subsídio à assimilação dos conhecimentos ministrados aos pequenos rurícolas matriculados nas escolas elementares do município.

Em 1954 melhorou-se este serviço com a aquisição de um gerador elétrico que montado posteriormente em um jeep, proporcionou energia necessária às projeções cinematográficas realizadas na zona rural. Ainda neste ano a filмотeca do Departamento de Ensino foi dotada de mais algumas peças, focalizando assuntos educativos e de recreação.(Relatórios do Executivo, 1955. Volume 3- Câmara Municipal de Londrina)

A filмотeca continuou a ser dotada de outras peças, focalizando assuntos educativos e de recreação. O Cinema Educativo é tido neste momento como um recurso para a explanação dos conteúdos correspondentes aos conteúdos previstos nos programas experimentais de 1953 que vieram a substituir o programa para as escolas isoladas do Estado de 1949 e que até então, vinha sendo aplicado no município.

A filмотeca do Departamento de Educação Pública e Assistência Social, ainda no decorrer do ano em relato, novos filmes educativos e de recreação foram cedidos, por empréstimo, pelas Companhias "Shell", "Esso" e pelo Consulado do EE. UU.

A projeção desses filmes instrutivos e de recreação, teve lugar em quase todas as escolas do município e constituiu excelente subsídio à assimilação dos conhecimentos ministrados aos alunos.(Relatórios do Executivo, 1956. Volume 3- Câmara Municipal de Londrina)

A defesa de que era um bom recurso para a aprendizagem, era pois posta nos relatórios. Quanto aos resultados obtidos, não podemos mensurar sem ter tido acesso a relatos dos sujeitos envolvidos, professores e comunidade. O que notamos é um constante e crescente aparato para especializar a escola pelas políticas públicas.

Centros de Interesse

Eram atividades escolares e extra escolares desenvolvidas nas escolas municipais e correspondia à organização de bibliotecas, museus e clubes agrícolas para a formação de hortas, jardins, etc.. O intuito era estimular os alunos e envolvê-los nas atividades relacionadas ao movimento educacional, no caso a CNER e, de acordo com Cainelli (1994. p. 100), "Para ter alcance além da sala de aula, os Centros de Interesse realizavam um papel muito importante."

[...] organizado em cada Unidade Escolar "centros de interesse" e "clubes agrícolas" visando estimular nos alunos o espírito de cooperação e de iniciativa tendo alcançado este movimento educacional plenamente os seus objetivos. Cita-se, e a título de ilustração que alguns "clubes agrícolas" adquiriram instrumentos para os labores agrícolas, com o produto da venda de hortaliças colhidas em suas pequenas hortas. (Relatórios do Executivo, 1954. Volume 2- Câmara Municipal de Londrina)

Abaixo temos uma imagem de práticas desenvolvidas em um clube agrícola:

IMAGEM 10

Clubes Agrícolas - 1954 Alunos das Escolas 'Bartolomeu Gusmão' e 'Oswaldo Cruz'



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

Além de atividades agrícolas, os Centros de Interesse exerceram influência entre os alunos e também alcançavam atenção para além das questões relacionadas à agricultura. Eram práticas do cotidiano de suas famílias, porém com

um tratamento das possibilidades do socializar aqueles saberes carregando-os de algum conhecimento científico, fomentando a organização e cooperação, estimular a permanência no campo e letrar por meio dos registros destas práticas. Eles também visavam ampliar o incentivo pelas afinidades, bem como das necessidades básicas para benefício do sujeito. Observamos entre eles, atividades relacionadas aos esportes, atendimentos de primeiros socorros, trabalhos manuais e confecção de um jornal semestral feito pelos escolares.

IMAGEM 11

Time de futebol- "Centro de Interesse" da Escola 'Almirante Barroso'- 1954



Fonte: Livro de relatórios do Executivo - Volume 2 - CML

IMAGEM 12

Enfermagem- Centro de interesse- Aluna da Escola 'Bartolomeu de Gusmão', quando praticava pequeno curativo - 1954



Fonte: Livro de relatórios do Executivo - Volume 2 - CML

Dentre as atividades dos Centros de Interesse, os clubes agrícolas demonstram a aplicação da Campanha Nacional para o alcance das escolas rurais. Após o aprendizado das letras as crianças realizavam atividades extraclasse. Estes centros permitiam aos técnicos responsáveis pela CNER "a operacionalização de seus ensinamentos, alcançando não só as crianças através da sala de aula, mas atingindo toda a população rural, tendo a escola como fonte irradiadora" (CAINELLI, 1994, p. 101). Considera-se que a participação dos alunos no contexto das atividades era fomentada pela proposta e acontecia através de agremiações. Estimulava-se também a iniciativa dos estudantes e o espírito de cooperação.

Dentre as atividades extra-escolares que merecem destaque, salientamos que os clubes agrícolas funcionando junto às Escolas Municipais. São supervisores e orientadores destes respectivos professores das escolas, mas a direção está afeta aos próprios alunos, que elegem diretoria entre eles. Tem por finalidade os clubes agrícolas a prática de horticultura, jardinagem, excursões, festas cívicas e sociais, mantendo todos farmácia, museu, jornal infantil etc. (Relatórios do Executivo, 1958. Volume 5- Câmara Municipal de Londrina)

IMAGEM 13

Trabalhos realizados em uma escola municipal da zona rural - Década de 1950



Fonte: Acervo da SME. Autor desconhecido

IMAGEM 14

Museu Escolar - Escola Padre Nóbrega - Década de 1950



Fonte: Acervo da SME. Autor desconhecido

Dentre as atividades extraclasse foram expostos trabalhos manuais executados pelos próprios alunos e, entre elas, destacaram-se as promovidas pelas Escolas “Tomé de Souza” e “Fernão Dias”. Embora encontremos evidenciados os trabalhos escolares nas referidas exposições, não pudemos identificar na íntegra o teor dos trabalhos e outros dados mais precisos. Pela exposição da fotografia acima, é possível visualizar parte do que os documentos narram. Mesmo não podendo precisar sobre qual escola a imagem 10 ilustra, notamos nela atividades relacionadas às práticas registradas pelos documentos. É neste momento que possivelmente os interesses, escolhas e particularidades de cada escola era selecionado para elaborar seus trabalhos manuais, organizar seus espaços, pensar suas estratégias. As ações autônomas dos sujeitos nestas minúcias escolares, extrapolam o poder delimitador de uma experiência pela escola.

É importante ressaltar que para a realização do trabalho com os alunos, os professores, em sua maioria, residentes da cidade também passaram por aulas práticas de sementeira. Aplicariam os conteúdos práticos aos alunos que em sua maioria já vivenciava as experiências agrícolas através do trabalho dos seus pais e carregavam suas próprias percepções. Percebe-se nestas experiências pelos mecanismos das políticas educacionais, a transformação de um novo homem para o convívio em sociedade e a escola foi uma via para a tentativa deste alcance.

Para superar o atraso do homem rural identificado pela Campanha, era necessário romper com os conhecimentos tradicionais, estabelecidos a partir do cotidiano e de suas práticas diárias. A tática adotada foi a de desqualificá-los, procurando substituí-los por um conhecimento científico dos técnicos das mais diferentes formas, seja no plantio, arado ou mesmo na maneira de relacionar-se com o lazer. (CAINELLI, 1994, p. 109)

Inspeções escolares

Os mecanismos de controle e acompanhamento eram aparentes na documentação da época e vinham descritos como *Inspeções Escolares* localizados pelos registros dos relatórios oficiais do período. Por estes, sabemos que havia um corpo de inspetores que realizavam visitas nas

escolas municipais bem como nas particulares. O trabalho nas escolas já na década de 1950, é evidentemente direcionado e planejado pelo Departamento Educacional, bem como acompanhado pela Secretaria Estadual de Educação e ligados diretamente ao executivo municipal. A atuação se dava pelos agentes administrativos do Departamento que agiam para pensar e planejar a escola.

Ao findar o quadriênio do governo administrativo que teve como Prefeito o Sr. Antonio Fernandes Sobrinho, o Departamento de Educação Pública e Assistência Social, órgão educacional da Prefeitura Municipal de Londrina, que tem como objetivos essenciais planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços necessários à educação no meio rural, vem por meio de um relatório completo, trazer ao conhecimento de todos os municípios de Londrina, todas as atividades que aqui foram efetuadas no decorrer dos anos de 1957, 1956, 1958, 1959. (Relatório de Atividades de 1959- DEPAS)

A escola londrinense neste período encontrava-se num momento em que a sua forma organizacional e acompanhamento vinham se fortalecendo e solidificando-se de acordo com que a nação pretendia para o homem escolarizado e alfabetizado. Os agentes públicos e administrativos locais, eram incumbidos de recolher dados, direcionar o trabalho, manter as crianças na escola, orientar as atividades e planejamentos dos professores, alcançar os adultos analfabetos e inserir-se na vida prática da sociedade local, as mãos e olhares dos sujeitos envolvidos eram necessárias.

Podemos notar através dos relatórios de atividades, que as tarefas incumbidas aos agentes do DEPAS lhes acarretavam grandes responsabilidades diante do ensino municipal. Quando olhamos para os seus *objetivos essenciais*, como cita o documento referenciado acima: "*planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços necessários à educação no meio rural*", percebemos que era exercida uma autonomia para suas ações que conseqüentemente geravam planos e estratégias de competências humanas entre os sujeitos envolvidos para que pudessem executar deliberações maiores, fazer funcionar, prestar contas, inspecionar e dar assistência.

Campanha Nacional Pró-Educação de Adultos

Há também outras estruturas que movimentaram o funcionamento do ensino primário, neste caso a educação de adultos. Prevista pela Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, era então denominada como Ensino Primário Supletivo. Pelos registros municipais, localizamos a referida Campanha efetivada em Londrina no ano de 1952, aplicando-se neste território objetivando atender às demandas locais.

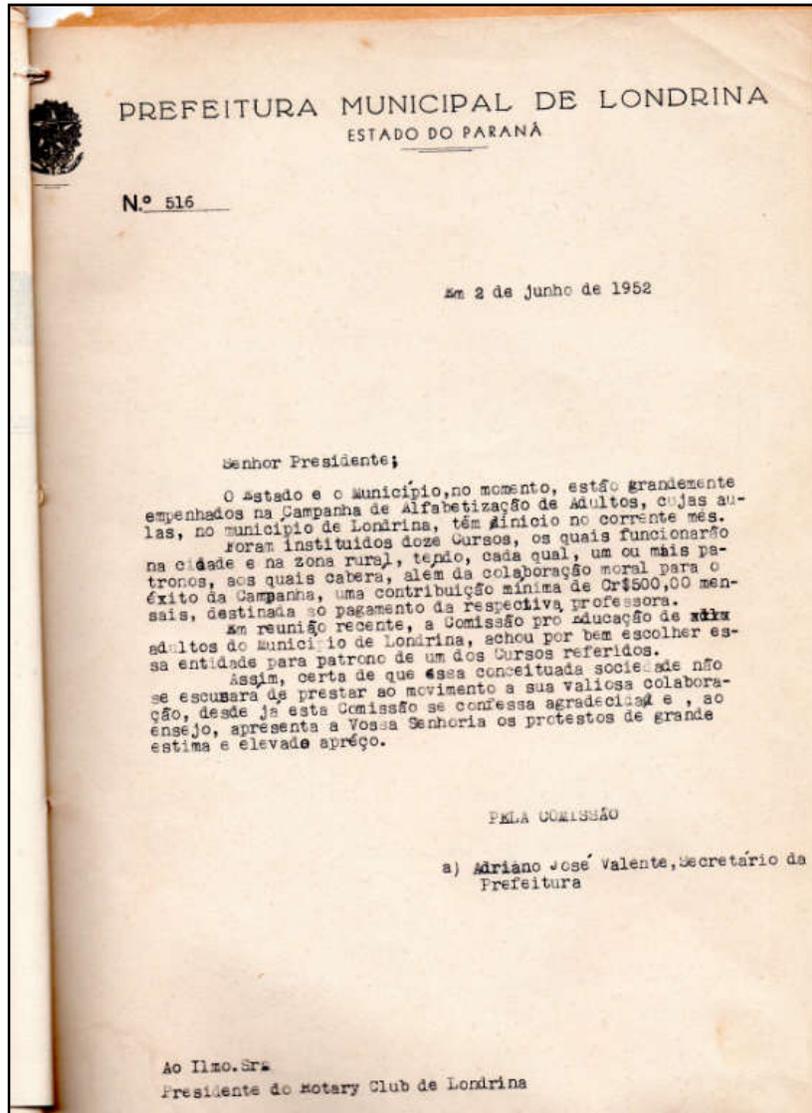
Sob o patrocínio da Secretaria de Educação do Paraná e em consonância com a Campanha Nacional Pró-Educação de Adultos, foram instalados no município 9 cursos de Educação de Adultos dos quais 5 na cidade e 4 na zona rural.

Vem eles funcionando à noite, desde o dia 2 de junho, na maioria em prédios escolares do município, e a manutenção vem sendo feita por contribuições do Estado e de particulares (patronos dos cursos). (Relatórios do Executivo, 1952. Volume 2- Câmara Municipal de Londrina)

O atendimento dos cursos de alfabetização para esta faixa etária, encontra-se também denominado como Cursos de Educação e Alfabetização de Adultos. Podemos compreender que esforços para o cumprimento da campanha de alfabetização de adultos acontecesse, as ações municipais buscaram forças em patronos apoiadores para materializar estes cursos. Verificamos um exemplo desta prática pela carta enviada ao *Rotary Club de Londrina*, no ano de 1952.

Imagem 15

Carta ao Rotary- Pedido de auxílio para a Campanha de Alfabetização de Adultos-
1952



Fonte: Documento" Educação de Adultos- Supletivo 1952 a 1958- Arquivos IBC- SME

Os relatórios trazem registros das respostas de adesão à Campanha. Os relatórios para a Divisão de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, demonstram o quanto o serviço de educação de adultos se estendeu e atendeu pelos anos seguintes neste município. Apresentamos na tabela abaixo, dados que indicam um exemplo deste movimento de alunos matriculados.

Tabela 18

MOVIMENTO DE MATRÍCULAS NOS CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS 1956	
Matricula inicial	246
Matricula durante o ano	336
Matricula final	209
Frequência média anual	185
Alunos presentes às provas finais	144
Alunos aprovados	126
Alunos que não compareceram às provas	54

Tabela elaborada pelos autores

Fonte: Relatórios do Executivo Volume 3 - 1955 a 1956

Um dos relatórios enviados pelo DEPAS no ano de 1959, apresenta instalação de 20 cursos para alfabetização de adultos. Os cursos eram acompanhados pela Inspeção Auxiliar de Ensino a qual visitava as aulas e dava assistência aos professores. Medidas para garantir estímulos aos alunos e professores no município, eram especificadas e detalhadas em forma de orientações didáticas encaminhadas pela chefia de Divisão de Ensino Supletivo de Curitiba para fins de sucesso por este serviço em prol da instrução.

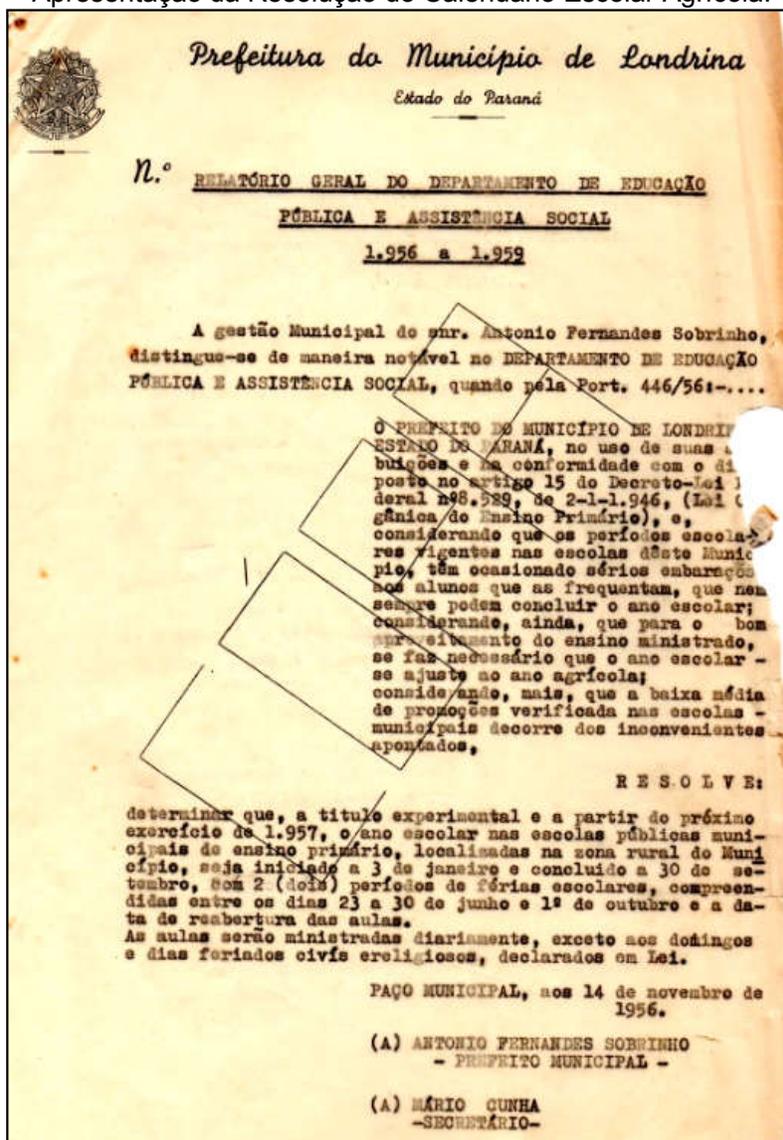
Ano Escolar Agrícola

Uma outra proposta, para garantir a permanência dos alunos na escola e a conclusão dos anos escolares, foi a adaptação do tempo na escola atentando-se às atividades econômicas predominantes da época em boa parte do país, a lavoura.

Em 1956, a implantação do calendário agrícola foi resolvida em Londrina e por um ato do executivo, e como a própria resolução apresenta, deu-se em conformidade com Título III e capítulo I da Lei Orgânica do Ensino Primário, que se refere ao ano escolar. Nos artigos 14 e 15, fica determinado a duração, a quantidade de períodos de férias e que tudo fosse fixado segundo as convergências regionais, e assim aconteceu em Londrina como podemos observar.

IMAGEM 16

Apresentação da Resolução do Calendário Escolar Agrícola.



Fonte: Relatório Geral dos anos de 1956-1959. DOPE - Arquivos IBC - SME

As tentativas eram para favorecer a participação e permanência dos alunos, seu aproveitamento e frequência na escola municipal. Neste sentido, o DEPAS trabalhou adaptando o tempo na escola a fim de otimizar a frequência conforme acima exposto. É apontado pelos relatórios do executivo, logo no ano seguinte da resolução, que a melhoria no índice de aprovação nas escolas se deve à aplicação da portaria nº 446/1956 que ajustou nas escolas da municipalidade o ano escolar ao ano agrícola. E assim seguiu-se pelos anos posteriores. No entanto, em 1960 e pela constante

observação dos agentes do DEPAS, a diretora deste Departamento apresenta pontuações consideráveis ao prefeito indicando possíveis melhorias ao calendário escolar. O fato de a Sra. Adelina Castaldi Hosken de Novaes, diretora do DEPAS, no ano de 1960, se dirigir ao prefeito para tal discussão, evidencia a relação determinante das medidas e tomadas de decisão sobre a escola serem vinculadas ao executivo. Ela confirma as vantagens do calendário para alguns casos de alunos que mudaram depois de setembro, mas também aponta pontos fracos a serem avaliados a fim de alcançar mais crianças e dar melhores condições. As solicitações para mudanças são acompanhadas de pesquisas realizadas através dos relatórios dos professores produzidos ao longo dos períodos escolares, frequências e avanços além do respaldo profissional, estes elementos caracterizam força à solicitação da diretora como podemos observar abaixo:

Verificamos ainda que:

1º) - O período de aulas se torna muito longo e cansativo porque as férias do meio do ano-8 dias- são insuficientes, causando isso a fadiga que é um fator prejudicial ao ensino. E, as férias do fim do ano, três meses, são muito prolongadas trazendo também uma série de inconvenientes.

Anexo a este um parecer sobre o assunto do médico psiquiatra DR. Hebers Vargas e da Sra. Thereza Setubal Gabardo, professora efetiva da cadeira de Psicologia da Escola Normal Secundária "Euclides da Cunha" e orientadora educacional da mesma escola.

O problema das crianças que mudam, não foi totalmente solucionado, visto termos continuado eliminando grande número de alunos na época das colheitas, como consta em nossas estatísticas referentes ao ano de 1960. O maior número de alunos eliminados no decorrer desse ano, foi verificado no mês de julho, num total de 477 eliminações, superior a todos os demais meses. Juntamente a este parecer, envio os relatórios sobre o "Ano Agrícola" de suas professoras de muitos anos no magistério público municipal.

Em vista do que foi acima exposto, numa tentativa de eliminarmos os citados inconvenientes, sugerimos a V. Excia. uma nova alteração no período escolar em nossas escolas municipais. (Relatório do DEPAS 1960 - 1969.)

Seguido do texto acima, a diretora apresenta uma pesquisa referente às épocas das colheitas justificando a solicitação, bem como apresentando sugestões de alterações. Percebemos aí, através dos

mecanismos de controle que se davam pelas inspeções, a verificação de dados estatísticos que puderam colaborar para a análise do Departamento e fortalecer a justificativa para as alterações solicitadas. Entre outros dados, observando a frequência na escola, notamos neste caso, um movimento de agentes planejando a escola e seu funcionamento para esta localidade. Londrina neste período ainda tem uma escola municipal predominantemente rural como demonstram os relatórios do Departamento de Educação, e os estudos realizados por estes agentes eram considerados merecendo destaque, pois o ano escolar foi readaptado em 1961, considerando o desgaste físico dos professores devido ao período excessivamente longo de aulas bem como das férias muito longas.

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de classes em funcionamento na zona rural do município no ano de 1961.

GRÁFICO 6: Ensino primário infantil: Classes em funcionamento - 1961

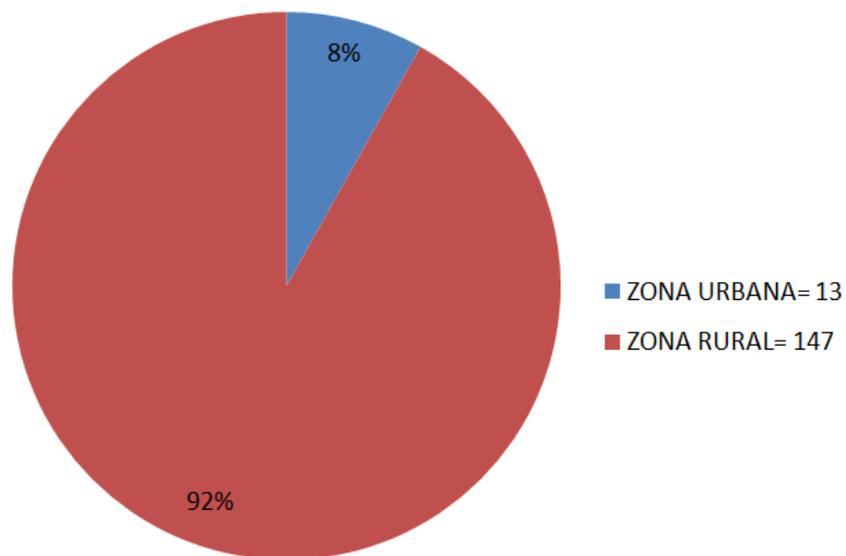


Gráfico elaborado pelos autores

Fonte: Relatório do DEPAS - 1961 a 1962 Ensino infantil, Noturno, Pré-primário e Assistência Social. SME

Os agentes da educação no município de Londrina demonstram a dinâmica que cerceou a escola e a instrução nesta localidade. O diálogo com as políticas centrais ocorreu e a comunicação em resposta demonstrou-se ativa como pudemos ler por estas fontes e que foi escriturando uma organização das estruturas escolares e de cultura para a educação do

londrinense. Considerar a realidade do território deve dar sentido ao desenvolvimento e limites do municipalismo como aponta Adão e Magalhães (2011), e assim apresentar um movimento pedagógico e cultural como vimos tecendo nestes capítulos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos municípios e dos territórios educativos como vem sendo postas pela historiografia, nos possibilitou focar nossas lentes para a realidade londrinense e seguir estabelecendo inúmeras relações com outras realidades temporais, geográficas e políticas. O município de Londrina-PR agiu num tempo e espaço e exerceu a validação dos ideais pedagógicos para a nação brasileira olhando para os londrinenses e para a realidade predominantemente rural das suas escolas neste período. Não defendemos aqui a ideia de que a instrução alcançou todas as crianças em idade escolar dentro do período investigado, nem mesmo que a educação foi uma bandeira de luta pela municipalidade em Londrina, mas notamos que a escola efetivou-se neste local pela ação municipal, pedagógica, política, administrativa e social exercendo um papel de validação das ações legais para uma organização escolar em forma de respondência.

Londrina apresentou um cenário evolutivo no que diz respeito à escola. Os agentes locais fizeram acontecer uma aplicação do ideário nesta localidade em estruturação e não deixou de lado a escola no movimento do desenvolvimento estrutural da cidade. No processo da configuração da escola primária de Londrina, foi notada a participação de muitos agentes e que muitas vezes com uma capacitação não especializada, muito comum para o período, promoveu muitas das instituições e fomentou evoluções para a formação junto ao fenômeno desenvolvimentista.

Os indivíduos que operaram como municipalidade têm sua ação posta pela documentação histórica analisada. Observa-se que o município respondeu ao ato da representação enquanto agente promotor e que assim compreendendo, são as municipalidades que deliberaram, agiram e responderam para fazer acontecer a escola dentro de uma "autonomia autorizada" e assim legislar, administrar e validar o sistema de ensino. Observamos os indivíduos que operaram pela educação local, sendo eles administrativos, políticos ou sociais, que tiveram seus papéis na transformação desta realidade local para ampliar o cenário de instrução pública primária como uma efetivação da ação municipal agindo em um conjunto regulamentador entre a nação, estados e municípios agindo por uma "autonomia autorizada".

Entendemos por "*autonomia autorizada*" a possibilidade de ação da esfera local municipal através da atuação dos sujeitos políticos-administrativos, culturais, sociais e pedagógicos que agem na organização, validação e promoção da educação local, isso tudo em interdependência com regulações estaduais e nacionais. Os sujeitos neste processo são envolvidos por uma deliberação centralizada e que autoriza medidas a fim de garantir o funcionamento das instituições no território municipal. A "*autonomia autorizada*" para agir, observa ainda as próprias possibilidades de escolha bem como necessidades e interesses locais.

No que se refere ao recorte temporal, não optamos por um fenômeno muito pontual, factual ou específico que determinou o fim da análise documental, mas sim observamos que foi na década de 1950 que o Departamento de Educação passou a apresentar com mais força medidas e ações respondentes ao plano nacional e que favoreceram a permanência de alunos na escola, bem como o trabalho do professor, como por exemplo: implantação dos 4 anos primários na maioria das escolas, facilitando a conclusão do ciclo; adaptação do calendário agrícola às necessidades próprias para a região de Londrina; exames de suficiência para os professores não normalistas que se candidatavam às vagas nas escolas municipais. Partindo para o que nos mostra o quadro de leis e regulações, é também neste período que as deliberações se ampliam no que diz respeito à educação e escola de maneira mais ampla e são exemplos disso: instalações de parques infantis e creches; verbas para o desenvolvimento cultural e artístico o qual envolvia a escola; criação de cargos de apoio à escola como o de orientador educacional; fundação de apoio às crianças "excepcionais"; eventos escolares como exposições, recitais, conferências além de cerimônias de formatura, diplomação, bolsas de estudo.

Consideramos que dialogar sobre ações municipais de Londrina ao lado da categoria de município pedagógico e dos estudos sobre as possibilidades políticas que configuraram a escola brasileira, pôde dentro de nossos limites, contribuir para a ampliação das futuras discussões a respeito da "*autonomia municipal autorizada*" por leis nacionais e que observamos ser um movimento que continuou a fomentar-se ao longo dos anos de nossa história e que possibilitou ações municipais diversas por todos os territórios

municipais do Brasil para validar a escola e a formação dos sujeitos, considerando contudo sucessos e ineficiências em todo tempo.

Notamos a possibilidade futura de novas discussões sobre o a importância do papel deste município na educação dos londrinenses. Território que ao se desenvolver, mesmo sendo "roça" por um longo período, almejou também ser uma cidade moderna. Um município em desenvolvimento que educou pelas suas ações os seus sujeitos, na escola ou fora dela, a organização legal direcionou comportamentos, condutas e que pela educação formal, instruiu a população para atuar no contexto urbano e rural em configuração neste local, assim observando e pelo percurso percorrido ao longo da pesquisa, consideramos uma continuidade para estudos futuros, a observação sobre o processo escolarizador, o qual visualizamos por esta narrativa tecida.

O desafio historiográfico não está ainda totalmente resolvido: tratar-se-á de municípios ou é possível admitir um municipalismo? Será possível reconstituir o potencial de desenvolvimento que sustentou uma e outra destas evoluções históricas? (ADÃO & MAGALHÃES, 2011, p. 49)

Nosso olhar caminha ao encontro das demais análises acerca do municipalismo e que acompanham outros movimentos e mudanças dos processos educativos que ocorreram pós este período (1934-1960) investigado. Pela discussão produzida por nossa pesquisa, pudemos notar nesta localidade como se deu a integração do sistema escolar estatal, de um ideário para a validação no plano municipal. No cumprimento da função de articular os agentes e investi-los em suas ações para transformar a realidade escolar de Londrina, tendo plena ciência das fragilidades do processo bem como de suas particularidades.

O potencial do desenvolvimento municipal que a cidade apresentou desde sua fundação se viu também pelas medidas para uma educação de seus sujeitos. Seja dentro ou fora da escola, conforme Adão e Magalhães (2011), a combinação de sua população, urbanismo, administração, oferta escolar, progresso, produção e ensejo cultural somados à escolarização, resultaram num cenário educativo que dentro do contexto temporal que

observamos, elaborou uma educação na cidade de Londrina com bases de um volume visivelmente transformador para a escola e que deixou marcas no processo de educação pelo território de Londrina.

Os sujeitos que passaram pela escola londrinense vivenciaram práticas escolares que a princípio foram postas por esferas tão distantes da realidade local, planos de uma nação, ideais de uma escola única, de um ensino igualitário para o povo brasileiro, mas que de fato efetivadas e organizadas por agentes públicos que conheciam a realidade local e tinham um certo nível de escolha para assim, abrir escolas, aplicar reformas, contratar professores, autorizar doações, elaborar calendários, eventos, solenidades e ações culturais e pedagógicas. Os momentos vividos pela cidade estavam na escola, as necessidades, as comemorações, as desigualdades e os sonhos.

O território municipal e os alcances da autonomia municipal é então observado como campos de análises muito vastos e que poderão trazer reflexões diversas e confrontantes ao nosso ponto de vista acerca de como se consolidou a escola no Brasil ao longo do século XX e do início do XXI, pelas ações dos agentes públicos locais investidos de uma "autonomia autorizada" notando pois como se deu o processo em localidades tão distintas em uma mesma nação e regidas por uma mesma legislação.

BIBLIOGRAFIA.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle. **Educar em Revista**, Curitiba, PR., n. especial 2, p. 291-302, 2010. p 292 a 300. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/18.pdf>. Acesso em 10 dez 2017.

ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org). **História dos Municípios na Educação e na Cultura**: incertezas de ontem, desafios de hoje. FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto Estratégico – Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação. Instituto de Educação- Universidade de Lisboa. 2011. Disponível em: <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9460/1/HistoriadosMunicipios.pdf>

AGUILERA, Fernando Gomes (Sel. e org.). **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ÁLBUM DE DIVULGAÇÃO DE LONDRINA E REGIÃO. **Norte do Paraná "Terra abençoada"** - Organização: Aristeu de Oliveira- 1949.

ALVES, Andrei Olak. **Expansão urbana de Londrina e tendências a metropolização**. Monografia (graduação) Curso de Geografia, UEL, Londrina 2005.

AMORIM, Wagner Vinícius . **A produção social do espaço urbano em Londrina** -PR: A valorização imobiliária e reestruturação urbana. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP, 2011.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. 2ª ed. Londrina: EDUEL, 2008.

BOMENY, Helena M. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: CPDOC, 2003. 29f. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1354.pdf. >

BONI, Paulo Cesár. **Certidões de Nascimento da História**: o surgimento de municípios no eixo Londrina- Maringá. Londrina: Planográfica, 2009.

BONI, Paulo Cesár. **Fincando Estacas**: A História de Londrina (década de 30) em textos e imagens: Londrina: Ed. do autor, 2004.

BRASIL. Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 . Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Portal da Legislação**.

BRASIL, Constituição Federal (1934). **Portal da Legislação.**

BRASIL, Constituição Federal (1937). **Portal da Legislação.**

BRASIL, Constituição Federal (1946). **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto Nº 19.890, DE 18 DE ABRIL DE 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto nº38.955 de 27 de março de 1956. Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) , instituída em 1952. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-lei n.º 8.535, de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministro da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de Abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-lei nº 2.416, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Institui o fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Portal da Legislação.**

BRASIL. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Portal da Legislação.**

BRASIL. INEP, MEC. **Mapa do analfabetismo no Brasil**, 2003. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>

BRASIL. Lei nº 14, de 29 de janeiro de 1935. Modifica a legislação do ensino .
Portal da Legislação.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre a roça e o ditado:** a campanha nacional de educação rural .Londrina 1952-1963.. Dissertação(Mestrado), UFPR, Curitiba, PR, 1994

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Educação e escola no meio rural de Londrina em traços históricos e sociológicos. **Mediações**, Londrina, v. 6, n.1, p.187-196, jan./jun. 2001.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade no meio rural.** Londrina: Eduel, 2013.

CARVALHAU, Fernanda Caraline de Almeida. **Luz, câmera, educação!** O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar. Dissertação(Mestrado)-, Estácio de Sá. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, C. H. O município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: educação em Minas Gerais no início da república (1889-1906). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. V.5, p. 17-35, 2010

CASTRO, Cesar Augusto. A Legislação escolar como fonte para a história da instrução primária maranhense. **Cadernos de História da Educação**, v.16,n.1,930-44, jan.-abr.2017. ISSN:1982-7806

CERTEAU, Michel. **A Escrita da história;** tradução de Maria de Lourdes Menezes ; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Zenite Teresinha Ribas. **Estudo da evolução do ensino municipal de Londrina: 1930 – 1970**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Londrina: UFPR, 1976.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti. **Imagens da cidade: memória coletiva em Londrina. Mediações**, Londrina, v.1,n.2, jul/dez.1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/search/titles?searchPage=5>>. Acesso em 17 out. 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Alges: Difel, 2002. Capítulo IV e V.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, 25 anos de sua história**. São Paulo:Universal, 1959.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo. Cortez, 7º ed. 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro, RJ. DP&A, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1990. v 2

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1994. v 1.

EMPRESA PROPAGANDISTA DO NORTE DO PARANÁ. **Guia Geral de Londrina: Indicador Histórico e Comercial- Publicação Anual- Edição de 1954**.

FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. Belo Horizonte: A escola e os processos educativos no movimento da cidade. Artigo. **Varia história**, nº18, setembro 1997, p.203 -222.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação In. DUARTE, Regina Horta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de ; et al (Org.). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes.; GONÇALVES, Irlen A.; VIDAL, Diana G.; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo

de investigação na história da educação brasileira. **Educação e pesquisa**. V. 30, n. 1, jan/abr/2004. p. 139-159.

FARIA, Thais Bento. **Em traços de modernidade: a História e a Memória do Grupo Escolar "Hugo Simas" (Londrina-PR, 1937- 1972)**. 188f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2010

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GALVÃO, Elisandra. **A ciência vai ao cinema: uma análise de filmes educativos e de divulgação científica do instituto nacional do cinema educativo (INCE)**. Dissertação (Mestrado) UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2004

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: A política e a história**.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. MAGALHÃES, Justino Pereira. **O local na História da Educação: O município Pedagógico em Portugal e Brasil**. 2009. Disponível em : <<https://core.ac.uk/download/pdf/12424745.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2017, 22:20:15

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Organização do ensino público no final do século XIX: O processo legislativo em Uerabinha, MG. In. NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique. (org.) **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Coleção Pensar a Educação. Série estudos históricos - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 295-306

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In. NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique. (org.) **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Coleção Pensar a Educação. Série estudos históricos - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p.19-36.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique. **Ação Municipal e Educação na Primeira República do Brasil**- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

INVENTÁRIO E PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE LONDRINA. IPAC/LDA. Os caminhos do Café no Paraná. Heimtal, o passado e o presente no vale dos Alemães. Londrina: GRAFMAN. cadernos do Patrimônio Cultural, Série Estudos nº2. Apoio UEL. 1993. 70p.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- LONDRINA. Câmara Municipal. **Livro de Atas**, volumes 2 a 12, 1948-1955.
- LONDRINA. Câmara Municipal. **Livro de Atas**, 1936-1937.
- LONDRINA. Câmara Municipal. **Livro de Leis**, volumes 1 a 32, 1936-1960.
- LONDRINA. Câmara Municipal. **Livro de Projeto de Leis rejeitados**. Primeira, segunda e terceira legislatura. 1948-1959.
- LONDRINA. Câmara Municipal. **Livro de Registro de vereadores**, volumes 1, 2 e 3, 1948-1959.
- LONDRINA. Câmara Municipal. **Livro de Relatórios do Executivo**, volume de 1 a 6, 1948-1960.
- LONDRINA. Instituto Estadual de Educação de Londrina. **Registro de Diplomas 1946 a 1966**. Londrina: IEEL
- LONDRINA. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de atividades do DEPAS ano de 1958**. Londrina: SME.
- LONDRINA. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório do DEPAS 1961 a 1962**: Ensino Infantil, noturno, pré-primário e assistência social. Londrina: SME.
- LONDRINA. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório geral dos anos de**: 1956-1959; 1961-1962; 1968-1969- DOPE. Londrina: SME.
- LONDRINA. Secretaria Municipal de Educação. **Relatórios de 1956 a 1959**. Implantação do calendário de acordo com o Ano Agrícola. Londrina: SME.
- LONDRINA. Secretaria Municipal de Governo. **Livro de Registro de Súmulas dos decretos-lei do Executivo**, 1934-1973;
- LONDRINA. Secretaria municipal de governo. **Livro de Registro de Súmulas das Leis do Executivo**, 1936-1972
- LUCHESE, Terciane Ângela. "Um dever de ordem pública iniludível e inadiável": a administração municipal e as comunidades em prol da instrução pública (Região Colonial Italiana, RS, 18902-1928). In. NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique. (org.) **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Coleção Pensar a Educação. Série estudos históricos - Belo Horizonte: Mazza Edições, ,2015. p.71-99

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco. 178p. Disponível em
:<<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5924>>Acesso em 13 ago.2016

MAGALHÃES, Justino Pereira de. O local e a decisão política em educação: Aspectos teóricos e metodológicos da história do município pedagógico. Portugal, Porto. **Anais VII COLUBHE**(Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação), 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **O município liberal e a decisão política**. Coleção Pensar a Educação. Série estudos históricos - Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições,2015. p.37-46.

MARROU, Henri- Irénée. A História faz-se com documentos. In: **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.55-77

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia e gestão da escola pública**: entre a teoria e a prática. 2001. 306p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252098>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MEDEIROS NETA .O. M. Por uma pedagogia da cidade: espaços, práticas e sensibilidades. **Holos**, Ano 32, Vol.5, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. ago.2016

MONARCHA, Carlos. História da educação (brasileira): Formação do campo, tendências e vertentes investigativas. **História da Educação**,Porto Alegre, v. 11, n. 21, jan./abr. 2007. Disponível em
:<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29391>. Acesso em 13 mai. 2017.

MUSEU HISTÓRICO PADRE CARLOS WEISS (Londrina- PR). **Exposição comemorativa 70 anos de londrina**: catálogo. LABTED/UEL. Londrina, nov. 2004.

NEPONUCEMO, Maria de Araújo. Guimarães. Maria Teresa Canesin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas década de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2007. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38619>., Acesso em 13 nov. 2017.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Políticas públicas e reformas curriculares: As escolas primárias no Paraná na primeira república. **Revista e- Curriculum**,

São Paulo, v.1, n.1, dez- jul 2005-2006. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso em 20 fev. 2018.

PAIVA, Marília de Abreu Martins. **Bibliotecas públicas**: Políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. Dissertação (Mestrado) UFMG, Belo Horizonte, MG. 2008.

PALMA FILHO, João Cardoso. (organizador). Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação**. Santa Clara, São Paulo, 3. ed. PROGRAD/UNESP- A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: A Era Vargas. p.61-74. Disponível em:
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso 13 jan. 2018.

PARANÁ, Constituição Estadual (1989). **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ, Constituição Estadual, (1935). **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ, Constituição Estadual, (1937). **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ, Constituição Estadual, (1947). **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ. Lei nº64 em 21 de fevereiro de 1948. Lei Orgânica dos Municípios. **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ. DECRETO Nº 6597, em 16 de março de 1938. Regulamento das escolas de professores do estado do Paraná. **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ. Lei n 170, em 14 de dezembro de 1948. Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura. **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ. Lei Nº 644 de 20 de abril de 1951. Nova composição ao quadro do ensino primário. **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PARANÁ. -Lei Nº 637 de 30 de janeiro de 1951 Nova composição ao quadro do ensino primário. **Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação**.

PEDRIALI, José Antonio (org). **A doce vingança do poeta**. Londrina: Kan, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 27, n. 53, Jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. (In) PESAVENTO, Sandra Jatagy LEENHARDT, Jacques. (org). **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas - SP. Editora da UNICAMP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Muito além do espaço e tempo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume.8, nº 16, 1995. p 279-290.

REIS, Filomena Lucilene Cordeiro. **Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG - 1980 a 2012**. Tese(Doutorado) UFU, Uberlândia- MG. 2013.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel ; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930 - 1961: escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, jun. 2006. São Paulo: Perspectiva S.A.2001. Capítulo 3.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em 20 dez. 2017.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. DALAROSA, Adair Angelo. O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: a primeira escola normal secundária pública. **HISTEDBR online**, Campinas, n.43, p. 159-182, set. 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em :http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art12_43.pdf. Acesso 19 fev.2018.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ.** [Online] Porto Alegre v. 18 n. 43 Maio/ago. 2014 p. 71-91. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/05.pdf>. Acesso 12 nov. 2017.

SCHELBAUER, Analete Regina; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Expansão e modalidades de escola primária rural no estado do paraná**: Iniciativas de governos estadual e federal de 1930- 1960. disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01%20estado%20e%20politicass%20ed%20ucacionais%20na%20historia%20da%20educacao%20brasileira/expansao%20e%20modalidades%20de%20escola%20primaria%20rural%20no%20estado%20do%20parana.pdf>. >Acesso em: 20 jun. 2017.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século xx. **Cadernos de**

História da Educação – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013. p. 83 a 107. Disponível em:
<https://search.proquest.com/openview/ea0786201cd1ec4ab8a10e34ca21c012/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2046359>. Acesso em 12 nov. 2017.

SIKORA, Denise. HIDALGO, Angela Maria. HEROLD JUNIOR, Carlos. A Educação Rural no Paraná: uma análise a partir de Guarapuava (1930-1960). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1127-1148, out./dez. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645804>> Acesso em fev. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910). In. NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique. (org.) **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Coleção Pensar a Educação. Série estudos históricos - Belo Horizonte: Mazza Edições, ,2015. p. 101-128.

TOMAZI, Nelson Dacio. Tempo História e cronologia. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, edição especial, p. 27 -36, out. 2002

VEIGA, Cyntia Greive. **Cidadania e Educação na trama da cidade: A construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Tese. (Doutorado) Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas : 1994.

VIDAL, Diana G. & FARIA Filho, Luciano Mendes. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In. VIDAL, Diana G. & FARIA Filho, L. M. **As lentes da história**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 41-72.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**, Curitiba, n.18, p. 53-73. 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a06.pdf>. Acesso 13 fev. 2018.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. NERY, Ana Clara Bortoleto. AGUIAR, Thiago Borges. Cultura e escolarização: um panorama do município de Piracicaba na virada do século XX. In. NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique. (org.) **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Coleção Pensar a Educação. Série estudos históricos - Belo Horizonte: Mazza Edições, ,2015.p. 129-152

ANEXOS

ANEXO 1 - Tabela 19

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL- 1930 A 1960		
NACIONAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
<p>Pesquisadas 19 principais leis mais abrangentes das quais analisamos:</p> <p>-BRASIL. Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário.</p> <p>-BRASIL. Decreto Nº 19.890, DE 18 DE ABRIL DE 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.</p> <p>-BRASIL, Constituição Federal (1934).</p> <p>-BRASIL. Lei nº 14, de 29 de janeiro de 1935. modifica a legislação do ensino</p> <p>-BRASIL, Constituição Federal (1937).</p> <p>-BRASIL. ei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública</p> <p>-BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.</p> <p>-BRASIL. Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de Abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios</p> <p>-BRASIL. Decreto-lei nº 2.416, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios</p> <p>-BRASIL. Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Institui o fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário.</p> <p>-BRASIL, Constituição Federal (1946).</p> <p>-BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.</p> <p>-BRASIL. Decreto-lei n.º 8.535, de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministro da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências</p> <p>-BRASIL. Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.</p>	<p>Pesquisadas 94 leis e analisadas :</p> <p>PARANÁ, Constituição Estadual (1989).</p> <p>PARANÁ, Constituição Estadual, (1935).</p> <p>PARANÁ, Constituição Estadual, (1937).</p> <p>PARANÁ. DECRETO Nº 6597, em 16 de março de 1938. Regulamento das escolas de professores do estado do Paraná.</p> <p>PARANÁ, Constituição Estadual, (1947).</p> <p>PARANÁ. Lei nº64 em 21 de fevereiro de 1948. Lei Orgânica dos Municípios.</p> <p>PARANÁ. Lei n 170, em 14 de dezembro de 1948. Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura.</p> <p>PARANÁ. -Lei Nº637 de 30 de janeiro de 1951 Nova composição ao quadro do ensino primário</p>	<p>Pesquisados 1098 decretos entre 1934 a 1947 e selecionados e analisados 320</p> <p>Pesquisadas 38 leis da Câmara Pioneira e selecionadas e analisadas 8.</p> <p>Pesquisadas 606 Leis de 1948 a 1960 e selecionadas e analisadas 161.</p>

-BRASIL Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 . Lei Orgânica do Ensino Agrícola. BRASIL. Decreto nº38.955 de 27 de março de 1956. Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) , instituída em 1952.	PARANÁ. Lei Nº 644 de 20 de abril de 1951 Nova composição ao quadro do ensino primário	
--	--	--

Tabela elaborada pelos autores.

Obs: Há duas outras tabelas que constam na íntegra toda legislação educacional referente à Londrina. **Na primeira** estão dispostas todas as Leis e Decretos municipais citados acima, os projetos de leis e observações importantes. **A segunda** trata da listagem de todas as atas das sessões da CML, com data e texto do que se refere à educação e cultura. Não estão presentes nestes anexos devido ao volume extenso. Estão alocadas num endereço virtual e posteriormente serão disponibilizadas publicamente para fins de pesquisa de outros colegas ao término deste trabalho.

ANEXO 2 - Tabela 20

VEREADORES ELEITOS EM 1935- CÂMARA PIONEIRA 1936 A 1937	
NOME	ATUAÇÃO
JOÃO VANDERLEI	PRESIDENTE DA CÂMARA
SERAPHIM DE ALMEIDA	COMISSÃO DE FINANÇAS COMISSÃO DE CONCESSÃO DE PRIVILÉGIOS COMISSÃO DE POLÍCIA INTERNA
DR. JOÃO FIGUEIREDO	COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO COMISSÃO DE HIGIENE PÚBLICA
DR .JACINTHO ANTENOR CARDOSO	COMISSÃO DE FINANÇAS COMISSÃO DE HIGIENE PÚBLICA COMISSÃO DE REDAÇÃO COMISSÃO DE CONCESSÃO DE PRIVILÉGIOS
HONÓRIO MARTINS RIBEIRO	SECRETÁRIO COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
LUIZ ESTRELLA	COMISSÃO DE REDAÇÃO COMISSÃO DE POLÍCIA INTERNA

Tabela elaborada pelos autores.

Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Londrina, 1936.

ANEXO 3 - Tabela21³⁴

VEREADORES DA 1º LEGISLATURA 1947 a 1950				
NOME	NASC	ORIGEM	PROFISSÃO	ATUAÇÃO E PARTIDO
ÁLVARO LÁZARO DE GODOY	1910	SP	LAVRADOR	PL
ANÍBAL VELOSO DE ALMEIDA	1905	MG	ADVOGADO	UDN - UNIAO DEMOCRÁTICANACIONAL
CASIMIRO DE ALMEIDA MACHADO	1909	SP	COMERCIANTE	PL
RAYMUNDO DURÃES	1912	MG	LAVRADOR	PLPARTIDO LIBERTADOR
OTÁVIO MARQUES DE SIQUEIRA	1914	RS	MÉDICO	PSP

³⁴ A legislatura de 1947 a 1950 é considerada primeira legislatura como consta nos livros de registros da Câmara Municipal de Londrina.

NEWTON LEOPOLDO DA CÂMARA	1916	RN	MÉDICO	PTB MEMBRO COMISSAO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
MILTON RIBEIRO MENEZES	1914	MG	ADVOGADO	PLPRESIDENTE DA CML
MÁRIO JOSÉ ROMAGNÓLI	1905	MG	CONSTRUTOR	PRP PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR
MANOEL JACINTO CORREIA	1917	PB	PEDREIRO CORRETOR DE SEGUROS	PTB COMISSAO DE FINANÇAS
FULGÊNCIO FERREIRA NEVES	1883	BA	CORRETOR	PSPPARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
EUZÉBIO BARBOSA DE MENEZES	1895	PR	FAZENDEIRO	PSD- UDN – MEMBRO DA COMISSAO DE EDUCAÇÃO
RENATO CUNHA	1917	PR	ADVOGADO	COLIGAÇÃO PSD – UDN MEMBRO COMISSAO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1948
ULISSES XAVIER DA SILVA	1903	PR	INDUSTRIAL	PRPRESIDENTE DA COMISSAO DE JUSTIÇA
WALDOMIRO FERREIRA DA SILVA	1894	SP	COMERCIANTE	PL MEMBRO COMISSAO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
WELTER PEREIRA	1899	RJ	MÉDICO	PRPRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA
MARIO JOSÉROMAGNOLI	X	X	X	NÃO CONSTA FUNÇÃO. OBS.: SUPLENTE DE ANIBAL QUE RENUNCIOU POR MUDANÇA PARA SÃO PAULO
EDGAR TÁVORA	X	X	X	X OBS.: ASSUMIU 1 SUPLENTE 20/05/48 DEVIDO A RENUNCIA MANDATO DE

				MARIO JOSE 1951 RENUNCIOU MANDATO
LAURENTINO GOMES HUBNER	1909	MG	CONTADOR	PRP OBS.: EFETIVOU-SE EM 3/9/1951 3 SUPLENTE DE MARIO JOSE. O SEGUNDO SUPLENTE RENUNCIOU EM 1949
JOSINO ALVES DA ROCHA EFETIVOU-SE COM A RENUNCIA DE WALTER PEREIRA9/11/1949	X	X	X	PR PRESIDENTEMEMBR O COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1950 E 1951
OTAVIO SALES DE ALMEIDALEITE	X	X	X	PL ASSUME EM 1949 COM A RENUNCIA DE ALVARO LAZARO DE GODOY
ADOLFO BARBOSA GOIS	X	X	X	PL
ARISTEU DOS SANTOS RIBAS	1916	PR	ADVOGADO	PSP
JOSE ABELARDO DE BARROS	X	X	X	COLIG PSD- UDN
ORESTESMEDEIROS PULIN	X	X	X	PRP RENUNCIOU EM 1949
UBALDINO DE SÁ BITENCOURT	X	X	X	PSP 23/04/1950 RENUNCIOU A SUPLENCIA PARA ASSUMIRA NOMEACAO DE ESCRIVAO DE PAZ EM TAMARANA
VICENTI CIOFI	X	X	X	PL

Tabela elaborada pelo autores

Fonte: Livro de registro de vereadores Volume 1- CML

ANEXO 4 - Tabela 22

VEREADORES 2º LEGISLATURA 1951 A 1955				
NOME	NASC	ORIGEM	PROFISSÃO	ATUAÇÃO E PARTIDO
ADOLFO BARBOSA GOIS				UDN MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 53 A 55
ANIBAL VELOSO DE ALMEIDA	17/12/1905	MG	ADVOGADO	PARTIDO LIBERTADOR -1948 A 1951 MEMBRO COMISSÃO DE JUSTIÇA -1951 ELEITO PRESIDENTE DA CML -ASSUMIOU COMO PREFEITO EM 51, ATÉ DEZEMBRO, COM A RENUNCIA DE HUGO CABRAL.
ARISTEU DOS SANTOS RIBAS	18/04/1916	PR	ADVOGADO	PTB PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO 1951 E 1952 1º VICE-PRESIDENTE
ATAYDE TEIXEIRA DA SILVA	14/12/1916	MG	COMERCIANTE	PTB
CASIMIRO DE ALMEIDA MACHADO	24/12/1909	SP	COMERCIANTE	UDN
DIMAS DE BARROS	03/11/1924	SP	CONTADOR E ADVOGADO	PTB
FULGÊNCIO FERREIRA NEVES	07/06/1883	BA	CORRETOR	UDN 1952 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
GERONIMO ARLINDO FUGANTI	11/04/1917	RS	COMERCIANTE	COLIGAÇÃO PSD – PR
HUGO CABRAL	05/03/1899	CE	AGRICULTOR	UDN
IVAN LUZ	10/04/1918	RJ	ADVOGADO	UDN 1953 E 1954 1º SEC PRESIDENTE 1955
JOSÉ MAURICIO BARROSO	14/06/1903	MG	AGRICULTOR	COLIGAÇÃO PSD- PR
JOSINO ALVES DA ROCHA LOURES	X	X	X	COLIGAÇÃO PSD- PR 1952 1º SEC

JOSUÉ JORGE	01/09/19 14	PR	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	PTB
KANJIMINAMIZAWA	12/10/19 23	SP	CONTADOR	COLIGAÇÃO PSD- PR 1955 3º SEC
OTAVIO SALES DE ALMEIDA LEITE	X	X	X	UDN
RENATO CUNHA	21/10/19 17	PR	ADVOGADO	UDN PRESIDENTE 1952 MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO 1955
RICARDO FUNARO	22/08/19 18	SP	COMERCIANT E	PTB 1952 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL PRESIDENTE 1953 E 1954
RUI FERRAZ DE CARVALHO	14/01/19 15	MG	ADVOGADO	UDN
ULYSSES XAVIER DA SILVA	17/09/19 03	PR	INDUSTRIAL	UDN MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1952 1954 1º VICE-PRESIDENTE
WALTER PEREIRA	02/02/18 99	RJ	MÉDICO	PSP PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA 1952 2º SEC MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DE 1953 A 1955 2º VICE-PRESIDENTE DA CML 1955
ALBERTO JOÃO ZORTÉS	31/05/19 16	RS	ADVOGADO	UDN
AMAURI DE OLIVEIRA E SILVA			X	PR E PSD 1952 1º SEC
AMMON CANTINHO SARAIVA	04/10/19 06	SP	ADVOGADO	PTB 1953 3º SEC DA CML 1953 A 1954 MEMBRO COMISSÃO

				DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
EUZÉBIO BARBOSA DE MENEZES	16/12/1895	PR	FAZENDEIRO	PR -PSD
JOSÉ ANTONIO QUEIROZ	21/04/1924	MG	MÉDICO	PTB 1954 2º SEC 1955 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
LUIZ FRANCISCONI	18/01/1905	X	FARMACEUTICO	UDN 1953 A 1955 2º SEC
MARIO JOSÉ ROMAGNOLLI	18/10/1905	MG	CONSTRUTOR	UDN
VICENTICIOFFI	X	X	X	UDN
ANTONIO MARTINS JUNIOR	X	X	X	X
DIONÍSIO KLOSTER SAMPAIO	09/10/1919	PR	ADVOGADO	X
EDGAR LOPES SILVA FRANÇA	X	X	X	X
LAURENTINO GOMES HUBNER	02/04/1909	MG	CONTADOR	X
LUIZZANLUTTI	X	X	X	X
OLAVO GARCIA FERREIRA DA SILVA	17/11/1921	SP	ADVOGADO	X
OLAVO GODOY	X	X	X	X
RAPHAEL LAMASTRA	14/03/1919	SP	JORNALISTA	X
SAULO CORRÊA RIBEIRO	10/01/1922	SP	COMERCIANTE	X
SEBASTIÃO BERALDO SOBRINHO	01/06/1903	SP	COMERCIANTE	X

Tabela elaborada pelos autores.

Fonte: Livro de Registro de vereadores Volume 2 - CML.

Anexo 5 - Tabela 23

VEREADORES 3º LEGISLATURA 1956 A 1959				
NOME	NASC	ORIGEM	PROFISSÃO	ATUAÇÃO E PARTIDO
ALBERTO JOÃO SORTÉS	31/05/1916	RS	ADVOGADO	UDN
ALCYONE VESPER PIMPÃO FERREIRA ALVES	24/08/1920	PR	CONTADOR E ADVOGADO	PSD – PR 1956 2º SEC
ANTONIO SHERLOWISKI	11/04/1921	PR	AGRICULTOR	PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR 1957 3º SEC DA COMISSÃO EXECUTIVA
CLÁUDIO CURETO	24/01/1926	SP	CONTABILISTA	PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR 1956 1º VICE PRESIDENTE DA CML 1957 1º SEC DA COMISSÃO EXECUTIVA 1956 E 1959 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
DERCÍRIO EGGER	05/07/1909	RJ	AGRICULTOR	NÃO CONSTA PARTIDO- PRESIDENTE 1958
DIMAS DE BARROS	03/11/1921	SP	ADVOGADO E CONTADOR	PSP
DIONÍSIO KLOSTER SAMPAIO	09/10/1919	PR	ADVOGADO	PSP 3º VICE PRESIDENTE 1958 22/10/1958 A 01/01/59 PRESIDENTE
GILBERTO SOARES SANTOS	12/11/1928	SP	ADVOGADO	PSD- PR
JOÃO TAVARES DE	20/05/1926	SP	ADVOGADO E	UDN 1956 MEMBRO COMISSÃO DE

LIMA			CONTADOR	EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1957 2 ° SEC
JOSÉ ANTÔNIO QUEIROZ	21/04/1924	MG	MÉDICO	PTB 1956 E 1957 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1958 1° SECRETARIA DA MESA EXECUTIVA 1959 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
JOSÉ DIAS ARO	05/06/1914	SP	COMERCIANTE	PSD-PR 1958 3° SEC COMISSÃO EXECUTIVA
JOSÉ HOSQUEN DE NOVAES	X	X	X	UDN
JOSÉ MAURÍCIO BARROSO	14/06/1903	MG	AGRICULTOR	PSD- PR 1958 1° VICE PRESIDENTE COMISSÃO DE AGRICULTURA 1959 3° SEC COMISSÃO DE VIAÇÃO
MILTON RIBEIRO DE MENEZES	06/05/1914	MG	ADVOGADO	UDN
NELSON MACULAN	30/08/1915	SP	AGRICULTOR	UDN
OLAVO GARCIA FERREIRA DA SILVA	17/11/1921	SP	ADVOGADO	PSD-PR 1956 3 SEC DA MESA EXECUTIVA 1959 1° VICE PRESIDENTE DA CML
OSVALDO ALBERTO DE SOUZA PALHARES	29/04/1922	RJ	MÉDICO	PRESIDENTE 1956 1957 1958E 1959 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
RENATO CUNHA	21/10/1917	PR	ADVOGADO	PSD-PR 1958 2° SEC DA MESA EXECUTIVA DA CML 1959PRESIDENTE

RENATO LOURES BUENO	0/07/1925	PR	MÉDICO	PSD-PR 1956 1º SEC DA COMISSÃO EXECUTIVA 1957 E 1958 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
SADAO MASUKO	03/01/1922	X	CONTADOR	PSP 1956 E 1959 2º PRESIDENTE DA CML
ARMANDA SABINO LOPES	X	X	X	PSD- PR
CLAUDIO DE ALMEIDA E SILVA	16/01/1918	MG	ADVOGADO	PTB
NEWTON PIETRAROIA	17/06/1930	SP	ENGENHEIRO CIVIL	UDN
ULYSSESRODRIGUES DA SILVA	09/04/1929	SP	QUÍMICO INDUSTRIAL	PSD-PR 1958 MEMBRO COMISSÃO DE EDUCAÇÃO , RECREIO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL
ALBERTO ZOCCO	19/01/1926	SP	DESENHISTA	X
ALVARO SOLON COELHO	19/02/1927	CE	REPRESENTANTE COMERCIAL	PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR
ÂNGELO SÁVIO	X	X	X	UDN
ANTONIO VICENTE DE LIMA	15/05/1903	AM	MILITAR	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO ?
CAMILO SIMÕES	29/03/1928	SP	COMERCIANTE	PSD – PR 1959 2º SEC COMISSÃO EXECUTIVA
CARLOS ANTONIO FRANCHELLO	20/01/1926	SP	COMERCIANTE	PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR
CARLOS AUGUSTO BRAGA	10/04/1912	MG	DENTISTA	PSB
ENOCHVIEIRA DOS SANTOS	X	X	X	PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
FULGÊNCIO FERREIRA NEVES	X	X	X	X
GERONIMO ARLINDO FUGANTI	X	X	X	PSD-PR
HUMBERTYO DE ALMEIDA BARROS	X	X	X	UDN
IORLANDO BELETTI	X	X	X	PSD - PR
LUIZ CANEZIN	X	X	X	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
MARCELINO CRISTIANO DA SILVA	17/04/1926	PR	COMERCIANTE	PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

MARIO ONCKEN	21/02/1922	PR	SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA	PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR
NICOLAU D'ANDRÉA	X	X	X	UDN
OLAVO GODOY	X	X	X	UDN
OLÍMPIO LUIZ WESTPHALEN	X	X	X	PSD –PR
RAPHAEL LAMASTRA	14/03/1919	SP	JORNALISTA	UDN

Tabela elaborada pelos autores.

Fonte: Livro de Registro de vereadores Volume 3 - CML

ANEXO 6 - Tabela24

PARTIDOS POLÍTICOS PRESENTES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE 1947 A 1959		
NOME DO PARTIDO	SIGLA	IDEOLOGIA
PARTIDO LIBERTADOR	PL	CENTRO-ESQUERDA
UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL	UDN	DIREITA
PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA	PSP	CENTRO-ESQUERDA
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	PTB	CENTRO- ESQUERDA
O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR	PRP	NACIONALISTA
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	PSD	CENTRO-ESQUERDA
PARTIDO REPUBLICANO	PR	CENTRO-DIREITA
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	PSB	ESQUERDA

Tabela elaborada pelos autores.

Fonte: Livro de Registro de Vereadores, Volumes 1,2 e 3. CML.

ANEXO 7 - Tabela 25

PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA			
PREFEITO	ORIGEM	CONDIÇÃO DO MANDATO	PERÍODO
Joaquim Vicente de Castro	PONTA GROSSA-PR	Nomeado	De 10/12/1934 a 31/05/1935
Rosalino Fernandes		Substituto	31/05/1935 a 02/12/1935
Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids	CAMPINAS-SP	Eleito e nomeado	02/12/1935 a 30/05/1940
Cap. Custódio Raposo Neto		Nomeado	30/05/1940 a 29/08/1940
Dr. João Ferrario Lopes		Nomeado	29/08/1940 a 29/07/1941
Cap Miguel Balbino Blasi		Nomeado	29/07/1941 a 23/10/1943
João de Jesus Neto (em dias do mês)		Nomeado	1940, 1943 e 1944
Guilherme Ribeiro Soares (em dias do mês)		Nomeado	1946
Cap. Aquiles Pimpão Ferreira		Nomeado	23/10/1943 a 14/05/1945
Dr. José Munhoz de Melo	CURITIBA-PR	Nomeado	14/05/1945 a 08/11/1945
Guilherme Ribeiro Soares - Substituto		Nomeado	08/11/1945 a 13/11/1945
Dr. Ary Pizzato Ferreira		Nomeado	13/11/1945 a 08/04/1946
Dr. Odilon Borges de Carvalho		Nomeado	08/04/1946 a 04/11/1946
Ulysses Xavier da Silva		Nomeado	04/11/1946 a 07/04/1947
Edwy Taques de Araújo		Nomeado	07/04/1947 a 22/04/1947
Dr. José Moraes Neves		Nomeado	22/04/1947 a 25/04/1947
Edwy Taques de Araújo		Nomeado	25/04/1947 a 08/05/1947
Dr. Ary Pizzato Ferreira		Nomeado	08/05/1947 a 12/12/1947
Hugo Cabral - PL	FORTALEZA-CE	ELEITO	12/12/1947 a 01/07/1949
Dr. Milton Ribeiro Menezes - UDN	CAMBUÍ-MG	ELEITO	01/07/1949 a 26/07/1949
Hugo Cabral- PL	FORTALEZA-CE	ELEITO	26/07/1949 a 1951
Dr. Milton Ribeiro Menezes- UDN	CAMBUÍ-MG	ELEITO	12/12/1951 a 12/12/1955
Antonio Fernandes Sobrinho - PSD	GUARÁ-SP	ELEITO	12/12/1955 A 12/12/1959
Dr. Milton Ribeiro Menezes - UDN	CAMBUÍ-MG	ELEITO	12/12/1959 A 12/12/1963
Observações:-Responderam pelo expediente da prefeitura durante o impedimento dos prefeitos em dias do ano: Srs.: João Wanderley em 1936; Adriano Marino Gomes, em 1938 e 1939; Clotário Cruz em 1940 e Dr. Atilio Borio em 1940.			

Tabela elaborada pelos autores através do conjunto de fontes locais utilizado.

ANEXO 8 - Tabela 26

ESCOLA DO PARQUE INFANTIL DA VILA CASONI 1960	
DATA	CRIANÇAS MATRICULADAS
26 DE JULHO	65
5 DE DEZEMBRO	67

Tabela elaborada pelos autores

Fonte dos dados: Relatórios do Executivo Volume 6 - 1960- prefeito Milton Ribeiro de Menezes

ANEXO 9 -IMAGEM 17 E 18

1954- Professores executam os primeiros trabalhos de alinhamento e sementeira e realizam a irrigação



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

ANEXO 10- IMAGEM 19

Alunos das escolas Bartolomeu Gusmão e Oswaldo Cruz, após o aprendizado das letras, atendendo os trabalhos hortícolas e de jardinagem (Clubes agrícolas)



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

ANEXO 11- IMAGEM 20

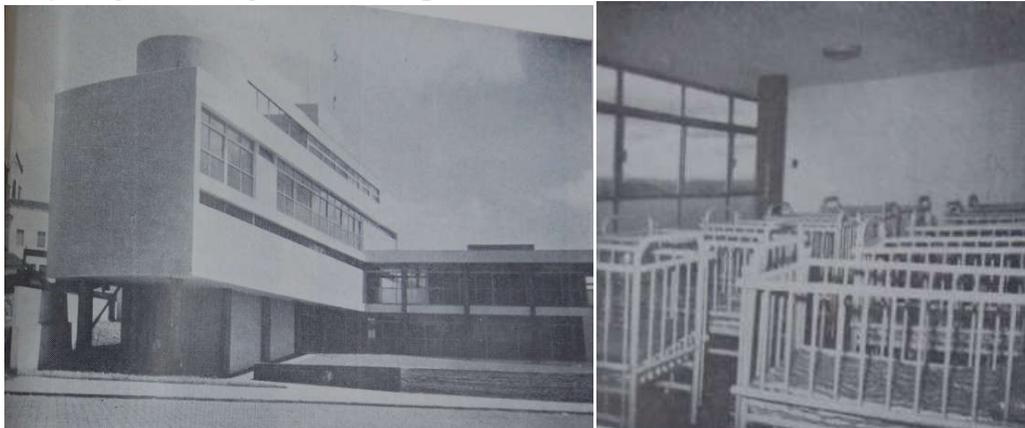
Inauguração em 1955 da 76ª escola rural, denominada Felipe dos Santos, localizada no interior do município.



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

ANEXO 12- IMAGEM 21 E 22

Casa da criança- Inaugurada em meados de Dezembro de 1954. Serviços de assistência e de proteção à criança e à mulher gestante. Entre muitos serviços, inclui-se berçário



Fonte: Livro de relatórios do Executivo Volume 2 - CML

ANEXO 13 - IMAGEM 23
Museu montado em uma escola municipal - Década de 1950



Fonte: Acervo da SME - Autor desconhecido

ANEXO 14- IMAGEM 24
Museu Escolar - Escola Dom Pedro I - Década de 1950



Fonte: Acervo da SME - Autor desconhecido